



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**SAMARA MARIA VIANA DA SILVA**

**UM OLHAR SOBRE SI: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NA UFPI**

**TERESINA  
2011**

SAMARA MARIA VIANA DA SILVA

**UM OLHAR SOBRE SI: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NA UFPI**

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Piauí, na linha de Pesquisa: Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro.

TERESINA  
2011

Silva, Samara Maria Viana da

S586o Um olhar sobre si: história e memória da pós-graduação  
*stricto sensu* em educação na UFPI . / Samara Maria Viana da  
Silva. - Teresina: IFPI, 2011.  
264f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí , 2011

Orientadora: Profª Draª. Maria do Amparo Borges Ferro.

1. História. 2.Memória. 3. Implantação. I. Título.

CDD 981

SAMARA MARIA VIANA DA SILVA

**UM OLHAR SOBRE SI: HISTÓRIA E MEMÓRIA DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NA UFPI**

Aprovada em: 20/06/2011

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro (Orientadora)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marlúcia Menezes de Paiva (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Luis Carlos Sales (Examinador Interno)  
Universidade Federal do Piauí

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria da Glória Soares Barbosa Lima (Examinadora Suplente)  
Universidade Federal do Piauí

*“Quero trazer à memória aquilo que  
me traz esperança”. Lamentações 3:21*

*Dedico este trabalho aos meus pais, Cardoso e Conceição  
Ao meu irmão, Wirasmar.  
Ao meu noivo, Ramon  
Aos meus amigos Juliana Brito, Socorro Santana,  
Ana Gabriela, Edilene Lima  
e Roldão Barbosa.  
A todos que fizeram e ainda fazem parte  
do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI.  
Dedico-o de maneira especial a:  
Maria do Amparo Borges Ferro,  
Luis Carlos Sales, Luiz Pires de Freitas,  
Maria da Conceição Sousa de Carvalho,  
e Fernanda Lourdes de Carvalho Gomes Lustosa.*

## AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer nos faz lembrar momentos em que trazemos à memória as reminiscências de instantes da nossa vida que compartilhamos com pessoas que nos acompanham, apoiam, colaboram, alegram.... Enfim, pessoas especiais que usadas por Deus, são bênçãos em nossas vidas.

Dessa forma, agradeço em especial ao meu Deus pela alegria da salvação, amor sem medida e por ter escrito uma história tão linda para mim.

Aos meus amados pais, Cardoso e Conceição por terem cuidado tão bem de mim e me concederem tanto amor e carinho que chega a transbordar na vida das demais pessoas.

Ao meu irmão, Wirasmar, que embora com a distância, sempre esteve ao meu lado me apoiando e cuidando de mim.

Agradeço em especial ao *Meu Amor* Ramon, sempre com seu amor, cuidado e proteção para comigo. Sempre presente nos momentos fáceis e também difíceis. Obrigada meu lindo! Também sou grata a família Araújo Lacerda por me acolherem com tanto amor.

À Igreja Batista Boas Novas pelo apoio e constantes orações.

À Rosinha, Tayanne e Kaliane, família sempre presente na minha vida, que me acolheram como filha e irmã. Obrigada pelo carinho e companheirismo. Amo Vocês!

A todos aqueles que me ajudaram ainda no momento de inscrição do mestrado e que me mostraram que eu era capaz. Em especial à Prof<sup>ª</sup>. Divina, Prof<sup>ª</sup>. Teresa Cristina, Prof<sup>ª</sup>. Conceição Carvalho, Prof<sup>o</sup>. Francisco Barbosa, Susana Chaves, Jesus Rodrigues, Karina Rodrigues, Ivanildes Pinheiro, Ilana Honorato e Roseane Lacerda.

Chegando ao Curso de Mestrado, agradeço à Prof<sup>ª</sup>. Amparo Ferro, que me possibilitou o encontro com a História da Educação e me orientou não apenas na escrita desta dissertação, mas na minha vida.

Aos professores Luís Carlos Sales e Maria da Glória Soares Barbosa Lima pelas orientações na qualificação e nas disciplinas, sempre tirando minhas dúvidas e me ajudando a conhecer melhor o curso de Mestrado em Educação.

Ao professor Francis Musa Boakari pelas orientações na qualificação, possibilitando-me uma reflexão acerca da implantação do Curso de Mestrado.

Aos professores do PPGEd, em especial: Antonio de Pádua, Ana Valéria, Antonia Edna, Bárbara Macêdo, Bomfim e Carmen Lúcia, por me possibilitarem a construção do conhecimento.

Aos funcionários do PPGEd da UFPI, Fernanda Lourdes, Maria de Fátima e Suely pela compreensão e disposição na minha busca pelas fontes.

À CAPES pelo apoio financeiro, que proporcionou a dedicação ao curso e à produção científica.

Agradeço a todas as testemunhas da história do PPGEd, em especial: Ana Valéria Marques Fortes Lustosa, Francisco Newton Freitas, Fernanda Lourdes de Carvalho Gomes Lustosa, Luiz Pires de Freitas, Maria da Conceição Sousa de Carvalho, Maria da Glória Carvalho Moura, Maria do Carmo Alves do Bomfim, Maria do Rosário de Fátima Melo Silva, Marlene Araújo de Carvalho, Raquel Silva, Rosa Maria de Almeida Macêdo e Rute Sousa, por apresentar a mim suas reminiscências, proporcionando assim, a escrita desta história.

À Banca Examinadora Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Amparo Ferro, Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marlúcia Menezes de Paiva, Prof<sup>º</sup>. Dr<sup>º</sup>. Luis Carlos Sales e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria da Glória Soares Barbosa Lima por participarem dessa banca.

À minha Amiga-mestre Juliana Brito, uma irmã que esteve comigo todo esse período, apoiando, sorrindo, ensinando e orando. Agradeço ainda a toda sua família que me acolheram como uma filha.

Agradeço à Socorro Santana, Ana Gabriela e Roldão que sempre estão prontos a ajudar e a ouvir. Mostraram que a escrita da dissertação não é um ato solitário.

À Edilene Lima e Márcia Santana por me dedicarem não apenas suas amizades, mas seus conhecimentos.

À Carla Daniela, historiadora por vocação. Presente de Deus na minha vida. Obrigada amiga!

Aos colegas da 17<sup>a</sup>. Turma, em especial: Genilda, Samara Oliveira, Lidenora, Carlos José, Cristina, Lucimara (In Memoriam), Diane, Lucineide, Joquebede, Alan, companheiros num processo tão bom e difícil que é a construção e difusão do conhecimento científico.

Aos colegas da 16<sup>a</sup>. e 18<sup>a</sup>. Turma do CME, pelos encontros e trocas de experiência.

A todos que compõem o NEHME, em especial Carla Daniela, Amanda, Francisca Campos (Tina), Lourenilson Leal, Rosa, Teresinha Nogueira e Amada. Vocês foram e sempre serão uma bênção na minha vida. Obrigada!



Aos meus alunos do estágio de docência que colaboraram para minha experiência como professora de ensino superior, em uma disciplina tão rica que é a História da Educação

Aos meus amigos de todos os momentos: Keyla, Saulyanne, Thalita, Cícero, Raquel, Francisca Cardoso, Ítala, Ribamar Cardoso, Juscilene, Julienni, Jôsy, Stanley, Clemilton, Ribamar Tavares e Adriana de Sousa. Amo Vocês!

Agradeço em especial, ao José Filho, Cilene e Chico por me tirarem do sufoco na digitalização das minhas fontes.

Enfim, agradeço a todos que fazem parte da minha vida. A vocês dedico o meu amor e a minha eterna gratidão.

## RESUMO

O presente estudo faz uma reconstituição histórica da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Federal do Piauí como forma de manter viva na memória individual e coletiva das pessoas a importância do curso de Mestrado em Educação da UFPI para a sociedade. Caracteriza-se como uma pesquisa histórica de natureza qualitativa, do tipo documental e bibliográfica, com fundamentação teórico-metodológica na Nova História Cultural, objetivando reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente, do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí. Os autores que fundamentaram este trabalho foram: Burke (1992), Halbwachs (1990), Lopes e Galvão (2001), Ramalho e Madeira (2005), Lüdke (2005), Sucupira (1972), Góes (1972), Brito (1996), Silva Neto e Mendes (1982), Carvalho (2001) e Leite (1989). As fontes utilizadas foram hemerográficas: Jornais, O Dia, Meio Norte, Diário do Povo e CCE MURAL; documentais: Pareceres do Conselho Federal de Educação, Leis, Decretos e Resoluções do Governo Federal, PNPGs, correspondências, relatórios, atas e regimentos do PPGEd, relatórios e fichas de avaliação da CAPES e ainda depoimentos orais de 12 (doze) pessoas que testemunharam a implantação, consolidação e/ou expansão do Curso de Mestrado em Educação. O recorte temporal da pesquisa inicia em 1988, ano em que foi formalizada a primeira proposta de criação do curso de Mestrado em Educação da UFPI, pela Resolução nº 006/88 do Conselho Universitário e perdura até 2010, ano previsto para ser o último do V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005 – 2010), em que ocorreu a aprovação do Doutorado em Educação da UFPI. Com a realização deste estudo, constatamos que o Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí foi o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado no estado do Piauí; destacamos que o CME foi fruto dos esforços empreendidos pela Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação, por professores, funcionários e membros da administração da Universidade Federal do Piauí, assessores e consultores da CAPES e professores de outras Instituições de Ensino Superior do país e exterior, contou com as contribuições dos cursos de Especialização e das comissões Pró-Mestrado. Verificamos que o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, através dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação vem qualificando profissionais para atuação na sociedade e ainda construindo e difundindo conhecimentos científicos.

**Palavras-chave:** História. Memória. Implantação. Mestrado em Educação. Pós-Graduação.

## ABSTRACT

The present study is a historical reconstruction of the post with graduate courses in Education, Federal University of Piauí, in order to keep alive in the individual and collective memory of the people of this course the importance to society. Characterized as a historical research of qualitative nature, the type of documents and literature, with theoretical and methodological basis in the new cultural history, aiming to reconstruct the history and memory of the post with graduate courses in Piauí, specifically the Master of Education, Federal University Piauí. The authors substantiate this work were: Burke (1992), Halbwachs (1990), Lopes and Galvão (2001), Ramalho and Wood (2005), Lüdke (2005), Sucupira (1972), Garcia (1972), Brito (1996), Silva and Mendes Neto (1982), Carvalho (2001) and Milk (1989). The used hemerográficas: Newspapers, The Day, Mid North, People's Daily and CCE MURAL; documentary: Opinions of the Federal Education Laws, Decrees and Resolutions of the Federal Government, PNPGs, correspondence, reports, minutes and bylaws of PPGEd reports and evaluation sheets from CAPES, and even oral testimony of 12 (twelve) persons who witnessed the establishment, consolidation and / or expansion of the Masters Degree in Education. The time frame of the research starts in 1988, the year he was the first formal proposal to establish the Master of Education UFPI, by Resolution No. 006/88 of the University Council and lasts until 2010, expected to be the last of the V National Graduate (2005 - 2010) and that was the approval of the Doctorate in Education from UFPI. With this study we found that the Master's Degree in Education at the Federal University of Piauí was the first postgraduate course on implanted with graduate courses in the state of Piauí, the CME was the result of efforts undertaken by the Coordination of Postgraduate Undergraduate Education, for teachers, staff and board members of the Federal University of Piauí, advisors and consultants from CAPES and teachers from other higher education institutions in the country and abroad, featured the contributions of specialized courses and commissions Pro-Master . We note that the Post-Graduate Education, Federal University of Piauí, through the Masters and Doctorate in Education is calling professionals to work in society and still building and disseminating scientific knowledge.

**Keywords:** History. History. Memory. Deployment. Master in Education. Graduate.

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b> - Capacidade nominal de atendimento em cursos de mestrado e doutorado estimativa para início de 1975; distribuição percentual por dependências administrativo....	48
<b>Quadro 02</b> – Elenco das Disciplinas - 1991.....	83
<b>Quadro 03</b> – Avaliação do Aproveitamento do Aluno .....	84
<b>Quadro 04</b> – Disciplinas Ofertadas no 1º Período/1991 .....	85
<b>Quadro 05</b> – Disciplinas Ofertadas no 2º Período/1991 .....	86
<b>Quadro 06</b> – Solicitação de Material Bibliográfico – 1988 .....	96
<b>Quadro 07</b> – Rol de Docentes do Curso de Mestrado em Educação que trabalhavam com o Núcleo Educação e Sociedade .....	114
<b>Quadro 08</b> – Rol de Docentes do Curso de Mestrado em Educação que trabalhavam com o Núcleo <i>Linguagens e Educação</i> .....	115
<b>Quadro 09</b> – Disciplinas do Curso de Mestrado em Educação – 1991 .....	118
<b>Quadro 10</b> – Seminários do Curso de Mestrado em Educação – 1991 .....	119
<b>Quadro 11</b> – Atividades Orientadas do Curso de Mestrado em Educação – 1991 .....	120
<b>Quadro 12</b> – Avaliação do Desempenho dos Alunos .....	121
<b>Quadro 13</b> – Dissertações Defendidas pelos Alunos da Primeira Turma do Curso de Mestrado em Educação .....	124
<b>Quadro 14</b> – Rol de docentes do curso de Mestrado em Educação 1997/2 .....	134
<b>Quadro 15</b> - Avaliação do Curso de Mestrado em Educação (1992-1997) .....	144
<b>Quadro 16</b> - Avaliação do Curso de Mestrado em Educação (1998-2009) .....	166
<b>Quadro 17</b> - Disciplinas/Atividades Orientadas (Obrigatórias) – 2005 .....	169
<b>Quadro 18</b> - Disciplinas, Seminários e/ou Atividades Orientadas (Optativos) – 2005 .....	170
<b>Quadro 19</b> - Docentes do PPGEd 2010 .....	185
<b>Quadro 20</b> – Grade Curricular do Curso de Mestrado em Educação da UFPI – 2010 .....	188

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01-</b> Quantidade de vagas ofertadas no Curso de Mestrado em Educação da UFPI .....	165
<b>Gráfico 02-</b> Candidatos inscritos no Curso de Mestrado em Educação da UFPI .....	165

## LISTA DE FOTOS

<b>Foto 01-</b> Universidade Federal do Piauí .....	71
<b>Foto 02-</b> Maria da Conceição de Sousa de Carvalho .....	89
<b>Foto 03-</b> Luiz Pires de Freitas.....	90
<b>Foto 04-</b> Instalação Oficial do Curso de Mestrado em Educação.....	103
<b>Foto 05-</b> Centro de Ciências da Educação. ....	105
<b>Foto 06-</b> Francisco Newton Freitas .....	107
<b>Foto 07-</b> Fernanda Lourdes de Carvalho Gomes Lustosa .....	108
<b>Foto 08-</b> Maria do Amparo Borges Ferro .....	123
<b>Foto 09-</b> Ana Valéria Marques Fortes Lustosa .....	135
<b>Foto 10 -</b> Capa dos ANAIS do I Congresso Internacional em Educação da UFPI .....	140
<b>Foto 11-</b> Marlene Araújo de Carvalho .....	147
<b>Foto 12-</b> Luis Carlos Sales .....	149
<b>Foto 13-</b> Maria do Carmo Alves do Bomfim .....	154
<b>Foto 14 -</b> Maria do Rosário de Fátima Melo Silva .....	157
<b>Foto 15-</b> II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI .....	160
<b>Foto 16-</b> Auditório do CCE durante realização de Defesa do Mestrado em Educação.....	161
<b>Foto 17-</b> Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação .....	164
<b>Foto 18-</b> I Seminário Educação, História, Memória e Historiografia .....	172
<b>Foto 19-</b> Sala de Estudos do Curso de Mestrado em Educação .....	174
<b>Foto 20-</b> Discentes e docentes do Curso e pesquisadores de outras IES .....	176
<b>Foto 21-</b> Exemplares da Revista Linguagens, Educação e Sociedade .....	178
<b>Foto 22-</b> Maria da Glória Carvalho Moura .....	180
<b>Foto 23-</b> Espaço Administrativo do PPGEd da UFPI .....	190
<b>Foto 24 -</b> Espaço físico da sala de aula do CME. ....	191
<b>Foto 25-</b> Reunião entre docentes do PPGEd e consultora da CAPES .....	194

## LISTA DE SIGLAS

**ANPED** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação  
**BNDE** - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
**CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
**CCE** - Centro de Ciências da Educação  
**CCHL** - Centro de Ciências, Humanas e Letras  
**CCN** – Centro de Ciências da Natureza  
**CEUT** - Centro de Ensino Unificado de Teresina  
**CFE** - Conselho Federal de Educação  
**CME** - Curso de Mestrado em Educação  
**CNPG** - Conselho Nacional de Pós-Graduação  
**CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
**DAU** - Departamento de Assuntos Universitários  
**DEA** - Departamento de Artes  
**DEFE** – Departamento de Fundamentos da Educação,  
**DMTE** - Departamento de Métodos e Técnicas da Educação  
**EMBRAPA** - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
**FAPESP** - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
**FGV** - Fundação Getúlio Vargas  
**FINEP**- Financiadora de Estudos e Projetos  
**FUFPI** – Fundação Universidade Federal do Piauí  
**FUNTEC** – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
**GTC** - Grupo Técnico Consultivo  
**GTRU** - Grupo de Trabalho da Reforma Universitária  
**IDB** - Instituto Dom Barreto  
**IESAE** - Instituto de Estudos Avançados em Educação  
**IES** – Instituição de Ensino Superior  
**INEP** - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos  
**II PND** - II Plano Nacional de Desenvolvimento  
**LDBN** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional  
**MEC** - Ministério da Educação e Cultura

**NEHME** - Núcleo de Educação, História e Memória

**NIPPC** - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Práticas Curriculares e Formação de Profissionais da Educação

**NUPPED** - Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia

**PBDTC** - Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

**PICD** - Programa Institucional de Capacitação Docente

**PNPGs** - Planos Nacionais de Pós-Graduação

**PPGED** - Programa de Pós-Graduação em Educação

**PQI** - Programa de Qualificação Institucional

**PSED** - Plano Setorial de Educação e Cultura

**PUC- Rio** - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**PUC-SP** - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

**SEED** - Secretaria Estadual de Educação

**SEMEC** - Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina

**TCC** - Trabalho de Conclusão de Curso

**UEMA** - Universidade Estadual do Maranhão

**UEMaringá** - Universidade Estadual de Maringá

**UESPI** – Universidade Estadual do Piauí

**UFU** - Universidade Federal de Uberlândia

**UFSC** - Universidade Federal de Santa Catarina

**UFPR** - Universidade Federal do Paraná

**UFES** - Universidade Federal do Espírito Santo

**UFMS** - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

**UFSCar** - Universidade Federal de São Carlos

**UFC** - Universidade Federal do Ceará

**UECE** - Universidade Estadual do Ceará

**UFRN** - Universidade Federal do Rio Grande Norte

**UFPb** - Universidade Federal da Paraíba

**UFMA** - Universidade Federal do Maranhão

**UFAL** - Universidade Federal de Alagoas

**UFPE** - Universidade Federal de Pernambuco

**UFPI**- Universidade Federal do Piauí



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO I – A PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> NO BRASIL.....</b>	<b>28</b>
1.1 Gênese da Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Brasil: o Mestrado em Educação.....	28
1.2 Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs).....	46
1.3 Agências de Fomento.....	55
1.3.1 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).....	56
1.3.2 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).....	60
1.4 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).....	63
<b>CAPÍTULO II – A GÊNESE DA PÓS-GRADUAÇÃO <i>STRICTO SENSU</i> EM EDUCAÇÃO NO PIAUÍ.....</b>	<b>68</b>
2.1 A Universidade Federal do Piauí e a Pós-Graduação em Educação.....	68
2.1.2 Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Educação.....	76
2.2 Implantação do primeiro curso de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no Piauí: o Mestrado em Educação da UFPI.....	87
2.3 Estrutura e organização inicial do Mestrado em Educação da UFPI.....	105
2.3.1 Primeiros Docentes do Curso de Mestrado em Educação da UFPI .....	110
2.3.2 Estrutura Curricular .....	117
2.3.3 Da Dissertação de Mestrado .....	121
<b>CAPÍTULO III - O MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UFPI .....</b>	<b>128</b>
3.1 Consolidação do Curso de Mestrado em Educação da UFPI .....	129
3.2 Crise no Curso de Mestrado em Educação da UFPI .....	142
3.3 Superando a crise no Curso de Mestrado em Educação da UFPI .....	158
3.4 A expansão no Curso de Mestrado em Educação da UFPI .....	164
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>197</b>
<b>REFERÊNCIAS E FONTES .....</b>	<b>202</b>

**APÊNDICES .....214**

**ANEXOS .....260**

## INTRODUÇÃO

Por meio da Pesquisa Histórica, busquei<sup>1</sup> com esta Dissertação de Mestrado em Educação reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente, do curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, por ser este o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Estado do Piauí, que fornece serviços à população piauiense e de outros estados, tanto na formação de docentes quanto de pesquisadores, impulsionando uma maior produção e difusão do conhecimento científico no seio da Universidade Federal do Piauí, que desde sua criação pela lei nº 5.528 de 12 de novembro de 1968 e de sua instalação, com o nome de Fundação Universidade Federal do Piauí, em 01 de março de 1971, vem construindo e difundindo conhecimento, formando e capacitando profissionais na sociedade piauiense.

Dessa forma, o desejo de pesquisar sobre o tema em estudo surgiu da necessidade de rememorar a história e memória do Mestrado em Educação, em virtude da minha inserção na referida instituição desde a Graduação, no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, até o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Educação como aluna da 17ª turma do curso de Mestrado em Educação e por fazer parte do Núcleo de Pesquisa “Educação, História e Memória” (NEHME), percebendo assim a necessidade de levantar e organizar as fontes documentais do Mestrado em Educação, de maneira que se conheça como ocorreu sua implantação e o percurso que este programa fez para chegar até 2010.

A pesquisa proposta apresenta-se relevante pelo fato de a Pós-Graduação brasileira, conforme Balbachevsky (2005), destacar-se mundialmente em virtude da quantidade de Programas de Pós-Graduação que vem aumentando constantemente e também devido à qualidade que ora apresenta. Tal qualidade foi estimulada por meio tanto das políticas de

---

<sup>1</sup> Predomina nesta Dissertação a escrita na 3ª pessoa do singular. Entretanto, em alguns momentos do texto, os fatos foram narrados na 1ª pessoa, por estar me reportando a minha vida acadêmica e a minha relação com o objeto de estudo.

apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, quanto das políticas para a Pós-Graduação, embora a mesma apresente dificuldades que devem ser superadas. Deste modo, faz-se necessário pensar a Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil para compreender melhor o objeto de estudo ora apresentado.

Nesse sentido, a existência do Parecer nº 977/65 junto ao Conselho Federal de Educação é marco referencial por apresentar a origem da Pós-Graduação brasileira, afirmar a necessidade da mesma no país, definir e caracterizá-la, fixando assim as normas para seu funcionamento. O referido Parecer teve como relator Newton Sucupira e foi aprovado em 03 de dezembro de 1965. A partir deste, outras políticas possibilitaram a institucionalização e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, favorecendo a implantação de programas de Pós-Graduação em diversas regiões do Brasil, como no Norte e no Nordeste, que apresentam em relação aos demais Estados da federação um número reduzido de estudantes de Pós-Graduação.

Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (2010), a região Nordeste conta com 10 (dez) Programas de Pós-Graduação em Educação e é dentro deste quadro que se encontra o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, que desde sua implantação vem atendendo a população piauiense e de outros Estados com cursos de Especialização e desde 1991 com curso de Mestrado em Educação. Assim sendo, desde o ano de 1991 até 2010 já são 18 (dezoito) turmas de Mestrado em Educação no referido programa, com 262 (duzentos sessenta e duas) defesas realizadas até dezembro de 2010 (Apêndice F), formando até a referida data, 262 (duzentos e sessenta e dois) Mestres na sociedade. O PPGEd contou ainda em 2010 com a aprovação do Doutorado em Educação.

Refletindo sobre o tema proposto, por meio de leituras de Leis, Pareceres, Planos Nacionais, artigos e livros, surgiu o seguinte questionamento: Como ocorreu a implantação do Curso de Mestrado em Educação no Piauí?

Ao lado deste questionamento, outros surgiram, como:

- 1) Quais políticas educacionais possibilitaram a implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil?
- 2) Quais as contribuições dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e da Comissão Pró-Mestrado para a implantação do Curso de Mestrado em Educação?
- 3) Como ocorreu a consolidação e expansão do Curso de Mestrado em Educação da UFPI?

Visando responder aos questionamentos propostos foi estabelecido como objetivo geral para esta pesquisa: Reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente, do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, e como objetivos específicos: a) Conhecer as políticas educacionais que possibilitaram a implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil; b) Descrever como ocorreu a implantação do Mestrado em Educação no Piauí; c) Registrar as contribuições dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e da Comissão Pró-Mestrado para a implantação do Curso de Mestrado em Educação; d) Compreender como ocorreu a consolidação e expansão do Curso investigado; e) Organizar e apresentar informações do Mestrado em Educação através de fontes documentais e orais;

Através destes objetivos, abre-se então um leque para a pesquisa histórica, pois a mesma possibilita a reconstituição do passado e a construção de conhecimentos. Assim, “[...] pesquisar memórias para construir história exige, hoje, a instauração de um novo tipo de relações com o passado, a partir de novos pressupostos e procedimentos que nos são colocados” (FÉLIX, 1998, p. 64). Um destes procedimentos necessários a esta pesquisa é o recorte temporal, que é de 1988, ano em que foi formalizada a primeira proposta de criação do curso de Mestrado em Educação da UFPI, pela Resolução nº 006/88 do Conselho Universitário, a 2010, ano previsto para ser o último do V Plano Nacional de Pós-Graduação (2005 – 2010) e que ocorreu a aprovação do Doutorado em Educação da UFPI.

Por se tratar de uma pesquisa histórica, almeja-se trazer à memória o processo de implantação do Curso de Mestrado em Educação no Piauí, uma vez que este foi o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado no Estado e por estar proporcionando à comunidade acadêmica e científica, ao longo de sua história, a construção e difusão do conhecimento científico, capacitando docentes tanto para a Educação Básica quanto para o Ensino Superior, qualificando profissionais para as atividades educacionais, e contribuindo para o crescimento cultural, social e econômico do estado do Piauí. Fato importante a ser destacado é que uma quantidade significativa de egressos deste Programa de Pós-Graduação em Educação atua como docente na Universidade Federal do Piauí e em outras Instituições de Ensino Superior do país.

Portanto, é necessário fazer essa reconstituição, uma vez que este trabalho, como próprio da Pós-Graduação, visa contribuir para a construção do conhecimento científico, almejando ainda cooperar na ampliação da construção da História e Memória da Universidade Federal do Piauí e, conseqüentemente, na construção da História da Educação no Piauí. Cabe

ressaltar que este trabalho insere-se no projeto *Memória da UFPI – “Vários Olhares”*, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup> Maria do Amparo Borges Ferro que está vinculado ao Centro de Ciências da Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação, objetivando organizar fontes que reconstituam a história e memória da UFPI. Busca-se ainda contribuir com a comunidade acadêmica e científica como fonte de consulta na área da História da Educação no Piauí e, por fim, como forma de reflexão das conquistas da Universidade Federal do Piauí na luta pela qualificação profissional no Estado e na construção e difusão do conhecimento científico.

Através da minha experiência como aluna da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, em nível de Mestrado em Educação e como membro do Núcleo de Pesquisas em Educação, História e Memória (NEHME) da Universidade Federal do Piauí, percebo que a pesquisa histórica vem possibilitando a construção de conhecimentos, ampliando informações de fatos ocorridos no passado e expandindo o leque de produções históricas. Da mesma forma, a História da Educação, quer como disciplina ou campo de pesquisas, vem proporcionando o conhecimento histórico na área da Educação à comunidade acadêmica e científica.

Haja vista a relevância da história, percebe-se ainda a necessidade da existência de mais pesquisas nessa área, pois como ratifica Félix (1998, p. 27) “[...] ao perguntar no presente pelo passado, a história tenta responder a inquietude da busca do sentido de nossa vida individual e da coletividade”.

Baseado nesta vertente, fez-se uso neste estudo da Nova História Cultural por permitir ao pesquisador trabalhar com toda atividade humana, possibilitando a este o uso de diversas fontes. Conforme Burke (1992), a Nova História proporciona a análise e percepção de objetos de estudo, a partir tanto de novas fontes quanto de novas formas de abordagens, possibilitando o alcance dos objetivos traçados neste estudo.

A proposta de se pesquisar a Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, em nível de Mestrado, nos permitiu compreender como ocorreu a implantação do Curso de Mestrado em Educação não apenas no Piauí, mas no Brasil, conhecendo ainda as políticas educacionais que favoreceram a implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa é de natureza qualitativa, pois tal abordagem “[...] além de ser uma opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social [...]” (RICHARDSON, 2008, p. 79). A propósito, o referido autor reforça ainda que existem situações que sugerem estudos de conotação qualitativa, pois:

Situações em que se evidencia a necessidade de substituir uma simples informação estatística por dados qualitativos. Isto se aplica, principalmente, quando se trata de investigação sobre fatos do passado ou estudos referentes a grupos dos quais se dispõe de pouca informação. (p. 80).

A pesquisa aqui apresentada é de natureza qualitativa do tipo documental e bibliográfica, pois para coletar as informações necessárias à realização deste trabalho foi realizado levantamento bibliográfico a fim de alcançar os objetivos propostos, sustentando-se na fundamentação teórica de alguns autores, como: Burke (1992), Halbwachs (1990), Lopes; Galvão (2001), Ramalho; Madeira (2005), Lüdke (2005), Sucupira (1972), Góes (1972), Brito (1996), Silva Neto e Mendes (1982), Carvalho (2001), Leite (1989), entre outros autores consultados.

Vale destacar o papel da fonte na pesquisa histórica, uma vez que esta possibilita rememorar o passado. Desse modo, a Nova História Cultural permite o uso de diversas fontes tais como: imagens, vídeos, jornais, estatística e outros. O uso de tais fontes se deu a partir do momento em que passaram a vislumbrar novos objetos de estudos, pois “Com o alargamento dos temas abordados pela História da Educação, de que já falamos anteriormente, os pesquisadores foram, aos poucos, também ampliando o uso das fontes” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 80 - 81). Seguindo esse viés, no presente estudo foram utilizadas fontes hemerográficas<sup>2</sup> e documentais, como: Catálogo de Dissertações e Teses da Universidade Federal do Piauí, Resoluções do Conselho Universitário da UFPI; em fontes documentais da CAPES, como os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), Relatório de Consultoria da CAPES, Fichas de avaliação da CAPES, Propostas do PPGEd, Relatórios de atividades do Curso de Mestrado em Educação da UFPI, Pareceres do Conselho Federal de Educação, registrados na Revista Documenta e em Leis, Decretos e Resoluções do Governo Federal, bem como em correspondências, atas, regimentos e demais documentos do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI.

Outro fato relevante na pesquisa histórica é a memória, pois esta permite a lembrança de momentos vividos no passado tanto na vida individual quanto coletiva. Dessa forma, Félix afirma que “[...] as lembranças, constituídas nas relações sociais, são mantidas nos diversos grupos de referência e também nos espaços sociais da família, do trabalho, do lazer, da religiosidade, ancoradas no vivido, na experiência histórica” (1998, p. 42).

---

<sup>2</sup> Jornais, como: “O Dia”, “Meio Norte”, “Diário do Povo” e “CCE MURAL”.

Assim, as lembranças dos sujeitos são importantes para reconstituição do passado e investigação do objeto de estudo, uma vez que a memória não fixa apenas os fatos, mas também as maneiras de ser e pensar, possibilitando ao investigador conhecer fatos do passado através de testemunhas do período estudado.

Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, nem mesmo fixá-la, pura e simplesmente. Assim, a necessidade de escrever a história de um período de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes do passado, para que se tivesse a oportunidade de encontrar por muito tempo ainda em torno de si muitas testemunhas que dela conservem alguma lembrança. (HALBWACHS, 1990, p. 80).

O autor nos faz refletir sobre a contribuição do uso da memória na pesquisa histórica, pois a mesma “cria um imaginário histórico definido pela apropriação pessoal e pela doação de um sentido peculiar a uma determinada trajetória de contato e de construção de um patrimônio cultural comum” (SOUZA, 2000, p. 15). Portanto, as memórias dos sujeitos são importantes para rememorarmos a história e a memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, pelo fato de os sujeitos terem sido testemunhas desta história.

Nesse sentido, foi utilizada a História Oral para compreender o objeto de estudo a partir das testemunhas desse fato, uma vez que “[...] essa forma de fazer história chama-se oral porque a fonte fala e se fala é porque o pesquisador (a) pediu que falasse sobre determinado assunto; há uma direcionalidade em relação à fonte, uma pretensão de que fale o que se quer ouvir” (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 88).

Assim sendo, dentro da História Oral, trabalhamos com a História Oral Temática ou Entrevista Temática, pois “[...] o que deve presidir são os questionários, que precisam estabelecer critérios de abordagem de temas. As perguntas e respostas, pois, são partes do andamento investigativo proposto.” (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 35). Dessa forma, a referida entrevista foi realizada com 12 (doze) sujeitos, formados pelas categorias: alunos e ex-alunos; professores e ex-professores, ex-coordenadores; funcionários e ex-funcionários do PPGEd; e Diretor do Centro de Ciências da Educação à época de implantação, tendo como critério de escolha a inserção dos sujeitos no Curso de Mestrado em Educação e a adesão destes sujeitos junto à pesquisa. Ressaltando que os sujeitos da pesquisa foram sorteados de acordo com a inserção destes nas categorias elencadas.



Os sujeitos entrevistados foram: Ana Valéria Marques Fortes Lustosa, Francisco Newton Freitas, Fernanda Lourdes de Carvalho Gomes Lustosa, Luiz Pires de Freitas, Maria da Conceição Sousa de Carvalho, Maria da Glória Carvalho Moura, Maria do Carmo Alves do Bomfim, Maria do Rosário de Fátima Melo Silva, Marlene Araújo de Carvalho, Raquel Silva<sup>3</sup>, Rosa Maria de Almeida Macêdo e Rute Sousa<sup>4</sup>.

Nesta perspectiva, conclui-se que tanto a História Oral quanto a memória são fundamentais para compreensão e análise deste objeto de estudo, pois estas trazem à tona fatos ocorridos no passado que são fundamentais para compreensão da vida atual dos indivíduos, para que por meio das significações que estes atribuem aos fatos e possíveis reflexões se compreendam o processo de implantação, consolidação e expansão do Curso de Mestrado em Educação no Piauí.

Tendo como viés um recorte temporal recente, de 1988 a 2010, a pesquisa teve como eixo de análise a História do Tempo Presente, pois “O historiador do presente dialoga com sua própria fonte e trabalha, portanto, ‘sob vigilância’. Desse diálogo, dessa cumplicidade conflitual, pode surgir um trabalho extremamente fecundo [...]” (FRANK, 1999, p. 116).

Com o propósito de realizar um trabalho fecundo e com a finalidade de responder as questões que norteiam esta pesquisa e ainda de alcançar os objetivos propostos, a pesquisa teve as seguintes etapas:

- 1) Pesquisa bibliográfica, realizada com autores que trabalham com a temática de estudo, de maneira que contribuíssem no diálogo com as fontes;
- 2) Pesquisa em documentos oficiais, como Planos Nacionais de Pós-Graduação da CAPES, Leis, Decretos, Resoluções e Pareceres do Conselho Federal de Educação e da União no período de 1931 a 2010, para conhecer as políticas educacionais que possibilitaram a implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil;
- 3) Pesquisa em documentos oficiais do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como: atas, memorandos, regimentos e correspondências, no período de 1988 a 2010, que possibilitaram a compreensão do processo de implantação do Mestrado em Educação na UFPI;

---

<sup>3</sup> Nome fictício, atribuído a discente do Curso, resguardando o seu nome, a pedido.

<sup>4</sup> Nome fictício, atribuído a discente do Curso, resguardando o seu nome, a pedido.

- 4) Pesquisa em fontes hemerográficas como os jornais: “O Dia”, “Meio Norte”, “Diário do Povo” e “CCE MURAL”;
- 5) Realização de entrevistas temáticas com 12 (doze) sujeitos. Elas ocorreram em sua maioria no próprio estado do Piauí, onde se localiza o Programa de Pós-Graduação em Educação e onde reside a maioria dos sujeitos elencados, em Fortaleza - CE, onde reside o primeiro Coordenador do Curso de Mestrado em Educação e em São Luis – MA, onde reside uma ex-aluna do Curso.
- 6) Leitura e análise do material coletado com o objetivo de reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí.

Esta dissertação, que visa contribuir para História da Educação no Piauí, bem como da própria Universidade Federal do Piauí, encontra-se dividido nos seguintes capítulos.

Na Introdução apresentamos o objeto de estudo, a justificativa e viabilidade da pesquisa, as questões norteadoras e objetivos do estudo, as fontes e autores utilizados para compreensão da temática pesquisada e informações concernentes a estrutura da dissertação.

O capítulo I, que tem como título *A Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil*, faz uma reconstituição do processo de implantação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil, apresentando alguns dos elementos legais deste processo, como os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) e alguns colaboradores, como a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e, ainda, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que contribuíram efetivamente para a história da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação através de suas atuações em vários setores da Pós-Graduação, como no planejamento e implantação de novos programas, na concessão de recursos para realização das atividades dos referidos programas, na disponibilização de bolsas de estudo aos alunos de Pós-Graduação e também através da participação na elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação.

O capítulo II, intitulado *A gênese da Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação no Piauí*, surgiu do desafio de conhecer o processo de implantação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, especialmente, o Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, uma vez que este foi o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* implantado no Estado e por estar proporcionando à comunidade acadêmica e científica, ao longo de sua

história, a construção e difusão do conhecimento científico, capacitando docentes para a Educação Básica e Superior, habilitando profissionais para atividades educacionais e afins, contribuindo para o crescimento cultural, social e econômico do estado do Piauí. Assim, este capítulo apresenta um breve histórico da Universidade Federal do Piauí e da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação, o processo de implantação do Curso de Mestrado em Educação da UFPI, bem como a estrutura e a organização inicial do referido curso.

O capítulo III, *O Mestrado em Educação da UFPI* traz à memória as reminiscências de testemunhas da história do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e a análise de alguns documentos da CAPES e do PPGEd, visando compreender como ocorreram a consolidação e a expansão do Curso de Mestrado em Educação da UFPI que nos possibilitou compreender que durante a fase de consolidação o CME passou por um período de crise em virtude de seu descredenciamento e que a partir de esforços despendidos pelo Programa, o Curso conseguiu seu credenciamento. A partir de 2004, inicia a fase de expansão do Curso proveniente das notas positivas que o PPGEd passou a obter nas avaliações trienais da CAPES, a disponibilidade de vagas que o Programa passou a oferecer, a quantidade de inscritos na seleção do Curso de Mestrado em Educação e a aprovação do Doutorado em Educação.

Nas considerações finais, apresentamos as constatações da pesquisa com base nas questões norteadoras e objetivos propostos no estudo, com o propósito de reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação na UFPI.



## **CAPÍTULO I**

# **A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL**

# CAPÍTULO I

## A PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO BRASIL

Manter viva na memória das pessoas as recordações de sua vida individual é essencial para a construção da memória coletiva. A Pós-Graduação faz parte da vida de muitas pessoas, quer como ingressantes ou egressos desses programas ou como seus beneficiários, à medida que como um grau superior à graduação, produz e difunde conhecimento científico, qualifica profissionais para a Educação Básica e Superior e capacita profissionais para atuarem nas diversas instâncias sociais, seja de forma econômica, cultural ou social. São tantas as contribuições da Pós-Graduação para a sociedade brasileira que facilita as contribuições desta na memória daqueles que as vivenciaram ou ainda a vivenciam. Nesse sentido, reconstituir a história da Pós-Graduação no Brasil é trazer à memória individual das pessoas fatos referentes a este nível de ensino, confrontando-os com a memória coletiva da sociedade, como forma de compreender sua história e memória.

Desse modo, este capítulo contempla uma reconstituição das políticas educacionais que possibilitaram a expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, com o intuito de melhor compreender a sua gênese no Brasil, em nível de Mestrado em Educação; rememorando a história e a memória dos Planos Nacionais de Pós-Graduação; bem como procedendo uma reflexão sobre a atuação das agências de fomento a pesquisa e Pós-Graduação no país, especificamente, CAPES e CNPq e colocando em realce a história da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

### **1.1 Gênese da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil: o Mestrado em Educação**

A expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil e a melhoria de sua qualidade são referências para o progresso da nação, pois tal expansão possibilita a qualificação

profissional, o desenvolvimento da pesquisa científica, e oferece ao país certo grau de independência científica e cultural, por proporcionar através de seus objetivos e diretrizes a difusão do saber e da cultura na sociedade, permitindo o uso de mecanismos necessários para uma possível transformação social.

Pensar a Pós-Graduação é refletir sobre seu papel social e compreender sua importância na produção, difusão e utilização do conhecimento científico e filosófico. Assim, para se compreender a gênese da Pós-Graduação brasileira, é necessário reconstituir a sua história e a sua memória para que através deste retorno ao passado, seja possível refletir sobre a relevância da mesma na sociedade atual.

Nesse sentido, é oportuno o uso da memória na pesquisa histórica, pois a memória “[...] cria um imaginário histórico definido pela apropriação pessoal e pela doação de um sentido peculiar a uma determinada trajetória de contato e de construção de um patrimônio cultural comum.” (SOUZA, 2000, p. 15).

A Pós-Graduação no Brasil apresenta, desde sua gênese até 2010, um grande caminho percorrido em busca da produção do conhecimento científico. Dessa forma, olhando para este caminho, verifica-se que “Os primeiros passos da pós-graduação no Brasil foram dados na década de 1930, na proposta do Estatuto das Universidades Brasileiras, em que Francisco Campos propunha a implantação de uma pós-graduação nos moldes europeus.” (SANTOS, 2003, p. 628). Estes passos iniciais, ainda que pequenos, foram essenciais para o país, embora nesta reforma a palavra Pós-Graduação não tenha sido utilizada no Decreto de nº 19. 851 de 11 de abril de 1931, uma vez que nele “[...] foram previstos cursos de especialização e aperfeiçoamento, assim como os de doutoramento, que figuravam entre os que deveriam ser ministrados pela então Universidade do Rio de Janeiro, que foi reestruturada por ocasião da mesma reforma.” (GÓES, 1972, p. 224).

O autor citado aponta dentre os cursos que deveriam ser realizados nas instituições de ensino profissional superior, cursos de especialização e doutoramento, não aparecendo o termo Pós-Graduação, segundo reza o Decreto nº 19. 851/31:

**Art. 35.** Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

- a) cursos normais, nos quais será executado, pelo professor catedrático, o programa oficial da disciplina;
- b) cursos equiparados, que serão realizados pelos docentes livres, de acordo com o programa aprovado pelo Conselho técnico-administrativo de cada instituto, e que terão os efeitos legais dos cursos anteriores;

- c) cursos de aperfeiçoamento que se destinam a ampliar conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados domínios da mesma;
  - d) cursos de especialização, destinados a aprofundar, em ensino intensivo e sistematizado, os conhecimentos necessários a finalidades profissionais ou científicas;
  - e) cursos livres, que obedecerão a programa previamente aprovado pelo Conselho técnico-administrativo do instituto onde devem ser realizados, e que versarão assuntos de interesse geral ou relacionados com qualquer das disciplinas ensinadas no mesmo instituto;
  - f) cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em benefício coletivo, a atividade técnica e científica dos institutos universitários.
- [...]

**Art. 39.** Os cursos de aperfeiçoamento e de especialização poderão ser organizados e realizados pelo professor catedrático, ou pelos docentes livres, cabendo ao Conselho técnico-administrativo autorizar esses cursos, aprovar os respectivos programas e expedir instruções relativas a seu funcionamento. Parágrafo único. Os mesmos cursos poderão ainda ser realizados, de acordo com a resolução do Conselho técnico-administrativo, por especialistas de alto valor e reconhece da experiência.

[...]

**Art. 90.** Além dos diplomas e certificados referidos nos artigos e parágrafos anteriores, os institutos universitários de que trata o art. 5º, item I, expedirão diplomas de doutor quando, após a conclusão dos cursos normais, técnicos ou científicos, e atendidas outras exigências regulamentares dos respectivos Institutos, o candidato defender uma tese de sua autoria.

§ 1º A tese de que trata este artigo, para que seja aceita pelo respectivo instituto, deverá constituir publicação de real valor sobre assunto de natureza técnica ou puramente científica.

§ 2º A defesa de tese será feita perante uma comissão examinadora, cujos membros deverão possuir conhecimentos especializados da matéria. (BRASIL, 1931, p. 10, 11 e 18)<sup>5</sup>.

O texto da Lei discorre, conforme mencionado no Decreto, sobre cada curso que deveria compor os institutos de ensino profissional superior, especificando cada um destes, como os de especialização e doutoramento. Quanto ao último curso, a lei salienta que o candidato a este título precisaria, após concluir cursos normais, técnicos ou científicos defender uma tese, de cunho científico de autoria própria.

Como se percebe, não aparece neste Decreto o termo Pós-Graduação, pois conforme Santos (2003), apenas “Na década de 1940 foi pela primeira vez utilizado formalmente o termo ‘pós-graduação’ no Artigo 71 do Estatuto da Universidade do Brasil [...]” (p. 628). Este estatuto foi aprovado pelo Decreto nº 21.321, de 18 de junho de 1946, que elucidava os tipos de cursos universitários.

---

<sup>5</sup> Redação igual ao texto original.

**Art. 71.** Os cursos universitários serão os seguintes:

- a) cursos de formação;
- b) cursos de aperfeiçoamento;
- c) cursos de especialização;
- d) cursos de extensão;
- e) cursos de pós-graduação;
- f) cursos de doutorado.

[...]

**Art. 74.** Os cursos de especialização serão os destinados a ministrar conhecimentos aprofundados nos diferentes ramos de estudos filosóficos, científicos, artísticos ou técnicos, pela forma estabelecida no regimento e de acôrdo com programas prèviamente aprovados pela Congregaçãõ.

[...]

**Art. 76.** Os cursos de pós-graduação, destinados aos diplomados, terão por fim especial a formação sistemática de especialização profissional, de acôrdo com o que fôr estabelecido pelo regimento.

**Art. 77.** Os cursos de doutorados serão criados pelas escolas e faculdades e definidos nos respectivos regimentos, segundo as conveniências específicas. (BRASIL, 1946, p. 14 - 15).

Observa-se que o referido Decreto além de apontar os cursos de Pós-Graduação pela primeira vez com este termo, como salienta Santos (2003), traz ainda, a denominação de cursos universitários para os cursos de Especialização e Doutorado, sendo que estes já haviam sido citados no Decreto de nº 19. 851 de 11 de abril de 1931. Ocorre que o Decreto de nº 21.321, de 18 de junho de 1946 expõe claramente as especificações de cada curso, sendo que de acordo com este texto da lei, os cursos de Pós-Graduação eram destinados àqueles que já haviam adquirido diploma de graduação, objetivando uma “formação sistemática de especialização profissional”.

A esse respeito, Almeida e Borges (2007) destacam que os princípios listados nesse Decreto nº 21.321 avançaram na criação das universidades, porém não possibilitaram uma efetiva implantação da Pós-Graduação no Brasil. Em virtude disto, os referidos autores registram que na década de 1950 foram firmados acordos entre Estados Unidos e Brasil, o que propiciou a abertura de convênios através de intercâmbios entre escolas e universidades dos Estados Unidos e Brasil, favorecendo estudantes, professores e pesquisadores brasileiros. Sobre este novo cenário, Góes (1972) destaca que devido às transformações sociais do país a aspirarem cada vez mais uma educação superior, inicia-se um processo de expansão do ensino superior com a criação de numerosas universidades ou escolas isoladas. Contudo, o país não possuía um corpo docente qualificado que possibilitasse o funcionamento dos centros de formação recém formados e os já existentes que apresentavam também esta carência. Com



isso, surge um novo mercado de trabalho que exige maior qualificação para o pessoal que iria ocupar as novas posições oferecidas.

O processo de desenvolvimento do país com o crescimento dos setores da economia e expansão do ensino superior exigia a qualificação de docentes aptos a formar profissionais para uma sociedade em desenvolvimento. Dentro deste processo, foram criados, conforme Góes (1972), o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES) que favoreceram a formação de pessoal qualificado através dos cursos para pessoas portadoras do diploma de Graduação. A implantação destas agências de fomento será discutida no tópico 1.3 desta dissertação, uma vez que elas têm contribuído para o crescimento do país, através do incentivo que fornecem a pesquisa e a Pós-Graduação.

Somente a partir da década de 60 do século XX é que ocorre uma movimentação por parte das instituições de ensino brasileiras com o fim de implantar cursos de Mestrado em diversas áreas. A sociedade, de certa forma, já estava ciente desta necessidade, como corrobora Santos (2003):

O grande impulso para os cursos de pós-graduação do Brasil só se deu na década de 1960. Já no início da década houve uma iniciativa importante na Universidade do Brasil na área de Ciências Físicas e Biológicas (segundo o modelo de *graduate schools* norte-americanas), resultado de um convênio com a Fundação FORD, e outra na mesma universidade, na área de Engenharia, com a criação da Comissão Coordenadora dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (COPPE). É também do começo da década a implantação do mestrado em Matemática da Universidade de Brasília, o doutorado do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, o mestrado e doutorado na Escola Superior de Agricultura de Viçosa, na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, assim como os cursos de pós-graduação no ITA e na UNB. (p. 628, grifo do autor).

Consolida-se, no Brasil, a implantação dos cursos de Pós-Graduação, em níveis de Mestrado e Doutorado na década de 60 do século XX. Aliada a esta implantação surge a necessidade de regulamentação desses cursos, fato este que ocorreu mediante a criação dos cursos de Pós-Graduação, originados através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, que no seu teor continha certas imprecisões, pois a referida lei não determinava a natureza da Pós-Graduação. Sobre esta LDBN, Fávero (1977) destaca que esta lei não determinava a natureza, nem tampouco as funções da Pós-Graduação. Nesse sentido, o Art. 69 da LDBN 4.024/61 preconiza:

Art. 69. Nos estabelecimentos de ensino superior podem ser ministrados os seguintes cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente, e obtido classificação em concurso de habilitação;
- b) de pós-graduação, abertos a matrícula de candidatos que hajam concluído o curso de graduação e obtido o respectivo diploma;
- c) de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e os requisitos que vierem a ser exigidos. (BRASIL, 1961, p. 8).

Conforme Maciel (1979), este escrito da lei não apresentava definição clara do que seria cada curso mencionado, como se pode observar ao ler o texto. Dessa forma, este fato poderia ser positivo no sentido de que iria permitir às instituições docentes experimentarem a realização de tais cursos, possibilitando mais tarde uma possível sistematização dos mesmos, já que até então não havia uma lei que apontasse a natureza e as funções dos cursos de Pós-Graduação.

Devido à fragilidade desta lei em relação aos cursos de Pós-Graduação, o então Ministro da Educação e Cultura, do período de 1964 a 1966, Flávio Suplicy Lacerda, solicitou à Câmara de Ensino Superior do Conselho Federal de Educação – CFE que definisse e regulamentasse os cursos de Pós-Graduação. A partir desta iniciativa, surgiu o Parecer nº 977/65 que foi aprovado em 03 de dezembro de 1965 e teve como relator Newton Sucupira e como membros do conselho: A. Almeida Júnior, que neste momento era o presidente do Conselho do Ensino Superior, Clovis Salgado, José Barreto Filho, Newton Sucupira (mencionado como relator do parecer), Maurício Rocha e Silva, Durmeval Trigueiro, Anísio Teixeira, Rubens Maciel, Alceu Amoroso Lima e Valnir Chagas. Como ilustração transcrevemos a parte inicial do Parecer em referência:

**Parecer n.º 977/65, C. E. Su., aprov. Em 3-12-1965.** - O Sr. Ministro da Educação e Cultura, considerando a necessidade de implantar e desenvolver o regime de cursos de pós-graduação em nosso ensino superior e tendo em vista a imprecisão, que reina entre nós, sobre a natureza desses cursos, solicita ao Conselho pronunciamento sobre a matéria que defina e, se for o caso, regulamente os cursos de pós-graduação a que se refere a letra **b** do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases. (BRASIL, 1965, p. 67, grifo do autor).

Este parecer, também conhecido como Parecer Sucupira, tornou-se um marco referencial para a Pós-Graduação brasileira, uma vez que cumpriu satisfatoriamente o pedido do então Ministro da Educação e Cultura, pois além de definir e regulamentar a Pós-Graduação marca a origem histórica da mesma, bem como a necessidade de sua difusão no Brasil. Dessa forma, a Pós-Graduação foi diferenciada dos cursos de especialização pela LDB nº 4.024/61 em seu art. 69, como aponta o Parecer 977/65:

Desta breve análise do art. 69 podemos concluir, com fundamento, que a intenção da lei foi atribuir **status** especial à pós-graduação, distinguindo-a dos cursos de simples especialização. Se esta interpretação é exata parece-nos legítimo aplicar-se aos cursos de que trata a alínea **b** o conceito que formulamos de pós-graduação **sensu stricto**, isto é, o sistema de cursos regulares que se superpõem à graduação, visando desenvolver, em amplitude e profundidade, os estudos feitos nos cursos de graduação e conduzido à obtenção do grau acadêmico. (BRASIL, 1965, p. 80, grifo do autor).

Assim, a Pós-Graduação *Sensu Stricto*<sup>6</sup> se difere da especialização em diversos sentidos, uma vez que tem objetivos científicos e natureza acadêmica e de pesquisa, conferindo grau acadêmico através de diplomas registrados pelo Ministério da Educação, enquanto os cursos de especialização têm objetivo prático-profissional e se limitam a certas áreas do saber, concedendo certificados ao invés de diplomas na conclusão do curso. Para Cury (2005), esta diferenciação no parecer nº 977/65 entre *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* na Pós-Graduação se deu em consequência da natureza da mesma. A primeira referia-se aos cursos após a graduação e visa formar o profissional de forma mais especializado tendo como exemplo os cursos de especialização, enquanto, que a *Stricto Sensu* visa atender a estudos e pesquisas avançadas de modo que o nível acadêmico seja de alta qualidade científica em área de um conhecimento específico. Segundo o autor, embora a última prepare para atuar em setores profissionais, ela tem caráter essencialmente científico, enquanto, que a primeira tem caráter prático e profissional.

Após tal diferenciação, convém destacar que a Pós-Graduação *Sensu Stricto* foi assim definida pelo Parecer Sucupira “[...] **o ciclo de cursos regulares em seguimento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação**

---

<sup>6</sup> Expressão utilizada no Parecer 977/65.

**adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico.”**  
(BRASIL, 1965, p. 74, grifo do autor).

O referido Parecer aponta a composição da Pós-Graduação em dois níveis, sendo eles o Mestrado e o Doutorado. Entretanto, embora o Mestrado antecipe o Doutorado, esse também pode ser “indispensável à inscrição no curso de doutorado [...] pode ser encarado como etapa preliminar na obtenção do grau de doutor ou como grau terminal.” (BRASIL, 1965, p. 85).

O grau de mestre é atribuído ao pós-graduado que termina o curso no período determinado, que cumpre as exigências mínimas necessárias ao curso, como estudo das matérias, submissão a exames, seminários e defesa de uma dissertação de Mestrado perante uma banca examinadora que o avalia. Esta dissertação deve ser elaborada ao longo do curso, mediante uma pesquisa feita pelo pós-graduando com fontes primárias e secundárias.

Em relação à influência de modelos estrangeiros de Pós-Graduação que influenciaram a construção do sistema de Pós-Graduação brasileira, vale destacar nas palavras do Relator do Parecer nº 977/65 que “[...] O importante é que o modelo não seja objeto de pura cópia, mas sirva apenas de orientação [...] tomaremos como objeto de análise a pós-graduação norte-americana, cuja sistemática já aprovada por uma longa experiência tem servido de inspiração a outros países [...]” (BRASIL, 1965, p. 74).

Assim, o molde norte-americano cooperou para a construção do nosso modelo, mas o sistema de Pós-Graduação brasileira recebeu outra orientação, como a européia, pois, Saviani (2006, p. 151) destaca que “[...] se a estrutura organizacional se inspirou no modelo americano, o espírito com que se deu a implantação dos programas foi grande parte influenciado pela experiência européia, particularmente da Europa Continental”. Sobre tais influências que incidiram sobre a Pós-Graduação brasileira, Lüdke considera:

No Brasil, as influências desses dois modelos sumariamente esboçados, o francês e o norte-americano, foram sendo assimiladas ao lado de outras influências. E, com base em nossas necessidades e em nossos recursos, foi-se constituindo um sistema novo, próprio, com características originais, embora mostrando marcas daquelas influências. (2005, p. 121).

Com a formação de um modelo próprio de Pós-Graduação, embora com marcas daqueles modelos que o influenciaram, o Brasil pôde construir seu próprio sistema de estudos

pós-graduados que, aliado a outros fatores, como o financiamento de programas de pesquisa e Pós-Graduação, auxiliaram a caminhar rumo à produção do conhecimento científico.

Rememorando tais fatos, verifica-se, de acordo com Hamburger (1980), que nos anos seguintes ao Parecer Sucupira, algumas razões induziram o Governo Federal a incentivar os cursos de Pós-Graduação, uma vez que:

[...] De um lado os economistas e técnicos encarregados dos grandes projetos de desenvolvimento econômico constatavam, na época, a grande carência de pessoal altamente qualificado para gerir estes projetos. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE, criou então um fundo especial para financiar programas de pesquisa e pós-graduação, o FUNTEC, que em poucos anos se tornou o maior agente financiador de pesquisa do país. A pós-graduação era vista como a escola que formaria os técnicos de alto nível necessários para o desenvolvimento nacional. (HAMBURGER, 1980, p. 83).

Assim, segundo o autor, a Pós-Graduação formaria professores de forma que atendesse a expansão tanto quantitativa como qualitativamente do Ensino Superior, sendo que o segundo aspecto aconteceu em consequência da crescente expansão deste nível de ensino naquele período. Nesse sentido, a implantação da Pós-Graduação está vinculada tanto ao projeto de desenvolvimento econômico quanto à política educacional vigente naquele momento.

A partir destes incentivos do Governo Federal, a Pós-Graduação pode se expandir no Brasil, através tanto das contribuições financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, BNDE, por meio do FUNTEC<sup>7</sup> quanto das próprias políticas educacionais. Hamburger (1980) destaca que estas políticas educacionais no final da década de 60 do século XX tinham influência estrangeira, através dos acordos MEC-USAID<sup>8</sup>. Tais políticas visavam algumas reformas, como a reforma universitária, exames vestibular classificatório, expansão das instituições de ensino superior da rede particular, dentre outras. O mencionado autor destaca ainda, que dentre tais medidas, a que se tornou mais efetiva foi a implantação da Pós-Graduação, que recebeu um bom suporte financeiro:

---

<sup>7</sup> FUNTEC – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Conforme Toressan (2009, p. 36), este fundo “[...] abriu linhas de financiamento para a pesquisa tecnológica nas indústrias”.

<sup>8</sup> É a união das siglas Ministério da Educação (MEC) e United States Agency for International Development (USAID).

Esses programas foram implantados de modo que dispuseram de facilidades administrativas e financeiras desconhecidas de qualquer outra instância universitária. Eles recebiam recursos diretamente das agências de fomento, e só a elas deviam prestar contas, em geral bastante simplificadas. A liberdade de emprego dos recursos era bem grande, até mesmo para contratar funcionários fora do quadro. Podiam, também receber professores visitantes sem o aval dos departamentos e até mesmo impor-lhes novos docentes. Os professores engajados nos programas raramente trabalhavam no ensino de graduação e na administração universitária, circunscrevendo suas atividades à pesquisa e ao ensino nos cursos de mestrado e de doutorado. (CUNHA, 2007, p. 187 – 188).

Fatores como estes citados por Cunha favoreceram a implantação dos cursos de Pós-Graduação no Brasil. Assim, ao se reconstituir a história e a memória da implantação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, vale ressaltar que o primeiro curso de Mestrado em Educação foi criado em 1966 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio, sendo que, de acordo com Ramalho e Madeira (2005), a partir deste primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, em nível de Mestrado no Brasil, foi iniciado um processo de instalação e regulamentação de cursos e programas de Pós-Graduação que perdura até hoje.

A partir da iniciativa da PUC - Rio que desde 1965 já havia, de acordo com Fávero (2005, p. 38), planejado um “[...] programa conjunto de psicologia e pedagogia, que deu origem ao curso de mestrado em educação, iniciado no ano seguinte, com duas áreas de concentração [...]”. A exemplo destas, outras iniciativas surgiram, como o Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Educacional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP em 1969, uma vez que ambos “[...] datam da segunda metade da década de 1960 [...]” (FERRARO, 2005, p. 51).

Dessa forma, percebe-se que o cuidado apresentado pelo Parecer 977/65 em caracterizar a Pós-Graduação para então regulamentá-la, sendo este um dos objetivos do Parecer, foi essencial para implantação dos referidos programas, como os da PUC-Rio e da PUC-SP. Nesse sentido, citamos Hamburger ao elucidar 03 (três) medidas governamentais que possibilitaram a implantação da Pós-Graduação no Brasil:

1.º) a estruturação da carreira Universitária, exigindo graus pós-graduados dos professores como condição para promoção. A carreira é dividida em vários níveis hierárquicos e a passagem de um nível para o superior só é possível mediante obtenção de um título acadêmico superior e/ou um concurso de títulos e provas. Obrigava-se assim os professores universitários

a seguirem os cursos de pós-graduação. 2.º) O financiamento dos programas de pós-graduação e pesquisa por órgãos como o BNDE, CNPq, FINEP, CAPES e outros durante os últimos 12 anos tem sido muito mais fácil para os professores e administradores universitários obter verbas para programas de pós-graduação e pesquisa do que para o ensino de graduação. Houve um estímulo financeiro claro para o estabelecimento de programas de pós-graduação, e o número de bolsas de estudo também aumentou muito. 3.º) A regulamentação acadêmica da pós-graduação, iniciada com o parecer Sucupira. De forma geral, esta regulamentação segue muito de perto a regulamentação das Universidades norte-americanas. Este tripé de medidas garantiu a rápida implantação da pós-graduação no Brasil. (1980, p. 83 – 84).

Este conjunto de medidas governamentais viabilizou a implantação dos cursos pós-graduados no Brasil, favorecendo além da criação, a sua expansão no país. Assim, a estruturação da carreira universitária, o financiamento dos programas de Pós-Graduação e pesquisa, e também o Parecer Sucupira, favoreceram este processo de implantação. Em relação ao Parecer n.º 977/65 e ao Parecer n.º 77/69, bem como à implantação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em Nível de Mestrado da PUC – Rio e da PUC – SP, Saviani ratifica:

Desencadeia-se, a partir daí, a fase de implantação da pós-graduação em educação *stricto sensu*. Chamo a esta fase de período heróico porque foi necessário criar as condições praticamente a partir do nada. Servindo-se de doutores formados no exterior ou pelo processo do doutorado direto previsto nos Estatutos e Regimentos das universidades, aos quais se agregaram mestres também formados no exterior e, em seguida, aqueles alunos titulados nos programas pioneiros do mestrado instalados no país, a pós-graduação foi sendo implantada suprindo-se a carência de infra-estrutura com muito trabalho e criatividade [...] (2006, p. 140).

A Pós-Graduação brasileira teve que ultrapassar alguns percalços que encontrou no decorrer de sua trajetória em busca de sua implantação e expansão, como: vencer as dificuldades relacionadas à infra-estrutura e buscar ajuda inclusive de outros países que colaboraram na formação de Mestres e Doutores.

Balbatchevsky (2005) salienta que o governo brasileiro lançou um projeto que visava capacitar pesquisadores brasileiros, formando assim recursos humanos altamente qualificados no exterior, através de bolsas de Pós-Graduação. Assim, este projeto oportunizou a formação de brasileiros no exterior com auxílio nacional, o que dificilmente ocorria, pois a autora destaca que até meados dos anos 60 do século XX predominavam auxílios estrangeiros, como

as da Fundação Ford e a Fundação Rockefeller. Cabe destacar, ainda, que estes profissionais retornavam ao Brasil, aptos a atuarem junto aos programas de Pós-Graduação que estavam sendo criados, sendo tal atuação decisiva para a formação de um dinamismo próprio nos Programas Pós-Graduados do país. Destarte, “[...] Foi essa nova geração de cientistas formados no exterior que deu conteúdo acadêmico para a pós-graduação no Brasil [...]” (BALBACHEVSKY, 2005, p. 279).

Todos estes fatores mencionados favoreceram a implantação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no país. Nesse sentido, Sucupira (1972) na *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* aponta outro fato que contribuiu para a implementação do projeto de Pós-Graduação no Brasil: a Reforma Universitária. Com a finalidade de preservar o elevado nível acadêmico, a Reforma determinou o credenciamento dos cursos de Mestrado e Doutorado pelo Conselho Federal de Educação, pois sem este registro os diplomas de Mestre e Doutor não teriam validade e os que cursavam não teriam acesso as regalias que esse nível de ensino lhes asseguraria. Apesar disso, o autor considerava importante a implantação da Pós-Graduação uma vez que a mesma garantiria a expansão e o aperfeiçoamento do Ensino Superior e da pesquisa científica, instituída como uma política educacional nacional de Pós-Graduação pelo Decreto-Lei nº 63.343 de 01 de outubro de 1968 através dos Centros Regionais de Pós-graduação. Para Sucupira, estes Centros estão nas:

[...] Universidades, por iniciativa própria e com recursos humanos e materiais próprios, não poderiam implantar, pelo menos a curto prazo, a pós-graduação nas diferentes áreas de conhecimento, ao nível correspondente à natureza e objetivos de tais cursos. Daí a necessidade de uma política que mobilize recursos, concentrando-os em centros devidamente selecionados. (p. 220).

Verifica-se que a Reforma Universitária tinha o propósito de manter num nível elevado a natureza da Pós-Graduação e a necessidade de políticas que propiciassem a preservação desse nível de ensino, visto que os recursos necessários para estruturar e organizar estes cursos ainda eram poucos e havia a necessidade destes para manter o status da Pós-Graduação, uma vez que a característica marcante destes cursos era a excelência. Dessa forma, Sucupira (1972), caracterizando a Reforma Universitária, destaca seus pontos principais, entre eles temos:



1. Integração estrutural e funcional da universidade tendo por base o princípio de não duplicação dos meios para fins idênticos ou equivalentes, de modo a assegurar a plena utilização dos recursos empregados em sua manutenção e funcionamento.  
[...]
7. Criação de uma superestrutura de cursos de pós-graduação, conferindo os graus de mestre e doutor.  
[...]
9. Instituir progressivamente o regime de tempo integral para o corpo docente, proporcionando-se remuneração condigna. (p. 219).

Em relação à Reforma Universitária, vale destacar como importante e oportuno a formação de um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU) que foi designado para estruturar tal reforma. De acordo com Oliveira (1995), o GTRU elaborou um longo relatório contemplando vários aspectos do Ensino Superior brasileiro, tais como a organização, o funcionamento e ainda o financiamento deste grau de ensino. Conforme a autora, a partir deste relatório foi emanada a Lei 5.540/68. Esta lei foi aprovada em 28 de novembro de 1968 e fixou as normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com a escola média, apresentando ainda outras providências. Nesse sentido, a referida Lei discorre sobre os cursos de Pós-Graduação nos Artigos 17 e 24.

Art. 17. Nas universidades e nos estabelecimentos isolados de ensino superior poderão ser ministradas as seguintes modalidades de cursos:

- a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular;
- b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso;
- c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes;
- d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos.

[...]

Art. 24. O Conselho Federal de Educação conceituará os cursos de pós-graduação e baixará normas gerais para sua organização, dependendo sua validade, no território nacional, de os estudos neles realizados terem os cursos respectivos, credenciados por aquele órgão. (BRASIL, 1968, p. 4-5).

A Lei 5.540/68 discorre sobre as modalidades de cursos que compõem o Ensino Superior, sendo um deles a Pós-Graduação e atribui ao Conselho Federal de Educação - CFE

a função de conceituar estes cursos e também de baixar normas para sua organização. De acordo com Fávero (1977), foi a partir da promulgação da Lei nº 5.540/68 que a Pós-Graduação brasileira passou a ser institucionalizada. Sobre este fato, Cury (2005) destaca que tal institucionalização direcionava-se:

[...] no sentido de um Sistema Nacional de Pós-Graduação – cuja necessidade foi reforçada pela lei nº 5.539/68, que modifica o Estatuto do Magistério – e impôs a titulação pós-graduada *stricto sensu* como condição para progressão na carreira docente das universidades. A lei nº 5.540/68 atribuiu explicitamente ao CFE, no seu art. 24, a competência para conceituar a pós-graduação [...]. (p. 16).

Da Lei nº 5.540/68 emanou o Parecer n.º 77/69, do Conselho do Ensino Superior do CFE, relatado por Newton Sucupira e aprovado em 11 de fevereiro de 1969, sendo este Parecer uma das normas legais que orientaram as políticas educacionais que favoreceram a Pós-Graduação, uma vez que estipulou as normas de credenciamento dos cursos de Pós-Graduação, como foi solicitado pela Lei 5.540/68:

Art. 1.º - [...] os cursos de pós-graduação devem ser credenciados pelo Conselho Federal de Educação, nos termos da Lei 5540 de 28 de novembro de 1968.

[...]

Art. 4.º - É condição para o credenciamento de cursos de pós-graduação que a instituição demonstra o alto nível atingido pelos cursos de graduação que ministra na mesma área do conhecimento, ressalvada a execução prevista no art. 3.º.

Art. 5.º - O pedido de credenciamento deverá incluir documentação relativa aos seguintes itens:

- 1) natureza jurídica da instituição e sua tradição de ensino e pesquisa;
- 2) capacidade financeira para a manutenção do curso;
- 3) edifícios e instalações adequadas ao funcionamento do curso;
- 4) qualificação do corpo docente;
- 5) equipamentos e laboratório;
- 6) biblioteca;
- 7) organização e regime didático - científico;
- 8) dados referentes aos estudantes. (BRASIL, 1969, p. 128-129).

Nos artigos do Parecer n.º 77/69 observam-se algumas das condições exigidas para o credenciamento dos cursos Pós-Graduados, exigências estas que oportunizaram o credenciamento pelo Conselho Federal de Educação apenas dos programas que realmente estivessem habilitados a manter cursos de Mestrado e Doutorado. Em depoimento à *Revista*

*Brasileira de Educação*, em uma edição especial em homenagem aos 40 (quarenta) anos da Pós-Graduação em Educação, Lüdke aponta:

[...] o parecer nº 77/69 do CFE, estipula as condições de credenciamento dos cursos de pós-graduação, fixando as exigências explicitadas e defendidas no parecer nº 977/65. O processo de credenciamento, e credenciamento a cada cinco anos, deveria assegurar o cumprimento dessas exigências, por todos os programas, ‘para que seus diplomas gozem de validade em todo o território nacional’. Para atender a essa exigência, mantida até os dias atuais, lembro muito bem que os coordenadores se concentravam na tarefa ingente de reunir e organizar todas as informações importantes do programa, para apresentação à comissão avaliadora, que viria visitá-lo e faria um relatório detalhado, mediante o qual seu credenciamento seria ou não renovado. Por certo esse mecanismo era um forte auxiliar na manutenção do modelo original, proposto para os nossos programas de mestrado e doutorado. (2005, p. 120).

Nesse sentido, ao estipular as condições de credenciamento dos cursos de Pós-Graduação, o Parecer n.º 77/69 do Conselho Federal de Educação visava manter o caráter de excepcionalidade de tais cursos, como assim propôs em suas linhas ao destacar sua natureza que “implica alta seletividade intelectual”, salientada pelo Parecer n.º 977/65, demonstrando que apenas instituições que preenchessem os requisitos de habilitação estariam aptas a terem seus cursos de Mestrado e Doutorado credenciados junto ao Conselho Federal de Educação.

Ao rememorar a história da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, não se pode esquecer de destacar o período do regime militar, pois foi neste momento “[...] que a Pós-Graduação se desenvolveu como patrimônio institucional da qualificação de docentes e como elemento fundamental da criação de um sistema nacional de ciência e tecnologia [...]” (CURY, 2005, p. 15). Tal desenvolvimento era decorrente da forma de governo deste período, que almejava uma expansão não apenas econômica, mas também educacional, através do acesso ao Ensino Superior, acarretando a necessidade de qualificar os docentes deste nível de ensino e dos demais também, sendo o Mestrado e o Doutorado programas capazes de oferecer a qualificação necessária aos docentes, tanto da Educação Básica quanto do Ensino Superior.

Dessa forma, Ramalho e Madeira (2005) destacam que tanto o crescimento da Pós-Graduação em Educação, como nas outras áreas aconteceram dentro de um quadro de modernização conservadora, comandado desde as suas origens pelo regime militar que tinha como uma das suas metas no pós-64 qualificar recursos humanos para todos os níveis de ensino, inclusive preparando pesquisadores de alto nível.

Para os autores, a expansão da Pós-Graduação nos anos de 1970 se deu sob o regime autoritário do período militar, como também em consequência do crescimento do Ensino Superior decorrente deste período e resultante do pacto político de sustentação do governo. A política educacional vigente naquele momento para Pós-Graduação era uma forma de qualificar o quadro docente improvisado no sistema federal, especialmente no Norte e Nordeste garantindo uma qualidade acadêmica e didática ao Ensino Superior, designado nos anos de 1970 de terceiro grau.

O regime militar beneficiou a Pós-Graduação, pois foi neste contexto, impulsionado pelas metas de tal regime e pelo apoio das agências de fomento, que a Pós-Graduação veio a se desenvolver, expandindo, inclusive o número de seus programas em todo o país, propiciando aos estudantes, ainda que de forma restrita, maiores possibilidades de ingresso em um curso de Mestrado ou Doutorado. “[...] Em 1965, o Conselho Nacional de Educação identificou ao todo 38 programas de pós-graduação: 27 mestrados e 11 doutorados. Dez anos depois, em 1975, o Brasil já contava com 429 programas de mestrado e 149 de doutorado [...]” (BALBACHEVSKY, 2005, p. 281).

Com o propósito de alcançar seus objetivos, os programas de Pós-Graduação em nível de Mestrado em Educação, acompanharam o processo de desenvolvimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* do país. Dessa forma, a década de 70 do século XX é marcada pela implantação de vários programas de Mestrado em Educação no Brasil. Este fato assinala no contexto educacional um momento de avanço, pois passaram a existir no Brasil cursos de excelência que qualificavam profissionais para a docência e para a pesquisa científica. Nesse viés, utilizamos a periodização proposta por Saviani (2006) que apresenta a trajetória da Pós-Graduação em Educação marcada por fases, sendo a primeira delas a fase de implantação, que surge após o Parecer nº 977/65.

A fase de implantação atinge o seu ápice nos dois anos seguintes. Com efeito, em 1971 surgem quatro programas: o da Universidade de São Paulo, o da Federal Fluminense, o mestrado em Filosofia da Educação da PUC de São Paulo e o programa de pós-graduação no Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE) da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, na Universidade Metodista de Piracicaba, então Instituto Educacional Piracicabano, e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. O processo de implantação tem seqüência em 1973 com o mestrado em Ensino de Ciências da USP, em 1974 com o Programa da Universidade de Brasília e em 1975 com o Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICAMP e o Programa de Supervisão e Currículo da PUC-SP, continuando nos anos subseqüentes. Pode-se, contudo, considerar que a fase de implantação já se completara uma vez que

em 1976 tem início a instalação do nível de doutorado num claro indício de que se iniciava o período de consolidação da Pós-Graduação em Educação em nosso país. (SAVIANI, 2006, p. 142).

Verifica-se pela quantidade de programas implantados que o início da década de 70 do século XX foi marcado pela criação de diversos cursos de Mestrado em Educação no Brasil, ressaltando-se a fase de implantação da Pós-Graduação em Educação que, conforme o referido autor, perdurou até 1975 uma vez que em 1976 iniciou-se a fase de Consolidação, com o surgimento dos cursos de Doutorado.

Em 1976, ao mesmo tempo em que são criados os programas de mestrado em educação da Universidade Federal de São Carlos e da Universidade Federal do Paraná, surgem os programas de doutorado da PUC do Rio Janeiro e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A expansão do mestrado prossegue com a abertura de dois programas em 1977 (universidades federais do Ceará e da Paraíba), quatro em 1978 (universidades federais do Rio Grande do Norte, de Pernambuco, do Espírito Santo e o Programa de Educação Especial na Federal de São Carlos) e mais dois em 1979 (Universidade Estadual do Rio de Janeiro e o programa de Distúrbios da Comunicação da PUC-SP). Paralelamente tem seqüência o processo de instalação do nível de doutorado com a abertura do Doutorado em Filosofia da Educação na USP, em 1978, na UFRJ e na UNICAMP, em 1980, e o Doutorado em Psicologia Educacional na PUC-SP, em 1982. (SAVIANI, 2006, p. 143-144).

Essa fase de consolidação é marcada também pela criação de programas de Mestrado e de Doutorado, sendo que durante certo intervalo de tempo não houve a criação destes programas no Brasil. Dessa forma, entre 1979 e 1984 não surgiram novos programas de Mestrado e entre 1982 e 1989 não foram implantados novos programas de Doutorado de acordo com o referido autor:

Observa-se que a fase de consolidação se completa aí no início da década de 1980 quando se reduz o ritmo de abertura de novos programas. De fato, durante cinco anos (entre 1979 e 1984) não surgem novos mestrados. E quanto ao doutorado, o lapso de tempo é ainda maior, não havendo a ocorrência de novos programas ao longo de sete anos (entre 1982 e 1989). (SAVIANI, 2006, p. 144).

Fato importante a ser mencionado é a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) junto a esses programas, pois como agência de fomento contribuiu, de acordo com Saviani (2006), para a consolidação da Pós-Graduação no país, através de apoio concedido para criação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação no Brasil (ANPEd), em 1978, e do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD), em 1976.

Saviani destaca ainda a terceira fase da Pós-Graduação em Educação, a fase de expansão do Mestrado em Educação, cujo início data da década de 1980. Esta expansão:

[...] é retomada em 1989, na PUC-RS, prossegue em 1990 com o Programa de Supervisão e Currículo da PUC-SP e em 1991 são instalados os doutorados em educação da UFSCar e da UFMG. A partir daí a expansão tende a se acelerar, registrando-se novos programas devidamente reconhecidos pela CAPES, entre eles o da Universidade Federal de Santa Catarina instituído em 1994. Durante esse período alguns poucos programas existiram por um certo período, sendo depois extintos, como ocorreu com as Faculdades do Sagrado Coração de Bauru, hoje Universidade do Sagrado Coração, e com o Instituto Superior de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (IESAE-FGV). (SAVIANI, 2006, p. 144-145).

A fase de expansão marcou o crescimento da Pós-Graduação brasileira, sendo durante esta fase o período de sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96 e do V Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) que vigorou de 2005 a 2010, ambos propiciadores do crescimento da Pós-Graduação brasileira que discorrem em suas linhas sobre a necessidade da Pós-Graduação para o país. Assim, a última década do século XX foi marcada pela criação de diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, sendo um destes o objeto de estudo desta dissertação, o Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, o primeiro curso de Mestrado em Educação do estado, implantado no ano de 1991, que será discutido no capítulo II desta dissertação.

Assim sendo, inúmeros documentos foram essenciais para conhecer os fatores e as políticas educacionais que possibilitaram a implantação, consolidação e a expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil, dentre eles destacam-se os Pareceres de n.º 977/65 e n.º 77/69 do Conselho Federal de Educação e outros documentos normativos, como: decretos e leis citados neste texto que permitiram reconstituir a gênese do Mestrado em

Educação no Brasil. Semelhantes a estes, outros documentos foram essenciais nesse processo, como os Planos Nacionais de Pós-Graduação que serão abordados a seguir.

## 1.2 Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs)

O ato de rememorar a história e a memória dos Planos Nacionais de Pós-Graduação é importante e necessário, pois, de acordo com Lopes e Galvão (2001), a História oportuniza a observação da realidade com paciência, uma vez que o olhar do historiador possibilita uma maior apreensão dos fatos do presente através do retorno ao passado, propiciando a compreensão dos acontecimentos atuais, como afirma Halbwachs:

[...] As datas e os acontecimentos históricos ou nacionais que eles representam [...] podem ser inteiramente exteriores, em aparência pelo menos, às circunstâncias de nossa vida, mas, mais tarde, quando a refletimos, ‘fazemos muita descobertas’, ‘descobrimos o por quê de muitos acontecimentos’. (1990, p. 58).

Nesse sentido, elucidar a história e a memória dos Planos Nacionais de Pós-Graduação ajuda na reflexão sobre a Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil, especificamente o Mestrado em Educação, pois tais planos possibilitaram a institucionalização, a regulamentação e a expansão desses programas de Pós-Graduação no país. “[...] Estrategicamente, os Planos Nacionais de Pós-Graduação – PNPG (2005), constituíram-se, também, a partir de 1975, em outro elemento essencial na construção e desenvolvimento do sistema de pós-graduação.” (ALMEIDA; BORGES, 2007, p. 331).

Devido à relevância destes Planos, é importante trazer à memória alguns pontos importantes para sua criação. Oliveira (1995) aponta que em 1973 foi criada uma comissão especial designada pelo Ministro Jarbas Passarinho para substituir os Centros Regionais de Pós-Graduação. A referida comissão propôs a criação do Conselho Nacional de Pós-Graduação, instituído pelo Decreto 73.411 de 4 de janeiro de 1974. A este conselho cabia sugerir medidas necessárias para coordenar e executar a política nacional de Pós-Graduação. A autora destaca, ainda, que este conselho também incubia-se de “[...] desenvolver o Plano Nacional de Pós-Graduação, aprovado pelo Decreto 76.058 de 30 de julho de 1975.” (p. 67).

Destarte, o I Plano Nacional de Pós-Graduação foi desenvolvido, de acordo com Oliveira (1995), em consonância com a Política Educacional e a Política Científica, políticas

estas que estavam representadas tanto no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)<sup>9</sup> e no Plano Setorial de Educação e Cultura (PSED), assim como no Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDTC).

Dessa forma, o I PNPG que vigorou no período de 1975 a 1979 “[...] é a expressão dos trabalhos iniciais do Conselho Nacional de Pós-Graduação, instituído no Ministério da Educação e Cultura pelo Governo Federal.” (BRASIL, 1975, p. 119). Os trabalhos do Conselho Nacional de Pós-Graduação almejavam observar a real situação da Pós-Graduação no Brasil para propor diretrizes que a consolidassem. As diretrizes apontadas no I PNPG foram:

- 1<sup>a</sup> – institucionalizar o sistema, consolidando-o como atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe um financiamento estável (item 3.1 deste Plano);
- 2<sup>a</sup> – elevar os seus atuais padrões de desempenho e racionalizar a utilização dos recursos, aumentando o rendimento e a produtividade dos processos de trabalho, assegurando a melhor qualidade possível dos cursos (item 3.2 deste Plano);
- 3<sup>a</sup> – planejar sua expansão em direção a uma estrutura mais equilibrada entre as áreas de trabalho educacional e científico e entre as regiões do País minimizando a pressão atualmente suportada por esta parte do sistema universitário, aumentando a eficácia dos investimentos, e ampliando o patrimônio cultural e científico (item 3.3 deste Plano). (BRASIL, 1975, p. 126).

As diretrizes citadas nortearam a ação dos organismos que foram encarregados de tornar exequível a política de Pós-Graduação, para isso, o I PNPG explicitou a conceituação destas diretrizes e as principais medidas tiveram um prazo de 05 (cinco) anos para serem implementadas, sendo que as estratégias de implantação deveriam ocorrer considerando a participação das instituições, que necessitavam adequar suas dificuldades e circunstâncias às diretrizes expostas no I PNPG.

O I Plano Nacional de Pós-Graduação apresentava como objetivo fundamental transformar as universidades em verdadeiros centros de atividades criativas permanentes. Cabe destacar, conforme o I PNPG, que isto só seria possível na medida em que a Pós-Graduação exercesse eficientemente suas funções formativas e praticasse um trabalho de

---

<sup>9</sup> Plano econômico brasileiro lançado no final de 1974 com a finalidade de estimular a produção de insumos básicos, de bens de capital, de alimentos e de energia.



constante investigação e análise em todos os campos e temas tanto do conhecimento humano quanto da cultura brasileira.

Verifica-se que muitas universidades buscavam o ideal de se tornarem centros de atividades criativas permanentes. Deste modo, muitos programas de Pós-Graduação foram institucionalizados, sendo que em 1975 a estimativa de vagas para alunos no Mestrado em Educação era de 290 (duzentas e noventa), enquanto para o Doutorado era de 0 (zero) vaga, conforme explicitados no Quadro a seguir:

Mestrado				Áreas	Doutorado			
F	% E/M	P	Total Vagas		Total Vagas	F	% E/M	P
54	22	24	290	1 - Educação	.	.	.	.
52	36	12	290	2 - Física Matemática Química Geociências	35	29	42	29
57	29	14	390		35	86	14	.
59	34	7	290		60	34	58	8
74	26	.	245		35	57	43	.
63	34	3	595	3 - Ciências Biológicas	95	37	63	.
41	53	6	330	4 - Soc./Ant./Política Filosofia História Geografia Economia Psicologia	.	.	.	.
33	33	34	120		.	.	.	.
27	43	30	255		.	.	.	.
.	70	30	85		.	.	.	.
73	18	9	220		5	100	.	.
19	21	60	215		.	.	.	.
.	.	.	.		.	.	.	.
65	25	10	1.375	5 - Engenharia	50	70	20	10
57	34	9	510	6 - Medicina Odontologia Farmácia Nutrição Enfermagem	80	44	56	.
35	48	17	145		.	.	.	.
63	27	.	80		10	50	50	.
100	.	.	30		.	.	.	.
.	100	.	40		.	.	.	.
25	36	39	235	7 - Administração Direito Biblioteconomia Comunicação Arquitetura/Urbanismo	.	.	.	.
19	72	9	235		25	40	60	.
100	.	.	20		.	.	.	.
91	9	.	55		.	.	.	.
87	13	.	75		.	.	.	.
61	39	.	270	8 - Agronomia Veterinária	35	28	72	.
100	.	.	55		.	.	.	.
38	24	38	600	9 - Letras	20	75	25	.
52%	33%	15%	7.050	Total	485	48%	48%	4%

**Quadro 01** - Capacidade nominal de atendimento em cursos de mestrado e doutorado: estimativa para início de 1975; distribuição percentual por dependências administrativas

**Fonte:** Convênio MEC/ UFRGS, Cálculo geral das I.E.S. – 1973, PBCDT – Grupos de trabalhos de pesquisa fundamental e pós-graduação- 1974 (apud BRASIL, 1975, p. 156).

OBS. F = instituições federais; E/M = instituições estaduais e municipais; P = instituições particulares.

Como se constata, este quadro aponta o desejo de expansão dos cursos de Mestrado e Doutorado das diversas áreas, como a de Engenharia que se estimava para o ano de 1975, 1.375 (um mil, trezentos e setenta e cinco) vagas para o Mestrado e 50 (cinquenta) vagas para o Doutorado. Desse modo, Ramalho e Madeira (2005, p. 73) afirmam: “[...] no que diz respeito à concretização das metas do 1º PNPG, podem ser apontadas como resultados fundamentais a implementação de medidas de expansão dos cursos de mestrado e doutorado [...]”. A afirmação dos autores é condizente com a proposta do 1º PNPG que, por meio de suas diretrizes, pôde expandir a Pós-Graduação no Brasil, uma vez que o próprio período em que vigorou o plano, época do Regime Militar, favoreceu esta expansão como já foi referido no tópico 1.1 desta dissertação.

O II Plano Nacional de Pós-Graduação (1982-1985) foi aprovado pelo Decreto nº 87.814 de 16 de novembro de 1982 e fixava objetivos, prioridades e diretrizes para a Pós-Graduação. Ao observar a situação da Pós-graduação o II PNPG destacava:

Apesar de todos os esforços, ainda persistem alguns dos problemas estruturais que dificultam a institucionalização e consolidação da pós-graduação. A excessiva dependência de recursos extra-orçamentários, a sujeição a repentinos cortes de verbas, a instabilidade empregatícia e profissional dos docentes, técnicos e pessoal de apoio, continuam sendo problemas básicos da pós-graduação atual. Estas dificuldades não impediram, no entanto, que o País alcançasse um grau de institucionalização da pesquisa e da pós-graduação que permite prever um volume e uma qualidade de produção consideráveis e crescentes. (BRASIL, 1982, p. 178-179).

Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela Pós-Graduação, esta continuou crescendo no país, tanto na institucionalização da pesquisa quanto na qualidade das produções. Em relação a estas dificuldades, os objetivos básicos do II PNPG se orientavam para solucionar os problemas enfrentados pela Pós-graduação. Assim, “O objetivo central deste Plano consiste na formação de recursos humanos qualificados para atividades docentes, de pesquisa em todas as suas modalidades, e técnicas, para atendimento às demandas dos setores públicos e privados.” (BRASIL, 1982, p. 177). Nas diretrizes do Plano “[...] a ênfase recai na qualidade do ensino superior e, mais especificamente, da pós-graduação [...] esse Plano tem como meta principal o apoio aos programas em sua infra-estrutura, de modo a assegurar-lhes estabilidade e autonomia financeira.” (HOSTINS, 2006, p. 139).

O II PNPG enfatizou tanto a qualidade quanto a capacitação docente, almejando, inclusive, proporcionar a infra-estrutura e a autonomia financeira que tais programas

necessitavam para atuarem com qualidade. Para este plano, a exigência da qualidade parte de três instâncias “[...] o mercado, a própria comunidade científica, e as instituições governamentais do poder político-normativo ou detentoras de recursos de financiamento.” (BRASIL, 1982, p. 181). Na verdade, a sociedade esperava que dos cursos Pós-Graduados egressassem profissionais qualificados, aptos a atuarem em seus setores, observando as demandas econômicas e sociais. Sobre a formação destes profissionais, traçando um comparativo entre I e o II PNPG é possível observar:

Tanto no I quanto no II PNPG, existia a nítida preocupação com formação de recursos humanos: professores qualificados e titulados com mestrado e doutorado, tendo em vista a permanente produção científica e tecnológica do Brasil. No I PNPG percebia-se a preocupação da CAPES com o atendimento da demanda educacional, isto é, formar pesquisadores que pudessem fornecer o suporte necessário à ampliação dos programas de pós-graduação em todo o país. No II PNPG a perspectiva assumida pela Agência foi a de uma formação mais abrangente, para atender aos interesses do setor produtivo. Estavam ainda presentes nos dois Planos os objetivos de institucionalizar a pós-graduação, melhorar a qualidade dos cursos oferecidos e das pesquisas produzidas. (SILVA; BITTAR; VELOSO, 2004, p. 137).

Nesse sentido, o II PNPG foi um dos atos legais que contribuíram para a formação de recursos humanos para a sociedade brasileira e também para história da Pós-Graduação, possibilitando a institucionalização da mesma e ainda sua consolidação e expansão, objetivando aprimorar a qualidade dos estudos Pós-Graduados, requisito bastante enfatizado nas linhas do II Plano Nacional de Pós-Graduação.

O III Plano Nacional de Pós-Graduação (1986-1989), assim como os demais planos, veio para contribuir com a Pós-Graduação, institucionalizando-a, formando recursos humanos em nível elevado e melhorando a qualidade dos cursos de Pós-graduação. Por ser o primeiro PNPG da Nova República<sup>10</sup> foi vinculado ao I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República – PND, conforme revelam Kuenzer e Moraes:

[...] O PND, traduzindo o espírito da época, determinava como meta a conquista da autonomia nacional. Nessas circunstâncias, caberia a pós-graduação formar o quantitativo de cientistas necessário para o país atingir

---

<sup>10</sup> Período da história brasileira posterior a Ditadura Militar, caracterizado pela democratização política do país e estabilização da economia.

plena capacitação científica e tecnológica, condição esta reconhecida como requisito para assegurar a independência econômica [...] (2005, p. 1346).

Este III PNPG, perpassando o momento de redemocratização política, após a Ditadura Militar, traçou como seus objetivos gerais: “1. Consolidação e melhoria do desempenho dos cursos de pós-graduação; 2. Institucionalização da pesquisa para assegurar o funcionamento da pós-graduação; 3. Integração da pós-graduação no sistema de Ciência e Tecnologia, inclusive com o setor produtivo.” (BRASIL, 1986, p. 195).

Torna-se visível, então, através do III Plano, o propósito de melhorar o desempenho dos cursos de Pós-Graduação, bem como de institucionalizar a pesquisa nas universidades e consolidar os cursos Pós-Graduados. Os objetivos do III PNPG estavam atrelados à idéia de romper com a Pós-Graduação centrada na docência e propor uma Pós-Graduação marcada também pela pesquisa, à medida que este Plano apontava a pesquisa como meio de solucionar problemas sociais, econômicos e tecnológicos. Nesta perspectiva,

[...] a tônica maior do III PNPG recai justamente sobre a necessidade de se continuar investindo na formação de recursos humanos para a ciência e a tecnologia, pois se admitia que o país não possuía número suficiente de cientistas que pudesse responder às exigências de, num futuro próximo, atingir a ‘independência econômica, científica e tecnológica’ [...] (SILVA; BITTAR; VELOSO, 2004, p. 138).

Assim, esse Plano apresenta a visão que permeava a política de desenvolvimento do período, atentando para a importância da Pós-Graduação como formadora de recursos humanos, enfatizando, como já mencionado, o desenvolvimento da pesquisa científica nas universidades. Acrescentava, ainda, que existia “[...] a necessidade de institucionalização e ampliação das atividades e pesquisa como elemento indissociável da pós-graduação e de sua integração ao sistema nacional de ciência e tecnologia [...]” (BRASIL, 2004, p. 14). O III PNPG aponta o elo existente entre pesquisa científica e Pós-Graduação, uma vez que os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* enfatizam tanto a docência quanto a pesquisa científica.

Em relação ao IV PNPG, é possível afirmar que não houve um plano formal, impresso que circulasse pelos programas de Pós-Graduação, como ocorreu com os demais PNPGs, em

função de alguns fatores, como restrição orçamentária e falta de articulação entre as agências de fomento nacional.

Nesse sentido, a CAPES formulou uma pauta de trabalho com o objetivo de construir o IV PNPG (BRASIL, 2004). Esta agência organizou um Seminário Nacional que deveria ser realizado “[...] a partir da elaboração e discussão de trabalhos encomendados pela Diretoria da CAPES a determinados acadêmicos, sobre diversos aspectos da Pós-Graduação nacional [...]” (p.16). Deste modo, foi organizada uma Comissão Executiva para preparar tal seminário que seria o primeiro passo para construção do IV PNPG, assim, “Na ocasião, a CAPES distribuiu o documento ‘*Discussão da Pós-Graduação Brasileira*’, contendo onze estudos que haviam sido encomendados previamente, sobre temas que, na perspectiva da agência, assinalavam aspectos fundamentais para a formulação do IV PNPG [...]” (p.17, grifo do autor).

Após a discussão deste documento no Seminário, foram elaboradas redações preliminares do IV PNPG, porém a circulação destes documentos restringiu-se aos membros da Diretoria da CAPES, por circunstâncias citadas anteriormente, tais como: restrição orçamentária e falta de articulação entre as agências de fomento nacional. Em virtude de não haver a circulação efetiva de um IV PNPG, ocorreram

[...] diversas recomendações que subsidiaram as discussões foram implantadas pela Diretoria da CAPES ao longo do período, tais como expansão do sistema, diversificação do modelo de pós-graduação, mudanças no processo de avaliação e inserção internacional da pós-graduação. (BRASIL, 2004, p. 18).

Sobre este Plano, Ramalho e Madeira (2005) afirmam que nesse período, mesmo diante da inexistência de um documento do PNPG impresso, a década de 90 do século XX que deveria vigorar o IV PNPG foi marcado por:

[...] um conjunto de medidas que constituem uma política para a pós-graduação. A promulgação das novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96) trouxe novas exigências para a pós-graduação, enquanto determina que a preparação para o exercício do magistério superior se faça prioritariamente em programas de mestrado e doutorado (art. 66) e preceitua que a expansão diferenciada da pós-graduação seja balizada por critérios e qualidade acadêmica. (RAMALHO; MADEIRA, 2005, p. 74).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 tentou cumprir este vazio referente ao IV PNPG, visto ser concreta a necessidade da

existência de um Plano impresso que pudesse ser distribuído aos programas de Pós-Graduação, de forma a garantir a qualidade dos programas e também de possuir uma lei que direcionasse a Educação Nacional para o período posterior a 1996. Nessa perspectiva, esta LDBN destaca que a educação brasileira está dividida em 02 (dois) níveis de ensino, sendo estes, a Educação Básica que compreende a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio e o Ensino Superior, esta última assim preceituada:

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;

II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados no processo seletivo.

III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV - de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino. (BRASIL, 1996).

Ao apontar os cursos e programas do Ensino Superior, a LDBN 9.394/96 diferencia, neste artigo, o termo cursos do termo programas, ao designar **cursos** a Pós-Graduação *Lato Sensu*, esta representada pelos cursos de Especialização e **programas** a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em níveis de Mestrado e Doutorado. A cerca desta perspectiva, Saviani (2006) ratifica:

[...] Essa distinção já se incorporou à história da pós-graduação no Brasil onde, comumente, se utiliza a denominação *Programa de Pós-Graduação* ou *Programa de Estudos Pós-Graduados* quando se trata de Mestrado e Doutorado, isto é, da pós-graduação *stricto sensu*, e se usa sempre a denominação *Curso de Especialização* ou *Curso de Aperfeiçoamento* quando se trata da pós-graduação *lato sensu*. A razão dessa distinção reside no fato de que o termo *curso* se liga diretamente ao ensino e seu centro é um elenco de disciplinas que os alunos devem  *cursar*. Ora, essa é a característica específica da pós-graduação *lato sensu* [...] Assim, um Programa de Pós-Graduação, seja ele de mestrado ou de doutorado ou ambos, tem como centro o programa de pesquisa que o aluno desenvolverá e que deverá resultar na dissertação de mestrado ou tese de doutorado; e, como apoio a essa atividade ele cursa, também, um elenco de disciplinas disposto em função da área e do tema de sua pesquisa. A referida distinção, já incorporada à história de nossa pós-graduação, foi também consagrada no texto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9.394, promulgada em 20 de dezembro de 1996 [...] (p. 137, grifo do autor).

A lei à qual Saviani se refere incorpora a denominação Programa a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, uma vez que os Programas de Mestrado e Doutorado enfatizam a pesquisa científica, ao passo que na Pós-Graduação *Lato Sensu* a ênfase é no ensino. Nesse sentido, esta lei valoriza os programas de Mestrado e Doutorado, bem como seus respectivos egressos e as atividades realizadas em seu interior ao destacar, no Artigo 52, que nas universidades deve haver “[...] II – um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado”. (BRASIL, 1996). Apresenta, com isso, uma valorização dos profissionais com titulação de Mestres e Doutores na sociedade brasileira.

No ano de 2010, vigorava o V Plano Nacional de Pós-Graduação que corresponde ao período de 2005 – 2010, incorporando em suas linhas o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico para o desenvolvimento da sociedade de forma cultural e econômica. Este Plano aponta como função da Pós-Graduação formar profissionais aptos a atuarem nos diferentes setores da sociedade, contribuindo a partir da formação recebida para a modernização do país, haja vista o que defende o V PNPG de que é no seio da Pós-Graduação que ocorre a atividade da pesquisa científica e tecnológica. Dessa forma, o objetivo principal desse 5º Plano “[...] é o crescimento equânime do sistema nacional de pós-graduação, com o propósito de atender com qualidade, as diversas demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e social do país [...]” (BRASIL, 2004, p. 53).

Com o propósito de alcançar este objetivo, o V PNPG lançou os seguintes objetivos da Pós-Graduação para os anos de 2005 a 2010: “O fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação; A formação de docentes para todos os níveis de ensino; A formação de quadro para mercados não acadêmicos.” (BRASIL, 2004, p. 59).

A partir destes objetivos, verifica-se que uma das principais funções da Pós-Graduação na sociedade brasileira é responsabilizar-se pela capacitação de docentes para atuarem tanto na Educação Básica quanto na Educação Superior e promover o desenvolvimento social, cultural, tecnológico e científico da sociedade, através da pesquisa científica desenvolvida na Pós-Graduação. O Plano em referência contém ainda, outras proposições a cerca da expansão de seus programas:

Esse 5º Plano propõe, no período de seis anos, dotar o Brasil de mais 16.000 doutores e 45.000 mestres, e prevê um acréscimo no orçamento de bolsas e fomento no valor de R\$1,66 bilhões. Projeta que, alcançadas essas metas, o Brasil atingirá, em 2010, o número de doutores por 100 mil habitantes

equivalente ao nível alcançado pela Coréia em 1985 [...] (RAMALHO; MADEIRA, 2005, p. 74).

O V PNPG enfoca também a expansão dos Programas Pós-Graduados, proporcionando através da expansão destes programas a formação de uma maior quantidade de mestres e doutores para atuarem na sociedade brasileira, almejando ainda um acréscimo no número de bolsas, como forma de fomentar e incentivar a pesquisa científica e de expandir os programas de Pós-Graduação, de maneira que alcancem seus objetivos. A propósito, Ramalho e Madeira (2005) enfatizaram que o Sistema Nacional de Pós-Graduação apresentou um significativo avanço, mesmo com a forte diversidade presente entre as regiões e os estados.

Os autores ainda ressaltam à época, apesar do país exibir indicadores de qualidade, muito ainda faltava para atingir seu objetivo principal. Sendo assim, nas cinco regiões, a oferta da Pós-Graduação, referente aos Cursos de Mestrado e Doutorado apresentava na região Sudeste um percentual de 45% de Mestrado e 56% de Doutorado; na região Sul 26% de Mestrado e 17% de Doutorado; no Nordeste 16% de Mestrado e 17% de Doutorado; na região Norte 4% de Mestrado e nenhum Doutorado, observando deste modo que os centros de Pós-Graduação localizavam-se em sua maioria no eixo Sul-Sudeste.

Esses autores apontam que apesar das dificuldades existentes, inclusive dificuldades regionais, marcadas pelos desequilíbrios das regiões brasileiras, provenientes da implantação de um modelo de desenvolvimento econômico e social injusto e caracterizado pela desigualdade social, a Pós-Graduação vem se expandindo, mantendo inclusive padrões de excelência. Destacam, pois o quantitativo dos Programas de Pós-Graduação em Educação no ano de 2005, nas regiões Sul, Sudeste, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, explicitando a concentração destes programas nas regiões Sul e Sudeste do país e apresentando a Região Nordeste com 16% de programas de Mestrado e 17% de Doutorado.

### **1.3 Agências de Fomento**

Desde a implantação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil até o ano de 2010, previsto para ser o último ano do V PNPG, Plano este que propõe a expansão de tais programas, existe a necessidade não apenas de políticas educacionais para proporcionar a implantação, a consolidação e a expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, mas também de



recursos financeiros a serem utilizados para oferecer estes programas com qualidade à sociedade brasileira.

Os recursos financeiros contribuem para proporcionar a excelência dos Programas Pós-Graduados, uma vez que a qualidade destes é favorecida pelos recursos provenientes das agências de fomento, a fim de que os programas possam oferecer seus cursos com qualidade, com a estrutura e a organização necessária a um curso de Pós-Graduação. De acordo com Góes (1972), a qualidade dos Programas de Pós-Graduação é mantida com os auxílios das agências federais como: CAPES, CNPq, BNDE, FUNTEC e FNDCT que financiam a compra de equipamentos, complementam os salários do pessoal docente e custeiam os Pós-Graduandos custeando suas despesas com uma bolsa de estudos. O autor ainda ressalta que eram modestos os auxílios mantidos pelas universidades.

Dentre essas várias agências financiadoras da Pós-Graduação, enfatizamos neste texto, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo importante papel que estas instituições vêm exercendo em relação à pesquisa e a Pós-Graduação *Stricto Sensu* e pela atuação junto aos programas de Pós-Graduação, em nível de Mestrado e Doutorado. Desse modo, ao reconstituir o processo de implantação da Pós-Graduação brasileira, verificamos a efetiva participação destas 02 (duas) agências. Assim, neste tópico, será reconstituído o processo de implantação da CAPES e do CNPq porque buscamos compreender a importância destas agências, no favorecimento do processo de implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileira.

### **1.3.1 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi criada pelo Decreto n.º 29.741 em 11 de julho de 1951. Inicialmente denominada de Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tinha os seguintes objetivos:

- a) assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos privados que visam o desenvolvimento econômico e social do país.

- b) oferecer aos indivíduos mais capazes, sem recursos próprios, acesso a todas as oportunidades de aperfeiçoamentos. (BRASIL, 1951, p. 1).

Torna-se visível nestes objetivos o desejo por parte do governo de proporcionar condições àqueles que necessitassem se aperfeiçoar, ressaltando-se que estas condições seriam fornecidas pela CAPES como meio de garantir aos indivíduos a oportunidade de aperfeiçoamento. Vale salientar a reformulação pela qual a CAPES passou, através do Decreto nº 66.662 de 05 de junho de 1970, no qual era intitulada Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, nomenclatura ratificada no Decreto nº 74.299 de 18 de julho de 1974. O mesmo apontava ainda que a CAPES é um órgão autônomo do Ministério da Educação e Cultura, apresentando, por conseguinte as seguintes finalidades:

- I - Colaborar com a Direção do Departamento de Assuntos Universitários (DAU) na implantação da Política Nacional de Pós-graduação;
- II - Promover a execução das atividades de capacitação de pessoal de nível superior, em consonância com as diretrizes gerais fixadas no Plano Nacional de Pós-Graduação;
- III - Gerir a aplicação dos recursos financeiros, orçamentários e de outras fontes nacionais e estrangeiras, destinados à implantação e desenvolvimento da pós-graduação em geral, na área do Ministério da Educação e Cultura;
- IV - Analisar e compatibilizar entre si e com as normas e critérios do Conselho Nacional de Pós-Graduação (CNPQ) e do DAU, os programas das instituições de ensino superior, relativos a bolsa de estudo ou assistência financeira para cursos de pós-graduação, aperfeiçoamento e especialização, visando principalmente ao magistérios superior;
- V - Assessorar as instituições de ensino superior na elaboração dos programas a que se refere o item anterior;
- VI - Administrar projetos especiais aprovados pelo DAU, que visem a pós-graduação em geral;
- VII - Promover ou apoiar a realização de seminários e reuniões em geral para o aperfeiçoamento de pessoal de nível superior;
- VIII - Promover a realização de estudos e pesquisas das necessidades nacionais ou regionais de capacitação de pessoal de nível superior, ou realizá-los diretamente quando constada a conveniência;
- IX - Participar da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação a que se refere o Decreto nº 73.411, de 4 de janeiro de 1974, mediante a identificação das necessidades de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior e demais condições de funcionamento das instituições de ensino superior relativas ao ensino de pós-graduação;
- X - Manter intercâmbio e contatos com outros órgãos da administração pública ou com entidades privadas inclusive internacionais ou estrangeiras, visando a celebração de convênios, acordos, contratos e ajustes, relativos ao aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. (BRASIL, 1974, p. 1-2).

Percebe-se pelo Decreto o decisivo papel que a CAPES apresenta em relação à Pós-Graduação, assumindo, nesse sentido, várias atribuições, como a atuação tanto no planejamento e implantação de novos programas de Pós-Graduação quanto na concessão de recursos para realização das atividades dos referidos programas, também operando na concessão de bolsas de estudo aos alunos dos Programas de Pós-graduação e ainda participando da elaboração do Plano Nacional de Pós-Graduação. As ações delegadas à CAPES neste Decreto foram essenciais para os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, pois garantiram a implantação e a qualidade desses programas que até o ano de 1974, ano do Decreto, estavam em fase de implantação.

Nesta perspectiva, para Leite (1972), a CAPES é o único órgão do poder público que se ocupa da Pós-Graduação, voltando-se principalmente para cursos de Mestrado e Doutorado, mas também cooperando para realização de cursos de atualização de nivelamento. Desde o início de sua atuação, este órgão desenvolve a função de aprimoramento do profissional docente de nível superior. Naquele período também – ano de sua fundação – administrada por Anísio Teixeira que administrava o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP – a CAPES manteve por um longo tempo uma estreita ligação com este órgão sendo este um dos motivos pelo qual a CAPES teve sua presença nos números monográficos da revista do INEP dedicado à Pós-Graduação.

A CAPES tem responsabilidade com a formação dos docentes do país, proporcionando meios para esta formação. Dessa forma, esta agência tem investido na Pós-Graduação, contribuindo para qualificação de docentes e pesquisadores, como é característico dos programas de Mestrado e Doutorado. Outro fato mencionado por Leite (1972) é o da inquietação que a CAPES tem com a divulgação da produção científica, atuando juntamente com as revistas do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP. Em relação às atividades exercidas pela CAPES, atualmente verifica-se:

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da federação. As atividades da CAPES podem ser agrupadas em quatro grandes linhas de ação, cada qual desenvolvida por um conjunto estruturado de programas:

- avaliação da pós-graduação *stricto sensu*;
- acesso e divulgação da produção científica;
- investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior;
- promoção da cooperação científica internacional.

A CAPES tem sido decisiva para os êxitos alcançados pelo sistema nacional de pós-graduação, tanto no que diz respeito à consolidação do quadro atual, como na construção das mudanças que o avanço do conhecimento e as demandas da sociedade exigem. O sistema de avaliação, continuamente aperfeiçoado, serve de instrumento para a comunidade universitária na busca de um padrão de excelência acadêmica para os mestrados e doutorados nacionais. Os resultados da avaliação servem de base para a formulação de políticas para a área de pós-graduação, bem como para o dimensionamento das ações de fomento (bolsas de estudo, auxílios, apoios). (CAPES, 2010, p. 1).

Como se constata a CAPES atua na Pós-Graduação *Stricto Sensu* com o propósito de implementá-la e expandí-la, exercendo atividades que contribuem para conquistar e manter a excelência dos programas Pós-Graduados. Uma das formas de atuação da CAPES na Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileira é a avaliação por pares. Sobre esta vertente avaliativa da Pós-Graduação, Balbachevsky (2005) explicita que em 1976, a CAPES organizou o primeiro processo de avaliação dos Programas de Pós-Graduação com a finalidade de criar parâmetros para nortear a distribuição das bolsas de estudos para os programas.

Nesse sentido, um dos critérios criados pela CAPES foi de centrar sua avaliação na produção científica dos pesquisadores que estavam vinculados a cada programa. Para isso, criou-se comitês com os mais renomados pesquisadores em diferentes áreas do conhecimento que ficaram responsáveis por avaliar e classificar cada Programa de Pós-Graduação. Os comitês tiveram um papel importante na institucionalização dos campos de conhecimento dos Programas de Pós-Graduação e na constituição da comunidade científica brasileira, sendo este processo avaliativo aceito como importante referência de qualidade para os programas de Pós-Graduação no Brasil. Para Balbachevsky (2005, p. 282, “[...] quanto melhor a avaliação alcançada pelo programa, maiores eram suas chances e as de seus pesquisadores de alcançar apoio [...] (p. 282).

Preocupada com a qualidade da Pós-Graduação brasileira, a CAPES organizou a avaliação destes programas de Pós-Graduação, sendo este um modo eficaz de preservar e garantir a qualidade de seus cursos. Dessa forma, a CAPES tem contribuído de maneira consistente para a Pós-Graduação *Stricto Sensu*, favorecendo não apenas os discentes e docentes destes programas, mas toda a sociedade brasileira, uma vez que proporciona através de suas finalidades e competências a construção do conhecimento e a qualificação de seus profissionais tanto da Educação Básica quanto Superior.

### 1.3.2 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Outra agência de fomento que atua junto à Pós-Graduação *Stricto Sensu* é o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), primeiramente denominado de Conselho Nacional de Pesquisas, com a mesma sigla atual. Este Conselho foi criado pela Lei nº 1.310 de 15 de janeiro de 1951, com o objetivo de promover e estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em qualquer domínio do conhecimento. Para isso, apresenta como competências:

**Art. 3º** Compete precipuamente ao Conselho:

- a) promover investigações científicas e tecnológicas por iniciativa própria, ou em colaboração com outras instituições do país ou do exterior;
- b) estimular a realização de pesquisas científicas ou tecnológicas em outras instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes os recursos necessários, sob a forma de auxílios especiais, para aquisição de material, contrato e remuneração de pessoal e para quaisquer outras providências condizentes com os objetivos visados;
- c) auxiliar a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizando ou cooperando na organização de cursos especializados, sob a orientação de professores nacionais ou estrangeiros, concedendo bolsas de estudo ou de pesquisa e promovendo estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais no país ou no exterior;
- d) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior no desenvolvimento da pesquisa científica e na formação de pesquisadores;
- e) entrar em entendimento com as instituições, que desenvolvem pesquisas, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;
- f) manter-se em relação com instituições nacionais e estrangeiras para intercâmbio de documentação técnico-científica e participação nas reuniões e congressos, promovidos no país e no exterior, para estudo de temas de interesse comum;
- g) emitir pareceres e prestar informações sobre assuntos pertinentes às suas atividades e que sejam solicitados por órgão oficial;
- h) sugerir aos poderes competentes quaisquer providências, que considere necessárias à realização de seus objetivos. (BRASIL, 1951, p. 1).

As competências do CNPq expressam o interesse em contribuir para o desenvolvimento científico do país, através do estímulo à realização de pesquisas científicas, formando pesquisadores, cooperando com as universidades no desenvolvimento da pesquisa, dentre outras competências que a ele foram atribuídas. Vale destacar ainda a alteração deste ato normativo através da lei nº 4.533 de 08 de dezembro de 1964, agregando novas competências a esse Conselho.

**Art. 3º** Compete, precìpuaente, ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq):

- a) formular a política científica e tecnológica nacional e executá-la, mediante planejamento com programas a curto e a longo prazo, periodicamente revistos;
- b) articular-se com Ministérios e mais órgãos do Govêrno nas questões científicas e tecnológicas, de modo a assegurar a coordenação de programas e melhor aproveitamento de esforços e recursos;
- c) incentivar as pesquisas, visando ao aproveitamento das riquezas potenciais do País, sobretudo as que mais diretamente possam contribuir para a economia, a saúde e o bem estar;
- d) promover e estimular a realização de pesquisas científicas e tecnológicas em instituições oficiais ou particulares, concedendo-lhes recursos sob a forma de auxílios especiais;
- e) promover a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos, organizar ou cooperar na organização de cursos especializados, com a participação de professôres nacionais ou estrangeiros, conceder bôlsas de estudo ou de pesquisas e promover estágios em instituições técnico-científicas e em estabelecimentos industriais do País ou do exterior;
- f) cooperar com as universidades e os institutos de ensino superior, no desenvolvimento da pesquisa e da formação de pesquisadores;
- g) manter entendimentos com instituições de pesquisa científica ou tecnológica do País, a fim de articular-lhes as atividades para melhor aproveitamento de esforços e recursos;
- h) favorecer o intercâmbio de informações científicas e tecnológicas, mediante a participação em congressos, reuniões, exposições no País e no exterior;
- i) realizar em cooperação com outros órgãos, o cadastro das instituições de pesquisa, dos especialistas e o levantamento dos recursos naturais, e promover estudos relativos à pesquisa fundamental e aplicada de interêsse para o desenvolvimento econômico do País;
- j) promover campanhas nacionais que visem ao desenvolvimento científico-tecnológico;
- k) manter entendimentos com os adidos científicos de representações diplomáticas, para o melhor aproveitamento das oportunidades do intercâmbio técnico-científico e de assistência;
- l) colaborar, especialmente com o Conselho de Segurança Nacional e o Estado-Maior das Fôrças Armadas, na formulação de conceito estratégico nacional nos aspectos que dependam da ciência e da tecnologia;
- m) cooperar com as organizações industriais do País, facilitando-lhes assistência científica e técnica;
- n) contribuir, por todos os meios a seu alcance, para o desenvolvimento no Brasil, dos trabalhos de informação científica. (BRASIL, 1964, p. 1-2).

Ao observar essa Lei, verifica-se que algumas competências do Conselho Nacional de Pesquisas se mantiveram ou foram reformuladas, como os itens, *b*, *c*, *d*, e *e* da Lei 1.310 de 15 de janeiro de 1951 que correspondem aos itens, *d*, *e*, *f* e *g* da Lei nº 4.533 de 08 de dezembro de 1964. Outras competências foram extintas na reformulação da lei, apresentando

a preocupação em ofertar ao Conselho ações que fossem pertinentes naquele momento e viáveis para o crescimento científico e tecnológico do país.

É necessário ressaltar a transformação que o CNPq passou por meio da Lei nº 6.129 de 06 de novembro de 1974. De acordo com a mesma, o Conselho – que até então denominava-se Conselho Nacional de Pesquisas – sofreu uma alteração na sua denominação, pois a partir de então passa a ser chamado de Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a mesma sigla de origem, que permanece até os dias atuais.

O CNPq como agência de fomento que é, vem ao longo de sua história contribuindo para o desenvolvimento do país, cooperando com a pesquisa e qualificando pesquisadores. Nesta perspectiva, o presidente do CNPq, no período de 1985 a 1986, Roberto Figueira Santos, destacou em entrevista contida no livro *Cinquenta anos do CNPq: contados pelos seus presidentes*, que:

Enquanto ainda no CNPq, além das prioridades citadas, procurei também estimular pesquisas relativas às novas tecnologias, tais como os chamados “novos materiais”, a biotecnologia e a microeletrônica. A pós-graduação no sentido estrito foi também muito estimulada [...] Realmente, a grande coisa que aconteceu em apoio à ciência e à tecnologia nos últimos tempos foi a formação de pesquisadores em escala antes nunca praticada no Brasil, graças aos programas de pós-graduação. (MOTOYAMA, 2002, p. 374).

O CNPq estimula a Pós-Graduação ao apoiar a ciência e a tecnologia e ao contribuir para a formação de pesquisadores. Assim, o historiador Manuel Domingos (2004), ao apresentar a trajetória do CNPq, destaca que este Conselho no decorrer de sua história tem contribuído para formação científica e tecnológica do país, reconhecendo novas áreas de conhecimento, fomentando novos objetos de estudos, proporcionando o equiparamento de laboratórios e universidades, dentre outras atividades que contribuem para o crescimento do país. Nesse sentido, para Almeida e Borges (2007) foram financiados pesquisas principalmente na área de Ciências e Tecnologia, tendo como finalidade a participação ativa na formação de pesquisadores e grupos de investigação em várias áreas de conhecimento.

Percebe-se que inúmeros foram os financiamentos realizados pelo CNPq para a Pós-Graduação, através de apoio a projetos de pesquisa, fomento de bolsas de estudo ou de pesquisa, enfim, estímulos à realização de pesquisas. Dessa forma, convém ressaltar como importante e oportuno que tais financiamentos provenientes do CNPq têm contribuído para a expansão da Pós-Graduação, destacando-se que foi no período da ditadura militar que o

número de programas de Pós-Graduação mais se elevou, uma vez que, de acordo com Domingos (2004) foi naquele momento – ditadura militar – que esta agência financiadora se firma como instituição de apoio ao desenvolvimento da ciência. Devido ao fato de o ensino e a pesquisa se tornarem objeto de planejamento, eles contaram com um volume de recursos inéditos. Como consequência, houve o crescimento do sistema de Pós-Graduação, melhoria nos salários e nas condições de trabalho dos professores e pesquisadores, além do aumento da participação da comunidade científica nas atividades da CAPES e do CNPq, o que permitiu o reconhecimento institucional das áreas do conhecimento e a imediata organização da avaliação do mérito científico por meio da apreciação de seus pares.

Assim sendo, no decorrer de sua trajetória, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) tem possibilitado o desenvolvimento do país, através do fomento à pesquisa científica, proporcionando a capacitação de docentes e pesquisadores e ainda cadastrando pesquisadores brasileiros através da Plataforma Lattes.

Portanto, as inúmeras atribuições destas agências de fomento à pesquisa e a Pós-Graduação garantem a qualidade dos programas de Pós-Graduação que são avaliados trianualmente pela CAPES e proporcionam a disponibilização de recursos financeiros, sendo que uma das formas de concessão destes recursos é a bolsa de estudo destinada aos alunos dos programas de Mestrado e Doutorado, pois tais bolsas favorecem os estudantes destes programas que se dedicam a produção científica, contribuindo para a qualidade dos programas e para construção e difusão do conhecimento científico.

#### **1.4 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)**

A Pós-Graduação *Stricto Sensu* brasileira na área da Educação conta o apoio da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que “[...] mantém vínculos com dois campos de interesses bem distintos, embora estreitamente relacionados entre si: a pós-graduação em educação e a produção e disseminação do conhecimento nessa mesma área [...]” (FERRARO, 2005, p. 47).

Dessa forma, Torresan (2009) ratifica que a ANPEd foi fundada em 1976 e que no ano de 1979 esta associação se consolidou como uma sociedade civil e independente, que admitia a presença de sócios institucionais e individuais. É bem verdade que sobre sua fundação, há certa controvérsia quanto à data, pois autores como Ferraro (2005) e Saviani (2006) apontam o ano de 1978 como o ano de criação da ANPEd, em virtude de ter ocorrido



neste ano sua primeira reunião: “Foi, pois, no ano de 1978 que, como fruto de longa gestação e obra, até certo ponto, de parto induzido, finalmente foi dada à luz a ANPEd [...]” (FERRARO, 2005, p. 51).

Confirmando esta citação, Saviani (2006, p.143) ratifica que: “[...] surgiu na área de educação a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) que realizou sua primeira Reunião Anual em 1978, em Fortaleza, tendo como tema central a questão do mestrado em educação [...]”.

Nesta dissertação, acolhe-se a afirmativa de Torresan (2009) que apresenta o ano de 1976 como ano de fundação da ANPEd, pois esta data é apontada no próprio sítio da instituição como sendo o ano de sua fundação. Sobre esta data, Carvalho (2001) salienta que:

As origens da ANPEd remontam a uma proposta de institucionalização de um sistema auto-regulador na política de pós-graduação em Educação, formulada pela CAPES em 1976. A partir dessa proposta da CAPES, foram realizadas reuniões de coordenadores dos Programas de PG-EDU e elaborados subsídios de estatuto por um grupo de trabalho do Grande Rio. No entanto, a proposta hiberna até 1978, quando o processo de institucionalização da ANPEd é retomado e passa a ser criticado por uma corrente questionadora dos vínculos de uma associação nacional dos cursos de pós-graduação em Educação com a política oficial de pós-graduação. [...] Graças a convênio específico entre a FGV/IESAE e a CAPES para criação da ANPEd, foi convocada uma reunião entre 14 e 16 de março de 1978, da qual participaram efetivamente 34 representantes dos diversos programas então em funcionamento [...] (p. 134 - 137).

Segundo o autor, o ano de 1976 é o ano em que é proposta pela CAPES a institucionalização de um sistema que regulasse a Pós-Graduação em Educação do país. Tal necessidade era oriunda do I Plano Nacional de Pós-Graduação, pois nele “[...] surgem as ideias iniciais sobre a Associação Nacional dos Cursos de Pós-Graduação em Educação (observe-se bem: associação dos cursos). Entre as diversas linhas operacionais do PNPG/EDU, duas eram bem explícitas em relação à ANPEd [...]” (CARVALHO, 2001, p. 134).

Distanciando-nos da data de criação da ANPEd, ratificam-se seus objetivos, visto que esta associação “[...] tem por finalidade o desenvolvimento da ciência da educação e da cultura, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social.” (ANPEd, 2006, p. 2). Assim, a instituição visa alcançar tal finalidade objetivando:

Art. 3º — A ANPEd tem por objetivos:

- I. promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em educação, procurando contribuir para sua consolidação e aperfeiçoamento, bem como estimulando experiências novas na área;
- II. promover o intercâmbio e a cooperação entre os programas, os professores e os estudantes da pós-graduação em educação e demais pesquisadores da área;
- III. fomentar a produção de trabalhos científicos e acadêmicos na área educacional e facilitar sua difusão e intercâmbio;
- IV. estimular as atividades de pós-graduação e pesquisa em educação para responder às necessidades concretas dos sistemas de ensino, das instituições de ensino superior, bem como das comunidades locais e regionais, valorizando a cultura nacional e contribuindo para sua permanente renovação e difusão;
- V. incentivar a pesquisa educacional e os temas a ela relacionados;
- VI. identificar temas prioritários de pesquisa em educação no país, promovendo o seu desenvolvimento;
- VII. promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do país, especialmente no tocante à pós-graduação;
- VIII. agir junto às agências de coordenação e de financiamento da pós-graduação e da pesquisa no país, procurando garantir a participação democrática das bases nas decisões;
- IX. contribuir para o aperfeiçoamento profissional e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais em educação no país, particularmente no nível da pós-graduação;
- X. zelar pelos interesses profissionais dos seus associados;
- XI. promover o intercâmbio e a cooperação com associações e entidades congêneres. (ANPEd, 2006, p. 2 - 3).

Nesse sentido, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, (ANPEd), visando cooperar com o desenvolvimento da educação brasileira, objetiva favorecer o desenvolvimento e a consolidação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, uma vez que os Programas Pós-Graduados almejam também o desenvolvimento científico. Dessa forma, a ANPEd deve fomentar a produção de trabalhos científicos, incentivar a pesquisa e contribuir para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação, como ratificam seus objetivos. Com o intuito de alcançar os objetivos explicitados em seu estatuto, esta Associação tem como iniciativa própria ou em colaboração, segundo expressa o Artigo 4º:

- I. promover a realização de reuniões científicas, seminários e congressos;
- II. manter serviços de documentação, informação e comunicação;
- III. editar, publicar e distribuir obras impressas, próprias ou de terceiros;
- IV. produzir, editar e distribuir obras, audiovisuais, registrados por meios magnéticos ou quaisquer outros. (ANPEd, 2006, p. 3).

Destarte, dentro de suas possibilidades como associação sem fins lucrativos e econômicos, a ANPEd vem atuando no decorrer de sua história para o desenvolvimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do país, sendo importante e oportuno conhecer um pouco de sua história para que se possa compreender o relevante papel que a mesma vem operando na sociedade brasileira.

Assim sendo, esse capítulo pretendeu reconstituir a história da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação brasileira, em nível de Mestrado, através do conhecimento de alguns fatores, associações, agências, Leis, Planos, Decretos e políticas educacionais que possibilitaram a implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil. No capítulo seguinte, será reconstituída a história e a memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí.



## **CAPÍTULO II**

### **A GÊNESE DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NO PIAUÍ**

## CAPÍTULO II

### A GÊNESE DA PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM EDUCAÇÃO NO PIAUÍ

Olhar para a gênese da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Piauí é um privilégio para qualquer pesquisador, principalmente, quando este olha para si mesmo, como sujeito neste processo de organização da Pós-Graduação em Educação piauiense, embora em um momento histórico posterior ao processo de implantação. Privilégio maior é reconstituir esta gênese através de fontes primárias e depoimentos orais, narrando uma história que ainda não foi escrita. Destarte, o presente capítulo tem como objetivos descrever como ocorreu a implantação do Mestrado em Educação no Piauí, apresentar informações sobre esse processo, através de fontes documentais e orais, e ainda registrar as contribuições dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação e da Comissão Pró-Mestrado para a implantação do referido curso.

#### 2.1 A Universidade Federal do Piauí e a Pós-Graduação em Educação

A Universidade Federal do Piauí é fruto de um sonho idealizado por uma parcela da população piauiense, que desejava possuir em sua terra uma Instituição de Ensino Superior que alocasse diversos cursos de Graduação, aptos a produzirem conhecimento científico, formar profissionais para atuarem na sociedade e contribuir para o desenvolvimento cultural, econômico e social do Estado. Cardoso (2003) destaca que este era um anseio tanto de alguns intelectuais da sociedade piauiense, como de uma parcela de professores, clérigos e estudantes que passaram a lutar pela criação de uma universidade no Estado, sendo que a partir destes, tal desejo de criação de uma universidade no Piauí passou a se tornar “[...] vontade política.” (p. 123).

Tal ideário é representado nos jornais locais, como na *Coluna Universitária* do Jornal *O Dia* que destacava uma tentativa por parte dos governantes do Estado para criação de uma universidade no Piauí. Veja:

### **Criada a Universidade**

A mensagem do Governador Petrônio Portella, solicitando do Legislativo autorização para a criação da Universidade do Piauí, acaba de ser transformada em lei, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado ainda esta semana. Como se verifica, o movimento vem tomando grande vulto no seio da opinião pública, particularmente da classe estudantil. Trata-se, portanto, de uma grande conquista do povo piauiense no setor cultural.

Na manhã de ontem, viajou com destino a Brasília e Rio, o Prof. Wilson de Andrade Brandão, presidente do Comitê Pró-Universidade do Piauí, com o objetivo especial de manter entendimentos com as autoridades do Ensino, a fim de serem tomadas as primeiras medidas para federalização da referida Universidade.

Falando à nossa reportagem no seu gabinete de trabalho, momentos antes de sua partida o prof. Wilson declarou, que tem encontro marcado na Guanabara com o Governador Petrônio Portella, ocasião, em que falarão pessoalmente com o Diretor da Divisão do Ensino Superior e outras autoridades competentes [...] (CRIADA A UNIVERSIDADE. *O Dia*, 21 jan. 1964, p. 3).

A notícia do Jornal *O Dia* traz a reflexão de que a idealização do surgimento de uma universidade no Piauí não é apenas um anseio da população piauiense, mas também da política do período, pois, em 1964, o governador do estado do Piauí, Petrônio Portella, após solicitar ao Legislativo a autorização para criação da Universidade no Piauí e, posteriormente, ter ido juntamente com o Prof. Wilson Brandão a Brasília para tomar as medidas necessárias para criação de tal universidade, requereu, conforme Cardoso (2003), a elaboração de um documento que foi redigido por José Camilo da Silveira Filho, presidente do Conselho Estadual de Educação nesse período. Este documento continha tanto as condições quanto as possibilidades de implantação de uma universidade no Estado. A autora destaca, ainda, que este documento deveria ser apresentado

[...] ao presidente da república, marechal Castelo Branco, quanto de sua visita ao Estado. Assim, diante desse intuito, o documento foi submetido aos diretores das escolas existentes e aos representantes dos diretórios acadêmicos, que, após discussão, estabeleceram um consenso em torno da proposta, subscrevendo-a. Esta, em seguida, foi encaminhada pelo governador Petrônio Portella ao marechal presidente Castelo Branco. No ano seguinte, a proposta, em forma de anteprojeto de lei, foi enviada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), mediante ofício expedido pelo

governador Petrônio Portella, em dezembro de 1965 [...] Os efeitos desse ofício foram lentos, embora positivos, segundo acentua Luiz Bello, uma vez que o anteprojeto de lei, relativo a criação da Universidade do Piauí, juntamente aos pareceres do Conselho Federal de Educação (CFE) foram enviados ao presidente da República em março de 1967, por meio de ofício do Ministro da Educação e Cultura, Raimundo Moniz de Aragão, isto às vésperas do término do mandato de Castelo Branco. (CARDOSO, 2003, p. 124-125).

As iniciativas concernentes à implantação de uma universidade no Estado foram positivas, porém como o anteprojeto da lei só foi enviado ao Presidente da República próximo ao término de seu mandato “[...] o Projeto de Lei não só foi retirado do Congresso, quanto devolvido ao MEC [...]” (CARDOSO, 2003, p. 126). Apesar do ocorrido, a autora ratifica que o Estado propôs algumas medidas para viabilizar a implantação de sua tão sonhada universidade. Dentre elas, citamos a implantação da Faculdade de Medicina em 1968 e a criação da Fundação de Ensino Superior do Piauí, sendo que ainda em 1968, o Piauí já possuía os requisitos exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para a criação de uma universidade no Estado.

Sobre este fato, cabe destacar que, “[...] embora a Lei 5.528 de 12/11/68 que cria a universidade anteceda a Lei 5.540 de 28/11/68, que estabelece a reforma do ensino superior.” (BRITO, 1996, p. 124), foi esta que inspirou o modelo da criação da Universidade Federal do Piauí, através de seu projeto, como ratifica o mesmo autor “[...] e essa universidade só se torna uma realidade em decorrência da Lei 5.537/68 que assegura recursos para sua manutenção, e do projeto da Lei 5.540/68 que inspira o seu modelo.” (p. 125).

Dessa forma, em 12 de novembro de 1968 foi aprovada a Lei n.º 5.528 que autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências.

#### O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art 1º.** Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Universidade Federal do Piauí, sob a forma de fundação, que se regerá por estatuto aprovado em decreto, ouvido o Conselho Federal de Educação.

**Art 2º.** A Universidade Federal do Piauí terá sua sede na cidade de Teresina, e seu patrimônio será constituído dos bens atualmente pertencentes aos estabelecimentos de ensino que passarão a integrá-la, bem como das dotações, subvenções e auxílios que lhe venham a ser feitos ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas.

**Art 3º.** Integrarão inicialmente a Universidade Federal do Piauí:

- 1) o Instituto de Ciências Exatas e Naturais;
- 2) o Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Letras;
- 3) a Faculdade de Direito;
- 4) a Faculdade de Odontologia;
- 5) a Faculdade de Medicina;
- 6) a Escola de Enfermagem; e
- 7) a Faculdade de Administração, em Parnaíba. (BRASIL, 1968, p. 1).

A referida Lei instituiu a Universidade Federal do Piauí (Foto 01), com sede na capital do estado do Piauí, composta por institutos e faculdades já existentes no estado, incluindo-se ainda a Escola de Enfermagem. Após esta Lei, foi aprovado o Estatuto da Fundação da Universidade Federal do Piauí, através do Decreto nº 64.969 de 11 de agosto de 1969. O referido Estatuto dispôs sobre a função e a finalidade da Fundação Universidade Federal do Piauí, o patrimônio e os recursos para manutenção e desenvolvimento da mesma, o regime financeiro da instituição, o Conselho Diretor, a Universidade, o pessoal e as disposições gerais e transitórias.



**Foto 01:** Universidade Federal do Piauí.

**Fonte:** Acervo Particular de Luis Carlos Sales.



Apenas no ano de 1971 houve a solenidade de instalação da Universidade Federal do Piauí. Sobre esta solenidade, que representava a concretização do sonho dos piauienses, e a vitória na luta pela criação de uma universidade no estado, Brito (1996) afirma:

Só mais tarde, porém, no dia 1º de março de 1971, seria a Universidade definitivamente instalada em memorável solenidade realizada no Clube dos Diários e presidida pelo Governador João Clímaco d'Almeida, sendo a aula inaugural proferida pelo Senador Petrônio Portella Nunes. Era o coroamento de um trabalho intensivo que se desenvolveu durante toda a década de 1960 [...]. (p.156).

A partir de então, a Universidade Federal do Piauí vem se propondo a oferecer cursos de graduação à população piauiense, formando e capacitando profissionais para atuarem na sociedade e proporcionando um crescimento social, cultural e econômico para a sociedade piauiense, através dos cursos ofertados por essa instituição de ensino superior. Vale destacar que esta universidade tem contribuído para a formação de professores, como salienta Lopes (2010):

Com a criação da Universidade Federal do Piauí a formação de professores para o ensino secundário se consolida no Piauí. Na reforma do ensino implantada na década, a Universidade Federal ofertou diversos cursos para a formação de professores vinculados a escola implantada com a reforma. (p. 10).

Considerando a carência do Estado do Piauí em formar e capacitar docentes para atuar em suas escolas, a Universidade Federal do Piauí, embora recém implantada, em muito colaborou com o governo do Estado na capacitação de docentes “[...] Para esse treinamento intensivo, bem como para a formação do pessoal docente e técnico contou a Secretaria com o apoio da Universidade Federal do Piauí, já então em funcionamento [...]” (BRITO, 1996, p. 165). Desse modo, percebe-se a participação da UFPI na formação e qualificação de docentes não apenas na literatura local consultada, mas ainda, em fontes hemerográficas nos artigos dos jornais da cidade, a exemplo do Jornal *O Dia*:

#### **UFPI vai realizar curso para formar professores**

Considerando a necessidade de estimular a formação e aperfeiçoamento de docentes para as disciplinas técnicas de que trata a reforma do Ensino do 2º grau, a Universidade Federal do Piauí realizará, a partir de julho próximo,

curso de formação de professores de Disciplinas Especializadas do Ensino do 2º grau – Esquema 1.

[...]

Terão prioridades para matrícula, os professores que estão em exercício permanente na rede oficial, podendo ser aceitos, em caso de vaga, candidatos com diploma de curso superior sem o atestado de que estão lecionando.

O curso terá a duração de 605 horas aulas e o início está previsto para o dia 2 de julho e conclusão a 28 de fevereiro de 1974. (UFPI VAI REALIZAR CURSO PARA FORMAR PROFESSORES, **O Dia**, 8 jun. 1973, p. 3).

Verifica-se a efetiva atuação da UFPI na formação de professores do Estado, uma vez que oferecia cursos para capacitar docentes, priorizando a matrícula de educadores que estivessem atuando na rede oficial, de modo a contribuir para melhoria educacional do Estado, com professores qualificados. A Universidade Federal do Piauí sempre teve como meta formar recursos humanos no Estado, sendo esta uma das características de um dos seus centros de ensino, pesquisa e extensão, o Centro de Ciências da Educação, criado originalmente como Departamento de Educação, pela Resolução n.º 16/71, sendo logo extinto e implantado o Centro de Ciências da Educação através da Resolução n.º 10/75. Este Centro tinha como característica, conforme Silva Neto e Mendes (1982), estar “[...] a disposição de atender às solicitações do sistema estadual de ensino, colaborando com ele para a melhoria da educação através da preparação de recursos humanos [...]” (p. 19).

Objetivando formar professores qualificados para atuarem na sociedade piauiense e proporcionar ao Estado a preparação de recursos humanos, a UFPI modifica sua estrutura administrativa inicial criando a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

[...] em 22 de dezembro de 1977, através da Resolução do Conselho Diretor n.º 106/77 [...] A nova unidade administrativa destinava-se a cuidar da capacitação docente como havia sido recomendado pelo Decreto n.º 76.056 de 30.7.75 que aprovou o I Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1980). Até então, a pós-graduação na Universidade Federal do Piauí vinha sendo coordenada, em caráter transitório e emergencial, pela Comissão Permanente do Programa Institucional de Capacitação de Docentes. Isso, como nas outras instituições federais de ensino superior, favorecia ao isolamento e à desarticulação da pós-graduação das demais atividades universitárias. (PASSOS, 2003, p. 188-189).

Adequando-se à proposta do I Plano Nacional de Pós-Graduação, a Universidade Federal do Piauí criou a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, haja vista que tanto a UFPI quanto o I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG) visavam à qualificação de

docentes, sendo os cursos de Pós-Graduação destinados a cumprirem esta tarefa. Dessa forma, a UFPI implantou a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em 22 de dezembro de 1977, mas somente na década de 80 do século XX é que começou a oferecer cursos de Pós-Graduação em Educação em caráter permanente. Antes desta data, os interessados em estudar nestes cursos migravam para outros estados, como aconteceu com Maria Hercília Freitas, professora da Universidade Federal do Piauí. Um jornal local destaca esta notícia com manchete:

#### **Professora da UFP fez curso na Inglaterra**

Depois de fazer um curso de Pós-Graduação de Administração e Educação na Universidade de Reading, na Inglaterra, retornou, na última sexta-feira, a Teresina a professora Maria Hercília Freitas, que leciona na Universidade Federal do Piauí. No seu curso apresentou trabalho sobre a realidade do ensino piauiense, trabalho que está sendo objetivo de apreciação do setor competente onde teve a oportunidade de obter o curso. A professora Maria Hercília Freitas vem sendo alvo de grande homenagem. (PROFESSORA DA UFP FEZ CURSO NA INGLATERRA, *O Dia*, nº 3.363, 10 jul. 1972, p. 1).

Semelhante a Maria Hercília Freitas, outros professores da Universidade Federal do Piauí migraram em busca de uma formação em nível de Pós-Graduação. Passos (2003) menciona em sua Tese de Doutorado sobre a trajetória de formação, em nível de Pós-Graduação, de Carlos Augusto Daniel, também professor da UFPI, que ficou em São Paulo no período de 1971 a 1973 para realizar o curso. Em depoimento concedido à professora Guiomar Passos em sua Tese, Carlos Augusto Daniel salienta que o professor Camilo, então Reitor da UFPI, ao lhe ver “[...] foi logo saudando dizendo que eu era o primeiro professor da Universidade a fazer pós-graduação [...]” (p. 246).

A possibilidade de profissionais que compunham o corpo docente da UFPI estudarem em cursos de Pós-Graduação fora do Estado, a partir de 1976, foi determinada por inúmeros fatores, como: os esforços pessoais dos próprios professores da UFPI, que mantinham as despesas dos cursos Pós-Graduados sem bolsas de estudo; a estruturação da Comissão Permanente de Capacitação de Docentes da FUFPI, a partir de 1975; a implantação, em dezembro de 1977, da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; a criação em fevereiro de 1978 da Coordenadoria Geral de Capacitação Docentes; a implantação a partir de 1975 do Programa Institucional de Capacitação Docente (PICD) pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e, ainda, o afastamento de docentes concedido pela FUFPI aos professores e

recém-graduados a fim de cursarem os estudos Pós-Graduados fora do Estado. (MIRANDA, 1979).

Com o propósito de contribuir para a melhoria da Educação Superior no Estado, a FUFPI almejava a qualificação de seus docentes através dos cursos de Pós-Graduação. Nesse sentido,

Engajada ao PICD, a Fundação Universidade Federal do Piauí lançou as bases de uma política mais abrangente e de melhor apoio ao aperfeiçoamento do magistério superior. Assim é que no ano de 1976 foram concedidas 28 bolsas para docentes e 04 (quatro) para recém-graduados; em 1977, 22 docentes e 12 recém-graduados; em 1978, 30 docentes e 16 recém-graduados em mestrado e 04 (quatro docentes em doutorado; em 1979, 42 docentes e 20 recém-graduados, em mestrado e 03 Três) docentes em doutorado. A previsão para 1980 é de 50 docentes e 26 recém-graduados em mestrado e 05 docentes em doutorado. (MIRANDA, 1979, p. 9).

Através do PICD, a Universidade Federal do Piauí pôde qualificar seu corpo docente com o propósito de contribuir para o crescimento educacional do estado, pois não apenas a Universidade, mas o próprio Estado precisava de mais profissionais Pós-Graduados. A esse respeito, Carvalho (2001) destaca que foram utilizados pela UFPI professores com apenas cursos de Graduação para suprir a falta de qualificação dos docentes do Ensino Superior, sendo uma das soluções para este problema a qualificação destes profissionais através do PICD.

Assim, é notório na década de 70 do século XX a ausência de cursos Pós-Graduados no Piauí. Dessa forma, ciente desta necessidade e estando implantada na UFPI a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, sendo boa parte dos funcionários do seu quadro formado por docentes com cursos de Pós-Graduação, “[...] **em 1981 a Universidade**, contando com a participação de professores da UNICAMP e da Universidade Federal de Pernambuco, **realizou o primeiro curso de pós-graduação “lato sensu”** para formação de especialistas em educação.” (BRITO 1996, p. 184). Desse modo, ciente da importância dos cursos de Especialização para a implantação do Mestrado em Educação da UFPI, a temática Pós-Graduação *Lato Sensu* será discutida no tópico seguinte.

### 2.1.2 Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação

Em 1978, teve início a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação da Universidade Federal do Piauí, em caráter temporário, mas com o objetivo, conforme Costa (1996), de capacitar docentes em atividades na própria UFPI, preparando-os, assim, para atuarem no Ensino Superior e ainda contribuir para a resolução dos problemas emergenciais de algumas áreas do ensino piauiense. Porém, foi apenas em 1981 que foram criados os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação em caráter permanente. Nesse sentido,

**Em 1981, foi criado o primeiro programa permanente de pós-graduação, na área de Educação, ainda na perspectiva predominante de formação de professores e também de especialistas em educação, no sentido de atender à crescente demanda da comunidade por profissionais nessa área com um melhor nível de capacitação. Ainda na década de 80, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, são criadas áreas de estudo voltadas explicitamente para a pesquisa e a produção de conhecimentos. (COSTA, 1996, p. 16, grifo nosso).**

A proposta inicial dos cursos de Especialização na área da Educação era qualificar os próprios docentes da UFPI que ainda não possuíam cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*. Foi então oferecido pelo Centro de Ciências da Educação no ano de 1978 um “[...] curso de Especialização em Educação, com áreas de concentração em Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Administração Escolar e Tecnologia Educacional [...]” (SILVA NETO; MENDES, 1982, p. 18). No entanto, foi apenas no ano de “[...] 1981 (que) o CCE implantou curso regular de Especialização em Educação. [...] Em 81 foram oferecidas áreas de concentração em Planejamento da Educação e em Supervisão Escolar [...]” (SILVA NETO; MENDES, 1982, p. 18). Os referidos autores informam ainda que estes cursos tinham duração anual, sendo que suas áreas de atuação poderiam variar de acordo com a demanda da sociedade. Sobre estes cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Carvalho (2001) declara:

A implementação e consolidação dessa iniciativa, ao longo de 10 anos, foi possível em razão da prioridade estabelecida pelo então Ministério da Educação e Cultura (MEC) para esse tipo de curso e, principalmente, devido a disponibilidade de recursos financeiros específicos para tanto. A oferta sistemática desses cursos de especialização em diversas áreas da Educação possibilitou o atendimento de uma demanda crescente de profissionais da

área educacional e das demais, principalmente os vinculados às redes públicas do ensino federal, estadual e municipal, que visavam alcançar melhorias salariais em decorrência da qualificação pretendida. (p. 99-100).

A implantação dos cursos de Especialização foi importante para o Estado do Piauí, por ser uma forma de conceder aos piauienses uma formação em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*, sem a necessidade de se deslocarem para outros estados da federação em busca dessa formação, proporcionando, principalmente aos docentes da Universidade Federal do Piauí, a qualificação necessária ao exercício da docência no Ensino Superior.

Burnham (1990) elucida na primeira parte do relatório redigido a partir de uma consultoria à UFPI, ocorrida no período de 26 a 28 de setembro de 1990, o nome dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em nível de Especialização oferecidos pelo Centro de Ciências da Educação no período de 1981 a 1989. Segundo a autora, os primeiros cursos concentravam-se nas áreas de Planejamento Educacional e Supervisão Educacional. No ano de 1982, realizou-se o curso de Avaliação Educacional. Em 1983, foram oferecidos cursos de Educação Artística e Pesquisa Educacional. Em 1984 voltou a ser oferecido o curso de Supervisão Educacional. Para os anos de 1984 a 1986 foi oferecido mais um curso, agora com área de concentração em Ensino. A oferta do curso de Pesquisa Educacional não ficou limitada apenas ao ano de 1983, pois este foi ofertado ainda em 1985 e 1986. Nos anos de 1987, 1988 e 1989 não foram ofertados nenhum dos cursos já mencionados, mas dois cursos novos: o de Educação Rural e o de Educação Pré-Escolar.

A proposta de qualificar recursos humanos para a sociedade continuou ainda na década de 90 do século XX como sendo um dos objetivos da Universidade Federal do Piauí, pois a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, através da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências da Educação, realizou no ano de 1990 o Curso de Pós-Graduação em Educação em nível de Especialização em Educação.

Conforme o Relatório de Atividades da Coordenação de Pós-Graduação em Educação (1990), no ano de 1990 foi dada continuidade ao Curso de Especialização, já existente desde 1981, nas áreas de Ensino e Pesquisa. O referido relatório aponta ainda que durante o curso foram oferecidas disciplinas do núcleo comum durante o primeiro semestre, para uma turma de 30 (trinta) alunos, sendo 15 (quinze) da área de Ensino e 16 (dezesesseis) da área de Pesquisa, que foi acrescida com a presença de 01 (um) aluno especial durante o curso. No decorrer do referido curso ocorreram “[...] 04 (quatro) trancamentos, 25 (vinte e cinco) aprovações e um aprovado incompleto por faltar uma disciplina.” (p. 4).

No ano de 1990 ocorreu na Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, no dia 27 de junho, a eleição para Coordenador e Coordenador Adjunto dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFPI para os anos de 1990 a 1992. Nessa eleição se inscreveram 02 (duas) chapas: a primeira era formada por Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha e José de Ribamar Torres Rodrigues; a segunda chapa era composta por Luiz Pires de Freitas e Isa Maria dos Santos. Assim, através da eleição e designação do Reitor assumiram para os anos de 1990 a 1992 a função de Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Educação Luiz Pires de Freitas e de Coordenador Adjunto Isa Maria dos Santos, que tinham como propostas dar continuidade aos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* já existentes, implantar o Curso de Mestrado em Educação e promover espaço para a comunidade acadêmica da UFPI, debater e analisar as dificuldades da Pós-Graduação, através de um Fórum Permanente de Debates, dentre outras propostas.

Em 1990, a Coordenação de Pós-Graduação em Educação contou com um novo programa de trabalho que estruturava 03 (três) comissões. As novas comissões denominavam-se: **Comissão do Curso de Especialização**, que analisava e avaliava os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*; **Comissão da Produção Científica** que fazia o levantamento da produção científica dos professores do Mestrado em Educação e a **Comissão do Projeto de Mestrado**, composta por mestres e doutores da UFPI que se empenhavam na implantação do Mestrado em Educação. Cabe destacar que tais comissões foram estruturadas pelo coordenador recém-eleito, Luiz Pires de Freitas. (UFPI, 1990, grifo nosso).

Foi realizado ainda no ano de 1990 um acompanhamento com os alunos dos cursos de Especialização através de questionários, utilizando a Escala tipo Likert de 01 (um) a 05 (cinco). Estes valores correspondiam a conceitos que representavam o nível de satisfação dos alunos pesquisados em relação ao desenvolvimento das disciplinas do curso e da Coordenação do Curso, a fim de subsidiar a coordenação recém-eleita de Pós-Graduação em Educação com informações dos cursos de Especialização, na perspectiva dos alunos, para então avaliar tais cursos e compreender suas respectivas necessidades. O referido acompanhamento ocorreu durante o período de nove meses, cuja pontuação conquistada foi 04 (quatro), que corresponde ao conceito Bom. Este conceito foi analisado pela Coordenação do Curso como uma pontuação satisfatória, entretanto, embora considerado satisfatório, este acompanhamento apontou que muitos dos alunos pesquisados não estavam muito satisfeitos com a Universidade Federal do Piauí, com a Coordenação de Pós-Graduação em Educação e

criticavam, até mesmo, o Centro de Ciências da Educação, oferecendo algumas sugestões para a Coordenação do Curso. Dentre as sugestões listadas na pesquisa destacamos as seguintes, na forma como os alunos escreveram:

- Proporcionar mais bolsas para pesquisa e que sejam permanentes (durante todo o curso);
- Obs: As bolsas atuais têm duração de 7 meses.
- Dar continuidade ao Curso de Mestrado;
- Mudar a forma de selecionar bolsistas, da forma que foi feita daria nota (IF) para a Coordenação neste aspecto;
- Estabelecimento prévio de critérios para selecionar bolsistas, sugestão: prioridade para professores universitários.
- Que haja integração entre o Coordenador e o Coordenador Adjunto [...] (UFPI, 1990, p. 17-18).

As sugestões apontaram o nível de insatisfação dos alunos em relação à Coordenação do Curso, pelo fato de apresentar uma forma de seleção de bolsas de estudos que não agradava aos alunos dos cursos de Especialização e por não haver, conforme os pesquisados, uma integração entre o Coordenador e o Coordenador Adjunto do Curso de Pós-Graduação em Educação. Outro fato destacado foi o projeto de implantação do Mestrado, que para os alunos deveria ser retomado. Assim, esta avaliação foi uma forma de observar o que deveria melhorar no curso, de forma a garantir um ensino eficiente aos alunos e a elevar a qualidade da Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação no Piauí.

Ocorreu, ainda no ano de 1990, o Fórum Permanente de Pesquisa e Pós-Graduação através da Comissão Pró-Mestrado em Educação. De acordo com UFPI (1990), este fórum, diante da necessidade de implantação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, tinha como finalidade proporcionar um ambiente de debates e discussões sobre temas ligados à Pesquisa e a Pós-Graduação, tanto em âmbito nacional quanto estadual. Deste modo, o fórum foi instalado em 31 de maio de 1990 no Centro de Ciências da Educação. Para a divulgação deste evento, foram enviados memorandos a vários Departamentos e Coordenações da UFPI, anunciando a realização do fórum e de eventos que ocorreriam nessa IES e convidando a população universitária a participar. Para a primeira sessão do fórum foi convidada a professora Bernadete Angelina Gatti, que em 1990 era presidente da Comissão de Consultores da CAPES, para a área de Educação e Coordenadora do Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas. Em sua primeira sessão no turno da manhã, a professora Bernadete Gatti proferiu uma conferência que tinha



como tema “A pesquisa na Universidade: uma exigência acadêmica ou uma necessidade de melhoria do ensino?”. Estiveram presentes tanto alunos como professores da UFPI e de outras instituições. À tarde, a professora Bernadete Gatti proferiu uma palestra que “[...] girou em torno dos estudos que o CCE vem realizando sobre o Mestrado em Educação, com participação de pessoas envolvidas nesta questão”. (UFPI, 1990, p. 67).

A presença de Bernadete Gatti foi de grande relevância não apenas para o Fórum Permanente de Pesquisa e Pós-Graduação, como para o projeto de implantação do primeiro curso de Mestrado no Piauí, pelas contribuições que forneceu à citada Coordenação, principalmente, à Comissão Pró-Mestrado em Educação. Nessa ocasião, foram extraídas das reuniões as seguintes recomendações de Bernadete Gatti sobre as propostas de implantação de um Mestrado em Educação:

- 1) – Formar um grupo de professores empenhados verdadeiramente no programa procurando definir linhas de pesquisas que venham a gerar as áreas de concentração do curso.
- 2) – Redirecionar o projeto existente, propondo nova estrutura para as disciplinas. A grade curricular deve estar ligada às linhas de pesquisas definidas para o curso.
- 3) – Que o Mestrado responda as questões: Para que o Mestrado? Para onde devem encaminhar nossos alunos?
- 4) – Montar um Projeto de aperfeiçoamento para Mestres e Doutores na linha do Curso de Mestrado.

Outras recomendações:

- 1) Fazer revesamento de mestres e doutores na Graduação e Pós-Graduação.
- 2) Dar continuidade ao FORUM PERMANENTE intensificando as discussões sobre os diversos aspectos que envolvem a implantação e implementação do curso de mestrado.
- 3) Iniciar o curso com poucos alunos e manter esse número até que se tenha um resultado satisfatório do desempenho do curso.
- 4) Convidar periodicamente professores visitantes e participantes para ministrar disciplinas orientar alunos em dissertações, seminários estudos e outras atividades pertinentes ao curso.
- 5) Recorrer às instituições financiadoras e mantenedoras para o apoio as realizações requeridas para a dinâmica do curso: pesquisas, eventos, bolsas de estudo e trabalho e acervo bibliográfico. (UFPI, 1990, p. 67-68).

As recomendações da professora Bernadete Gatti foram bastante pertinentes para o momento em que se encontrava a Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação, sobretudo, para a Comissão Pró-Mestrado em Educação, que visava à criação do Mestrado em Educação, de forma a fornecer recursos humanos qualificados para a sociedade piauiense em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, modalidade ainda inexistente no Estado até o ano de

1991. Sobre a colaboração de Bernadete Gatti para o Mestrado em Educação da UFPI, observa-se:

[...] ela conhecia os critérios da CAPES, podia nos orientar melhor, mostrar o que a gente precisava ter pra ter o mestrado aprovado. Fora que ela era uma pessoa que vinha, dava uma palestra, era aberta pra quem quisesse. Depois ela reunia com esse grupo e discutia. A gente colocava a dúvida do que a gente precisa ter. A Bernadete foi muito simpática com a gente, dentro do nosso Mestrado desde o começo. Então, eu acho que isso contou muito. Ela sugeriu a Teresinha Frões para ficar como tipo uma assessora, e a Teresinha não só participou do Fórum como veio aqui várias vezes, e ela deu realmente uma assessoria na montagem do Projeto. Foi uma sugestão da Bernadete [...]. Foi uma colaboradora importante [...]. (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

Dessa forma, Bernadete Gatti trouxe colaborações e recomendações importantes para implantação do Mestrado em Educação no Piauí que fizeram com que tanto a Comissão Pró-Mestrado em Educação, como a Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação refletissem sobre o que já estavam fazendo para implantar a Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí e ainda pensar no que deveriam fazer para conseguir realizar tal objetivo.

O Fórum contou, também, com a participação de outros palestrantes que contribuíram significativamente para a implantação do Mestrado em Educação na UFPI. Conforme UFPI (1990), no mês de junho de 1990, o fórum apresentou 03 (três) sessões, sendo a primeira realizada em 20 de junho do referido ano, com o discurso do Professor Doutor Luiz Botelho Albuquerque (UFPI), que trabalhou o tema “Efeitos do capital cultural nas atitudes das tomadas de decisão”. A segunda sessão ocorreu no dia 26 de junho, com os professores Luiz Pires de Freitas e Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha que abordaram o tema “Propostas para a Pós-Graduação do CCE”. A última sessão do Fórum ocorreu no dia 27 de junho, tendo como tema “Pós-Graduação *Stricto Sensu* = Implantação de Mestrado: dificuldades e possibilidades”, palestra proferida pelo Professor Doutor da UNESP/Marília – São Paulo, Celestino Alves da Silva Júnior.

O Fórum Permanente de Pesquisa e Pós-Graduação ocorreu ainda nos meses seguintes do ano de 1990, como registra o Relatório de Atividades da Coordenação de Pós-Graduação em Educação da UFPI (1990), que ratifica a ocorrência do Fórum nos meses de setembro, outubro e novembro do ano de 1990. No dia 05 de setembro, houve a palestra da professora Maria do Rosário de Fátima de Carvalho, do Departamento de Fundamentos da Educação do CCE, que trabalhou o tema “Leitura e Consciência Metalinguística”; no dia 12 do mesmo mês, o professor Ozir Tesser da Universidade Federal do Ceará, abordou o tema “Referenciais

teóricos da pesquisa educacional”; Ainda neste mês, a professora da Universidade Federal da Bahia e Consultora da CAPES, Teresinha Fróes Burnham, discorreu sobre o tema “Uma proposta de currículo para os cursos de Pós-Graduação”, no dia 26 de setembro. Ocorreu nos dias 04 e 05 de outubro a palestra proferida do professor Paulo Gileno Cysneiros da UFPE intitulada “Informática na Educação”. Em 13 de novembro, o Fórum contou com a participação do professor Roberto Ricardo Jarry Richardson, da UFPB, que discorreu sobre o tema “Referenciais teórico-metodológicos da pesquisa”.

Após um ano como o de 1990, repleto de atividades para a Coordenação de Pós-Graduação em Educação, o ano de 1991 veio com diversas atividades, muitas destas oriundas do próprio Plano de Trabalho de 1990. Nesse sentido, UFPI (1991) destaca na justificativa do Projeto do Curso de Especialização em Educação, que a Coordenação apresentou após várias discussões, uma nova proposta de curso para a Pós-Graduação *Lato Sensu*, proposta esta que também estava ligada à proposta do Curso de Mestrado em Educação, implantado no ano de 1991. Nesta proposta, o Curso de Especialização em Educação teria duas áreas de concentração: a primeira denominada Ensino Superior e a segunda, Alfabetização contendo os seguintes objetivos:

Proporcionar aos docentes e técnicos das Instituições Educacionais e da comunidade oportunidade de desenvolver e aprofundar conhecimentos específicos, capacitando-os a atender às exigências do mercado de trabalho [...] Contribuir para que os beneficiários melhorem sua formação profissional tanto teórica como prática nas áreas de - Ensino Superior - Alfabetização. (UFPI, 1991, sem numeração de página).

Conforme o Projeto do curso de Especialização em Educação (1991), para o ano de 1991 seriam abertas 30 (trinta) vagas, sendo 15 (quinze) para cada área de concentração. A clientela-alvo deste curso seriam professores universitários, licenciados e profissionais ligados ao ensino que deveriam ter Curso Superior de duração plena em Educação ou áreas afins. Uma das propostas do curso era atender uma das necessidades da Universidade Federal do Piauí, sendo uma delas a capacitação docente. Com este propósito, após passar por discussões e avaliações, o curso de Especialização apresentou um novo formato em relação às áreas de concentração, estabelecendo que uma de suas áreas fosse permanente, que correspondeu, no ano de 1991, à Área de Ensino Superior, com o objetivo de qualificar o corpo docente tanto da UFPI quanto de outras Instituições de Educação Superior e a outra área que era definida a cada ano, conforme as necessidades da sociedade piauiense e as influências da universidade.

No ano de 1991, a Área de concentração foi Alfabetização, por considerar o analfabetismo do estado e o interesse do país no tema proposto.

De acordo com o projeto Curso de Especialização (1991), os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* deveria se desenvolver no decorrer de 02 (dois) semestres letivos e teria carga horária de 420 horas para a área de concentração Ensino Superior e 450 horas para a área de Alfabetização. As disciplinas escolhidas para o curso estão elencadas no quadro a seguir.

DISCIPLINAS	C. H.	CRÉDITOS	CÓDIGO
<u>TRONCO COMUM</u>			
• Teorias Educacionais	60	4.0.0	
• Processos Políticos e Educacionais Brasileiros	60	4.0.0	
• Didática Geral	60	4.0.0	
• Pesquisa Educacional	60	2.1.0	
<u>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:</u>			
<u>ENSINO SUPERIOR</u>			
• Metodologia do Ensino	90	2.2.0	
• Universidade: papéis e funções	90	4.1.0	
<u>ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:</u>			
<u>ALFABETIZAÇÃO</u>			
• Teorias da Aprendizagem	60	4.0.0	
• Alfabetização I	60	2.1.0	
• Alfabetização II	60	2.1.0	
• Alfabetização III	30	0.1.0	

**Quadro 02** – Elenco das Disciplinas - 1991

**Fonte:** UFPI, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Projeto de Pós-Graduação a nível de Especialização em Educação.** Teresina, 1991.

Os alunos que ingressavam no curso após prova escrita de caráter eliminatório e posteriormente a análise do “Curriculum Vitae” de caráter classificatório, deveriam cursar as disciplinas elencadas no quadro, conforme a área de concentração. As disciplinas de tronco

comum deveriam ser cursadas por todos os alunos, independentemente de sua área de concentração e as demais disciplinas deveriam ser cursadas de acordo com a área de concentração da qual o aluno fazia parte. De acordo com a natureza de cada disciplina, o aluno era avaliado por meio de provas, testes, relatórios, trabalhos, monografias, dentre outras atividades (UFPI, 1991). A avaliação final dos alunos na disciplina era feita levando em conta aspectos qualitativos “[...] expressos através dos seguintes conceitos, observando-se correspondência numérica:” (UFPI, 1991, sem numeração de página), em conformidade com o Quadro 03.

CONCEITO	CÓDIGO	CORRESPONDÊNCIA NUMÉRICA
<b>Pleno</b>	PL	05
<b>Bom</b>	BM	04 a 4,9
<b>Suficiente</b>	SF	03 a 3,9
<b>Insuficiente</b>	IF	02 a 2,9
<b>Mau</b>	UM	01 a 1,9
<b>Nulo</b>	NL	00

**Quadro 03** – Avaliação do Aproveitamento do Aluno

**Fonte:** UFPI, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Projeto de Pós-Graduação a nível de Especialização em Educação.** Teresina, 1991.

Os conceitos citados nesta tabela correspondiam a valores numéricos, como forma de avaliar qualitativamente o aluno do curso. A proposta do projeto para o curso de Especialização em Educação de 1991 defendia que para ser aprovado em uma das disciplinas elencadas no respectivo curso, o aluno deveria ter “[...] frequência igual ou superior a 85% e obter conceito igual ou superior a BM em cada disciplina. A aprovação final do aluno incluía um trabalho monográfico, por área de concentração, devendo obter neste o conceito mínimo **BOM**.” (sem numeração de página, grifo do autor). Após a aprovação final, o aluno recebia um certificado expedido pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação,

acompanhado do histórico escolar, que confirmava sua condição de Especialista em Educação.

A proposta do Projeto de Especialização em Educação foi posta em prática e logo após foi elaborado um Relatório de Atividades do ano de 1991 pela Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação que tinha a “[...] finalidade de apresentar o histórico e os dados estatísticos dos Cursos e Especialização e de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, no exercício de 1991.” (p. 3). Este relatório apontava as ações do Curso de Especialização que foram elaboradas no Projeto do Curso e relatava sobre o Curso de Mestrado em Educação, que iniciou suas atividades em Setembro de 1991.

Dessa forma, apresentava que o Curso de Especialização em Educação visava atender uma das necessidades da UFPI, principalmente, a que se relacionava com a capacitação de docentes. Diante deste propósito, permaneceu, no ano de 1991, a área de concentração Ensino Superior e foi definida uma nova área, Alfabetização, a fim de atender a demanda da sociedade, como estava proposto no Projeto do Curso.

Assim como estabelecido no Projeto, o Curso de Especialização foi desenvolvido durante 02 (dois) semestres letivos. As disciplinas ofertadas no primeiro semestre são as que constam no Quadro a seguir:

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>DEPTº</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PROFESSORES</b>
<b>Pesquisa Educacional</b>	DEA	60	Luiz B. Albuquerque
<b>Didática Geral</b>	DMTE	60	Waldília N. de Moura Santos Cordeiro
<b>Processos Políticos</b>	DMTE	60	Reinaldo de Montalvão de Morais Cunha

**Quadro 04** – Disciplinas Ofertadas no 1º Período/1991

**Fonte:** UFPI, Centro de Ciências da Educação. Relatório de Atividades Exercício 1991. Teresina, 1991, p. 5.

As disciplinas ofertadas no primeiro semestre eram todas integrantes do tronco comum, uma vez que todos os alunos deveriam cursá-las, independente da área de concentração que faziam parte. A disciplina Teorias Educacionais também era de tronco comum, mas, de acordo com o relatório, só foi ofertada no segundo período letivo. O Quadro

05 contem o rol de disciplinas ofertadas pela Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação para o segundo período letivo de 1991:

<b>DISCIPLINAS</b>	<b>DPTº</b>	<b>CARGA HORÁRIA</b>	<b>PROFESSOR</b>
<b>Teorias Educacionais</b>	DEFE	60	Nilza M <sup>a</sup> Cury Queiroz
<b>Metodologia do Ensino</b>	DMTE	90	Teresa Virgínia de Rosalmeida Dantas
<b>Universidade: Papéis e Funções</b>	DEA	90	Luiz Botelho Albuquerque
<b>Teorias da Aprendizagem</b>	DEFE	60	Maria de Nazaré da Costa e Silva
<b>Alfabetização I</b>	DEFE	60	Maria do Rosário de Fátima de Carvalho
<b>Alfabetização II</b>	DMTE	60	Waldília Neiva de Moura Santos Cordeiro

**Quadro 05** – Disciplinas Ofertadas no 2º Período/1991

**Fonte:** UFPI, Centro de Ciências da Educação. Relatório de Atividades Exercício 1991. Teresina, 1991, p. 5.

Assim, o Curso de Pós-Graduação em Educação, ao objetivar atender ao proposto no Projeto do Curso de Especialização em Educação, ofereceu aos alunos um elenco de disciplinas tanto no primeiro quanto no segundo semestre letivo, que visavam alcançar um de seus objetivos para o ano de 1991: contribuir para formação tanto teórica quanto prática dos alunos das áreas de Ensino Superior e Alfabetização. Dessa forma, neste segundo semestre, como aponta o quadro, foram propostas as disciplinas específicas para cada área de ensino, ressaltando-se que a disciplina Teorias Educacionais mesmo sendo de tronco comum, só foi ofertada no segundo semestre. O Relatório de Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Educação (1991/1992) trazia o seguinte registro a cerca da avaliação dos resultados do curso:

O curso em geral teve um nível razoável. Os resultados apresentaram bom desempenho. Dos 30 (trinta) finalistas, 08 (oito) obtiveram conceito final **BM**, 10 (dez) **PL**, e (12 doze) reprovados. As reprovações se deram ou por desistência e abandono de curso por alguns alunos, ou pela falta de freqüência de alunos regularmente matriculados, causada por motivos de atividades profissionais. Além disso, foram reprovados alunos que não

conseguiram atingir a nota mínima de aprovação **BM**. (UFPI, 1991/1992, sem numeração de página).

Estes são os resultados do Curso de Especialização do ano de 1991, pois embora tenha havido tanto empenho por parte da Coordenação do Curso para melhoria dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, através do acompanhamento feito com os alunos por meio dos questionários em 1990, e ainda do Fórum Permanente de Pesquisa e Pós-Graduação, objetivando garantir a qualidade dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, houve um significativo número de alunos reprovados. De acordo com o relatório, as reprovações ocorreram porque alguns alunos desta turma do ano de 1991 desistiram e abandonaram o curso ou porque não atingiram a nota mínima do curso, que correspondia ao conceito Bom.

Neste trabalho, será abordada em seguida a Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, objeto de estudo desta dissertação. Nesse sentido, é importante salientar que a Pós-Graduação *Lato Sensu* foi investigada e discutida desde 1978 a 1991, pelo fato de ser o ano de 1978 marcado pela criação do primeiro Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação do Piauí e o recorte fecha-se em 1991, por ter sido o ano de criação do Primeiro Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Piauí, sendo este curso da área de Educação. Nesse sentido, no tópico seguinte será apresentado o processo de implantação do Mestrado em Educação da UFPI, que teve a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação como uma importante aliada.

## **2.2 Implantação do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí: o Mestrado em Educação da UFPI**

No período em que predominavam os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* no Piauí cabia àqueles que almejavam uma formação Pós-Graduada *Stricto Sensu* se deslocarem do estado por não encontrar até o ano de 1991 esta formação, não apenas almejada, mas necessária a população piauiense, principalmente, aos docentes das Instituições de Ensino Superior que precisavam de uma formação que os qualificasse não somente para a docência do Ensino superior, mas para o exercício da pesquisa científica.

Enquanto no Piauí não existia um curso deste nível, outros estados do país detinham a concentração de uma significativa quantidade de cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, como os estados das regiões Sul e Sudeste do país. Destaca-se que o primeiro curso de Mestrado em Educação do Brasil, criado no ano de 1965 na Pontifícia Universidade Católica



do Rio (PUC - Rio) é oriundo da região Sudeste, do estado do Rio de Janeiro. A partir deste curso, proveniente da fase de implantação da Pós-Graduação no Brasil, outros surgiram, formando a fase de consolidação e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil.

Durante a fase de expansão, iniciada na década de 80 do século XX, foram criados vários cursos de Mestrado e Doutorado. Como o Piauí ainda não possuía cursos deste nível de ensino e como era praxe destes cursos enviarem correspondências às Coordenações de Pós-Graduação das Instituições de Ensino Superior informando a abertura das inscrições para os cursos de Pós-Graduação, verificou-se nas correspondências do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI vários editais de abertura de inscrições para o curso de Mestrado em Educação. Encontra-se entre tantos outros, o edital da Universidade Federal do Mato Grosso que foi enviado por carta no ano de 1988 à Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação de forma a apresentar a população piauiense à abertura de 04 (quatro) vagas para o curso, na área de Educação Pública, como pode ser observado na parte inicial do edital:

#### EDITAL

O Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso comunica a abertura das inscrições para o preenchimento de até 04 (quatro) vagas no curso de Mestrado em Educação na área de Educação Pública.

O curso de Mestrado em Educação Pública requer dedicação integral dos alunos para o cumprimento da programação didática, que compreende aulas, reuniões de estudo e debate, participação em experiências práticas e elaboração de trabalhos. (FUFMG, Edital, 1988, sem numeração de página).

O edital comunica a abertura de inscrições para o curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, apresenta um breve relato das atividades que irão ser realizadas no decorrer do curso e encaminha o edital para diversas universidades, como a Universidade Federal do Piauí, que até então não possuía nenhum curso de Mestrado. Desse modo, alguns piauienses se deslocavam do Estado para estudarem em cursos de Pós-Graduação fora do Piauí. Sobre este fato, Ferro (2010) relata:

[...] A saída do aconchego familiar, do ambiente social e profissional, em que já se tem construído de forma sólida, laços de relacionamentos sociais, com suas conseqüências só é sentida por quem necessita buscar isto fora. É o

caso até o momento, dos professores de boa parte das universidades nordestinas. É este o caso. O objetivo: a titulação exigida pela Academia, e a necessidade, talvez de sair para fora em busca de um conhecimento [...]. (p. 17).

Era comum esse deslocamento geográfico pela busca de uma formação acadêmica, em nível de Mestrado ou Doutorado, principalmente por pessoas da região Nordeste do país, que apresenta uma quantidade de Programas menor que em outras regiões do Brasil.



**Foto 02:** Maria da Conceição de Sousa de Carvalho  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Maria da Conceição Sousa de Carvalho, docente da Universidade Federal do Piauí, professora do Curso de Mestrado em Educação durante a fase de implantação e Diretora do Centro de Ciências da Educação à época de implantação do Curso de Mestrado em Educação (Foto 02), rememora:

Alguns já saíam para fazer Mestrado fora, eu saí como o próprio Luiz Pires fez no Rio de Janeiro. A gente tinha que ir pra longe, nessa época os Mestrados no Nordeste estavam mal começando. Tinha no Ceará. Então, a gente tinha que ir pra onde? Para o Rio de Janeiro, para o Rio Grande do Sul, São Paulo. O pessoal do Mestrado na minha época, a maioria foi para o Sul e Sudeste porque lá você tinha mais metas, áreas, programas com melhor avaliação. (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

Muitos piauienses se deslocavam do Estado para adquirirem uma formação em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, recorrendo principalmente aos estados das regiões Sul e Sudeste do país, como se observa no relato da Professora Conceição Carvalho, visto que ainda não havia no Piauí um curso deste nível, pela qualidade dos Programas das regiões já citadas e por reconhecerem a necessidade de um curso dessa natureza para suas vidas.



**Foto 03:** Luiz Pires de Freitas.

**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora.

Ao serem indagados sobre a importância do Mestrado em Educação nas suas vidas e de que motivações os levaram a almejar uma formação em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, Maria da Conceição Sousa de Carvalho e Luiz Pires de Freitas, primeiro Coordenador

do Curso de Mestrado em Educação da UFPI (Foto 03), destacaram que estes cursos eram considerados importantes para eles porque estavam relacionados às suas respectivas práticas de trabalho, uma vez que já eram professores universitários e por ser ainda uma forma de adquirir conhecimento. Eis as suas falas:

(O Mestrado) melhorou tanto o meu conhecimento, quanto a modalidade de ensinar e se comunicar com os alunos. A formação primeiro filosófica que também é importante e a pedagógica. E para trabalhar nas universidades daquele tempo porque ninguém poderia trabalhar sem ter o Mestrado. (LUIZ PIRES, ENTREVISTA, 2010).

[...] Tanto uma necessidade intelectual, como acadêmica. Eu já era professora e foi uma necessidade intelectual e também uma exigência acadêmica, na época do Mestrado nem tanto, hoje é mais exigência acadêmica da formação formal [...] (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

O anseio por uma formação Pós-Graduada, em nível de Mestrado era uma necessidade tanto intelectual quanto profissional dos professores que atuavam no Ensino Superior, visto que já na década de 70 do século XX, período que os entrevistados Luiz Pires e Conceição Carvalho estudaram em Cursos de Mestrado, emana a exigência através da Lei 5.539/68 que os professores das IES do país tenham a titulação de Mestre ou Doutores.

Compreendendo esta necessidade, a Coordenação de Pós-Graduação em Educação da UFPI desejava possuir um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em nível de Mestrado na área de Educação para suprir a carência de tal curso no Estado e qualificar os docentes da instituição que ainda não possuíam tal titulação. Assim, passou a lutar para alcançar tal objetivo, tão necessário para a Universidade e para a sociedade piauiense. A partir de 1986 concentrou esforços para efetivar a implantação de um curso de Mestrado em Educação no Piauí.

Ao reconstituir a história e a memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, verifica-se, conforme Carvalho (2001), a ligação entre este e os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da Universidade Federal do Piauí - UFPI, pois os referidos Cursos de Especialização tinham primeiramente a preocupação de habilitar professores dos departamentos do Centro de Ciências da Educação, o que se tornou possível mediante a disponibilidade de recursos financeiros do Ministério da Educação e Cultura - MEC e pela prioridade deste em relação aos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, possibilitando o atendimento de profissionais da

área educacional e de outras áreas ao longo de 10 (dez) anos. O referido autor ratifica ainda que devido tanto a experiência administrativa quanto acadêmica oriunda dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, a UFPI se sentiu em condições de implantar um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado na área da Educação. Sobre este fato, Conceição Carvalho destaca:

[...] no caso aqui do CCE, havia uma história de especialização com 10 anos, o CCE tinha uma Especialização Permanente em Educação. Havia uma grande demanda dos professores da rede pública em geral, havia muita demanda por especialização, e a gente mantinha esse curso de especialização. Tinha um coordenador, tinha uma Coordenação de Especialização. A gente tinha uma estrutura formal dentro do Centro para oferecer uma especialização [...] Depois é que ela se amplia com a criação do Mestrado, aí o Mestrado vai com essa mesma estrutura que se amplia para a Coordenação do Mestrado. (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

Tal organização, estrutura e experiência oriunda dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* deram condições e coragem aos gestores e professores do Centro de Ciências da Educação para implantar um curso de Mestrado na UFPI. Carvalho afirma ainda que o curso de Mestrado em Educação da UFPI se “[...] constituiu de uma iniciativa de um grupo de professores do Centro de Ciências da Educação (CCE) que foi sendo gestada e formalizada” (2001, p. 100). Conforme o referido autor, este grupo era composto por Especialistas, Mestres e recém Doutores que tinham a pretensão de implantar um curso de Mestrado em Educação na UFPI. Para isso, elaboraram uma proposta para submeterem aos professores dos departamentos que compõem o Centro de Ciências da Educação e apresentaram a assessoria da CAPES a fim de receberem críticas e sugestões.

Leite (1989) ratifica que em 1986 uma comissão coordenada pela professora Arlene Medeiros Elvas Bohn e composta por: Maria Salete Linhares Boakari, Elizabeth Gomes Nogueira, Maria do Amparo Borges Ferro e Maria Oliveira Lima (Lindamir) elaboraram um Projeto de Criação do Mestrado em Educação para a UFPI a ser apreciado pelos professores do Centro. Ainda neste ano, a professora Nilza Maria Silva Resende Leite assumiu a Coordenação de Pós-Graduação em Educação e reformulou o projeto original com base nas sugestões dos professores locais e do professor Carlos Roberto Jamil Cury, assessor da CAPES e convidado da direção do Centro de Ciências da Educação para realizar uma consultoria em relação ao Projeto do Mestrado.

A viabilização da implantação do Mestrado em Educação da UFPI não foi aconselhada nesse momento em virtude de alguns entraves que o programa apresentava.

Assim:

Após parecer técnico do assessor da CAPES, desaconselhando a implantação do Mestrado pretendido, em face de a UFPI não dispor das condições mínimas para fazê-lo funcionar, de acordo com as exigências desse órgão, a questão somente foi retomada em 1988, com a criação, no âmbito do CCE, da Comissão para Implantação do Mestrado em Educação da UFPI. A partir de sua instalação, esta comissão articulou a realização de estudos e tomou providências, visando dotar a instituição das condições mínimas exigidas como requisito para este tipo de curso. Dentre as providências tomadas, tem-se a aprovação e criação do Curso de Mestrado em Educação da UFPI pela Resolução CONSUN/UFPI 005/88, de 22.11.88, com área de concentração em Educação Brasileira. (CARVALHO, 2001, p. 100).

Em virtude deste desaconselhamento em implantar o Mestrado em Educação, a UFPI envidou esforços para que a situação fosse revertida, assegurando o que fosse necessário para tal implantação. Assim, um dos motivos que viabilizou a implantação do Mestrado em Educação foi a Comissão de Implantação<sup>11</sup> do Mestrado em Educação da UFPI criada, conforme Leite (1989), por um ato do diretor do Centro de Ciências da Educação em 26 de maio de 1988. A referida comissão, conforme a autora, era coordenada pelo professor Eudócio Soares Lima Verde e possuía como membros: Nilza Maria Silva Resende Leite, Francisco da Costa Sobrinho, Francisca Cardoso Pires, Ana Maria Pádua Oliveira, Maria do Socorro Moraes, Reinaldo Montalvão de Moraes Cunha, Maria Salete Boakari e Arlene Medeiros Elvas Bohn. Esta comissão

[...] com o incentivo do atual Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, reiniciou suas atividades em prol do Mestrado, tendo defendido as seguintes ações:

- reformular o Projeto;
- incentivar a saída de professores para Doutorado;
- incentivar a produção científica com contribuições efetivas para a Revista do CCE 'EDUCAÇÃO E COMPROMISSO' e de outros periódicos reconhecidos pela comunidade científica;
- solicitar dos Departamentos atenção especial aos professores que estão fazendo ou querendo iniciar pesquisa, a fim de que tenham carga horária disponível para este fim;
- iniciar assessoramento técnico à Comissão pelo Prof. Celestino, que já vivenciou o processo de reconhecimento da CAPES, para que o mesmo

<sup>11</sup> A comissão de Implantação do Mestrado em Educação era também denominada de Comissão Pró-Mestrado.

ajude não só na elaboração do Projeto, mas na tramitação do processo de um modo geral. (LEITE, 1989, p. 78-79).

A intenção da Comissão Pró-Mestrado era implantar o curso de Mestrado em Educação na UFPI, com área de Concentração em Educação Brasileira, com prioridade de ofertar 03 (três) linhas de pesquisa, a saber: Ensino Pré-Escolar, Ensino nas Áreas Rurais e Formação de Professores para o 1º grau; o curso tinha início previsto para o segundo período de 1988 e deveria ser executado pelo Centro de Ciências da Educação, centro que alocava a equipe responsável, a Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Educação. Porém, a proposta para implantação do Mestrado em Educação não foi recomendada na deliberação feita CAPES em 14 de outubro de 1988, por constatar deficiências na concepção e estruturação do Programa. Nesta perspectiva, o Parecer da Consultoria Científica da CAPES teceu algumas considerações sobre questões consideradas problemáticas na apresentação do Projeto Criação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, como:

- 1 – Na sua própria justificativa, fica evidente a ausência de uma “linha condutora” para o encaminhamento de um Programa de Mestrado. É feita uma rápida referência a Cursos de Especialização anteriormente realizados, sem que conste características ou orientação de sua organização [...]
  - 2 – As linhas de pesquisa e de aprofundamento teórico que deverão ser priorizadas no Curso não são tão contempladas de forma a justificar-se como tais, no Projeto.
  - 3 – Estão listados no Projeto, 32 professores, entre os quais 6 com PhD ou doutorado e 26 mestres. Não há, no entanto, nenhuma referência à área de estudos dos professores listados, [...] Dificultando ainda mais uma avaliação qualitativa do Projeto [...] Ainda, na produção intelectual e atividades de pesquisas referenciadas, não conseguimos perceber suporte para as linhas de aprofundamento pretendidos.
  - 4 - O acervo bibliográfico da Instituição parece precário para as necessidades mínimas de um Curso de Mestrado em Educação [...]
  - 5 – Não é apresentada relação professor e disciplina.
- Tendo em vista as questões arroladas, consideramos bastante precárias as possibilidades de viabilização do Projeto em pauta [...] (CAPES, 1988, sem numeração de página).

O Parecer da CAPES apresentou as observações feitas no Projeto de Criação do Mestrado que culminou com a não recomendação do mesmo. Assim, a Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação continuou com a proposta de implantar o curso almejado e propôs superar os obstáculos que foram apontados pela CAPES como empecilhos

para implantação do Mestrado em Educação. Dessa forma, a Coordenação de Pós-Graduação passou a convidar professores de outras universidades para colaborarem tanto na elaboração do Projeto de Implantação do Mestrado, como na composição do quadro de docentes que carecia de professores doutores e doutorandos. A Coordenação passou a incentivar ainda a produção bibliográfica, um dos requisitos indispensáveis para viabilizar a implantação do curso. Assim é notória a produção científica dos docentes do Programa e a inserção destes em trabalhos de pesquisa, como apresenta o parecer de Implantação do curso de Mestrado em Educação.

Quanto ao acervo bibliográfico, outro requisito necessário para implantação do curso, constata-se a busca pela ampliação do acervo por parte da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação que enviava à direção do Centro de Ciências da Educação memorandos solicitando a compra de livros recomendados pela Coordenação para compor o acervo bibliográfico da instituição. Pois, de acordo com o entrevistado, uma das dificuldades encontradas para a implantação do Mestrado em Educação era a aquisição de Material:

[...] faltava tudo porque não estava no orçamento da Universidade. Por exemplo, bibliografia para os alunos, nós não tínhamos. Era muito difícil: Livros e outras coisas. O auxílio vinha da diretoria da Universidade, mas isso a gente fazia projetos e os projetos traziam recursos. (LUIZ PIRES, ENTREVISTA, 2010).

Ciente da possibilidade da elaboração de projetos como meio necessário para a aquisição de recursos financeiros para compra de materiais, a Coordenação de Pós-Graduação em Educação, juntamente com a equipe responsável pela implantação do Mestrado em Educação, elaborou um projeto intitulado por *Aquisição de material bibliográfico para o Mestrado em Educação* que tinha previsão para iniciar em 30 de maio de 1988 e terminar em 30 de julho do mesmo ano. A instituição executora do Projeto foi a Fundação Universidade Federal do Piauí e o órgão executor do mesmo, o Centro de Ciências da Educação – Coordenação de Pós-Graduação em Educação. A justificativa para aquisição desse material consistia no fato de que o acervo bibliográfico é importante para um Programa de Pós-Graduação não apenas para o ensino, mas também para a pesquisa, elemento essencial no Curso de Mestrado. Alguns livros requisitados pela Coordenação de Pós-Graduação em Educação dentre os 52 (cinquenta e dois) listados na Planilha de Solicitação de Compras foram:



Nº	Descrição do Material	Quantidade
01	FORRACHI, Maralice M. (e) MARTINS, José de Sousa. Sociologia e Sociedade: Leitura de Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1980.	06
02	HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Rio de Janeiro, Zahar, Ed.	06
03	MOURA, Clovis. A Sociologia Posta em Questão. São Paulo, LECH, 1978	06
04	IANNI, Octávio. (Org.) Teorias de Estratificação Social: Leitura de Sociologia. S. Paulo, Ed. Nacioal, 1978.	06
05	IANNI, Octávio. (Org.) Karl Marx: Sociologia. Col. Grandes Cientistas Sociais). S. Paulo, Ática, 1984.	06

**Quadro 06** – Solicitação de Material Bibliográfico – 1988

**Fonte:** FUFPI, Planilha de Solicitação de Compras, 1988.

A Coordenação preocupada com o acervo bibliográfico que deveria oferecer aos alunos dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* já existentes e do Curso de Mestrado que almejava implantar solicitou a compra de livros para compor tanto a Biblioteca Central da Universidade Federal do Piauí como a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação. Portanto, foram apresentados no Quadro 06, o nome de 05 (cinco) tipos de livros requisitados para ampliar o acervo bibliográfico da UFPI. Dessa forma, Leite (1989), destaca em relação ao ano de 1989, que “O Projeto de Aquisição do Acervo Bibliográfico está na sua fase final, já tendo sido adquiridos 287 títulos em 979 exemplares e 29 títulos de periódicos.” (p. 79). A referida autora ratifica que estava na fase final a aquisição dos livros pelo Projeto citado, mas nos anos posteriores continuaram a adquirir livros para enriquecer a Biblioteca da UFPI e proporcionar uma das condições exigidas pela CAPES para a implantação do Mestrado em Educação.

Com o objetivo de viabilizar a implantação do referido curso, a diretora do Centro de Ciências da Educação do ano de 1990, Maria da Conceição Sousa de Carvalho, através da Portaria nº 09/90/CCE/UFPI, de 03 de setembro de 1990 resolveu constituir uma nova comissão sob a presidência de Luiz Pires de Freitas, nesse momento coordenador dos Cursos de Pós-Graduação da UFPI, com o propósito de elaborar a minuta do Projeto do Curso de Mestrado em Educação que deveria ser entregue no dia 25 de setembro de 1990 para discussão do mesmo. Os membros da Comissão eram: Luiz Pires de Freitas (Presidente da Comissão), Isa Maria dos Santos, Luiz Botelho de Albuquerque, Francisco da Costa e Silva Sobrinho, Terezinha de Jesus Rios Nogueira, Luiz Gonzaga Pires, Waldília Neiva de Moura

Santos Cordeiro, Francisca Cardoso da Silva Pires, Maria do Rosário de Fátima Carvalho e Ana Maria Pádua Oliveira.

Cabe destacar que foram realizadas pela Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação reuniões com esta comissão para discussão de assuntos pertinentes à implantação do Mestrado em Educação. No ano de 1990, foi feita a convocação para a primeira reunião da Comissão de Mestrado em Educação que estava prevista para ocorrer no dia 18 de setembro às 15:00 horas na Sala de Reunião do Departamento de Fundamentos da Educação – DEFE. Para esta reunião, foram convocados: Isa Maria dos Santos, Luiz Botelho de Albuquerque, Francisco da Costa e S. Sobrinho, Teresinha de Jesus Rios Nogueira, Luiz Gonzaga Pires, Maria do Rosário de F. Carvalho, Francisca Cardoso da Silva Pires, Ana Maria Pádua Oliveira e Waldília Neiva de M. S. Cordeiro.

Conforme a ata da primeira reunião da Comissão do Mestrado em Educação (1990), a reunião ocorreu no dia previsto, porém às 16:00 horas. Nela compareceram Luiz Pires de Freitas, Presidente da Comissão, Luiz Botelho de Albuquerque, Teresinha de Jesus Rios Nogueira, Luiz Gonzaga Pires, Francisca Cardoso da Silva Pires, Ana Maria Pádua Oliveira, membros da Comissão. Outros se fizeram presente, como professores e convidados do Mestrado a ser implantado, como a professora Arlene Elvas Bonh e Francis Boakari. Esta reunião tratou do Projeto de Implantação do Mestrado, discutiu a justificativa, finalidade e objetivos do Mestrado e contou com a palavra do professor Luiz Botelho que discorreu sobre o que se precisava trabalhar para criar um núcleo de pesquisa. Ao término da pauta, o presidente marcou a próxima reunião.

Já na segunda reunião da Comissão de Mestrado em Educação não houve convocação escrita, apenas oral. A mesma ocorreu no dia 21 de setembro de 1990 às 9:30 horas na sala de Reunião do Centro de Ciências da Educação. Nela esteve presente Luiz Pires de Freitas, Presidente da Comissão, Isa Maria dos Santos, Luiz Botelho Albuquerque, Luiz Gonzaga Pires, Maria do Rosário de Fátima Carvalho, Francisca Cardoso da Silva Pires, Ana Maria Pádua Oliveira. Discutiu-se nesta reunião sobre a formação dos núcleos temáticos.

A comissão reunida tinha o papel de discutir temas relacionados à implantação do Mestrado em Educação e viabilizar o que fosse necessário para criação deste curso no Piauí. Uma das funções desta era produzir o Projeto de Implantação do Mestrado. Sobre a importância da Comissão Pró-Mestrado, os colaboradores na criação do Mestrado em Educação destacam:

A Comissão foi constituída pela Universidade Federal do Piauí, ajudando na elaboração de projetos, programação de encontros com outras universidades, ajudando na implantação do curso e na liberação de ajudas financeiras. (LUIZ PIRES, ENTEVISTA, 2010).

Todas as comissões são importantes. Essa questão de se o projeto foi ou não aprovado, de tudo fica uma experiência. Se a ideia do Mestrado ia crescendo, eu acho que é um processo. Um curso desse não se cria de uma hora para outra nem por um ato de vontade, é um processo de amadurecimento. A experiência da Especialização motivava para que se tivesse o Mestrado, mas não garantia que se tivesse condições inclusive acadêmica na criação do Mestrado, e toda a comissão servia no sentido de analisar a realidade, de fazer proposta. É claro que aí a CAPES, quando não recomenda é porque ela achava que as condições institucionais ainda eram pequenas, precárias [...] As comissões são importantes pra isso, não deu certo aqui, mas a gente vai e começa de novo e a ideia vai continuando, ela não partiu do zero. (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

Através destes relatos, compreende-se a importância das comissões de Implantação do Mestrado em Educação, pois foram importantes colaboradoras não apenas na elaboração dos Projetos de Implantação do Mestrado como em busca do que fosse necessário para viabilização do Mestrado em Educação no Piauí. Assim, na solenidade de instalação do curso, o professor Luiz Pires de Freitas ao discursar agradeceu àqueles que colaboraram no Projeto de Implantação, como se observa abaixo:

Concluindo discurso agradeceu emocionado aos que ajudaram neste Projeto. Aos que precederam e aos professores que com dedicação trabalharam no atual Projeto. Participaram na elaboração deste Projeto: Luiz Pires de Freitas, Coordenador, Isa Maria dos Santos, Sub-coordenadora, Maria da Conceição Sousa de Carvalho, Diretora do CCE, e os professores: Airton Antonio Bohn, Arlene Medeiros Elvas Bohn, Catarina de Sena S. M. da Costa, Francis Musa Boakari, José Geraldo Acioly Mendes da Silva, Luiz Botelho Albuquerque, Maria do Rosário de Fátima Carvalho, Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha e Vilma Chiara. Como consultora tivemos a Professora Teresinha Fróes Burnham da UFBA e apoio técnico e científico: Bernadete A. Gatti – PUC/SP, Celestino Alves da Silva Júnior – UNESP, Luis Soares de Araújo Filho – UFPI, Ozir Tesser da UFCE, Paulo Gileno Cysneiros da UFPE, Roberto Jarry Richardson da UFPb. Agradecimentos a Administração da UFPI na pessoa de seu Magnífico Reitor Charles Carvalho Camilo da Silveira, aos pró-reitores, a diretora do CCE. E, agradecimentos especiais à Professora Terezinha Fróes Burnham que se colocou ao nosso lado com sua experiência e inteligência. (CCE, Ata da instalação do curso, 1991).

Ao analisarmos a ata de instalação do Curso de Mestrado, constatamos a presença de outros nomes que não constam na Comissão de Implantação do Mestrado em Educação e ainda a presença de somente 04 (quatro) nomes que estão na comissão nomeada pela Portaria nº 09/90/CCE/UFPI, a saber: Isa Maria dos Santos, Luiz Botelho Albuquerque, Luiz Pires de Freitas e Maria do Rosário de Fátima Carvalho. Percebe-se, então, que o desejo de implantar o Mestrado em Educação mobilizou outros professores e auxiliares em geral, como os citados na lista de agradecimentos do professor e Coordenador Luiz Pires de Freitas.

Através da História Oral que alarga a possibilidade de informações na Pesquisa Histórica encontramos outros colaboradores neste processo de Implantação do Primeiro Curso de Pós-Graduação em Educação no Piauí, em nível de Mestrado.

Primeiro lugar a coordenação, que é a CAPES, o Ministério da Educação - MEC, que se dispôs dar orientação ao Projeto de Mestrado na Universidade do Piauí, na organização interna do curso, vista carência de professores titulados como mestres e doutores e com produção científica no estado do Piauí. Ainda foram colaboradores os professores que se formaram em doutorado no exterior [...]. O Charles que era reitor, ele foi minha mão direita, esquerda, pé e mão, foi com ele que eu consegui levantar o Mestrado no Piauí [...] as universidades que mais me ajudaram foi a Federal do Piauí, do Ceará, da Bahia. Foram essas, porque a que mais me ajudou nesse processo foi a Federal do Piauí, pela reitoria e tudo mais. A Federal do Ceará teve muitos professores de lá que me ajudaram. E a Universidade Federal da Bahia. A Teresinha Fróes, teve outros [...]. É que foi difícil pra levantar esse negócio, mas não de perseguição, mas de apoio. A gente dava seminários e mais seminários. (LUIZ PIRES, ENTREVISTA, 2010).

A gente contou com o apoio da Administração Superior, foi muito receptiva, na verdade o Pró-Reitor de pesquisa na época eu acho que era o Antônio Manuel Gaioso, foi ele que me abriu a dica, olha a CAPES tem um programa, ela tem um recurso que você pode mandar um projeto para convidar pessoas pra ouvir [...] aquele Fórum Permanente que foi criado, quem me deu a dica foi o Antonio Manuel, inclusive eu fiz um agradecimento a ele numa reunião do conselho, ele ficou muito emocionado [...] (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

O uso da Memória e da História Oral neste estudo nos trouxe importantes colaboradores no processo de criação do Mestrado em Educação, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Ex-Reitor da UFPI, Charles Carvalho Camilo da Silveira, o Pró-Reitor de Pesquisa da época de implantação, Antônio Manuel Gaioso e as Instituições de Ensino Superior que colaboraram enviando seus respectivos professores para melhorar o quadro de docentes do próprio Mestrado em Educação a ser implantado e na realização de palestras e reuniões.

Destarte, a partir de esforços empreendidos pela Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação, pelo professor Charles Carvalho Camilo da Silveira, reitor à época, pela Comissão de Implantação do Mestrado em Educação, professores e membros da administração da UFPI, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal do Piauí, assessores e consultores do Conselho Técnico e Científico da CAPES e professores de programas de Pós-Graduação de outras Instituições de Ensino Superior ficou aprovado o projeto de criação do curso de Mestrado em Educação da UFPI, com área de Concentração em Educação Brasileira, através da Resolução CONSUN/UFPI 002/91, de 01.03.91, revogando assim a Resolução CONSUN/UFPI 005/88, de 22.11.88 e autorizando o seu funcionamento.

Vale ressaltar que o Grupo Técnico Consultivo (GTC) da CAPES deliberou a recomendação do referido curso de Mestrado em reunião realizada no dia 21 de agosto de 1991, sob a presidência da Diretoria Geral da CAPES e com a participação de outras agências de fomento, tais como: CNPq, FINEP<sup>12</sup>, FAPESP<sup>13</sup> e EMBRAPA<sup>14</sup>. Conforme correspondência enviada pela CAPES ao Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação no dia posterior a reunião deliberativa, a recomendação do curso “[...] se pautou na análise dos pareceres da consultoria científica externa, em face do que dispõe a Resolução nº 05/83 do Conselho Federal de Educação e os padrões de qualificação acadêmica vigentes no meio científico.”

A Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFPI esperava por esta recomendação da CAPES para que a implantação do Mestrado em Educação no Piauí realmente se efetivasse como de fato ocorreu. Sobre a implantação do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, Costa (1996) aponta que:

Em 1991, foi implantado na UFPI o curso de Mestrado em Educação, sem dúvida como decorrência da experiência acumulada no ensino de pós-graduação desenvolvida no CCE. Nesse caso, o foco é a realização de estudos, de pesquisas e a produção de conhecimentos na área de Educação, tomando como campo imediato de estudo a realidade histórica, social, cultural da Educação no Estado do Piauí, sem perder de vistas necessárias vinculações mais abrangentes em termos regionais e nacionais, na perspectiva da totalidade. (p. 16).

---

<sup>12</sup> FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos.

<sup>13</sup> FAPESP- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

<sup>14</sup> EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Ainda em 1991, ano da deliberação da CAPES, para a recomendação do curso, teve início o processo de seleção para matrículas no Curso de Mestrado em Educação. Por ser o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Estado e pelo caráter de excepcionalidade dos cursos de Pós-Graduação, houve um grande impacto na sociedade piauiense. Foi anunciada nos jornais da cidade a abertura do edital de seleção, como no Jornal *O Dia*, que anunciava a seguinte matéria.

#### CCE implanta o primeiro curso de Mestrado do Piauí

O Centro de Ciências da Educação é o primeiro a realizar um curso de Mestrado na Universidade Federal do Piauí. As inscrições começaram ontem, no campus da Ininga, e vão até o dia 20 de julho. O curso tem início previsto para setembro e deve ser concluído num prazo de dois anos, podendo ser prorrogado por mais dois anos, de acordo com a necessidade do aluno. Apesar de ser na área de Educação, qualquer profissional de nível superior pode concorrer a uma das 15 vagas oferecidas pelo CCE. Para isso, basta apresentar a documentação necessária, que inclui fotografias, certificado de conclusão do curso, um memorial que relate as principais atividades do currículo do candidato relacionadas à área do mestrado e um pré-projeto, de quatro folhas aproximadamente, que apresente uma síntese da proposta de dissertação a ser defendida pelo aluno no final do curso [...] (CCE IMPLANTA O PRIMEIRO CURSO DE MESTRADO DO PIAUÍ, *O Dia*, 22 jun. 1991, p. 9).

O jornal apresentou a data prevista para a abertura de inscrição para a seleção do Mestrado em Educação, a documentação necessária para este processo seletivo, bem como o número de vagas, visto que o Curso de Mestrado em Educação iniciaria suas atividades no mês de setembro de 1991, apresentando como áreas afins Matemática, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Psicologia, Linguística e Educação Física. Seu processo seletivo era bianual e tinha como requisitos para inscrição: comprovante do diploma de graduação em curso Superior, com duração plena, em qualquer área; Cópia dos documentos de identificação dos candidatos, como: carteira de identidade, do título de eleitor, Certidão de Pessoa Física – CPF, certidão de nascimento e/ou casamento; prova de quitação com serviço militar; 03 (três) fotografias 3x4 recentes; comprovante da taxa de inscrição; histórico escolar; memorial, relatando sua experiência profissional; Pré-Projeto de Pesquisa, com no máximo 06 (seis) páginas, contendo problemática de interesse do candidato e vinculação a uma das linhas de pesquisa do curso e, por fim, termo de compromisso, afirmando a frequência no curso em regime de Dedicção Exclusiva. No caso de o candidato selecionado possuir vínculo

empregatício, este deveria apresentar declaração da instituição onde trabalhava com liberação para estudos no Mestrado.

Ainda sobre o processo seletivo, este como já mencionado, ocorreu no primeiro ano de existência do curso, constando de 03 (três) etapas, todas consideradas eliminatórias. Na primeira fase, era avaliado o Pré-Projeto, com problemática definida; na discussão do Pré-Projeto, o candidato à vaga deveria fundamentar os argumentos apresentados e explicar a necessidade da solução dessa problemática. A segunda etapa constava de uma prova dissertativa que objetivava avaliar a capacidade de cada candidato em analisar cientificamente as condições atuais da educação. Vale ressaltar que esta etapa era realizada somente por quem havia sido aprovado na primeira. A última etapa constava de uma entrevista com os aprovados da primeira e segunda etapa, sendo composta de aspectos consonantes ao domínio de conteúdo de forma aprofundada desenvolvidos pelo candidato, tanto no Pré-Projeto de Pesquisa quanto na Prova Escrita e a experiência profissional do candidato com base no Memorial.

Assim, foram abertas 15 (quinze) vagas para a primeira turma de Mestrado, sendo que houve grande demanda de candidatos para esta seleção. Nesse sentido, foram inscritos 42 (quarenta e dois) candidatos, dos quais 17 (dezesete) foram aprovados:

- Luis Carlos Sales;
- Maria do Amparo Borges Ferro;
- Antonia Valtéria Melo Alvarenga;
- Leda Maria de Barros Guimarães;
- Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz;
- Márcia Regina Barbosa;
- Ana Maria da Silva Rodrigues;
- Teresinha Maria Losada Moreira;
- Kleber Montezuma Fagundes dos Santos;
- Conceição de Maria Boavista de Oliveira;
- Reginaldo Carvalho;
- Rita de Cássia Lima Pereira;
- Josenildes Maria Batista de Lima;
- Maria da Glória Soares Barbosa Lima;
- Francisco Newton Freitas;
- Eliane Cavalcante de Oliveira;

- Paulo Rômulo de Oliveira Frota.

Dos 42 (quarenta e dois) candidatos inscritos foram selecionadas as 17 (dezesete) pessoas mencionadas acima que tiveram a oportunidade de compor a primeira turma de Mestrado do estado do Piauí, que teve sua instalação oficial no dia 30 de outubro de 1991 no Salão Nobre da Reitoria da UFPI (Foto 04).



**Foto 04:** Instalação Oficial do Curso de Mestrado em Educação  
**Fonte:** Acervo do PPGEd

Verifica-se que foram selecionados 17 (dezesete) alunos que estiveram presente na solenidade de instalação do Curso, enquanto o edital apontava apenas 15 (quinze) vagas, sendo 02 (dois) alunos a mais que o proposto, pelo fato de a comissão avaliadora ter analisado a viabilidade dos projetos propostos pelos inscritos na seleção do Mestrado e pela presença de professores no quadro de docentes da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação que pudessem orientar os alunos selecionados.

Destas 17 (dezesete) pessoas selecionadas, 08 (oito) eram docentes da Universidade Federal do Piauí, a saber: 05 (cinco) do Centro de Ciências da Educação, 01 (um) do Centro de Ciências da Natureza, 01 (um) do Centro de Ciências da Saúde e 01 (um) do Centro de



Tecnologia; 03 (três) selecionados eram docentes da FADEP<sup>15</sup>, 01 (um) docente de 2º Grau e 05 (cinco) pessoas não docentes. (CCE MURAL, 1991).

Sobre o perfil dos alunos que compunham a primeira turma de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Estado, Newton Freitas, aluno desta turma e Luiz Pires, primeiro Coordenador do Curso de Mestrado ratificam:

Em termo de idade nós tínhamos uma homogenia, só dois colegas nossos que tinham uma idade além da nossa, né? Que eu via lá, que era o professor Reginaldo Carvalho, que talvez fosse o mais experiente e o professor Paulo Rômulo [...] Nós tínhamos assim em torno de 25 a 30 anos. Nesse tempo eu tinha 28 anos, tinha uns que tinha mais de 30, mas nós tínhamos similaridade de idade, né? [...] É, mas existia uma modulação de pessoas entre 25 a 30 anos Tinha alguns de 30 até 40 e tinha dois, eu acho, de 40 pra frente [...] A formação acadêmica era as mais diferenciadas. Tinha formado em Música, em Economia, em Engenharia, em Matemática, em Educação, História, Engenharia que era o Luis Carlos. No caso, eu também já era Engenheiro. Quer dizer de todas as áreas, não é, da universidade? Todas as áreas praticamente do conhecimento, áreas humanas, né? Das áreas tecnológicas, exatas, tinha gente. (NEWTON FREITAS, ENTREVISTA, 2011).

Os alunos de qualquer curso pleitearam o Mestrado. Envolviam professores dos cursos de Educação, Direito, Engenharia, Serviço Social, e outros. Aqui não era só Educação, mas movimentava todos os outros professores da universidade, não eram só os que faziam Pedagogia. O Luís Carlos era da Engenharia e foi até Coordenador do curso de Mestrado. (LUIZ PIRES, ENTREVISTA, 2010).

Os 17 (dezessete) alunos que compunham a primeira turma do Curso de Mestrado em Educação possuíam faixa etárias diversas e com formação acadêmica variada, em virtude do próprio caráter de interdisciplinaridade que regia o curso. Dessa forma, percebe-se que desde o momento inicial de implantação do curso que este tem contribuído até o período atual para o crescimento da sociedade piauiense, através da construção e difusão do conhecimento científico, um dos objetivos próprios da Pós-Graduação.

A partir de então, o curso de Mestrado em Educação da UFPI vem realizando, desde sua implantação, conforme Albuquerque (1998), estudos baseados nas necessidades piauienses de maneira a contribuir para a educação do estado. As necessidades citadas, de acordo com o autor, se originaram dos indicadores sociais do estado, como: o índice de

---

<sup>15</sup> A FADEP foi um dos embriões da UESPI, a UESPI não existia, existia a FADEP que era o centro de ensino, era uma parte que cuidava de um ensino. Aí tinha o CPTE que era o Centro de Pesquisa e Tecnologias Educacionais, que foram órgãos que foram sendo criados [...] Tinha um centro de extensão que eu inclusive fui diretora. Depois juntou tudo e criou a UESPI. Então, a FADEP foi um embrião da UESPI. Fundação de Apoio à Educação no Piauí - FADEP. (CONCEIÇÃO CARVAHO, ENTREVISTA, 2010).

alfabetização, a taxa de evasão, a média de anos de estudos da população, a mortalidade acadêmica, dentre outros fatores. Dessa forma, no tópico seguinte segue a estrutura e a organização do Curso de Mestrado em Educação nos seus primeiros anos.

### 2.3 Estrutura e organização inicial do Mestrado em Educação da UFPI



**Foto 05:** Centro de Ciências da Educação.

**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora.

Quanto à estrutura física, requisito necessário para o credenciamento de um curso de Pós-Graduação, o Parecer nº 77/69 do Conselho Federal de Educação, aponta a necessidade de edifícios e instalações adequadas ao funcionamento do curso, equipamentos, laboratórios e biblioteca. Ciente desta necessidade, o Centro de Ciências da Educação dispôs para o Curso de Mestrado em Educação a seguinte estrutura física:

A gente tinha uma biblioteca, iniciamos uma Biblioteca Setorial. Quando eu assumi já tinha uma biblioteca. Eu assumi quando estava fazendo a mudança do SG4 pra cá, e aqui tinha um pequeno acervo na biblioteca que havia sido criado pelo professor Ferreira, uma salinha lá do SG4, mas não se tinha ainda uma estrutura, era uma ideia, não tinha funcionário nem nada [...] Aproveitou-se o espaço que já era da Coordenação da Especialização, que era igual um departamento, tinha uma sala maior e uma sala do lado que era a sala do vice-diretor que eu tirei o vice-diretor de lá pra colocar o laboratório, e funcionando como sala de reunião. Tinha sala de estudos. Depois pegamos uma sala de aula mais pra lá para ser uma sala de estudos que ainda é aquela sala de estudos ali que foi da época do começo. Conseguimos um recurso para comprar um armário, e cada um tinha sua chave [...] a sala de reunião funcionava aqui também. Aí eu não sei quando levaram os computadores pra lá, mas aquela salinha do primeiro alojamento é do começo. (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

A biblioteca atendeu completamente a demanda do curso e isso já é comprovação. O Espaço físico do Centro de Ciências da Educação atendeu completamente a demanda do curso, tinha estrutura, tinha só uma sala da diretoria e uma sala de reuniões, tinha sala de estudos pro Mestrado, laboratório de informática que também atendeu a demanda do curso, embora os computadores às vezes apresentassem dificuldades pelo armazenamento de informações. Se hoje tem dificuldade imagine naquele tempo. (LUIZ PIRES, ENTREVISTA, 2010).

Em relação à estrutura física do curso de Mestrado, tanto Luiz Pires quanto Conceição Carvalho destacam que o curso se localizava no Centro de Ciências da Educação (Foto 05), possuía 01 (uma) sala de aula, 01 (uma) sala para Coordenação do Curso, 01 (uma) sala de estudos acoplada ao laboratório de informática, 01 (uma) sala de reuniões e 02 (duas) bibliotecas, a Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco da UFPI e a Biblioteca Setorial do Centro de Ciências da Educação.



**Foto 06:** Francisco Newton Freitas

**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Ainda sobre a estrutura física do primeiro curso de Mestrado do Piauí, o aluno da primeira turma do Mestrado em Educação (Foto 06) ratifica:

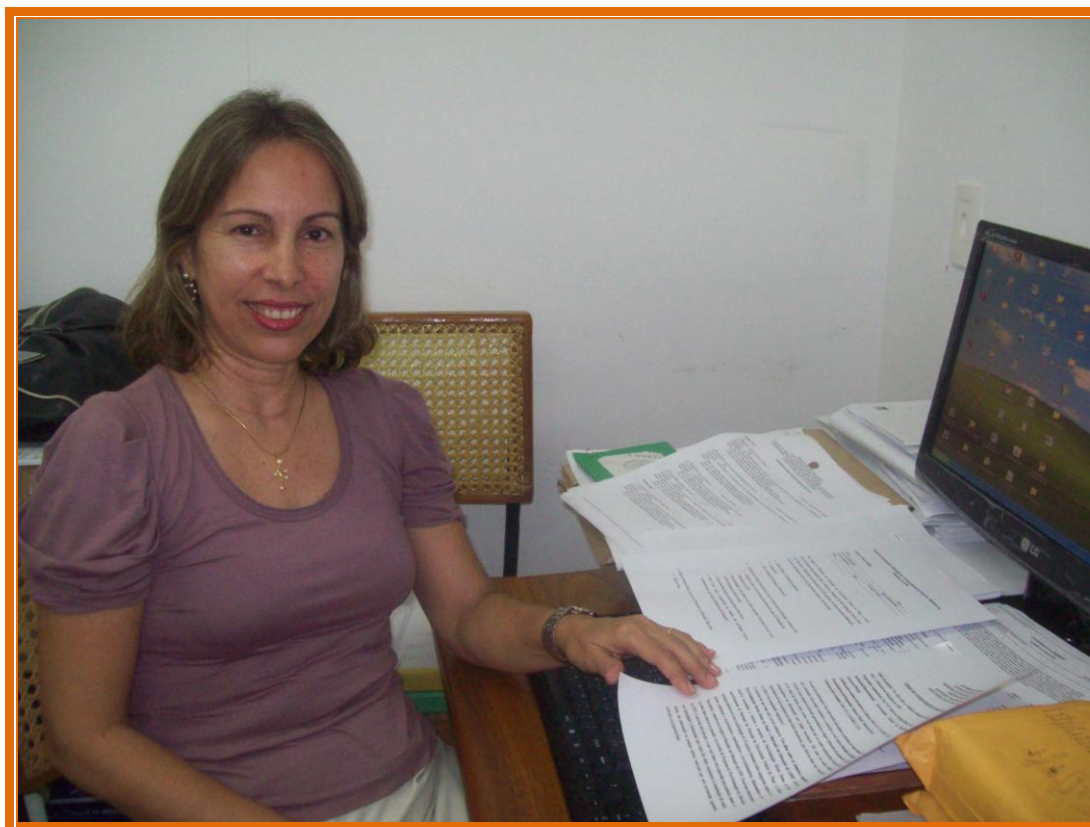
Nós tínhamos laboratório de informática que era acoplado a sala de estudos. [...] o aparecimento da internet se deu quando a gente estava terminando o mestrado [...] a gente passava o dia lá. Eu passava a manhã lá porque eu trabalhava à tarde, eu tinha que trabalhar porque não me liberaram [...] aí tinham os armários, cada um tinha um número. (NEWTON FREITAS, ENTREVISTA, 2011).

Estas eram as condições físicas iniciais do Curso de Mestrado em Educação que atendia as exigências do Parecer nº 77/69 do CFE. Embora atendendo as recomendações deste, o curso de Mestrado em Educação mantinha algumas limitações, como as que podem ser observadas pela fala da entrevistada:

Inicialmente nós tínhamos 02 salas, 03 né? Era essa sala da secretaria (Atual sala da Coordenação), onde os alunos dividiam o espaço com a secretaria. Não sei se você observa esse monte de tomadinhas que tem aí. Uma sala que servia para almoxarifado e tudo e uma da Coordenação. Eles reivindicavam a sala ao lado e abrimos aquela porta

para que se tornasse a sala de reuniões. (FERNANDA LOURDES, ENTREVISTA, 2011).

A entrevistada (Foto 07) funcionária da Universidade Federal do Piauí desde 1978 e do Programa de Pós-Graduação em Educação a partir de 1992 apresenta as limitações encontradas pelo curso inicialmente, como a ausência de espaço da secretaria que dividia espaço com alunos que freqüentavam a sala de estudos. Observa-se ainda que a sala de reuniões surgiu da reivindicação do grupo de professores.



**Foto 07:** Fernanda Lourdes de Carvalho Gomes Lustosa

**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

A Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação em conjunto com os colaboradores no processo de criação do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Piauí lutou por uma estrutura física e organizacional do curso de Mestrado em Educação e pela recomendação do mesmo junto ao Grupo Técnico Consultivo da CAPES para realizar o sonho de oferecer este Curso no Estado do Piauí para que a população piauiense tivesse a



oportunidade de se qualificar para o exercício da docência e da pesquisa científica, construindo conhecimento e formando profissionais para atuar na sociedade brasileira, uma vez que o Curso de Mestrado em Educação da UFPI tem formado profissionais para trabalhar não apenas no estado Piauí, mas em todo o país. Destarte, este curso objetivava a produção e difusão de conhecimento, visando:

- I – investigar, compreender e explicar problemas educacionais contribuindo para sua superação;
- II – articular as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas tanto na graduação quanto na pós-graduação, possibilitando a organização de núcleos temáticos e projetos de pesquisa, em torno daqueles problemas;
- III – promover e possibilitar intercâmbios com outros centros de ensino e pesquisa no país e no exterior;
- IV – assegurar oportunidades de qualificação acadêmico-profissional, tendo como princípio a interdisciplinaridade, a flexibilidade, e a autonomia no desenvolvimento de estudos e na produção acadêmica. (UFPI, 1991, p. 6).

Propondo-se a alcançar seus objetivos, como observar e superar os problemas educacionais, articular ensino, pesquisa e extensão, promover intercâmbios com outras instituições e oportunizar à população piauiense a qualificação profissional, o Curso de Mestrado contava como 02 (dois) núcleos temáticos, a saber: *Educação e Sociedade* e o outro *Linguagens e Educação*. A necessidade destes núcleos temáticos era oriunda da realidade educacional do período de implantação do Mestrado em Educação e da proposta do Curso que se fundamentava “[...] na compreensão da diversidade de concepções teórico-metodológicas, de orientações pedagógicas e ideologias que subjazem à atividade científica, e procurará a partir dessa pluralidade, oferecer aos mestrandos opções para o tratamento de seus objetos de pesquisa [...]” (UFPI, 1991, p. 6-7).

Os núcleos *Educação e Sociedade* e *Linguagens e Educação* tinham como proposta uma abordagem interdisciplinar da educação, pois era necessária uma articulação “[...] dos aspectos de produção e transmissão de diferentes linguagens (que representam a relação do homem com o mundo) e, por outro lado, os nexos entre a educação e os processos sociais mais amplos, dos quais ela é integrante.” (UFPI, 1991, p. 7). Sobre a presença da interdisciplinaridade no curso de Mestrado, o aluno da primeira turma de Mestrado em Educação da UFPI traz em suas lembranças:

[...] havia um núcleo integrador chamado interdisciplinaridade, onde os professores eram de vários setores, de várias áreas do conhecimento e os alunos também [...] (NEWTON FREITAS, ENTREVISTA, 2011).

A interdisciplinaridade foi um fator importante para a implantação do curso de Mestrado em Educação no Piauí, visto que possibilitava a compreensão de vários objetos de estudos, com diversos tipos de abordagem e fontes, bem como um estudo da realidade educacional piauiense, a partir de diversas visões. Sobre a interdisciplinaridade Costa (1996, p. 19) elucida: “[...] Não se trata, porém, de um amalgamento de idéias, de uma justaposição de especialista e especialidades, de um ecletismo epistemológico, teórico, metodológico e técnico; trata-se, ao contrário, da constituição dialética de idéias qualitativamente novas [...]”

Vale destacar ainda que foi recorrido ao caráter interdisciplinar do curso devido a escassez de professores da área de educação na formação inicial do rol de docente do curso, trazendo então, professores de outras áreas, como Informática, Educação Matemática, Antropologia, História, dentre outras, para composição deste rol<sup>16</sup>, possibilitando a constituição de idéias originais e inovadoras, pois, de acordo com Carvalho (1996, p. 199), “O modo interdisciplinar de construção do saber tem vez e lugar exatamente na explicitação – sempre processual e histórica – dos nexos que se estabelecem entre a parte investigada (objeto de pesquisa) e o todo do qual faz parte”.

### **2.3.1 Primeiros Docentes do Curso de Mestrado em Educação da UFPI**

Em relação ao quadro de docentes do Curso de Mestrado, a Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação necessitava da presença de pelo menos 08 (oito) professores doutores, como era solicitado pela CAPES para poder implantar um Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado. Nesse sentido, como o Centro de Ciências da Educação - CCE não contava com esta quantidade de professores doutores, a Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação contou com a colaboração de docentes do próprio CCE, do Centro de Ciências, Humanas e Letras – CCHL e de professores de outras instituições do país e do exterior, na condição de participantes ou visitantes. Ao ser indagado sobre as dificuldades que

---

<sup>16</sup> Observe a titulação dos docentes nos Quadros 07 e 08 desta Dissertação.

surgiram durante o processo de criação do Curso de Mestrado em Educação da UFPI, o primeiro Coordenador do Curso, Luiz Pires, destacou:

A carência de professores Doutores e Mestres. A carência, a gente teve que pegar os de fora, dos Estados Unidos, de outras universidades, a dificuldade foi essa. Foi difícil, mas tinha um campo aberto [...] (LUIZ PIRES, ENTREVISTA, 2010).

Percebe-se pela fala de Luiz Pires a vinda de professores de outras IES do país e do exterior para colaborarem nesse momento de implantação do Curso. Este fato se confirma nas palavras de uma ex-professora do Curso de Mestrado em Educação:

[...] era normal receber professores visitando [...] Acho que quem veio de outras instituições era o Roazzi. As outras pessoas eram daqui mesmo: CCHL<sup>17</sup>, CCN<sup>18</sup> [...] aí foram juntando as pessoas, as cabeças, formando um número porque a grande dificuldade na verdade era ter poucos doutores, né? [...] O que veio de outra instituição eu só me lembro do Roazzi que tinha sido orientador da Rosário, aí ela conseguiu convencer o Roazzi a vir. Do CCHL havia a Chiara, Francis que antes era do CCHL e agora está no CCE, Salete que era do CCE, Arlene - CCE/DEFE<sup>19</sup>, Luís Soares de Araújo Filho – CCE/DEFE só que ele chegou depois porque ele estava em Brasília a disposição do Ministério e ele fez o doutorado lá. A Salete é CCE. Luiz Pires, do CCE/DEFE, eu sou do CCE/DMTE<sup>20</sup>, Reinaldo – CCE/DMTE, Teresinha Queiroz – CCHL/História, Agenor - CCN, Luis Botelho – CCE/DEA (Departamento de Artes), Catarina - CCHL está aposentada, ela tinha se aposentado no Departamento de Letras. Maria do Rosário de Fátima Carvalho – CCE/DEFE, Waldília – CCE/DMTE, José Geraldo – CCN/MATEMÁTICA, Isa Maria dos Santos – CCE/DMTE. (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

Assim, conforme a entrevistada, o corpo docente do Mestrado em Educação era composto de professores provenientes de outras instituições do país, como o professor Antonio Roazzi e professores da própria UFPI, pertencentes a outros centros, como o Centro de Ciências da Natureza (CCN) e Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL). Esses

---

<sup>17</sup> CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras.

<sup>18</sup> CCN – Centro de Ciências da Natureza.

<sup>19</sup> DEFE – Departamento de Fundamentos da Educação, pertencente ao Centro de Ciências da Educação (CCE) da Universidade Federal do Piauí.

<sup>20</sup> DMTE - Departamento de Métodos e Técnicas da Educação, pertencente ao Centro de Ciências da Educação (CCE) da Universidade Federal do Piauí.



professores da própria UFPI e de outras instituições compunham o quadro de docentes do Curso de Mestrado em Educação.

Sobre a forma de seleção ou escolha de professores para compor o quadro de docentes do Curso, recorreremos a História Oral e a Memória por trazer episódios acontecidos no passado na perspectiva de quem presenciou os fatos ocorridos. Assim, cada sujeito traz sua própria interpretação da História.

A seleção dos professores era pela comissão do curso. Teve uma comissão pra escolher: eu, Botelho e Rosário. (LUIZ PIRES, ENTREVISTA, 2010).

No primeiro momento não havia uma seleção porque eram poucos doutores, então chamamos os que tinham, era mais o convencimento. A Teresinha eu tive que convencer porque fui na casa dela fazer um trabalho de catequese. Então, ela tava assim meia com o pé atrás, e eu disse: Teresa nós precisamos dessa área da História. Você é uma historiadora. E ela veio e alguns olhavam assim porque colegas de outros centros? É claro que eles tinham que ter um pé atrás, e eu vou entrar nesse barco e vai que ele afunda... Na verdade, não podia ter uma seleção [...]. Então tinha que ser mesmo no convencimento [...], tava tudo se formando, convencer esses outros colegas, convidar, chamar quem tem afinidade com a área de educação, claro que não era tudo Doutor porque tinham aqueles que não tinham afinidade com a educação, e outros Mestres também que pudessem contribuir, nesse momento foi assim. (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

Percebe-se a divergência de informações sobre a forma de seleção ou escolha dos professores do Curso de Mestrado em Educação. Contudo, na busca de mais informações, encontramos registros de Memorandos destinados a alguns Departamentos da UFPI solicitando a liberação de alguns professores para composição do quadro de docentes do Curso de Mestrado em Educação.

MEMO. Nº 102/90/CCPG/CCE/UFPI TERESINA, 09/10/90

Ao: Chefe do Departamento de Informática

Senhor Chefe:

Considerando a implantação de um Curso de Mestrado em Educação, já aprovado pelo Conselho Universitário incluído na proposta de ação da Universidade para 1991;

Considerando a necessidade de agregarmos ao programa professores doutores e mestres de áreas afins pelas exigências programáticas e legais;

Considerando que os professores JOSÉ FLAMARION DO VALE e AGENOR DE SOUSA MARTINS já foram abordados sobre o programa e aceitam a participação no mesmo;

Vimos solicitar a V. Sa. a liberação dos mesmos para as atividades inerentes ao Mestrado a partir de 1991 com carga horária a ser estabelecida. Solicitamos, outrossim, que neste 2º período de 1990 eles possam dar ajuda na medida de suas possibilidades – porquanto estamos trabalhando no Projeto e especificamente no Currículo do Curso e a participação deles é indispensável.

[...]

Luiz Pires de Freiras  
Coordenador dos Cursos de Pós-Graduação em Educação

Pelo memorando e pela fala dos entrevistados verifica-se que primeiramente os professores eram informados do Projeto de Criação do Curso de Mestrado e convidados a participarem do mesmo, tanto na construção da proposta de criação quanto do quadro de professores e logo após a aceitação dos mesmos, eram enviados memorandos aos departamentos de cada professor convidado, como exemplificado acima, para solicitação da liberação do docente pelo seu respectivo Departamento.

O rol de docentes era formado por professores permanentes, participantes e visitantes. Segundo o guia de Organização Administrativa e Acadêmica do Curso de Mestrado em Educação (1993), o corpo docente permanente era composto por professores que tinham doutorado, livre docência ou um título equivalente na área de educação ou de domínio conexo, para executar atividades de ensino, pesquisa e orientação. O corpo docente permanente poderia ser composto por professores mestres, desde que fosse aprovado pelo Colegiado do Curso. Quanto ao corpo docente participante, a este cabia a participação em disciplinas, seminários, coorientação, pesquisa e outras atividades do Curso, sendo composto, preferencialmente, por professores doutores ou livres docentes. Já aos professores visitantes era exigida a titulação de doutor ou equivalente. Estes participavam de disciplinas, seminários e atividades orientadas do Curso.

De acordo com UFPI (1991), os professores do Núcleo *Educação e Sociedade* realizavam estudos a partir de fundamentos filosóficos, psicológicos, antropológicos, sociológicos e históricos. Faziam ainda relações entre a sociedade, o Estado e os processos educativos que compunham tanto a sociedade, quanto a escola e os movimentos sociais. Observa-se no Quadro a listagem de docentes do Curso de Mestrado em Educação que trabalhavam com o Núcleo Educação e Sociedade conforme documentos oficiais do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI.

<b>Professores</b>	<b>Titulação</b>	<b>Área de Atuação de Pesquisa</b>
<b>Airton Antonio Bohn</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ph. D em Economia da Educação State University of New York at Buffalo, USA, 1986</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia Política</li> </ul>
<b>Arlene Medeiros Elvas Bohn</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ph. D em Sociologia da Educação State University of New York at Buffalo, USA, 1985</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação, Trabalho e Sociedade</li> </ul>
<b>Francis Musa Boakari</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ph. D em Sociologia da Educação The University of Iowa, USA, 1983</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação, Movimentos Sociais</li> <li>• Educação, Identidade e Pluralidade Cultural</li> </ul>
<b>Luis Soares de Araújo Filho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutorando em Sociologia Universidade de Brasília</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas</li> </ul>
<b>Maria Salete Linhares Boakari</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ph. D em Educação, Currículo e Avaliação The University of Iowa, USA, 1981</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação Institucional e da Aprendizagem</li> <li>• Currículo e Ensino-Aprendizagem</li> </ul>
<b>Vilma Chiara</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutora em Antropologia Ecole de Autes Etudes em Sciences Sociales, 1981</li> <li>• Pós-Doutorado em Boston, Iowa e New York, 1988</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O Poder e a Educação</li> <li>• Arte e Educação</li> </ul>
<b>Luiz Pires de Freitas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestre em Educação/Planejamento PUC/RJ, 1979</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estado e Política Educacional no Brasil</li> </ul>
<b>Maria da Conceição Sousa de Carvalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestra em Educação/Ensino UFRGS/RS, 1982</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Processo Histórico</li> </ul>
<b>Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestre em Educação Univ. Federal do Ceará, 1986</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas</li> </ul>
<b>Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutoranda em História Social USP/São Paulo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História do Brasil</li> <li>• História do Piauí</li> </ul>

**Quadro 07** – Rol de Docentes do Curso de Mestrado em Educação que trabalhavam com o Núcleo *Educação e Sociedade*

**Fonte:** UFPI. Centro de Ciências da Educação. **Relatório de Atividades – Coordenação de Pós-Graduação em Educação.** Teresina, 1991, p. 11-12.

O Quadro 07 apresenta os nomes, a titulação e área de atuação das pesquisas dos docentes do Curso de Mestrado em Educação que trabalhavam com Núcleo *Educação e*

*Sociedade*, mostrando que o Curso contava com professores qualificados, com titulação de Doutorado ou Ph. D, conforme exigida pela CAPES. Desse grupo, alguns professores ainda estavam cursando Doutorado e havia 03 (três) docentes com titulação de Mestre. Todos trabalhando com linhas de pesquisas que se encaixavam no Núcleo Temático do qual faziam parte.

Os professores do Núcleo *Linguagens e Educação*, de acordo com UFPI (1991), desenvolviam pesquisas alusivas às relações entre as linguagens e a educação. Tais pesquisas centravam-se nas áreas de Matemática, Lectoescrita, Alfabetização, Sociolinguística, Ecologia, Informática, Psicologia e Artes. O Quadro 08 contém a listagem dos professores que faziam parte deste Núcleo Temático.

<b>Professores</b>	<b>Titulação</b>	<b>Área de Atuação de Pesquisa</b>
<b>Agenor de Sousa Martins</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutorando em Informática Reading University Inglaterra</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Informática e Educação</li> </ul>
<b>Luiz Botelho de Albuquerque</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ph. D em Sociologia da Educação University of Yowa, USA, 1990</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Ambiental</li> <li>• Arte e Educação</li> </ul>
<b>Catarina de Sena S. M. da Costa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutora em Linguística UNICAMP, 1989</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sociolinguística</li> </ul>
<b>Antonio Roazzi</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ph. D em Psicologia Univ. Oxford, 1988</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lectoescrita e Consciência Metalingística</li> </ul>
<b>Maria do Rosário de Fátima de Carvalho</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestra em Psicologia/ Cognição</li> <li>• Univ. Fed. De Pernambuco, 1990</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lectoescrita e Consciência Metalingística</li> </ul>
<b>Waldília Neiva de Moura S. Cordeiro</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestra em Educação/Ensino Univ. Federal do Ceará, 1984</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A Sociolinguística e a Aquisição da Leitura e da Escrita</li> </ul>
<b>José Geraldo Aciolly Mendes da Silva</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestre em Educação Matemática UNESP/Rio Claro, 1987</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Educação Matemática</li> </ul>
<b>Isa Maria dos Santos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestra em Educação/ Supervisão UFRJ, 1981</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alfabetização</li> </ul>

**Quadro 08** – Rol de Docentes do Curso de Mestrado em Educação que trabalhavam com o Núcleo *Linguagens e Educação*

**Fonte:** UFPI. Centro de Ciências da Educação. **Relatório de Atividades – Coordenação de Pós-Graduação em Educação.** Teresina, 1991, p. 10-11.

O Núcleo *Linguagens e Educação* também possuía professores qualificados que trabalhavam com pesquisas relacionadas ao núcleo a que estavam ligados. Cabe destacar ainda a titulação destes, que era composta por 01 (um) professor doutor, 02 (dois) docentes com a titulação de Ph. D<sup>21</sup>, 01 (um) professor doutorando e 04 (quatro) docentes mestres, todos utilizando seus respectivos conhecimentos agregados durante suas formações em prol da construção e difusão do conhecimento no Piauí.

Nos Quadros 07 e 08 são apresentados 18 (dezoito) professores compondo o rol de docentes do Curso de Mestrado em Educação conforme o Relatório de Atividades do ano 1991 da Coordenação de Pós-Graduação em Educação. No entanto, em outros documentos não encontramos a mesma quantidade, como é o caso da *Relação de Professores* do Curso de Mestrado no seu ano inicial que traz 16 (dezesesseis) professores, não citando o nome dos professores Agenor de Sousa Martins e Antonio Roazzi.

Observando a fala dos sujeitos e os documentos analisados percebe-se que alguns professores eram convidados para compor o quadro de docentes, devido à titulação que eles possuíam, e as suas respectivas temáticas de pesquisa. No entanto, devido a suas atribuições como professores do quadro de docentes como permanente, participante ou visitante, alguns não chegaram a ministrar aulas, ou orientar alunos, apenas tiveram seus nomes no rol de docentes do Curso. Conforme os Diários de Classe do Mestrado em Educação do período de 1991 a 1993, os professores que ministraram disciplinas foram:

- Francis Musa Boakari;
- Catarina de Sena S. M. da Costa;
- Luiz Botelho de Albuquerque;
- Maria do Rosário de Fátima Carvalho;
- Teresinha Fróes Burnham;
- Lúcia Maria de Carvalho Aragão;
- Luis Soares de Araújo Filho;
- Arlene Medeiros Elvas Bohn;
- Waldília Neiva de Moura S. Cordeiro;
- Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz;
- Vilma Chiara;
- Airton Antonio Bohn.

---

<sup>21</sup> A titulação Ph. D (Philosophiae Doctor) corresponde a de Doutor em Filosofia, título de Doutor no Brasil.

### 2.3.2 Estrutura Curricular

O Curso de Mestrado em Educação tinha em sua organização curricular inicial um elenco de disciplinas, seminários e atividades orientadas que propiciava aos mestrandos uma bagagem de conhecimentos necessários à vida acadêmica. Em relação à escolha destas disciplinas compreende-se que era feita:

Pelo regimento do curso, tinha um regimento que dizia. (LUIZ PIRES, ENTREVISTA, 2010).

Aí era uma discussão do colegiado de acordo com nossas necessidades, o quê que nós precisávamos e a partir daí se fazia as escolhas. Era pra mim ter participado dos seminários, mas eu participei de dois, mas as disciplinas tinham a idéia de serem mais flexíveis. Se criava de acordo com a necessidade, de acordo com o que se estava precisando. Então, era voltado pra demanda, mas acho que não havia uma oferta muito grande não [...] (CONCEIÇÃO CARVALHO, ENTREVISTA, 2010).

As disciplinas, seminários e atividades orientadas eram todas optativas, uma vez que eram escolhidas pelos mestrandos e seus respectivos orientadores, de acordo com o núcleo temático e objeto de estudo de cada aluno. Assim, o guia de Organização Administrativa e Acadêmica do Curso de Mestrado em Educação (1993) aponta:

- § 1º - As disciplinas serão todas optativas e destinam-se à fundamentação teórico-metodológica necessária ao tratamento interdisciplinar da educação;
- § 2º - Os seminário, todos optativos constituem-se em aprofundamento e sedimentação dos estudos voltados para temas específicos;
- § 3º - As atividades orientadas optativas se constituem em Tirocínio Docente, Estágio em Pesquisa, Prática de Extensão e serão escolhidas pelo mestrando em concordância com seu professor-orientador, de acordo com a área de interesse do aluno e a necessidade do Curso. (p. 11- 12).

Dessa forma, as atividades curriculares dos alunos do Curso de Mestrado em Educação deveriam ocorrer ao longo dos 02 (dois) anos do Curso, podendo ser prorrogado por mais 02 (dois) anos. Os alunos cursavam 26 (vinte e seis) créditos, sendo: 06 (seis) créditos de elaboração da dissertação de Mestrado, 03 (três) de participação em seminários, 03 (três) para as atividades orientadas e 14 (quatorze) créditos para as disciplinas. Os mestrandos podiam

ainda cursar disciplinas, seminários e atividades em Programas de Pós-Graduação em Educação de outras Instituições de Ensino Superior do país e do Exterior. Cabe destacar ainda de acordo com o Artigo 16 do guia de Organização Administrativa e Acadêmica do Curso de Mestrado em Educação (1993), que “O curso privilegiará uma abordagem interdisciplinar da Educação e da Sociedade, os nexos entre ambas e a articulação entre diversas disciplinas científicas afins.” (p.12).

Privilegiando uma abordagem interdisciplinar em conexão com os Núcleos Temáticos, o Curso de Mestrado em Educação ofertava em sua fase inicial as seguintes disciplinas. Confira no Quadro:

<b>Disciplina</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Créditos</b>	<b>Caracterização</b>
<b>Ciências Sociais e Educação</b>	90	6.0.0	T
<b>Referenciais Teóricos da Pesquisa</b>	75	3.1.0	TP
<b>Metodologias da Pesquisa em Educação</b>	60	2.1.0	TP
<b>Educação Escolar e Construção do Saber</b>	60	2.1.0	TP
<b>Referenciais Sociolinguísticos em Educação</b>	60	2.1.0	TP
<b>Referencias Psicolinguísticos em Educação</b>	60	2.1.0	TP
<b>Aprendizagem Matemática</b>	60	2.1.0	TP
<b>Arte, Sociedade e Educação</b>	60	2.1.0	TP
<b>Antropologia Política</b>	60	4.0..0	T
<b>Economia e Educação</b>	60	2.1.0	TP
<b>Estado e Políticas Públicas</b>	60	2.1.0	TP
<b>Sociologia da Educação</b>	60	2.1.0	TP

**Quadro 09** – Disciplinas do Curso de Mestrado em Educação - 1991

**Fonte:** UFPI. Centro de Ciências da Educação. **Relatório de Atividades – Coordenação de Pós-Graduação em Educação.** Teresina, 1991, p. 13.

Observou-se no Quadro o elenco das disciplinas que compunham a grade curricular do Curso de Mestrado em Educação da UFPI no ano de 1991, sendo que as disciplinas

Referenciais Sociolinguísticos em Educação, Referenciais Psicolinguísticos em Educação, Aprendizagem Matemática e Arte, Sociedade e Educação estavam articuladas ao Núcleo *Linguagens e Educação*. As disciplinas Antropologia Política, Economia e Educação, Estado e Políticas Públicas e Sociologia em Educação estavam ligadas ao Núcleo *Educação e Sociedade*. Já as disciplinas Ciências Sociais e Educação, Referenciais Teóricos da Pesquisa, Metodologias da Pesquisa em Educação e Educação Escolar e Construção do Saber articulavam-se aos dois Núcleos de Temáticos do Curso.

Observa-se no Quadro abaixo os seminários de caráter optativo ofertados pelo Curso.

Seminários	Carga Horária	Créditos	Caracterização
<b>Fundamentos Interpretativos e Simbólicos do Comp. Social</b>	60	2.1.0	TP
<b>Tópicos Avançados em Educação</b>	60	2.1.0	TP
<b>Linguagens e Educação</b>	60	2.1.0	TP
<b>Temas em Educação Matemática</b>	60	2.1.0	TP
<b>Movimentos Sociais e Educação</b>	60	2.1.0	TP
<b>Escola, Trabalho e Cidadania</b>	60	2.1.0	TP
<b>Educação, Identidade e Pluralidade Cultural</b>	60	2.1.0	TP
<b>Poder e Educação</b>	60	2.1.0	TP

**Quadro 10** – Seminários do Curso de Mestrado em Educação - 1991

**Fonte:** UFPI. Centro de Ciências da Educação. **Relatório de Atividades – Coordenação de Pós-Graduação em Educação**. Teresina, 1991, p. 14.

Quanto aos Seminários, analisa-se que todos tinham a mesma carga horária, número de créditos e caracterização, sendo estes de caráter teórico-prático. Quanto à articulação dos Seminários aos Núcleos de Pesquisas, deve-se elucidar que os Seminários Linguagens e Educação e Temas em Educação Matemática se relacionavam ao Núcleo de *Linguagens e Educação*; os Seminários Movimentos Sociais e Educação, Escola, Trabalho e Cidadania, Educação, Identidade e Pluralidade Cultural e Poder e Educação articulavam-se com o Núcleo *Educação e Sociedade*, e por fim, os Seminários Fundamentos Interpretativos e Simbólicos do



Comportamento Social e Tópicos Avançados em Educação articulavam-se aos dois Núcleos de Pesquisas.

Verifica-se no Quadro 11 as atividades orientadas do Curso de Mestrado em Educação.

Atividades Orientadas	Carga Horária	Créditos	Caracterização
<b>OBRIGATÓRIA</b>			
<b>Elaboração da Dissertação</b>		6	
<b>OPTATIVAS</b>			
<b>Tirocínio Docente</b>	90	1.1.1	T/TP/P
<b>Estágio em Pesquisa</b>	90	1.1.1	T/TP/P
<b>Prática de Extensão</b>	90	1.1.1	T/TP/P

**Quadro 11** – Atividades Orientadas do Curso de Mestrado em Educação - 1991

**Fonte:** UFPI. Centro de Ciências da Educação. **Relatório de Atividades – Coordenação de Pós-Graduação em Educação.** Teresina, 1991, p. 14.

Em relação às atividades orientadas, compreende-se que estas tinham caráter obrigatório e optativo, como a elaboração da dissertação, que tinha caráter obrigatório e o Tirocínio Docente, Estágio em Pesquisa e Prática de Extensão que possuíam caráter optativo. Todas as atividades orientadas articulavam-se aos dois Núcleos Temáticos, a saber, *Linguagens e Educação* e *Educação e Sociedade*. Para Newton Freitas, as atividades orientadas ocorriam de forma:

[...] tradicional, né? A gente define o problema de pesquisa porque a gente tinha que apresentar o Pré-projeto já inicialmente. Então, esse Pré-projeto continha todos aqueles elementos tradicionais: problemas, hipóteses, justificativas, a metodologia, quais seriam os resultados esperados que tem a ver com as hipóteses de pesquisa, a relação bibliográfica. A partir daí a gente ia esmiuçar isso, o professor ia oferecer leituras para que você pudesse ter musculatura acadêmica para entender determinado objeto. É tradicional, o mesmo modelo que se usa hoje em mestrado [...] e Doutorado. (NEWTON FREITAS, ENTREVISTA, 2011).

O aluno da primeira turma do Curso define as atividades orientadas no período inicial do curso como tradicional e apresenta as etapas do Pré-projeto de Pesquisa que era elaborado

pelo próprio aluno e entregue na fase de inscrição no curso e avaliado na primeira fase da seleção. Após aprovado no curso e matriculado, o aluno iria discutir a sua problemática de pesquisa juntamente com seu respectivo orientador, que orientava a escrita da dissertação.

Quanto ao aproveitamento das disciplinas, seminários e demais atividades, o aluno era avaliado e seu desempenho era registrado por conceitos. Cabe destacar ainda que os créditos da Elaboração da Dissertação só eram atribuídos após a conclusão e a aprovação da mesma. Veja no Quadro os conceitos e a correspondência numérica dos mesmos.

Conceito	Código	Correspondência Numérica
Pleno	PL	05
Bom	BM	04 a 4,9
Suficiente	SF	03 a 3,9
Insuficiente	IF	02 a 2,9
Mau	UM	01 a 1,9
Nulo	NL	00

**Quadro 12**– Avaliação do Desempenho dos Alunos

Fonte: UFPI/CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO. **Organização administrativa e acadêmica do Curso de Mestrado em Educação**. Teresina: Editora da UFPI, 1993, p. 14.

Como o aluno do Curso de Mestrado era avaliado e seu desempenho era registrado por um dos conceitos listados acima, para ser aprovado em uma disciplina, o aluno deveria obter avaliação igual ou superior a BM (Bom) e frequência superior a 85% (oitenta e cinco por cento) nas atividades, seminários e disciplinas.

### 2.3.3 Da Dissertação de Mestrado

A Dissertação de Mestrado é elemento essencial num curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, pois através dela o Pós-Graduando deve fazer relação do seu conhecimento prévio com os adquiridos ao longo do curso direcionando-os ao seu objeto de estudo, sistematizando suas idéias e utilizando as metodologias adequadas com o propósito de construir e difundir o conhecimento científico.

Deste modo, o mestrando só poderia defender sua Dissertação após concluir os créditos exigidos pelo Curso e ter sido aprovado em um exame de proficiência em Língua Estrangeira, podendo ser Inglês ou Francês. De acordo com UFPI (1993), após o parecer positivo do orientador do Pós-Graduando, a Dissertação era encaminhada à Coordenação do Curso de Mestrado, juntamente com um requerimento que solicitava as providências necessárias para a defesa. Assim:

Parágrafo Único – A dissertação deverá ser apresentada em 3 (três) vias, datilografadas em espaço 2 (dois), em papel formato A-4 e obedecidas as recomendações da ABNT.

Art. 30 – O CCPGE estabelecerá a data da defesa de dissertação, num prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) e máximo de 90 (noventa) dias, a partir da entrega da mesma. (UFPI, 1993, p. 16).

Após esta etapa, a dissertação era julgada por 03 (três) examinadores que emitiam pareceres positivos ou negativos da viabilização da defesa pública pelo aluno. Se o parecer fosse considerado positivo, a Coordenação do Curso de Mestrado (CCME) definia data e horário para defesa pública da Dissertação.

Assim, a defesa da Dissertação era nos seu ano inicial feita publicamente perante uma comissão examinadora composta por 03 (três) professores pesquisadores, sendo um examinador, professor de outra Instituição de Ensino Superior, outro, do próprio curso de Mestrado em Educação da UFPI e o último, o professor Orientador do Mestrando. A defesa era presidida pelo orientador que ao final da mesma fazia a leitura da Ata da Defesa.

Nesta leitura da Ata é pronunciada a aprovação ou não do aluno pelo presidente da Mesa, sendo aprovado aquele que obtivesse “[...] de todos os examinadores, conceito igual ou superior a BM.” (UFPI, 1993, p. 17). Após a aprovação na Defesa Pública da Dissertação, o aluno recebia o grau de Mestre em Educação. A primeira pessoa a receber o título de Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí foi a aluna da primeira turma do Curso de Mestrado em Educação da UFPI, Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, Maria do Amparo Borges Ferro (Foto 08), atualmente em 2011, Coordenadora e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI.



**Foto 08:** Maria do Amparo Borges Ferro  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Observa-se no Quadro as dissertações defendidas por ordem de defesa dos alunos da primeira turma do Curso de Mestrado em Educação da UFPI de 1991.

	<b>Aluno</b>	<b>Título da Dissertação</b>	<b>Orientador</b>	<b>Conceito</b>
<b>01</b>	Maria do Amparo Borges Ferro	Educação e Sociedade no Piauí Republicano	Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz	PL
<b>02</b>	Ana Maria da Silva Rodrigues	Os efeitos da prática mental no desempenho de uma habilidade motora do basquetebol	Antonio Roazzi	BM
<b>03</b>	Luis Carlos Sales	Escola, Trabalho e Mobilidade Profissional: investigação sobre as relações entre expectativas profissionais e limites escolares	Antonio Roazzi	BM
<b>04</b>	Rita de Cássia Lima Pereira	Relação entre a formação e a atuação do professor de 1ª a 4ª série do 1º grau: uma interpretação	Francis Musa Boakari	BM
<b>05</b>	Kleber Montezuma Fagundes dos Santos	O movimento dos professores da APEP e a construção de uma nova cidadania em Teresina	Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz	PL
<b>06</b>	Conceição de Maria Boavista de Oliveira	O prestígio do professor e sua atuação profissional: fatores sociais de influência	Francis Musa Boakari	BM
<b>07</b>	Maria da Glória Soares Barbosa Lima	Os usos cotidianos da escrita e as implicações educacionais: uma abordagem etnográfica	Catarina de Sena S. M. da Costa	PL
<b>08</b>	Teresinha Maria Losada Moreira	O artífice, o artista, o cientista e o cidadão: uma análise sobre a arte e o papel do artista nas vanguardas	Vilma Chiara	PL
<b>09</b>	Paulo Rômulo de Oliveira Frota	A evolução do conceito de distância como função da velocidade e do tempo: influências culturais e da escolaridade	Antonio Roazzi	PL
<b>10</b>	Josenildes Maria Batista de Lima	O processo de integração social na formação lingüística do professor de 1ª a 4ª série do 1º grau: uma abordagem	Catarina de Sena S. M. da Costa	PL

		etnográfica		
11	Lêda Maria de Barros Guimarães	Entre a arte e a técnica: o desenho e seu ensino	Luiz Botelho Albuquerque	PL
12	Márcia Regina Barbosa	Semântica e Síntaxe: relações com leitura e escrita	Antonio Roazzi	PL
13	Francisco Newton Freitas	Influência do nível de representação no desenvolvimento de habilidades multiplicativas de proporção simples	Antonio Roazzi	BM
14	Reginaldo Carvalho	Ajustamento da fala com a música no ensino fundamental	Luiz Botelho Albuquerque	BM
15	Maria Auxiliadora Gadelha da Cruz	O ensino de História em Fortaleza/CE: investigando o uso do livro didático	Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz	BM

**Quadro 13** – Dissertações Defendidas pelos Alunos da Primeira Turma do Curso de Mestrado em Educação da UFPI, Centro de Ciências da Educação. **Dissertações Defendidas em 1995**. Teresina, 1997.

Dos 17 (dezesete) alunos selecionados para compor a primeira turma de Mestrado em Educação da UFPI, 15 (quinze) defenderam a Dissertação exigida pelo Curso e 02 (duas) pessoas desistiram do Curso. Verifica-se pela tabela a variedade de temas pesquisados nesta primeira turma, temas estes que estavam articulados com a interdisciplinaridade do Curso, aos Núcleos Temáticos e a área de atuação dos professores orientadores. Observa-se ainda que os temas propostos objetivavam em sua maioria compreender fatos da realidade educacional piauiense, buscando, inclusive, soluções para os problemas educacionais do Estado e, ainda, construir e difundir o conhecimento científico. Referindo-se aos temas estudados, Newton Freitas, destaca:

[...] os principais objetos da área de educação estão sendo lapidados pelo mestrado, já tem mais de 200, eu acho. São vários objetos tipicamente piauienses que foram observados pelo novo ângulo, né? Isso a gente poderia fazer um trabalho de dissertação vendo outras realidades, mas não, o nosso Mestrado ele tem olhado mais para a realidade piauiense. Então, nós temos assim, descoberto a academia e a sociedade de modo geral, vários objetos importantes pra vida acadêmica e para vida educacional piauiense [...] (NEWTON FREITAS, ENTREVISTA, 2011).

Newton Freitas, discente da primeira turma de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Piauí afirma que o Curso de Mestrado em Educação da UFPI tem proporcionado o estudo de temas da área da Educação. Aponta ainda que o curso tem voltado o seu olhar na maioria dos casos para temas educacionais do próprio Estado do Piauí, contribuindo cientificamente tanto para a própria universidade quanto para a sociedade piauiense.

No Capítulo III será apresentada informações do Curso de Mestrado em Educação da UFPI a partir da 2ª até a 18ª turma do Curso, através de fontes documentais e orais para que pudéssemos compreender como ocorreu a fase de consolidação e expansão do Curso em estudo.



### **CAPITULO III**

## **O MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UFPI**



### **CAPITULO III**

## **O MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UFPI**

A reconstituição da História é um trabalho árduo que requer do pesquisador um levantamento de informações acerca do objeto investigado com o fim de alcançar os objetivos propostos na pesquisa. Dessa forma, a Nova História Cultural (BURKE, 1992) nos proporcionou uma melhor compreensão do nosso objeto de estudo, uma vez que nesta pesquisa foram utilizados diversos tipos de fontes, por acreditarmos que essa variedade de fontes (LOPES, 2001) possibilita a reconstituição da história da implantação do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí e de sua trajetória até o ano de 2010.

Como se trata de um recorte recente, uma vez que a primeira proposta de implantação do Curso ocorreu em 1988, ano em que através da Resolução nº 006/88 do Conselho Universitário foi criado o Curso de Mestrado em Educação da UFPI, utilizamos nesta Dissertação a História do Tempo Presente, pois de acordo com Rioux (1999, p. 129) “[...] Da abundância das publicações de toda ordem à profusão das fontes audiovisuais, passando pelo depoimento oral, o historiador do presente é um privilegiado com relação a seus confrades [...]”. Nesse sentido, cabe destacar ainda conforme Nora (1978, p. 468 apud LE GOFF, 2003, p. 228):

A aceleração da história tornou insustentável a definição oficial da história contemporânea. É necessário fazer nascer uma verdadeira história contemporânea, uma história do presente que pressupõe que não haja apenas história do passado, que acabe ‘uma história que assenta num corte nítido do presente e do passado’ e que se recuse à ‘demissão perante o conhecimento do presente, no preciso momento em que este muda de natureza e se enriquece com os elementos de que a ciência se mune para conhecer o passado’.

Dessa feita, a História do Tempo Presente possibilita o encontro do pesquisador com uma história contemporânea, um passado recente, proporcionando assim, o encontro deste

pesquisador com documentos, fontes iconográficas e hemerográficas e ainda com o próprio sujeito da história, possibilitando o trabalho com a História Oral, como destaca Freitas (2002) “A História Oral fornece documentação para reconstruir o passado recente, pois o contemporâneo é também história. A História Oral legitima a história do presente [...]” (p. 47).

A utilização da História Oral possibilita rememorar o objeto investigado a partir da fala da própria testemunha da história, valorizando como ratifica Meihy e Holanda (2007) o indivíduo em detrimento da estrutura social. Nesse sentido, a memória deste indivíduo é essencial, pois é a partir dela que se obtêm informações sobre o período estudado, podendo inclusive contrastar as informações do sujeito com os documentos analisados, de forma a conhecer melhor o objeto investigado.

Neste terceiro capítulo, trouxemos as reminiscências de pessoas que foram partícipes da história do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, quer como alunos, professores, funcionários ou coordenadores deste Curso. Enfim, pessoas que colaboraram para o crescimento quantitativo e qualitativo deste curso no seio da Pós-Graduação *Stricto Sensu* e para a produção e divulgação do conhecimento científico. Além dos depoimentos orais, analisamos fontes documentais para compreensão do nosso objeto de estudo.

### **3.1 Consolidação do Curso de Mestrado em Educação da UFPI**

Rememorar o processo de Consolidação do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Piauí nos faz recorrer a um leque de fontes históricas que nos trazem a memória informações deste processo. Dessa forma, procuramos fontes que nos auxiliassem na reconstituição desta história, como afirma Momigliano (apud JULIA; SOUZA, 2001, p. 19) “[...] as fontes podem ser encontradas se temos a tenacidade de ir procurá-las”. Na procura por tais fontes e no encontro com as mesmas, tivemos o privilégio de coletar informações do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, através de fontes documentais e orais a fim de reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente do Mestrado em Educação da UFPI.

Através das informações obtidas nas fontes coletadas, observamos que o Curso de Mestrado em Educação após sua fase de implantação passou por um período de Consolidação que se inicia após a experiência da primeira avaliação do Curso de Mestrado em Educação, realizada pela CAPES em 1994. Com esta avaliação, a Coordenação do Curso ficou ciente das

deficiências do mesmo e procurou sanar tais deficiências apontadas pelos avaliadores da CAPES na tentativa de recuperação do mesmo.

As primeiras atitudes concretas neste sentido foram a mudança da coordenadoria, ampliação do pessoal técnico-administrativo, redistribuição do espaço físico realocando equipamentos de informática na sala de estudos de alunos, reserva de um microcomputador para professores e de um outro para atendimento a secretaria do Curso, paralelamente foi desencadeado o processo de ampliação no quadro de doutores do corpo docente através de convite a novos professores e encaminhamentos para treinamento dos professores mestres pertencentes ao quadro, também foram iniciados contatos para firmar convênios de intercâmbios com outras IES nacionais e estrangeiras [...] O novo credenciamento teve ainda como metas estimular a conclusão das dissertações de alunos com mais de três anos no curso, ampliar o número de projetos e publicações dos docentes e discentes, instalar a Revista do Mestrado e, proporcionar a participação de professores e mestrandos em eventos científicos, nos diversos centros [...] Esta auto-avaliação e a reação no sentido de melhorar a realidade do cursos apresenta-se hoje como indicadores de que o Mestrado em Educação da UFPI pode, de fato, solicitar a CAPES apoio para efetivação da proposta oficial de Recuperação do Curso. (CAPES, 1995, p. 14).

O início do período de Consolidação do Curso de Mestrado em Educação foi difícil, em virtude de se iniciar após a avaliação da CAPES, principalmente porque era um curso novo, que havia sido implantado em 1991 e que ao passar por sua primeira avaliação, no biênio 1992/1993, obteve conceito *D*, considerado *Deficiente* e no biênio 1994/1995, recebeu novamente conceito *D*. Tais avaliações e conseqüentemente as notas trouxeram grande repercussão para o Curso de Mestrado em Educação que estava ainda sofrendo resquícios por ser um curso novo, recém-implantado e que possuía inúmeras deficiências a serem sanadas. Dentre estas deficiências, temos: pequeno acervo bibliográfico, pois em 1992 havia apenas 2.000 (dois mil) títulos na área de Educação e em 1993 foram adquiridos pela UFPI, 75 (setenta e cinco) títulos de livros, com 300 (trezentos) exemplares; a sala de informática possuía 03 (três) microcomputadores e 02 (duas) impressoras, o espaço físico era considerado limitado e havia a presença no ano de 1992, de 11 (onze) professores doutores no rol de docentes. (UFPI, 1992).

Em meio a estas dificuldades, outras surgiram, como a diminuição no número de professores doutores, devido à ocorrência de várias aposentadorias de professores na UFPI. Em relação aos fatores que diminuíram o número de professores doutores, o aluno Newton Freitas, traz em suas reminiscências:

[...] antes do Collor, no governo José Sarney, em função dos problemas que sempre teve: salariais, problema de falta de tratativas com o professor. Então, eles pediram aposentadoria. Eu sei que esvaziou [...]. (NEWTON FREITAS, ENTREVISTA, 2011).

Os problemas citados ocorreram não apenas no governo de José Sarney, mas também no de Fernando Collor de Mello, pois no governo de ambos, principalmente no de Collor de Mello ocorreu conforme Vieira e Freitas (2003) congelamento de preços e salários e ainda demissão de funcionários, ocorrendo assim um “[...] enxugamento do quadro de pessoal da União [...]” (p. 150). O reflexo desta política governamental interferiu na Universidade Federal do Piauí, e em especial no curso de Mestrado em Educação que perdeu uma grande quantidade de professores doutores, em virtude de alguns professores recorreram às aposentadorias.

O Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação (1994) destaca a ocorrência no ano de 1994 de uma seleção para Professor Visitante-Doutor para compor o rol de docentes do curso “[...] como forma de enfrentamento às aposentadorias, de forma a manter o ritmo de funcionamento do Curso [...]” (p. 12). Esta seleção permitiu a contratação de 02 (duas) docentes Doutoradas, com verbas da Universidade Federal do Piauí.

Outro fato ocorrido neste ano foi a visita da professora Dr<sup>a</sup> Salonilde Ferreira, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e consultora da CAPES. Nesta visita ao estado do Piauí, a consultora se reuniu com alunos do Mestrado em Educação, Vice-Reitor da UFPI, Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação e com a Coordenação do Mestrado, apontando sugestões para o Curso:

- 1- Nova sistemática de liberação de professores, dos seus departamentos de origem, para o Mestrado, por períodos mais longos, de dois anos, por exemplo.
- 2- Fortalecer o corpo de Doutores.
- 3- Reserva de vagas para serem disputadas por docentes da UFPI, em cada seleção.
- 4- Auto-avaliação do Curso ao final de 1994.
- 5- Rapidez do fluxo de mestrandos.
- 6- Assiduidade nos contatos com orientandos.
- 7- Pesquisas com objetos próprios dos professores, além dos objetos dos mestrandos.
- 8- Coordenação colegiada (três doutores), a fim de dividir as tarefas e viabilizar o trabalho.
- 9- Criação de uma revista, bem como publicação fora da UFPI. (UFPI, 1994, p. 12).

As sugestões apresentadas pela Dr<sup>a</sup> Salonilde Ferreira vieram se somar aos ideais da Coordenação do Mestrado em Educação de consolidar o Curso ora implantado. Nesse sentido, as colaborações advindas da referida professora, da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação e da própria Universidade Federal do Piauí foram importantes cooperadores para a consolidação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí.

Conforme UFPI (1996), os anos de 1994 e 1995 apresentaram-se como produtivos “[...] por todos que buscam a consolidação do curso graças aos esforços e trabalhos conjuntos [...]” (p. 1), embora tenham alcançado conceito *D* na avaliação da CAPES deste biênio. A produtividade do Curso é observada no número de professores doutores junto a Coordenação do CME que foi ampliado no biênio 1994/1995 e pelo fato de professores recém-doutores da UFPI assumirem sua Coordenação. Dessa forma, verifica-se que em 1994 “[...] o corpo permanente compunha-se de 09 professores sendo 07 deles doutores e 02 mestres; em 95 a composição deste quadro evoluiu até se constituir de 09 doutores e apenas um mestre que se dirigiu para treinamento” (p. 2).

Quanto à proposta do Curso, continuava apresentando no biênio 1994/1995, o caráter interdisciplinar, o mesmo do período de implantação, em que o Programa possuía um corpo docente com formação acadêmica variada a ponto de estudarem diversas questões educacionais, com ingresso de alunos provenientes de cursos de licenciatura e bacharelado. Em relação à situação dos mestrandos em Educação, o Ofício 030/96 da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação ratifica que no mês de dezembro do ano de 1995:

[...] o quadro apresentava-se da seguinte maneira: do total de 53 (cinquenta e três) alunos que deram entrada nas três seleções (17, 21, e 15, respectivamente), 38 (trinta e oito) deles se encontravam com matrícula regular em dezembro de 1995. Daquele total (53), é necessário realçar que 11 (onze) já haviam concluído o curso, o que corresponde a 20,7% do universo e 3, ou seja, 5,66% já haviam entregue o trabalho final e aguardavam efetivar a defesa. Isso corresponde a titulação, em 04 (quatro) anos, de 26,4% do total dos mestrandos e, em especial, quanto à primeira turma, revela um aproveitamento de 82,33% dos alunos. (UFPI, 1996, p. 3).

Prosseguindo a fase de consolidação do Curso de Mestrado em Educação, o biênio 1996/1997 recebeu nota 01 na avaliação da CAPES, considerando o curso, como *Fraco*.

Conforme CAPES (1998, p. 2)<sup>22</sup>, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI pretendia “[...] promover o conhecimento do quadro educacional local, com o objetivo de transformá-lo, melhorando seu desempenho [...]”. A ficha de avaliação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI referente ao período 1996/1997 aponta que embora almejando realizar o objetivo citado, o Programa não adequou sua estrutura curricular a seus objetivos e proposta, uma vez que o currículo do Curso não tinha a Educação como eixo central e ainda por faltar “[...] uma estrutura orgânica, nucleada em torno de problemas educacionais relevantes [...]” (p. 2). Faltava ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, nesse momento, uma estruturação no currículo de forma a alcançar os objetivos traçados em sua proposta.

Outro problema enfrentado nesse biênio refere-se à composição e atuação do quadro de docentes que foram considerados como insuficientes. Isso ocorreu, de acordo com Carvalho (2001) “[...] face ao número insignificante de professores diretamente vinculados à área de Educação, pois apenas dois têm titulação nessa área”. Deve-se ressaltar que no registro de avaliação da CAPES constam apenas 08 (oito) docentes e 0 (zero) NRD<sup>23</sup> no ano de 1996, fato observado pela própria instituição avaliadora, CAPES e apontado como erro de registro o que trouxe prejuízos para o programa. O Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação (1997) traz em seus anais a constituição do corpo docente do curso no ano de 1997, que era composta por 13 (treze) docentes com a titulação de Doutor, destes, “[...] 10 (dez) são professores permanentes com 20 h semanais dedicadas ao curso, 02 (dois) são professores visitantes residentes com 40 h semanais, 01 (hum) professor visitante recorrente e 01 (hum) pesquisador visitante doutor”. (p. 4). O Quadro 14 traz o rol de docentes do curso de Mestrado em Educação referente ao segundo semestre de 1997.

---

<sup>22</sup> Refere-se à ficha de avaliação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI referente ao período 1996/1997.

<sup>23</sup> NRD<sup>6</sup> se refere aos servidores públicos ou com vínculo CLT que possuem mais de 09 (nove) meses no Programa. Estes servidores devem possuir carga horária semanal na instituição que trabalham igual ou superior a 30 horas semanais e ainda devem dedicar-se pelo menos 30% ao Programa.

<b>Professor (a)</b>	<b>Categoria Funcional</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Antonia Dilamar Araújo</b>	Visitante Residente <sup>24</sup>	40 h
<b>Prof. Dr. Antonio Roazzi</b>	Visitante Recorrente	–
<b>Prof. Dr. Acácio Salvador Veras e Silva</b>	Permanente <sup>25</sup>	20 h
<b>Prof. Dr. Francis Musa Boakari</b>	Permanente	20 h
<b>Prof. Dr. José Luis Lopes Araújo</b>	Permanente	20 h
<b>Prof. Dr. Luiz Botelho Albuquerque</b>	Permanente	20 h
<b>Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Carmo B. Maciel Bédard</b>	Permanente	20 h
<b>Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Socorro Rios Magalhães</b>	Permanente	20 h
<b>Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Salete Linhares Boakari</b>	Visitante Residente	40 h
<b>Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria das Graças Medina Arrais</b>	Permanente	20 h
<b>Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tanya Maria Pires Brandão</b>	Permanente	20 h
<b>Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz</b>	Permanente	20 h
<b>Prof. Dr. Roger Bédard</b>	Pesquisador Visitante	20 h

**Quadro 14** – Rol de docentes do curso de Mestrado em Educação 1997/2

Fonte: UFPI, **Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação**, 1997.

Em relação à carga horária de trabalho em UFPI (1997) é ratificado que as 20 horas de trabalho docente dos professores listados no Quadro 14 estavam “[...] distribuídas em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, e, alguns professores também desempenham funções administrativas” (sem numeração de página). Por possuir apenas 13 (treze) docentes que realizavam atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão e em alguns casos atividades

<sup>24</sup> Possuía dedicação exclusiva ao curso.

<sup>25</sup> Para efeito de instrumento de coleta de dados junto a CAPES não existiria mais “[...] a figura do professor permanente [...] Com base em critérios relativos ao vínculo formal com a Instituição, à carga horária contratada e ao tempo dedicado ao Programa, foi definido um Núcleo de Referência Docente – NRD”. (CAPES, **Ofício/DAV/012/97**).

administrativas, o Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação (1997) informa que necessitava “[...] de mais docentes-doutores que possuam mais tempo disponível para o Mestrado em Educação e, de vagas para professores doutores visitantes residentes” (sem numeração de página).



**Foto 09:** Ana Valéria Marques Fortes Lustosa  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Quanto ao perfil dos professores do Curso de Mestrado em Educação da UFPI, a discente da segunda turma do Curso de Mestrado em Educação e professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, Ana Valéria (Foto 09) traz em suas reminiscências lembranças do perfil destes professores:

O perfil desses professores era bem assim, de áreas diferentes. Eles também estavam no seu próprio caminho e esforço pra aproximar suas áreas para a educação. Mas alguns com muito brilhantismo. A professora Teresinha, o Francis, davam um show, são fantásticos. Eram professores na época experientes, com uma formação muito diversa entre eles, com



áreas de atuação diferentes, mas eles conseguiam fazer, se organizar pra que isso desse certo. Eram pessoas bem mais velhas tanto que a maior parte está aposentado hoje. Alguns estão em outras universidades, foram para Fortaleza, eram professores com excelente capacitação na faixa etária de seus 40 - 45 anos, pareciam bem mais velhos pra mim porque eu era a mais nova. (ANA VALÉRIA, ENTREVISTA, 2011).

Em relação à seleção de discentes do biênio 1996/1997, esta ocorreu em 1997 no período de 30 de maio a 26 de junho. Esta seleção contou com 69 (sessenta e nove) candidatos inscritos que concorreram as 10 (dez) vagas oferecidas pela CCME. Ainda neste ano, ocorreram 15 (quinze) defesas de Dissertações no Curso e ao final do ano “[...] o curso apresentou um total de 26 (vinte e seis) alunos, dos quais 10 (dez) estavam ‘somente cursando disciplinas’, 14 (quatorze) ‘somente elaborando dissertação’ e 02 (dois) com ‘dissertação entregue aguardando defesa’.” (p. 4).

No decorrer do ano de 1997, a CCME realizou 05 (cinco) cursos de Extensão, a saber: Estratégias de análise de dados quantitativos em pesquisa na área de Ciências Humanas, no período de 07 a 11 de abril; Elaboração de Projetos de Pesquisa Social, ocorrido nos dias 13 e 15 de maio; Elaboração de Projetos em Pesquisa Social, realizado no dia 05 de junho; Leitura em Língua Inglesa, ocorrido nos dias 19 de junho a 04 de novembro e Pedagogia Interétnica, nos dias 27 e 28 de novembro.

O Curso de Mestrado em Educação em 1997 possuía um laboratório que contava com 01 (um) retroprojetor, 01 (uma) filmadora VHS e 01 (um) vídeo cassete; possuía ainda vários recursos de informática, como: 06 (seis) Micros Pentium 133 MHZ, 15 MB de RAM, 01 HD de 1,2 GB; 06 (seis) kits multimídia; 01 (um) modulador de sinal; 01 (um) scanner colorido de mesa; 01 (uma) impressora matricial; 02 (duas) impressoras a laser; 01 monitor de vídeo 15.7 polegadas; 04 nobreak, 02 KVA; 01 (uma) chave comutadora com cabo, para impressora e micro; 01 (um) anti-vírus; 01 (um) zip driver para disco de 100 MB; 01 (um) aplicativo Windows 95; 01 (uma) ligação internet; 02 (duas) linhas telefônicas, 01 (uma) linha de ramal. A biblioteca comunitária da UFPI detinha nesse momento 4.152 (quatro mil, cento e cinquenta e dois) volumes/exemplares de livros, deste número, possuía 1.372 (m mil, trezentos e setenta e dois) títulos da área de Educação. A CCME contava ainda com 5.000 (cinco mil) volumes/exemplares na área de Educação e afins. (UFPI, 1997).

Sobre a infra-estrutura do Curso, observe a fala de pessoas que viveram este período no Curso e que ainda possuem vínculo com ele:

A biblioteca principalmente na minha área eu tive muitos problemas, eu viajei muitas vezes para Brasília, usava muito um sistema chamado COMUT, mas lá em Brasília, não aqui. Eu escolhia os artigos que não tinha em Brasília, por exemplo e tinha em universidades no exterior. E eu li muito inglês porque Maquiavelismo não tinha nada em português. Empatia não tinha também. Julgamento Moral muito pouca coisa. Então o que eu fazia, pedia os artigos e pagava uma nota. Várias vezes colegas minhas mandavam os artigos pra mim de Brasília pra eu poder concluir. Então, a biblioteca não oferecia quase nada pra gente, pra minha área era bem complicado mesmo. Muita coisa eu comprei. Tinha laboratório de Informática, mas era uma sala menor, eu me lembro que cada um tinha um armariozinho, e tinha ali seu nome. Chegava lá e colocava suas coisas e tal. Sei que a gente tinha essa sala, os armários, cada um tinha sua chave, eu raramente usava, nunca andava cheia de coisas. E lá a gente foi se organizando, o Mestrado foi se organizando da melhor maneira possível. Na verdade se você for olhar para o tempo atrás, era o que era possível porque era a segunda turma e além disso, todo mundo tava começando, e tudo tava no processo de criação de um espaço físico, era um processo de luta [...] A gente tinha naquela época o que era necessário, se você for ver dez anos atrás comparando com hoje, realmente a diferença é muito grande, até porque houve uma evolução tecnológica muito grande. Então, hoje você tem coisas que antes você não tinha [...] mas a gente tinha as condições ideais ou talvez equivalentes, ideais não, porque sempre fica alguma coisa a desejar, mas muita coisa a gente ia conseguindo com nossos próprios recursos, porque não dava pra ficar só esperando. Então, foi uma batalha que se estabeleceu aqui no CCE [...] (ANA VALÉRIA, ENTREVISTA, 2011).

A servidora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI que também foi aluna do Curso de Mestrado em Educação afirma:

A sala de aula é uma sala que tem ar-condicionado, cadeiras adequadas, quadro de acrílico. Eu acredito que esteja adequada. Quanto a Biblioteca eu já fui várias vezes lá, atrás de livros e sempre consegui. A parte da educação é bem... tem bastante livros, o acervo é grande. A sala de estudos e o laboratório de informática atualmente está perfeito. É...porque como eu lhe falei, eu estou aqui desde o começo, era muito precário, mas agora está excelente. (FERNANDA LOURDES, ENTREVISTA, 2011).

Observa-se que a CCME estava viabilizando a Pós-Graduação no Piauí de forma bem sucedida, uma vez que vinha apresentado avanços e melhorias, com uma infra-estrutura satisfatória para viabilização de um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, visto que apresentou em seu relatório uma quantidade suficiente de materiais e equipamentos que possibilitavam a execução de um curso de Mestrado e a apresentação de uma infra-estrutura que garantia a viabilidade das atividades discentes e docentes, como relata a fala dos sujeitos acima. O Curso apresentou melhorias ainda no que concerne ao quadro de docentes, a quantidade de cursos de extensão ministrados nesse ano e ao número de defesas realizadas até 1998.

Um fato inédito ocorrido no Piauí, no período de 08 a 11 de junho, no Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí 1997 foi o I Congresso Internacional em Educação da UFPI, realizado em parceria com algumas instituições conveniadas, sendo estas: Universidade Federal do Piauí, Auburn University (Alabama) e State University of New York (Oswego). Este evento “[...] foi de fundamental importância para a UFPI, tendo em vista a consolidação de seu programa de incremento à pesquisa e produção científica na área de Educação [...]” (UFPI, 1997, p. 5). Nesse sentido, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, que já estava vivendo o período de consolidação do Curso de Mestrado em Educação teve o I Congresso Internacional em Educação da UFPI como propiciador conforme UFPI (1997, p. 5) de um “[...] intercâmbio entre pesquisadores e profissionais em Educação em diferentes contextos sociais, nacionais e internacionais, fato importante para a consolidação do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Piauí. A notícia do Jornal *Meio Norte* apresentava a população piauiense notícias de sua realização:

#### I Congresso Internacional de Educação

Começa hoje e vai até o dia 11 deste, o I Congresso Internacional de Educação da Universidade Federal do Piauí, cujo tema será Integração, Escola e Comunidade<sup>26</sup>. A promoção é da UFPI, e Auburn University Of New York (Oswego) e CAPES. O local será no Centro de Ciências da Educação, da UFPI.

O objetivo do evento é viabilizar uma política de intercâmbio científico-cultural entre instituições de ensino de diferentes países, considerando a integração Linguagem, Escola e Comunidade, face ao incremento do processo de globalização. Dentre as propostas do trabalho, constam conferências, mesa redonda, minicurso, sessões de comunicações e painéis. Lembrando mais uma vez que o tema do Congresso é ‘Integração, Linguagem, Escola e Comunidade’. Foram definidos os seguintes grupos de trabalho: Arte e Educação, Orientação Educacional, A Pesquisa em Educação, A questão do Professor e Pesquisador, Linguagem e Educação, Educação e Sociedade. (I Congresso Internacional de Educação, **Meio Norte**, p. 04/ 2º C, 8 de jun. 1997).

Esta matéria do jornal circulou com a notícia da realização do I Congresso Internacional em Educação da UFPI, bem como os dias do evento, tema e o objetivo do mesmo, possibilitando a todos que tivessem acesso a este meio de comunicação, o

---

<sup>26</sup> Nome do Tema do Congresso, conforme elucida a referida matéria do Jornal. Cabe destacar que o tema do Congresso era *Integração: Linguagens, Escola e Comunidade*, como ratifica a mesma matéria.

conhecimento de um evento de tamanha importância para a consolidação do curso de Mestrado em Educação da UFPI.

Dessa forma, o congresso que contou com o tema *Integração: Linguagens, Escola e Comunidade* e teve como objetivo geral a viabilização de uma política de intercâmbio científico-cultural entre instituições de ensino de diferentes países, objetivando:

- a) Trocar informações sobre as diversas concepções sociológicas e filosóficas acerca da conduta educacional nos diferentes contextos sociais;
- b) Ampliar os conhecimentos multiculturais das instituições representadas e,
- c) Possibilitar a elaboração e desenvolvimento de projetos de pesquisa em educação em parceria com diferentes instituições de ensino e pesquisa. (UFPI, 1997, p. 5).

O evento alcançou a participação de 910 (novecentos e dez) professores de 1º, 2º e 3º graus do ensino público e particular, além de técnico, administradores e ainda pesquisadores da área de Educação. Tais participantes provinham de instituições locais, nacionais e internacionais. Dentre as instituições locais, fizeram-se presentes: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Centro de Ensino Unificado de Teresina (CEUT), Secretaria Estadual de Educação (SEED), Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Teresina (SEMEC) e Instituto Dom Barreto (IDB). E entre as instituições nacionais estiveram no evento: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Rio Grande Norte (UFRN), Universidade Federal da Paraíba (UFPb), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Universidade Estadual de Maringá (UEMaringá); e as instituições internacionais participantes do congresso foram: Auburn University (Alabama) e State University of New York (Oswego). (UFPI, 1997).

Com a participação de tantas instituições, o evento contou com a apresentação de 139 (cento e trinta e nove) trabalhos nas diversas atividades do Congresso, distribuídos entre 77

(setenta e sete) Comunicações, 01 (uma) Conferências com 03 (três) trabalhos, 01 (uma) Mesa-redonda com 08 (oito) trabalhos, 06 (seis) GT's com 17 (dezessete) trabalhos apresentados, 20 (vinte) Minicursos e 14 (quatorze) painéis de parede. (UFPI, 1997).

Cabe destacar ainda que estes trabalhos ora citados foram publicados nos Anais do Congresso (Foto 06), sendo que “[...] Por questões alheias à comissão organizadora apenas 79 das 139 exposições são objetos desta obra [...]” (ARAÚJO, BOAKARI, 1998, p. 11). Explica-se assim, o extenso volume dos anais deste Congresso que embora não tenha exposto os 139 (cento e trinta e nove) trabalhos apresentados, ainda corresponde a um livro volumoso, com a exposição de 79 trabalhos apresentados durante o Congresso, compondo assim, as 1.085 (um mil e oitenta e cinco) páginas dos Anais do I Congresso Internacional em Educação da UFPI (Foto 10).



**Foto 10** – Capa dos ANAIS do I Congresso Internacional em Educação da UFPI  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Um evento como este, tomou forma não apenas no seio da Universidade Federal do Piauí, instituição que alojou o Congresso, como da sociedade piauiense, que divulgava nos

jornais da cidade notícias sobre o Congresso, bem como as programações ocorridas no seu interior<sup>27</sup>, o encontro dos professores dos EUA com o então Reitor da Universidade Federal do Piauí, Pedro Leopoldino Ferreira Filho<sup>28</sup>, a visita destes professores ao Prefeito da Cidade de Teresina da época, Firmino da Silveira Soares Filho, onde o cumprimentaram pela sua atuação e interesse pela área do ensino<sup>29</sup>, bem como outros fatos advindos da estadia destes professores dos Estados Unidos no Brasil em decorrência do I Congresso Internacional em Educação da UFPI.

Um Congresso de tamanha relevância para a comunidade científica precisou de alguns colaboradores para garantir o êxito de um evento tão importante para a Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Piauí. Destarte, este Congresso contou com o apoio de distintos setores da Universidade Federal do Piauí, e da sociedade piauiense em geral.

Além dos expositores de trabalhos, o Congresso contou com a participação de 28 professores de diversos departamentos do Centro de Ciências da Educação e do Centro de Ciências Humanas e Letras, que trabalharam como coordenadores de atividades: 09 tradutores (Inglês-Português e vice-versa), do Departamento de Letras da UFPI, da UESPI e das Escolas de Línguas de Teresina e de pessoal de apoio (40 estudantes de Pedagogia), bolsistas (05), digitadores (03), motoristas (05), Gráfica (03), Servente (02). Para o êxito do evento contamos com o apoio dos diversos setores da UFPI, da CAPES, Auburn University (Alabama), State University of New York (Oswego), Prefeitura de Teresina, Secretaria Estadual de Educação do Piauí, Secretaria Municipal do Piauí, Assembléia Legislativa, Instituto Dom Barreto, Livraria Leonel Franca, Servisan, Lojas Varejão, Panificadora Pão Quente, Dep. Felipe Mendes, Dep. Wilson Brandão Filho, Café Mamoré. (UFPI, 1997, p. 6).

Assim, este Congresso contou com o apoio de diferentes grupos para sua realização, tanto professores dos EUA, quanto professores das Instituições de Ensino Superior do Brasil, bem como os próprios alunos da UFPI e ainda com outros grupos da sociedade piauiense, como a Prefeitura de Teresina e a Secretaria Estadual de Educação do Piauí, dentre outras. Obteve ainda o auxílio de livraria, panificadora e políticos, de forma a viabilizar um evento de grande porte, como foi o I Congresso Internacional em Educação da UFPI.

<sup>27</sup> Ver EVENTO INTERNACIONAL ATUALIZA EDUCADORES, **Meio Norte**, p. 04/2C, 10 de jun. 1997.

<sup>28</sup> Ver UFPI E UNIVERSIDADE DOS EUA FARÃO ACORDOS, **Diário do Povo**, p. 11, 14 de jun. 1997.

<sup>29</sup> Ver PROFESSORES DOS EUA RECEBIDOS EM PALÁCIO, **O Dia**, p. 10, 12 de jun. 1997.

### 3.2 Crise no Curso de Mestrado em Educação da UFPI

O Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI passava no ano de 1998 por um processo de reestruturação, fato ocorrido, como afirma CAPES (2009)<sup>30</sup> em virtude tanto dos resultados provenientes da última avaliação da CAPES quanto do processo de auto-avaliação realizada pelo Programa. Contava apenas com um único núcleo temático, sendo este, *Linguagens e Educação*, e com 03 (três) linhas de pesquisa, a saber: Ensino das Ciências e Letras, Estudos Culturais em Educação e Formação do Professor. CAPES (2009) assinala que “[...] tanto o núcleo temático como as linhas de pesquisa ainda nos parecem muito abrangentes e com pouca potencialidade para dar identidade ao Programa e promover articulação entre as suas atividades”. (sem numeração de página).

Compreende-se que este processo de reestruturação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI é resultado da falta de vinculações entre o que o Curso de Mestrado em Educação possuía e o que ele poderia realmente oferecer como Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, e o que a CAPES avaliava como necessário a um curso de Mestrado. Objetivando garantir a qualidade da Pós-Graduação no Piauí, o Curso deu continuidade às atividades que envolviam as Universidades de Auburn e SUNY Oswego (EUA) e o Curso de Mestrado em Educação da UFPI e realizou “[...] um Curso de Extensão em ‘Leitura em Língua Inglesa’ e os demais foram desenvolvidos no I Congresso Regional em Educação da UFPI”. (UFPI, 1998, p. 4).

De acordo com UFPI (1998) este Congresso foi realizado por intermédio do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, no período de 01 a 04 de dezembro de 1998, no Centro de Ciências da Educação e teve como tema: *Integração: Linguagem, Educação e Sociedade*. Neste evento, diversos professores e discentes da Universidade Federal do Piauí, Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal do Ceará, Universidade Estadual do Ceará, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal do Maranhão, Universidade Estadual do Maranhão, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Minas Gerais e de outras instituições internacionais. O Congresso contou ainda com a participação de pessoas da Secretaria Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Educação e Cultura e escolas particulares e

---

<sup>30</sup> CAPES, **Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI**, 2009.

públicas do Estado. Durante o mesmo “[...] Foram realizadas 10 (dez) conferências, 58 (cinquenta e oito) comunicações, 07 (sete) GT’s com 22 (vinte e dois) trabalhos apresentados, 18 (dezoito) minicursos e 02 (duas) sessões de pôsteres”. (UFPI, 1998, p. 4).

O Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação (1998) destaca ainda que o curso de Mestrado possuía 13 (treze) docentes com a titulação de Doutorado, sendo que 09 eram professores permanentes, que dedicavam 20 (vinte) horas semanais ao curso; haviam ainda 02 (dois) professores participantes com 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, 01 (um) professor visitante recorrente e 01 (um) pesquisador visitante, com o título de Doutor. O corpo docente deste ano continuava sendo o mesmo do ano de 1997, conforme apresenta o Quadro 14 desta Dissertação. No entanto, as apreciações da CAPES em relação ao corpo docente do ano de 1998, relatam:

O corpo docente do Programa é formado por 10 professores, todos do NRD6. Destes, 3 são doutores em educação. 60% dos docentes do NRD6 têm pelo menos cinco anos de titulação, sendo que 40% são recém-doutores. Tal fato tem implicações favoráveis e desfavoráveis. Se, por um lado, isto indica renovação do corpo docente, por outro, a falta de experiência nas atividades de pesquisa e ensino na pós-graduação não deve ser subestimada. Há, além disso, um agravante: o Programa pretende ampliar seu corpo docente, fundamentalmente pela incorporação de novos recém-doutores. Dois docentes do NRD6 não lecionaram na pós-graduação, um não desenvolveu atividades de orientação, três não participaram de atividades de pesquisa e sete não apresentaram produção bibliográfica, em 1998. Por outro lado, atividades docentes (2 disciplinas) e de orientação (11 orientandos) são assumidas por professores não incluídos no corpo docente do Programa. (CAPES, 1999, sem numeração de página).

Tais apreciações da CAPES deixam transparecer o rigor em que são realizadas as avaliações, com a finalidade de cumprir vários objetivos, entre eles: “[...] estabelecer o padrão de qualidade exigido nos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão [...] (CAPES, 2010, sem numeração de página). Nesse sentido, os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* ao estarem sendo constantemente avaliados passam por um processo de observação de suas reais propostas e potencialidades, como ocorreu com o Curso de Mestrado em Educação da UFPI.

Nesse sentido, o ano de 1998 sofreu os reflexos da avaliação feita pela CAPES no biênio 1996/1997 no qual o Curso de Mestrado em Educação recebeu conceito 01 (um). Este ano, embora bastante produtivo, como visto nas atividades realizadas pelo Programa em 1998, sofreu a crise do descredenciamento. Este descredenciamento ocorreu conforme Carvalho



(2001) por ter o Curso de Mestrado em Educação apresentado por 03 (três) vezes seguidas desempenhos insuficientes. Confira no Quadro 15:

Período Avaliado	Nota ou Conceito
1991	Curso Novo, recomendado o funcionamento.
1992/1993	D <sup>31</sup>
1994/1995	D
1996/1997	1 <sup>32</sup>

**Quadro 15** - Avaliação do Curso de Mestrado em Educação (1992-1997)

**Fonte:** Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do PPGEd.

Outro fato importante é que este descredenciamento provocou no Programa “[...] sua exclusão da relação oficial dos cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* reconhecidos e recomendados de acordo com as normas da CAPES [...]”. (CARVALHO, 2001, p. 106), fazendo com que professores e demais membros do Programa pensassem no que fazer para superar esta crise. Observe parte da proposta do Professor Luiz Botelho Albuquerque no texto *Avaliando a avaliação e propondo mudanças*.

Assim, no momento em que uma avaliação da CAPES denuncia e desencadeia uma grave crise do CME, e que, pelo menos em tese, está mais aguçada a consciência das dificuldades e limitações que nos esmagam, e mais intensa a procura por soluções, é que se faz necessário um aprofundamento da discussão sobre os interesses efetivos dos docentes de nosso Programa, no que toca à sua própria trajetória como intelectuais criadores, e o seu engajamento ativo à produção e socialização do saber nas nossas condições objetivas e na formação da próxima geração de pesquisadores. (199?, sem numeração de página).

<sup>31</sup> O conceito D, corresponde a partir de 1996 a nota 1, considerados como deficientes.

<sup>32</sup> Conforme Carvalho (2008) a partir do biênio 1996/1997 foi atribuído notas de 1 (um) a 7 (sete) e não conceitos, em virtude da mudança de escalas na avaliação da CAPES. Convém ressaltar que 5 (cinco) é a nota máxima para os Cursos de Mestrados, e 7 (sete) é a nota máxima para os Cursos de Doutorados.

Verifica-se que os professores do Curso de Mestrado em Educação estavam conscientes da sua situação, como apresenta o professor Luiz Botelho em sua proposta, e que estavam discutindo as apreciações da avaliação da CAPES, bem como a realidade do Curso, para assim, vencer esta crise. Porém, vale destacar que devido às baixas notas e conceitos apresentadas pelo Programa, culminando com a do biênio 1996/1997 que desencadeou o descredenciamento do Curso, ocorreram vários problemas internos no Curso de Mestrado em Educação da UFPI, como relata CAPES (1998): “[...] (1) a queda na auto-estima dos docentes; (2) a queda na motivação dos alunos; (3) pedidos de afastamentos de alguns docentes do Programa, (4) surgimento de boatos de toda ordem [...] (p. 6). Além desses problemas ora apresentados, outros surgiram, como a falta de financiamento da CAPES e o impedimento de realizar seleção para ingresso de novos mestrandos.

Nesse momento, frente a estes problemas ora apresentados, a Administração Superior da UFPI sugeriu ao Colegiado do Curso de Mestrado em Educação que preparasse um novo programa de reestruturação do Curso, observando os itens que foram avaliados pela CAPES de forma negativa. O propósito desta sugestão é que o Reitor da UFPI, à época, levasse este documento à Presidência da CAPES, como de fato ocorreu. Para elaborar este novo projeto foi buscado em setembro de 1998, a assessoria do professor Robert Evan Verhine da Universidade Federal da Bahia e também assessor da área de Educação da CAPES. Em novembro do mesmo ano ficou pronto o documento *Respostas Concretas à avaliação da CAPES* que foi enviado ao Diretor de Programas da CAPES, o professor Luis Valcov Loreiro em dezembro de 1998 e em janeiro de 1999 foi enviado ao Diretor de Avaliações, professor Adalberto Vasquez. (UFPI, s/d). Ainda sobre esta tentativa de reestruturar o Curso de Mestrado em Educação, este relatório da UFPI que não apresenta o ano de sua publicação, destaca:

A CAPES enviou o projeto ao representante da área de educação, prof. Dr. José Silvério Baia Horta, que posicionou-se **desfavorável** ao projeto, por entender que tal documento estava em uma forma ‘preliminar’, caracterizando-o como um ‘documento interno’. Diante disto, a Administração Superior, através do Magnífico Reitor e do Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, fez gestão junto aos dirigentes da CAPES para que uma **solução positiva** fosse dada ao nosso curso de mestrado. Após várias investidas, a CAPES finalmente acenou com a seguinte possibilidade: Que o Curso de MESTRADO EM EDUCAÇÃO fosse transformado em um CURSO NOVO. Para tanto, é necessário que um NOVO PROJETO DE CURSO seja realizado. Se aprovado pela CAPES, o curso já receberia nota 3, o que corresponderia a receber auxílio de BOLSAS e FOMENTO. Neste caso, o curso passaria a fazer parte do PNPG – Programa Nacional de Pós-

Graduação, tendo seus diplomas validade nacional. A CAPES aceitaria que o novo programa ABSORVESSE todos os alunos do programa antigo. (UFPI, 199?, sem numeração de página, grifo do autor).

A situação do Curso não estava fácil, pois em consequência do descredenciamento o Curso não contava com financiamento, sendo proposto pela própria CAPES a criação de um novo Curso de Mestrado em Educação, para melhoria do Programa, ficando a cargo do Colegiado do Curso, acatar ou não a proposta.

Desse modo, enquanto em 1999 a Coordenação do primeiro Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* tentava superar este momento de crise, entrava no Programa mais uma turma de mestrandos que foram selecionados para compor a 5ª (quinta) turma do Curso, sendo que alguns destes ingressantes não estavam cientes da realidade que o mesmo se encontrava, como aponta o depoimento de Rosa Maria de Almeida Macêdo, aluna desta turma e professora do Centro de Ciências da Educação da UFPI.

Em 1998 ao ser aprovada na seleção para o Curso de Mestrado em Educação, para o período 1999-2000 não tinha nenhum conhecimento a respeito da situação enfrentada pelo Programa quanto a um possível descredenciamento pela CAPES. Assim como eu, acredito que os demais colegas também não sabiam.

Somente no decorrer do Curso, percebemos que havia algo estranho, principalmente na fala de alguns professores, que mesmo indiretamente deixavam escapar alguns comentários que não entendíamos bem. Até que em determinado momento, não recorro o período, foi feita uma reunião (na sala de vídeo, disto eu lembro bem!) em que estavam presentes alguns professores, o coordenador do Programa à época e alguns alunos, especialmente os que pertenciam à turma de 1998. Somente nesta ocasião foi dito que o Programa estava ameaçado de descredenciamento e quando alguém perguntou se corríamos o risco de não recebermos o diploma responderam que sim.

Lembro que foi uma reunião tumultuada e muito confusa, pois embora estivéssemos desconfiados de que alguma coisa não estava bem não imaginávamos que o problema era tão grave. Daí prá frente, ficamos preocupados, especialmente porque não havia clareza em relação ao que deveria ser feito. Só diziam que os alunos precisavam ajudar, mas não explicavam muito bem de que maneira isto deveria acontecer.

Diante deste dilema, alguns alunos desistiram. Não sei quantos. Eles disseram que não desejavam correr o risco de não receberem o diploma ao final do Curso. Eu e outros ficamos. Eu fiquei e declarei publicamente que não iria desistir. Porque não teria condições de buscar um Programa em outro Estado (naquele momento inviável) e, sobretudo, porque acreditava que tudo iria ser resolvido. (ROSA MACÊDO, DEPOIMENTO, 2011).

A realidade foi bastante dolorosa para os alunos do Curso que se viam ingressando num Curso tão almejado, mas que nesse momento passava por dificuldades. Nestas

circunstâncias, alguns alunos desistiram do mesmo, por medo de concluí-lo e não receberem o diploma. Cabendo ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI tomar uma atitude que fosse oportuna para recuperação do Curso: ou continuar com o projeto já existente ou criar o projeto de um Curso Novo.

Tal desafio foi para todos que faziam parte do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e em especial a professora Marlene Araújo de Carvalho (Foto 11), Coordenadora do Programa no período de agosto de 1999, ano em que o Programa deveria decidir o que fosse realmente viável para superação da crise, a outubro de 2001, quando assume a Coordenação do Curso, o professor Luis Carlos Sales, ex-aluno da primeira turma do Curso e Sub-Coordenador do PPGEd do período de setembro de 1999 a setembro de 2001.



**Foto 11:** Marlene Araújo de Carvalho  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Le Goff ratifica que “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (2003, p. 419). Dessa forma, a ex-Coordenadora do Curso Marlene Araújo de Carvalho,

trouxe em suas recordações informações deste passado não muito distante no que concerne ao descredenciamento do Curso:

[...] assim que eu entrei como coordenadora foi solicitado da Pró - Reitoria de Pesquisa e Pós – Graduação um novo projeto porque como o curso estava descredenciado e não era só o nosso caso, o Brasil inteiro estava com esse problema de descredenciamento, todos os programas com nota de um a dois. Assim que eu entrei eu tive que fazer um novo projeto para o Mestrado, aí eu disse “ Eu não sei fazer”, e chamamos o Newton e o Luis Carlos e eu [...] Aí fizemos o projeto, o projeto ou foi enviado, estava em via de ser enviado para Brasília quando nós convidamos os consultores da CAPES, que eram também de outros programas, eram Programa do Rio Grande do Norte, o outro que era Betânia e o outro rapaz ele era da CAPES, eu não sei de que lugar ele era, aí chamamos para prestar uma consultoria e eles vieram, então eles perguntaram, “Vocês querem um projeto novo, continuar com esse projeto novo ou querem trabalhar nesse projeto que já existe aqui?”, Aí eu perguntei, “ O que é mais viável pra esse curso sair do vermelho?, é claro que não foi com essas palavras. Aí eles disseram que é melhor dar jeito nesse que já tem aqui do que fazer um projeto novo e eles me explicaram porque que aquele projeto que tinha sido feito com tanta dificuldade não era viável e eles tinham experiência. Então, [...] eu disse então nós vamos ficar é com o que nós temos e vamos melhorar o que temos, e o que precisava fazer. Já existia uma história do Mestrado, essa história foi construída muito antes de começarem as aulas do Mestrado da primeira turma, isto é, tem uma história anterior e muita gente desconsiderava essa história anterior e existiam algumas situações que não dependiam de nós [...] (MARLENE CARVALHO, ENTREVISTA, 2011).

O relato da professora Marlene nos faz compreender este processo pelo qual o Mestrado em Educação da UFPI passou e a luta da Coordenação do Curso para vencer a crise então vivenciada. Cabe destacar que a opção feita foi por continuar com o projeto do Curso já existente, descartando a possibilidade de criação de um Curso novo, embora tenham estudado a proposta, demonstrando uma valorização da história do Curso, uma vez que a criação do CME é fruto de um sonho idealizado pelos professores do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí.

Fato interessante mencionado por Marlene Carvalho é a participação de Newton Freitas e Luis Carlos, ex-alunos da primeira turma do Curso e professores da UFPI. Luis Carlos Sales (Foto 12), professor do Programa de Pós-Graduação em Educação, Sub-Coordenador do Programa no período em que a professora Marlene Araújo de Carvalho foi Coordenadora, e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação do período de outubro de 2001 a janeiro de 2005.



**Foto 12:** Luis Carlos Sales

**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Marlene Carvalho aponta a participação de Newton Freitas e Luis Carlos Sales, colaboradores não apenas na elaboração do Projeto do Curso Novo, mas na viabilização do Curso de Mestrado para a sociedade piauiense. Dessa forma, observou-se que durante este momento de crise do Curso, a atuação do professor Luis Carlos foi importante para o credenciamento do curso, como expõe Marlene Carvalho.

[...] o Luis Carlos foi fundamental, na época só éramos nós dois. Ele foi fundamental pra solucionar algumas questões [...] eu disse ao Luis Carlos “Você que vai fazer as viagens pra conversar com esse pessoal porque você é melhor, você compreende melhor essas coisas e você é melhor negociador do que eu”. Então, se antes existiam coordenadores que iam para essas viagens eu só ia pra ANPED, o Luis Carlos fazia as outras porque também não tinha dinheiro pra pagar passagem para duas pessoas e o Luis Carlos não queria ir e dizia ”Mas Marlene você que é a coordenadora, o que é que vão dizer”, e eu disse [...] “eu não vou porque se eu for, não rende e se você for vai render”. Dito e feito, o Luis Carlos quando começou a fazer essas viagens ele já saiu de uma reunião da ANPED com um cargo que eu não me lembro qual era o nome, onde era muito importante pra qualquer Mestrado que tivesse um professor porque ele ia participar das discussões e

trazia as notícias bem fresquinhas [...] (MARLENE CARVALHO, ENTREVISTA, 2011).

Rosa Macêdo, aluna do Curso deste período também fala da atuação do referido professor:

Reconheço o empenho de todos os professores do Programa para solucionar o problema, porém considero a chegada do Prof. Dr. Luis Carlos Sales fundamental. O seu mérito foi principalmente ter “desvendado” para todos nós a lógica da avaliação dos Programas de Pós-Graduação feita pela CAPES, o que nos deu clareza sobre como poderíamos, enquanto alunos, contribuir para que a avaliação melhorasse. (ROSA MACÊDO, DEPOIMENTO, 2011).

É notória a participação do professor Luis Carlos Sales para a recuperação do Curso, como recordam as testemunhas desta história, pois chegando do Curso de Doutorado já se insere no PPGEd, como professor e Sub-Coordenador. Assim, nesse momento, tanto o professor Luis Carlos quanto Marlene Carvalho procuraram meios para que o Programa crescesse qualitativamente, de forma a receber uma nota superior a 03 (três), para que o Curso tivesse seu credenciamento. Sobre os esforços a serem feitos, Marlene destaca:

[...] podíamos morrer de trabalhar e esse Mestrado não ia sair do credenciamento porque ia depender de professores doutores na área e existiam alguns professores que estavam fazendo seus doutorados, eram poucos, mas já existiam. Dentro de alguns anos, no final dessa gestão chegariam alguns. Precisaríamos de Doutores que já tivessem experiência em Mestrado, dando aula em Mestrado, tendo defesa de Mestrado, publicando. Então aquele que se chamava [...] NRD6, que tem o perfil. Nós não tínhamos, não existia ninguém com esse perfil com Doutorado em Educação, mas nós trabalhamos ali durante aqueles dois anos [...] a gente não faltava os encontros da ANPED [...] sempre ia o coordenador e o vice-coordenador. Então, nós íamos, recebíamos as orientações, conversávamos, discutíamos e a gente percebia que a situação era no Brasil inteiro, todos sofriam dos mesmos males, Doutores nos Mestrados sem a titulação em Educação. (MARLENE CARVALHO, ENTREVISTA, 2011).

De acordo com as recordações da entrevistada, a solução ia além das forças da Coordenação do Curso, pois havia a necessidade de professores no NRD6 e com a titulação de Doutorado, na área da Educação. Deste modo, em 1999 já se esperava o regresso de professores da UFPI que ainda estavam cursando Doutorado em Educação, a saber: Maria do

Amparo Borges Ferro, Antonio de Pádua Carvalho Lopes, Maria do Carmo Alves do Bonfim e José Ribamar Torres Rodrigues, que ao retornarem de seus cursos vieram colaborar junto ao grupo de docentes do Curso de Mestrado em Educação da UFPI.

Já redirecionada, a proposta do Mestrado em Educação da UFPI, no ano de 1999, assim como em 1998, trazia a pesquisa como eixo central do Programa, por objetivar analisar e compreender, à luz das ciências, a realidade educacional brasileira e, em especial do Estado do Piauí, como forma de subsidiar as propostas de intervenção da realidade piauiense. Nesse sentido, o Curso tinha como área de concentração: Análise Educacionais, e possuía apenas 02 (duas) linhas de pesquisa, sendo elas: *Formação e práticas pedagógicas do educador* e *Temas interdisciplinares em educação*. O Curso ofereceu apenas estas 02 (duas) linhas porque possuía poucos docentes no NRD6. (CAPES, 1999)<sup>33</sup>.

Em relação à infra-estrutura necessária a um Curso Pós-Graduado, o PPGEd contava com 01 (um) laboratório de estudo, com ar condicionado, 01 (uma) mesa de 1,2 x 1,25 metros, 10 (dez) cadeiras, 01 (um) armário com box para cada mestrando, impressoras e microcomputadores, um dos microcomputadores tinha rede com o sistema de informática da UFPI e estava interligado à internet. As bibliotecas utilizadas pelo Programa eram em 1999 e continua até 2010, ano do término da pesquisa, a *Biblioteca Jornalista Carlos Castello Branco* e *Biblioteca Setorial Professora Raimunda Melo*, que em 1999 dispunham de um acervo composto por “[...] 5.069 (cinco mil e sessenta e nove) títulos de livros, correspondendo a um total de 16.696 (dezesesseis mil, seiscentos e noventa seis) exemplares, nas áreas mais afetas ao Mestrado [...]” (CAPES, 2009, p. 4).

Compreendendo que além da infra-estrutura existem outros fatores necessários para a manutenção de um Curso de Mestrado em Educação, observou-se que no Curso de Mestrado do Piauí havia a carência de professores Doutores na área de Educação. Assim, o PPGEd estava esperando pelo retorno de alguns professores que já estavam cursando Doutorado nesta área, o que de fato ocorreu:

[...] em 1999 chegou o primeiro egresso do Mestrado, incorporando-se ao nosso Programa. Além do mais é chegada, já no primeiro semestre de 2000, de dois outros egressos deste curso com o título de Doutor em Educação, devendo ser, também, incorporado imediatamente ao Programa. Isso é mais uma demonstração da validade deste curso [...] (CAPES, 2009, p. 5).

---

<sup>33</sup> CAPES, **Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação**, 1999.



Percebe-se que a Pós-Graduação em Educação do Piauí estava colhendo os frutos dos investimentos feitos desde 1991, ano em que foi implantado o Curso, uma vez que alguns dos professores que regressaram ao Programa foram alunos do Curso de Mestrado em Educação da UFPI, que retornaram a este, agora como docentes para contribuir para o crescimento e consolidação do Curso de Mestrado em Educação.

Mais que superar a crise, o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI queria consolidar-se, pois a “[...] consolidação é uma garantia para que mais recursos humanos sejam capazes de dominar a informação e a produção, muito mais do que a simples reprodução do saber.” (CAPES, 2009, p. 5). Compreendemos que um dos objetivos da Pós-Graduação como aponta os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) é a formação de recursos humanos e a construção e difusão do conhecimento científico, a CCME estava preocupada em cumprir tais objetivos e também em consolidar-se.

Destarte, em 2000, o PPGEd apresentava como área de concentração: Educação, com duas linhas de pesquisa, a saber: *Ensino, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas*; e *Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. Estas linhas tinham como meta atingir alguns objetivos, sendo estes:

- desenvolver uma visão abrangente e uma postura crítica face à realidade educacional brasileira, especialmente a piauiense, propondo alternativas de ação diante dos problemas do sistema educacional;
- desenvolver a capacidade de pesquisa e docência;
- interagir com pesquisadores reconhecidos em nível nacional e internacional, pesquisadores em formação (alunos), profissionais que trabalham no campo educacional;
- produzir referenciais teórico-metodológicos para compreensão do processo educativo e das relações educação-sociedade, de forma a subsidiar: (a) a política de educação no conjunto das políticas governamentais; (b) a análise de programas e projetos educacionais em desenvolvimento; (c) as ações realizadas por instituições e entidades da sociedade civil no campo educacional; (d) a redefinição do currículo e das práticas educativas em vigência nos diversos sistemas de ensino no Piauí e, (e) intercâmbio institucional com as universidades brasileiras e de outros países, bem como instituições da sociedade civil que lidam com formação de docentes. (CAPES, 2000, p. 3)<sup>34</sup>.

O Programa de Pós-Graduação em Educação propondo-se a atingir os objetivos propostos através de suas 02 (duas) linhas de pesquisa continuou trabalhando para

---

<sup>34</sup> CAPES, **Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação**, 2000.

desenvolver nos seus discentes uma visão crítica da realidade educacional brasileira e piauiense, para isso oferecia disciplinas, intercâmbios, encontro de pesquisa na área de educação para que abrangesse mais ainda o conhecimento de seus discentes e docentes na área de educação. Visando alcançar seus objetivos e ainda divulgar as produções científicas locais e nacionais, o PPGEd realizou no período de 04 a 06 de dezembro de 2000, o I Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI que teve como tema *A pesquisa em Educação do século XXI - desafios e perspectivas*. Os jornais locais anunciaram o evento:

#### Pesquisa em educação é tema de encontro

Com o tema central “A pesquisa em Educação do século XXI - desafios e perspectivas” a Universidade Federal do Piauí, através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e do Centro de Ciências da Educação, realiza o Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI/2000, de 4 a 6 de dezembro, no Campus da Ininga.

A conferência de abertura será sobre “A política de pesquisa e pós-graduação na UFPI”, a ser ministrada pelo reitor Pedro Leopoldino, nesta segunda-feira, às 19h30min, no pátio da biblioteca comunitária Jornalista Carlos Castello Branco [...] (PESQUISA EM EDUCAÇÃO É TEMA DE ENCONTRO, **Diário do Povo**, p. 11, 2 dez. 2000).

Por estar no período de consolidação do Curso, o PPGEd realizou o seu I Encontro de Pesquisa em Educação com um tema que traz a reflexão sobre a importância e a necessidade da pesquisa científica e ainda trouxe em sua primeira conferência a discussão da *Política de pesquisa e pós-graduação na UFPI* pelas palavras do próprio Reitor Pedro Leopoldino que discorreu acerca da necessidade de sistematizar a pesquisa na UFPI, uma vez que esta ainda estava em processo de implantação e ainda expôs a necessidade de consolidar os grupos de pesquisa da UFPI<sup>35</sup>.

Este evento de cunho científico proporcionou a elevação da auto-estima dos profissionais da UFPI, para o reconhecimento da equipe que compunha o Curso de Mestrado em Educação da UFPI e ainda incentivou os discentes a reconhecerem a importância da realização de pesquisas científicas. Dessa forma, contou com a participação de conferencistas nacionais e pesquisadores de outros estados nordestinos e teve a apresentação de 115 (cento e quinze) trabalhos, 14 (quatorze) minicursos, 05 (cinco) conferências, 02 (duas) mesas de

<sup>35</sup> Ver UFPI: I Encontro de Pesquisa em Educação, **O Dia**, p. 02, 06 dez. 2000.

debates e lançamento de livro. (CAPES, 2000). Sobre os encontros de Pesquisa, a professora Maria do Carmo Alves do Bomfim (Foto 13) ratifica:

Um dado importantíssimo é desde 2000 que a gente criou e eu me lembro que fui eu a coordenadora do primeiro e do segundo encontros de pesquisa, são encontros de pesquisa que nós realizamos, isso é fundamental para o programa, para o CCE, para a Universidade, como também pra sociedade e é a possibilidade da troca de saberes com profissionais de outras Universidades do Brasil, já inclusive com participação de pessoas de outros países [...] (MARIA DO CARMO ALVES DO BOMFIM, ENTREVISTA, 2011).

A fala da Coordenadora do evento assinala a importância que teve tanto o primeiro quanto o II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI por ser este um importante meio de troca de saberes entre os diversos participantes de vários lugares do país. Toda a programação do evento contribuiu para construção e difusão do conhecimento científico e ainda para a socialização das pesquisas realizadas no interior das universidades.



**Foto 13:** Maria do Carmo Alves do Bomfim  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Quanto à necessidade de ampliar o quadro de docentes, o PPGEd firmou um convênio “[...] com os Programas de Pós-Graduação em Educação da UFC e UFRN para qualificar em nível de doutorado, 9 (nove) professores da UFPI [...] Com essa ação, esperamos, a médio prazo, consolidar o Corpo Docente do Curso” (CAPES, 2000, p. 6). Esta foi uma das medidas encontradas pelo Programa para ampliar o número de docentes do Curso. Nesse sentido, no ano de 2000 chegaram ao Programa 04 (quatro) doutores, 02 (dois) egressos do Curso de Mestrado.

A Professora Maria do Carmo Alves do Bomfim<sup>36</sup>, ao ser indagada acerca do que a levou a ser professora da Pós-Graduação em Educação fez uso da memória para trazer a atualidade fatos ocorrido no passado.

[...] foi à possibilidade de ter concluído o Doutorado, que é um caminho normal de quem faz o Doutorado e por ser professora de uma universidade, sobretudo pública, que eu fiz com bolsas, tanto no Mestrado como no Doutorado. Eu tinha a obrigação de continuar num nível de estudo e na linha de estudo, na linha de pesquisa e chegando na UFPI havia a necessidade de incorporar mais professores do programa de Educação porque naquele período o Programa estava descredenciado e a grande maioria dos professores que trabalharam do início até aquela data, que foi no início de 2000, tinham saído, e aí não só eu mais outros colegas como a professora Amparo. (MARIA DO CARMO ALVES DO BOMFIM, ENTREVISTA, 2011).

A fala da professora Bomfim realça o momento que o Programa passava, com a necessidade de ingresso de mais professores doutores, como assinalam os documentos oficiais da CAPES. Nesta perspectiva, a História Oral juntamente com as fontes oficiais nos faz compreender fatos passados como este. Vale destacar ainda na fala da entrevistada, a necessidade que ela tinha de contribuir com as universidades públicas por terem sido financiado os seus estudos de Mestrado e Doutorado com o auxílio do Governo, através das bolsas de estudo<sup>37</sup>.

O Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado, trazia no ano de 2001 a mesma área de concentração e linhas de pesquisa do ano anterior que perdura até o ano que finaliza esta pesquisa, 2010. A linha de pesquisa, *Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas* vem desenvolvendo análises acerca de questões que se relacionam ao

---

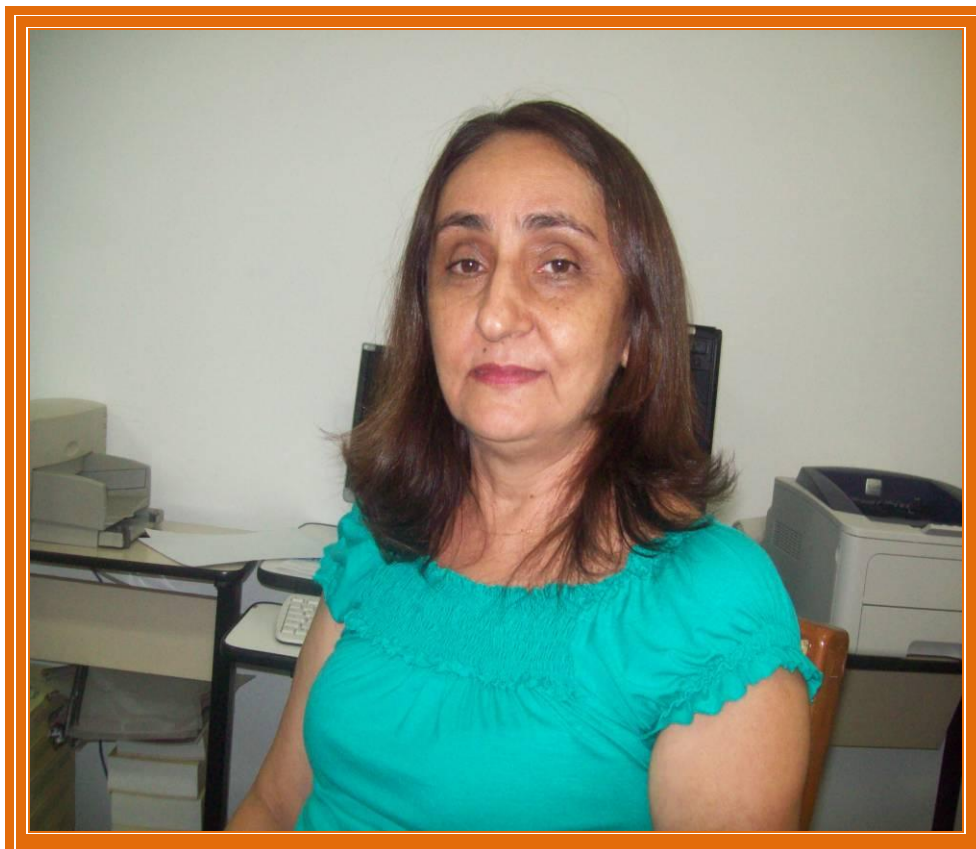
<sup>36</sup> Mestre e Doutora em História e Filosofia da Educação pela PUC – SP, Professora do PPGEd desde 2000.

<sup>37</sup> De acordo com Velloso e Velho (2001) as bolsas de estudos são disponibilizadas aos pós-graduandos que se disponibilizam exclusivamente para os estudos do Curso.

ensino, formação do professor e práticas pedagógicas, procurando ainda construir conhecimentos sobre a identidade profissional do docente. Já a linha de pesquisa, *Educação, movimentos sociais e políticas públicas* vem desenvolvendo apreciações sobre processos educativos ocorridos nas práticas dos movimentos sociais, em busca da construção da cidadania. A mesma faz a relação dos movimentos sociais com o Estado e com a sociedade. (CAPES, 2001).

Ainda neste ano, chegaram mais 03 (três) docentes ao Programa que passou a contar com 10 (dez) professores com Doutorado em Educação. Cabe destacar ainda que “O Centro de Ciências da Educação, unidade em que este programa está subordinado, possui, atualmente, 15 professores realizando curso de doutorado em educação, com previsão de retorno (dos primeiros doutores) a partir de 2003.” (CAPES, 2001, p. 6). O retorno destes professores era esperado com bastante expectativa por aqueles que faziam parte do PPGEd, pois ao retornarem, estes professores passavam a fazer parte do Programa contribuindo para a consolidação do Curso de Mestrado em Educação que carecia de professores Doutores.

Quanto à organização curricular, o Curso de Mestrado em Educação exigia do discente do Curso a conclusão de pelo menos 30 (trinta) créditos, sendo 06 (seis) deles destinados à elaboração da dissertação e 16 (dezesesseis) destinados às disciplinas obrigatórias. Os alunos cursavam ainda seminários, disciplinas optativas e atividades orientadas para completar os créditos exigidos pelo Curso.



**Foto 14** – Maria do Rosário de Fátima Melo Silva  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

A ex-discente do Curso de Mestrado em Educação, Maria do Rosário de Fátima Melo Silva (Foto 14), servidora da UFPI desde 14 de fevereiro de 1978 que ingressou no Curso de Mestrado em Educação no segundo período de 2001 e saiu em setembro de 2003, após defesa de sua Dissertação, traz em suas reminiscências lembranças do ingresso da 6ª turma do Curso, turma da qual ela fazia parte.

É porque o mestrado ele foi descredenciado. Então o Luís Carlos, como Coordenador pensou nessa turma só com servidores e professores da universidade. Todo mundo que tem esse compromisso pra que todo mundo terminasse dentro do prazo [...] e graças a Deus aconteceu [...] A turma foi composta por docentes da educação, doentes de ciências da saúde, dos professores e servidores teve do CCHL, a Josélia, eu e a Fernanda daqui, a Neide era de lá da Administração. (FÁTIMA MELO, ENTREVISTA, 2011).

A entrevistada relembra o processo seletivo para ingresso da 6ª turma do Curso, turma esta que foi criada com o propósito de favorecer a consolidação do mesmo, combatendo o descredenciamento. Para isso, esta turma foi composta por professores e servidores da

própria UFPI para que assim pudessem ter um maior compromisso com o Curso, devido ao vínculo que estes tinham com a instituição, cumprindo os prazos de defesa. Cabe destacar que a 5ª turma, anterior a esta, teve sua seleção em 1998 e seu ingresso em 1999, ficando o ano de 1999 sem processo seletivo para ingresso no Curso.

### 3.3 Superando a crise no Curso de Mestrado em Educação da UFPI

Conforme CAPES (2002)<sup>38</sup>, o Curso de Mestrado em Educação contou com avanços e melhorias, ocorridos em virtude do empenho do próprio grupo que lutava por superar o momento de crise que viviam. Ciente de suas condições, o Colegiado do Curso realizou informalmente auto-avaliações com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento de sua clientela, e ainda analisar as recomendações sugeridas pela Comissão de Avaliação da CAPES, procurando estudar as melhores formas de ajustar o Curso às recomendações que constam no relatório da avaliação do triênio 1998/1999/2000 e na avaliação continuada referente ao ano 2001. Com esta iniciativa do próprio Colegiado do Curso de avaliar o Programa de acordo com as recomendações da CAPES, o PPGEd conseguiu a nota aprovativa 03 (três), tão esperada para o triênio 1998/1999/2000, nota esta que foi divulgada no mês de setembro de 2001. A referida nota permitiu ao Programa contar com o retorno do financiamento da CAPES para o ano de 2002, todavia este financiamento não ocorreu. A falta de recursos dificultava as condições de trabalho do Programa e a ausência de bolsas de estudo para os discentes dificultavam a escrita da dissertação, por terem que conciliar trabalho com as atividades acadêmicas.

O ano de 2002 apresentou ainda a realização de seminários e eventos científicos, como:

Data: 26 e 27/03/2002

Título: MOVIMENTOS SOCIAIS: CONTROVÉRSIAS CONCEITUAIS E PRÁTICAS EDUCATIVAS

Coordenação: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim (UFPI)

Docente visitante convidada: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup>. Marília Pontes Sposito (USP)

Data: 06 e 07/06/2002

Título: GÊNERO E CONSTRUÇÃO DE SABERES

Coordenação: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim (UFPI)

---

<sup>38</sup> CAPES, **Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação**, 2002.

Docente visitante convidada: Dr<sup>a</sup> Anna Maria Piussi - Universidade de Verona

Data: 10 a 12/09/2002

Título: ATIVIDADE NO PENSAMENTO DE LEONTIEV

Coordenação: Prof. Paulo Rômulo de Oliveira Frota (UFPI)

Docente convidada Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Salonilde Ferreira (UFRN)

Data: 07 e 08/11/2002

Título: AÇÕES PELA PAZ x VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS

Coordenação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim (UFPI)

Visitante convidada: Ms. Marta Franco Avancini (pesquisadora da UNESCO)

Data: 27 e 29/11/2002

Título: Memória da UFPI: vários olhares

Coordenação: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Amparo Borges Ferro (UFPI)

Docente visitante convidada: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cecília Cortez Cristiano de Souza (USP)

Data: 16 a 18/12/2002

II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI

Promoção: Mestrado em Educação da UFPI

Coordenação: Prof. Dr. Antonio de Pádua de Carvalho Lopes (UFPI)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim (UFPI)

Local: Auditórios do CCE, CCHL, CCN, CT e salas de aula do CCE/UFPI

Docentes convidados de outras IES:

Prof. Dr. Miguel Gonzalez Arroyo (UFMG)

Prof. Dr. Vitor Henrique Paro (USP)

Prof. Dr. José Carlos Libâneo (UCG)

Prof. Dr. José André P. Angotti (UFSC)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sandra H. Petit (UFC)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Kelma S. de Matos (UFC)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Betânia Leite Ramalho (UFRN)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ilma Vieira do Nascimento (UFMA)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita Vieira de Figueiredo (UFC)

Prof. Dr. Miguel André Berger (UFS)

Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento (UFSE)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Juraci Cavalcante (UFC)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marta Araújo (UFRN)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diomar das Graças Mota (UFMA)

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Nobre Damasceno (UFC). (CAPES, 2002, p. 7).

O Programa de Pós-Graduação em Educação registrou na proposta do Programa apresentado a CAPES referente ao ano de 2002, uma quantidade significativa de seminários e eventos científicos realizados, totalizando 06 (seis) eventos que contribuíram para construção e difusão do conhecimento científico e para a obtenção de uma nota aprovativa na avaliação do programa junto a CAPES.



Entre os eventos realizados neste ano de 2002 destacou-se o II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI (Foto 15) que por ter alcançado uma boa repercussão no primeiro encontro ocorrido em 2001, proporcionou o envio de mais trabalhos para o II Encontro, principalmente de pesquisadores da região Norte e Nordeste do país. Desta feita, entre os 166 (cento e sessenta e seis) trabalhos apresentados, 20 (vinte) eram oriundos do estado do Ceará, 16 (dezesesseis) do Rio Grande do Norte, 14 (quatorze) o Maranhão, 09 (nove) de Sergipe, 08 (oito) do Pará, 02 (dois) da Bahia, 01 (um) de Pernambuco e 01 (um) de São Paulo. Cabe destacar que este evento tomou grande proporção, ganhando dimensão regional e não local, como o título do evento apresenta devido à diversidade de temas apresentados e a presença de inúmeros pesquisadores. (CAPES, 2002).



**Foto 15:** II Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI  
**Fonte:** Acervo Particular de Luis Carlos Sales

No que concerne as atividades de pesquisa, observou-se que no ano de 2001 teve início no Programa a execução de 06 (seis) projetos de pesquisa. Estes projetos eram de autoria de 06 (seis) recém-doutores do Programa e foram financiados com recursos da

CAPES, por meio do Projeto PROPESQUISA. Em 2002, alguns destes projetos apresentaram seus primeiros resultados.

Observando a ficha de avaliação da CAPES do ano de 2003, verifica-se que neste ano o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI contava com 01 (um) laboratório de estudo e produção de texto que estava instalado em uma sala que possuía ar condicionado e estava compartilhada em 02 (dois) ambientes, o primeiro era composto por 01 (uma) mesa de 1,2 x 2,5 metros, 10 (dez) cadeiras e armário com “box” para cada mestrando, já o segundo ambiente com 04 (quatro) microcomputadores e 02 (duas) impressoras, destes microcomputadores, 02 (dois) destes estavam ligados à rede de internet da própria Universidade. O Programa conta com 01 (um) auditório (Foto 16) com 130 (cento e trinta) lugares, pertencente ao Centro de Ciências da Educação; 01(uma) sala de recursos audiovisuais, equipada com datashow, projetor de slide, videocassete, televisão, filmadora e retroprojetor.



**Foto 16:** Auditório do CCE durante realização de Defesa do Mestrado em Educação  
**Fonte:** Acervo Particular de Luis Carlos Sales

Em relação aos recursos de informática, o PPGEd possuía 01 (um) microcomputador com processador Pentium IV 1,4GB, 256MB RAM, 40GB e gravador CD ROM; 05 (cinco)

microcomputadores com processador Durom 750mhz, 128MB RAM, 20GB HD; 06 (seis) microcomputadores com processador Pentium 133, 16MB RAM, 1.2GB HD que compunham as salas dos professores; 05 (cinco) impressoras jato de tinta EPSON STYLUS C20SX; 02 (duas) impressoras jato de tinta CANON BJC 4300; 01 (uma) impressora jato de tinta EPSON STYLUS COLOR 200; 01(uma) impressora jato de tinta Deskjet 840C; 01 (uma) impressora a laser LEXMARKER; 01 (uma) impressora a laser HP LASER JET 6L; 02 (duas) impressoras matricial RIMA TXT 180; 01 (uma) impressora Matricial EPSON LX 300; 01 (um) scanner Genius COLOR PAGE SP2; 01 (um) scanner Genius COLOR PAGE-HR7X; 01 (um) zip drive com 100 megabytes; 04 (quatro) nobreaks; 01(um) câmara digital SONY 2.1 mpixel. (CAPES, 2003).

O Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI era neste momento detentor de uma infra-estrutura e de uma variedade de recursos de informática que contribuíam para viabilização de um curso de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado no Piauí. Sobre esta infra-estrutura, a professora Bomfim destaca:

Sobre a sala de aula melhorou recentemente, mas é a mesma sala, em termo de comportar um número de alunos, até três anos comportava muito bem, mas os grupos foram aumentando e o espaço é pequeno. E os espaços dos núcleos ainda são reduzidos, é uma sala pra vários núcleos. [...] O laboratório de informática é muito utilizado, sobretudo pelos discentes de iniciação científica, pelo Mestrado, mas muito mais pelos de iniciação científica, que também como são muitos ainda é muito carente, e o grande problema também é que os espaços físicos são pequenos, mesmo que tivesse muitos computadores os espaços são pequenos, o ideal seria que tivesse umas três salas de laboratório com um número de computadores e impressoras que atendesse a demanda. (MARIA DO CARMO ALVES DO BOMFIM, ENTREVISTA, 2011).

A professora Bomfim ao rememorar a infra-estrutura do Programa relembra gradativamente que o ambiente da sala de aula é o mesmo do momento de implantação do Curso, que iniciou com 17 (dezesete) alunos, e que com o passar dos anos e com um maior ingresso de mestrandos a sala ficou pequena. Destaca ainda, a utilização do laboratório de informática não apenas pelos alunos do Mestrado, mas da Iniciação Científica. Acerca da sala de aula do Curso, a ex-aluna do Curso Fátima Melo relata:

Pois é, era tão prazerosa as nossas aulas que a gente não atentava muito, mas as salas de aula no geral não eram e nem são nem um pouco confortáveis [...] (FÁTIMA MELO, ENTREVISTA, 2011).

Fátima rememora o ambiente da sala de aula e destaca que esta não era confortável, porém embora ocorresse a falta de conforto, as aulas eram prazerosas, fazendo com que ela e alguns dos alunos de sua turma não atentassem para este fato. Verifica-se que os discentes e docentes do Curso de Mestrado em Educação da UFPI estavam conscientes da realidade que vivenciavam, mas o que importava para estes era o desejo pela aquisição e construção do conhecimento científico, e pela participação em um Programa de Pós-Graduação em *Stricto Sensu* Educação.

Embora com suas dificuldades, o Programa almejava alcançar no triênio 2001/2002/2003 uma avaliação satisfatória junto a CAPES, pois de acordo com Ramalho e Madeira (2005), o processo de avaliação realizado pela CAPES é um importante instrumento de garantia do qualis da Pós-Graduação. Desta feita, neste triênio, o Programa adquiriu a primeira nota 04 (quatro) na Avaliação da CAPES, mostrando que soube superar a crise vivenciada e melhorar a qualidade do próprio Curso que recebera nota 03 (três) no triênio anterior.

Observou-se ainda neste triênio a procura da população pelo Curso de Mestrado em Educação que ofertou no ano de 2001, 10 (dez) vagas para o Curso e teve 189 (cento e oitenta e nove) candidatos inscritos, alcançando 18,60 candidatos por vaga. Em 2002 foram oferecidas 11 (onze) vagas e se inscreveram 128 (cento e vinte e oito) pessoas, totalizando 11,63 candidatos por vaga. No ano de 2003 foram ofertadas 22 (vagas) e foram realizadas 213 (duzentas e treze) inscrições, alcançando a maior quantidade de inscrição durante os períodos de implantação e consolidação do Curso, contabilizando 9,68 candidatos por vaga.

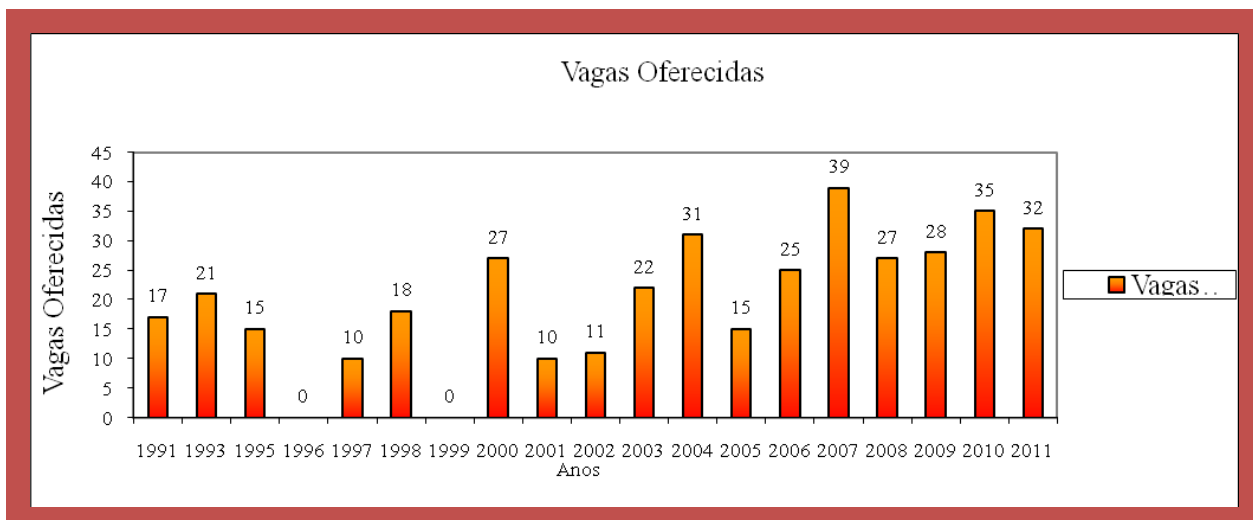
As notas alcançadas nos 02 (dois) últimos triênios, obra dos esforços empreendidos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, através dos seus discentes, docentes e servidores, bem como a grande demanda de alunos inscritos no curso, contribuíram para a consolidação do Curso de Mestrado em Educação da UFPI (Foto 17) que embora durante este período tenha passado por um momento de crise em virtude do descredenciamento do Programa apresentou sua superação e o findar deste momento de consolidação, dando início ao processo de expansão do Curso.



**Foto 17** – Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

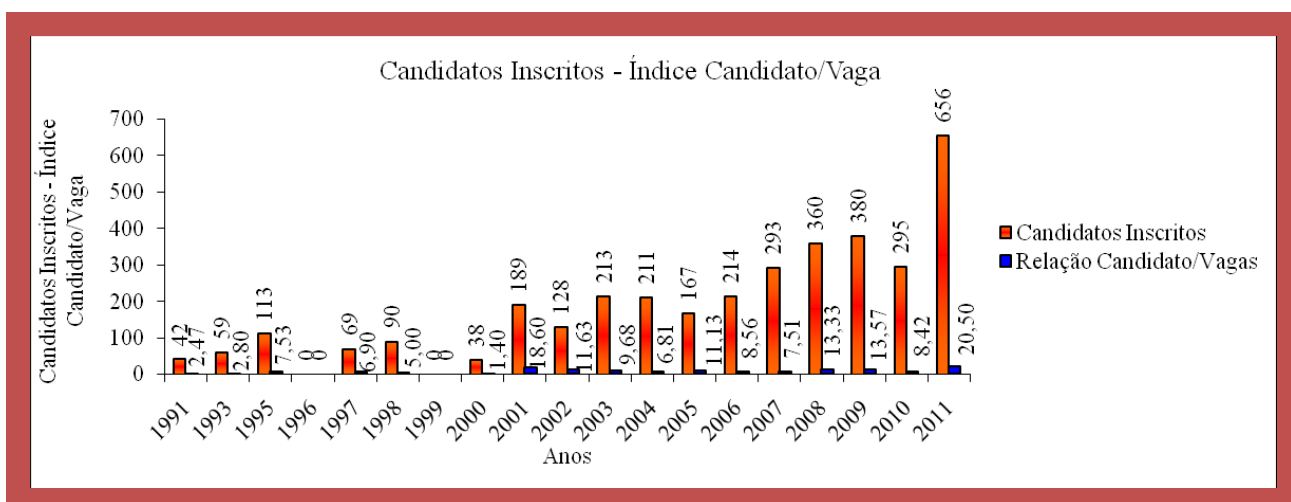
### **3.4 A expansão no Curso de Mestrado em Educação da UFPI**

Através da pesquisa realizada nos documentos do Curso de Mestrado em Educação para a escrita desta dissertação, observamos que a partir do ano de 2004 teve início o processo de expansão deste Curso, em virtude de ter sido a partir deste ano que o Curso de Mestrado em Educação conseguiu manter pela segunda vez a nota aprovativa 4 (quatro) na avaliação da CAPES e ainda pela quantidade de vagas que passaram a ser disponibilizadas pelo Programa a partir de então, bem como a procura pela inserção no Curso por pessoas da própria cidade sede do Curso, Teresina, como de outras cidades do estado, alcançando inclusive conforme CAPES (2009), a inscrição de candidatas de Brasília e das regiões Norte e Nordeste do país, como: Bahia, Ceará, Pará, Pernambuco, Maranhão, Sergipe e Tocantins, totalizando nos últimos 06 (seis) anos até 2010, um montante de 1.920 (um mil, novecentos e vinte) candidatas inscritas a partir de 2004 para as 200 (duzentas) vagas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. Para melhor compreensão desta expansão, verifique os gráficos 01 e 02.



**Gráfico 01-** Quantidade de vagas ofertadas no Curso de Mestrado em Educação da UFPI

**Fonte:** Documentos do PPGEd



**Gráfico 02-** Candidatos inscritos no Curso de Mestrado em Educação da UFPI

**Fonte:** Documentos do PPGEd

Os gráficos 01 e 02 nos permitem fazer uma reflexão sobre o crescimento que o Curso de Mestrado em Educação da UFPI alcançou nos últimos 06 (seis) anos. É notória a procura pela Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado, não apenas pela população teresinense, mas por pessoas de cidades do Piauí e ainda de outros estados do país. Cabe destacar que embora o recorte desta dissertação compreenda até 2010, foram apresentados nos gráficos o número de vagas ofertadas e de candidatos inscritos para o Curso em 2011, pois a seleção da 19ª turma que corresponde ao ano de 2011 foi realizada em 2010.

Outro fato que deve ser observado são as notas obtidas pelo Curso na avaliação da CAPES, como vemos no Quadro 16:



<b>Período Avaliado</b>	<b>Nota</b>
1998/1999/2000	3
2001/2002/2003	4
2004/2005/2006	4
2007/2008/2009	4

**Quadro 16** - Avaliação do Curso de Mestrado em Educação (1998-2009)

**Fonte:** Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do PPGEd

Após o seu descredenciamento, o Curso conseguiu alcançar notas satisfatórias na avaliação da CAPES, mantendo inclusive por 03 (três) avaliações consecutivas a nota 04 (quatro). Cabe destacar, conforme Leite (2002), que o sistema de avaliação da CAPES tem como referência o nível de excelência internacional, de modo a garantir a qualidade nos Programas de Pós-Graduação, como de fato ocorreu com o PPGEd da Universidade Federal do Piauí, que em busca da qualidade conseguiu alcançar seus objetivos e promover a expansão do Curso de Mestrado em Educação.

Desta feita, fica visível no ano de 2004 o comprometimento do Curso de Mestrado em Educação com a produção do conhecimento científico, formando pesquisadores para atuarem em nível local, regional, estadual e ainda internacional, uma vez que muitos dos egressos ao concluírem o Curso passam a atuar não apenas nas IES do estado do Piauí, mas de outros estados do país e ainda há aqueles que migram para países do exterior.

CAPES (2004)<sup>39</sup> confirma que desde a oficialização ou instituição do Curso em 1992, até o ano de 2004, concluíram o Curso de Mestrado em Educação 106 (cento e seis) alunos que se inseriram no mercado de trabalho, contribuindo tanto para o processo de democratização do país quanto para a melhoria da qualidade da educação, seja através da docência ou da pesquisa científica. Cabe destacar que desse número de 106 (cento e seis) discentes, 15 (quinze) ao concluírem o Curso de Doutorado regressaram à Universidade

<sup>39</sup> CAPES, **Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI**, 2004.

Federal do Piauí, como docentes ou funcionários da instituição. Destes regressos, 06 (seis) estavam atuando como docentes no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI neste ano.

Nos dias de 15 a 17 de dezembro de 2004 ocorreu na UFPI, o III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI/ II Congresso Internacional em Educação que alcançou um público de mais de 900 (novecentos) inscritos e com 250 (duzentos e cinquenta) trabalhos apresentados e publicados. A Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (2004) destaca que dos trabalhos apresentados no evento, 177 (cento e setenta e sete) foram do próprio estado do Piauí, 01 (um) trabalho de Alagoas, 02 (dois) da Bahia, 02 (dois) de Brasília, 23 (vinte e três) do Ceará, 02 (dois) do Maranhão, 17 (dezessete) do Pará, 03 (três) da Paraíba, 33 (trinta e três) do Rio Grande do Norte, 02 (dois) de Santa Catarina, 10 (dez) de São Paulo, 04 (quatro) de Sergipe e 03 (três) trabalhos dos Estados Unidos. As mesas redondas apresentadas durante o evento foram

1) Formação de Professores

Coordenador: Prof. Dr. José Augusto de C. Mendes Sobrinho (UFPI)

Expositores:

Prof. Dr. Felipe Ceppas de Carvalho e Faria (UGF)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Maria Iório Dias (UFC)

2) Escola, Família e Relações de Gênero

Coordenador: Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes (UFPI)

Expositores:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Alice Nogueira (UFMG)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Valéria Amorim Arantes de Araújo (USP)

3) Juventude e Violência na Escola

Coordenadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria do Carmo Alves do Bonfim (UFPI)

Expositores:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mirian Abramovay (UNESCO/BRASIL)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Kelma Socorro Lopes de Matos (UFC)

4) A Questão do Campo da Psicologia da Educação: Conceitos, Abordagens, Desafios, Tendências Atuais

Coordenadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Vilani Cosme de Carvalho (UFPI)

Expositores:

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marília Gouveia de Miranda (UFG)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Regina Maluf (PUC/SP)

5) Avaliação da Aprendizagem

Coordenadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Lúcia Costa Oliveira (UFPI)

Expositores:

Prof. Dr. Wagner Bandeira Andriola (UFC)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carmesina Ribeiro Gurgel (UFPI)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Salete Boakari (UFPI / Humanas)



## 6) Financiamento da Educação

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Ms. Rosana Evangelista da Cruz (UFPI)

Expositores:

Prof. Dr. Nicholas Davies (UFF)

Prof. Dr. Robert Evan Verhine (UFBA)

Prof<sup>a</sup>. Ms. Maria do Socorro Lages de Carvalho (UFPI)

## 7) Investigação da Prática Pedagógica: Perspectivas Teórico-Methodológicas

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria da Glória S. B. Lima (UFPI)

Expositores:

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Betânia Leite Ramalho (UFRN)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mariza Vorraber Costa (UFRGS)

Prof. Dr. Jacques Henri Maurice Gauthier (UFBA)

## 8) Educação, História e Memória

Coordenadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro (UFPI)

Expositores:

Prof Dr. José Gonçalves Gondra (UERJ)

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Cecília Cortez Christiano de Souza (USP)

## 9) Sutilezas da Exclusão: Superdotados, Limitrofia, EJA

Coordenadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Soares Costa Silva (UFRN)

Expositores:

Profa. Dra. Maria da Graça B. B. Borges Dias (UFPE)

Profa. Dra. Maria do Rosário de Fátima de Carvalho (UFRN)

Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa (UFPI)

Pela quantidade de pessoas inscritas, número de trabalhos apresentados, variedade de temas nas mesas redondas e presença de pesquisadores renomados no evento, observa-se o comprometimento do PPGEd com a divulgação do conhecimento científico, qualidade do Programa e expansão do Curso de Mestrado em Educação, que já estava realizando o seu III Encontro de Pesquisa e II Congresso Internacional em Educação.

Em 2005, o Curso de Mestrado em Educação continuava construindo e difundindo conhecimento científico, capacitando docente e qualificando profissionais para atuação na sociedade, para isso propunha em sua grade curricular um elenco de 03 (três) disciplinas obrigatórias e diversos seminários temáticos e disciplinas optativas.

<b>Disciplinas/Atividades Orientadas (Obrigatórias)</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Planejamento de Pesquisa</b>	4.0.0	60h
<b>Filosofia da Educação</b>	4.0.0	60 h
<b>História da Educação</b>	4.0.0	60 h
<b>Atividade Orientada: Elaboração da Dissertação</b>	0.4.6	390 h

**Quadro 17** - Disciplinas/Atividades Orientadas (Obrigatórias) – 2005

**Fonte:** CAPES, Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2005.

As disciplinas listadas no Quadro 17 são de natureza obrigatória, cabendo a cada mestrando cursá-las independente da linha de pesquisa a qual estava inserido. Já as disciplinas e seminários que estão discriminadas no Quadro 18 são de caráter optativo, podendo o mestrando cursá-la de acordo com a linha de pesquisa que pertencia e orientação do Orientador.

<b>Disciplinas, Seminários e/ou Atividades Orientadas (Optativos)</b>	<b>Créditos</b>	<b>Carga Horária</b>
<b>Sociologia da Educação</b>	4.0.0	60 h
<b>Psicologia da Educação</b>	4.0.0	60 h
<b>Educação e Representações Sociais</b>	4.0.0	60 h
<b>Etnografia Aplicada à Pesquisa Educacional</b>	4.0.0	60 h
<b>Formação de Professores</b>	4.0.0	60 h
<b>Movimentos Sociais e Educação</b>	4.0.0	60 h
<b>Educação, Sociedade e História</b>	4.0.0	60 h
<b>Política Educacional Brasileira</b>	4.0.0	60 h
<b>Prática Pedagógica</b>	4.0.0	60 h
<b>Docência da Educação Superior</b>	4.0.0	60 h
<b>História e Historiografia da Educação Piauiense</b>	4.0.0	60 h
<b>Educação e Relações de Gênero</b>	4.0.0	60 h
<b>Didática do Ensino Superior</b>	4.0.0	60 h
<b>Formação de Conceitos na Abordagem Sócio-Histórica</b>	4.0.0	60 h
<b>Princípios Teórico-Methodológicos da Pesquisa Colaborativa</b>	4.0.0	60 h

**Quadro 18** - Disciplinas, Seminários e/ou Atividades Orientadas (Optativos) – 2005

**Fonte:** CAPES, Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2005.

O elenco das disciplinas que compunham o Curso possibilitava o alcance dos objetivos do próprio Programa de Pós-Graduação em Educação em consonância com a inserção dos discentes nos Núcleos de Pesquisa e com a realização da pesquisa para a escrita da dissertação.

- desenvolver uma visão abrangente e uma postura crítica face à realidade educacional brasileira e especialmente a piauiense, propondo alternativas de ação diante dos problemas e dos desafios do sistema educacional;
- desenvolver a capacidade de pesquisa e docência;
- interagir com pesquisadores reconhecidos em nível nacional e internacional, pesquisadores em formação (alunos), e demais profissionais que trabalham no campo educacional;
- produzir conhecimentos a partir da análise de situações concretas no campo da educação escolar e não escolar visando articular suas relações com a sociedade;
- produzir referenciais teórico-metodológicos para a compreensão do processo educativo e das relações educação-sociedade, de forma a subsidiar: (a) a política de educação no conjunto das políticas governamentais; (b) a análise de programas e projetos educacionais em desenvolvimento; (c) as ações realizadas por instituições e entidades da sociedade civil no campo educacional; (d) a redefinição do currículo e das práticas educativas em vigência nos diversos sistemas de ensino do Piauí e, (e) intercâmbio institucional com universidades brasileiras e de outros países, bem como com instituições da sociedade civil que lidam com formação de docentes. (CAPES, 2005, p. 3).

Visando alcançar seus objetivos, o Programa de Pós-Graduação em Educação trabalhou em busca de materiais para garantia da qualidade do Programa. Desse modo, em 2005, tanto o PPGEd como os Mestrados em Políticas Públicas, Letras e História do Brasil tiveram aprovado no MCT/FINEP/CT-INFRA-PROINFRA uma verba de R\$ 286.782,00 (duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e oitenta e dois) reais para a aquisição de equipamentos de multimídia e para a instalação de um laboratório de Profilaxia de documentação em suporte de papel. Em virtude destes recursos, o PPGEd recebeu 05 (cinco) microcomputadores, 01 (um) scanner, 01 (um) Datashow, 01 (um) aparelho de DVD, 01 (um) Notebook e outros equipamentos que foram utilizados pelos Núcleos de Pesquisas do Programa. (CAPES, 2005).<sup>40</sup>

Ainda naquele ano de 2005, nos dias 20 e 21 de julho foi organizado o I Seminário Educação, História, Memória e Historiografia (Foto 18) organizado pelo Núcleo Educação, História e Memória (NEHME) e coordenado pela Professora Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro. Observando a fonte iconográfica abaixo, podemos recordar este evento e a participação da academia durante as conferências realizadas.

---

<sup>40</sup> CAPES, **Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI**, 2005.



**Foto 18-** I Seminário Educação, História, Memória e Historiografia  
**Fonte:** Acervo Particular de Luis Carlos Sales

Outras atividades marcaram o ano de 2005, como um intercâmbio regional com a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Este intercâmbio objetivava qualificar 10 (dez) docentes do Centro de Ciências da Educação através do Programa de Qualificação Institucional (PQI). Desta feita, foram desenvolvidas durante o intercâmbio em 2005 uma missão de média duração entre a UFRN e a UFPI no período de agosto a dezembro, tendo como responsável a professora Dr<sup>a</sup> Maria Salonilde Ferreira da UFRN. As atividades desenvolvidas foram: Seminário Abordagem Sócio-Histórica: Fundamentos Epistemológico; Formação de Conceitos na Instituição Escolar; Elaboração de Projeto de Pesquisa: Currículo Enredo: Ativando a Formação Crítico-Reflexiva de Professores da Educação Infantil. Durante esta missão foram realizados cursos de extensão, sendo estes: Curso de Iniciação ao trabalho científico: Graduação e Pós-Graduação e Projeto do Curso de Especialização em Educação Infantil e foram organizados 02 (dois) livros para publicação conjunta UFPI/UFRN em 2006. As outras 02 (duas) missões realizadas eram de curta duração e teve como responsável a professora Dr<sup>a</sup> Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina. As atividades desenvolvidas nesta primeira missão ocorrida no mês de novembro foi uma reunião com pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte para tratar

dos Capítulos do Livro Pesquisa e Formação Docente; houve ainda um estudo com pesquisadores e Pós-Graduandos da Base de Pesquisa Currículo, Saberes e Práticas Educativas (UFRN); Seminário Princípios Teóricos e Metodológicos da Pesquisa Colaborativa em Educação e a palestra *Articulação, Escola e Universidade: uma experiência de prática de ensino colaborativa*. O responsável pela segunda missão de curta duração foi o professor Dr. Adir Luiz Ferreira da UFRN. Nesta missão ocorreu um Seminário intitulado *Epistemologia na Pesquisa Educacional: questões éticas e construção de categorias*. (CAPES, 2005).

O elenco das disciplinas do Programa e os objetivos do PPGEd para o ano de 2005 continuaram nos anos subseqüentes, refletindo numa melhoria acentuada para o mesmo, pois em 2006 foi criada no Programa uma comissão para realizar acompanhamento e avaliação dos discentes matriculados e egressos do Mestrado, houve ainda uma ampliação da produção científica por parte dos docentes e discentes tanto em periódicos, como em coletâneas e eventos científicos; reuniões com discussões no Colegiado do Curso acerca dos projetos e linhas de pesquisas desenvolvidas no Programa; regulamentação e padronização a partir de 2006 do formato das ementas das dissertações defendidas; criação de uma comissão para revisar o Regimento Interno do PPGEd; disponibilização no sítio do Programa dos resumos das dissertações defendidas; foi estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses para defesa da dissertação, com o direito de solicitação de prorrogação por mais 06 (seis) meses, em caso excepcional o mestrando podia solicitar mais 06 (seis) meses, caso esse prazo não fosse atendido, o discente era desligado do PPGEd. Cabe destacar que neste ano os mestrandos não ultrapassaram os 30 (trinta) meses e houve um aumento considerável na quantidade de defesas realizadas comparadas aos triênios anteriores. (CAPES, 2006).<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> CAPES, **Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI**, 2006.



**Foto 19** – Sala de Estudos do Curso de Mestrado em Educação  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Outro fato importante ocorrido neste ano foi à inauguração da reforma realizada na sala de estudos (Foto 19) do curso de Mestrado que era equipada com ar condicionado, mesa de 1,2 x 2,5 metros, cadeiras, bancada de estudos, microcomputadores e impressora. O Programa recebeu ainda 12 (doze) computadores para o laboratório de informática, que possuía ar condicionado, mesa, armários, microcomputadores e impressora. Este laboratório era utilizado tanto pelos mestrandos quanto pelos alunos da Iniciação Científica.

Um dos fatores que demonstra a expansão do Curso é o ingresso de alunos de outros estados, como de Raquel Silva<sup>42</sup>, originária de um dos estados da região Nordeste do país que ingressou no curso em 2006. Em sua fala, a ex-discente relata que o motivo que a levou a almejar uma formação em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu* foi o desejo de se qualificar para o mercado de trabalho, tornando-se importante para sua vida por abrir portas para o mundo da pesquisa e para ampliação da sua visão sobre a área de História da Educação, podendo assim conhecer vários locais de pesquisas do país, como: bibliotecas, arquivos

---

<sup>42</sup> Nome fictício, atribuído a discente da 13ª turma do Curso de Mestrado em Educação, resguardando o seu nome, a pedido.

públicos e sebos, em cidades como: Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília, São Luís, dentre outras. Ratifica ainda:

Creio eu, que o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI hoje contribui não somente localmente, mas regionalmente e nacionalmente. Pois regionalmente eu pude ingressar na carreira docente no Instituto Federal do Maranhão, e nacionalmente, fui selecionada para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP), isso é um reflexo de que o Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI foi útil em minha vida. (RAQUEL SILVA, ENTREVISTA, 2010).

A ex-mestranda, testemunha da fase de expansão do Curso de Mestrado em Educação da UFPI destacando as contribuições que este ofereceu para sua vida na qualificação para a docência e para a pesquisa, pois a mesma além de lecionar, orienta projetos de pesquisas no Instituto Federal do Maranhão. Outro reflexo deste Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* para sua vida foi o seu ingresso na Pós-Graduação, agora no Curso de Doutorado em Educação na USP. A ex-discente rememora:

Para mim, o mais satisfatório era o acompanhamento diário que nós tínhamos por parte dos professores. Cedinho, 7:30 da manhã, quando eu chegava no Centro de Educação da UFPI, os professores já estavam lá: Pádua, Ivana e tantos outros. O convívio com os professores durante os congressos como: Congresso Brasileiro de História da Educação em Goiânia - Goiás; Congresso Cearense de História da Educação em Guaramiranga – Ceará; Encontro de Educação da UFPI – Teresina-Piauí; Encontro de Pesquisa em Educação, das Regiões Norte e Nordeste – Maceió - Alagoas, dentre outros. Neste evento, as professoras foram de ônibus, junto com as alunas e os alunos do Mestrado, foi muito divertido. Outro fato foi ter as professoras como professoras e amigas, como é o caso da professora Amparo Ferro e Bomfim que tive a oportunidade de conviver com as duas fora da universidade. Elas souberam acolher-me muito bem, pois eu era uma aluna que veio de outro Estado, o Estado do Maranhão. (RAQUEL SILVA, ENTREVISTA, 2010).

A ex-discente credita sua satisfação no Curso não apenas à qualidade do Programa, mas ao acompanhamento que recebia pelos docentes do mesmo, que muitas vezes chegavam antes do início das aulas, às 7:30 horas, além do acompanhamento, relembra a convivência com os professores nos eventos científicos, e a amizade que ela possuía com 02 (duas) professoras do PPGEd, Amparo Ferro e Bomfim, que a acolheram no Estado e mantinham relacionamentos fraternos com ela fora do ambiente universitário. A convivência fraterna entre docentes e discentes podem ser verificadas nas imagens abaixo (Foto 20).





**Foto 20** – Discentes e docentes do Curso e pesquisadores de outras IES

**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora e de Luis Carlos Sales

O grupo de docentes do PPGEd nos faz lembrar Silva Júnior e Silva (2008) quando afirmam que a maioria dos pesquisadores se preocupam com seus grupos de pesquisas, com a obtenção de recursos, orientações, publicações, participação em seminários, nos fazendo refletir como muitos destes docentes esquecem da relação de amizade com seus orientandos e alunos, lembrando que tais relacionamentos são viáveis num processo de produção intelectual e escrita da dissertação ou tese que o Curso de Mestrado e Doutorado proporcionam. Colucci (2006) ao escrever sobre o que Freud ensina sobre fazer uma tese aponta a figura constante

não apenas do orientador, mas dos amigos na escrita da tese, como fica visível nas páginas de agradecimentos das Dissertações e Teses. Destarte, a aluna Raquel designa as professoras Amparo Ferro e Bomfim não apenas como professoras, mas como amigas, mostrando como o grupo de docentes do PPGEd se relacionam com os mestrandos, indo além das orientações e da sala de aula.

Ainda em 2006 foi realizado, no PPGEd, o encontro bianual do Programa, o IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, que teve como tema *A pesquisa como mediação de práticas socioeducativas*. Novamente o evento alcançou grande espaço no meio acadêmico com uma quantidade significativa de Grupos de Trabalhos, com temas bem variados, totalizando 17 (dezesete) GTs. Para a realização do Encontro, o Programa recebeu o auxílio de diversos colaboradores, entre eles, Ibiapina (2006) destaca: os docentes do PPGEd e do CCE, os bolsistas do PIBIC, os servidores técnico-administrativos, da Reitoria da Universidade, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFPI, e ainda da Gráfica e Editora da UFPI, da SUPRIFOMS Informática, da Universidade Estadual do Piauí, Secretaria de Educação e Cultura do Piauí, Secretaria Municipal de Educação de Teresina, Centro Federal de Educação Tecnológico do Piauí, das faculdades NOVAFAPI, FAR e CEUT, e ainda das agências de fomento: FADEX e FAPEPI.

Em 2007, foi elaborado um projeto arquitetônico que visava ampliar o espaço físico da Pós-Graduação, houve uma integração maior entre Graduação e Pós-Graduação através das orientações da Iniciação Científica e com a participação dos docentes do Programa nas orientações dos Trabalhos de Conclusão de Cursos – TCC da Graduação; ocorreu ainda um aumento na produção de discentes e docentes do PPGEd em periódicos, coletâneas e ainda em eventos científicos; realização de reuniões para redefinir as linhas de pesquisas; passou a ser disponibilizado no sítio da UFPI as dissertações completas defendidas no Programa de acordo com a recomendação da CAPES; foram aprovadas pelo Colegiado do Curso novas normas que regulamentavam o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos docentes do PPGEd, neste ano, o Programa não credenciou novos docentes. (CAPES, 2007).<sup>43</sup>

Ocorreu, neste ano de 2007, a consolidação da Revista do Curso, *Revista Linguagens, Educação e Sociedade* (Foto 21), passando de Local B para Nacional C na avaliação da CAPES. A revista com ISSN 1518 – 0743 surgiu com o objetivo de divulgar a produção científica, principalmente dos docentes e discentes do Curso de Mestrado em Educação. O

---

<sup>43</sup> CAPES, **Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI**, 2007.

primeiro número da revista foi publicado em 1996 e constou da publicação de diversos estudos e resultados de pesquisas realizadas nos núcleos temáticos do Curso, que eram: *Linguagens e Educação* e *Educação e Sociedade*. CAPES (2009) destaca que essa revista possui Comitê Editorial composto por pesquisadores de diversas Instituições de Ensino Superior do Brasil e exterior, passando a partir de 2004 a ser impressa semestralmente, e os artigos encaminhados para publicação na revista avaliados pelo Comitê Editorial por pareceristas ad hoc.



**Foto 21:** Exemplares da Revista Linguagens, Educação e Sociedade  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

A Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI (2007) relata que durante o ano de 2007, o Programa continuou com os convênios mantidos com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte e a Universidade Federal do Ceará com o propósito de qualificar doutores; o Programa realizou várias atividades no âmbito da pesquisa e promoveu alguns eventos, como:

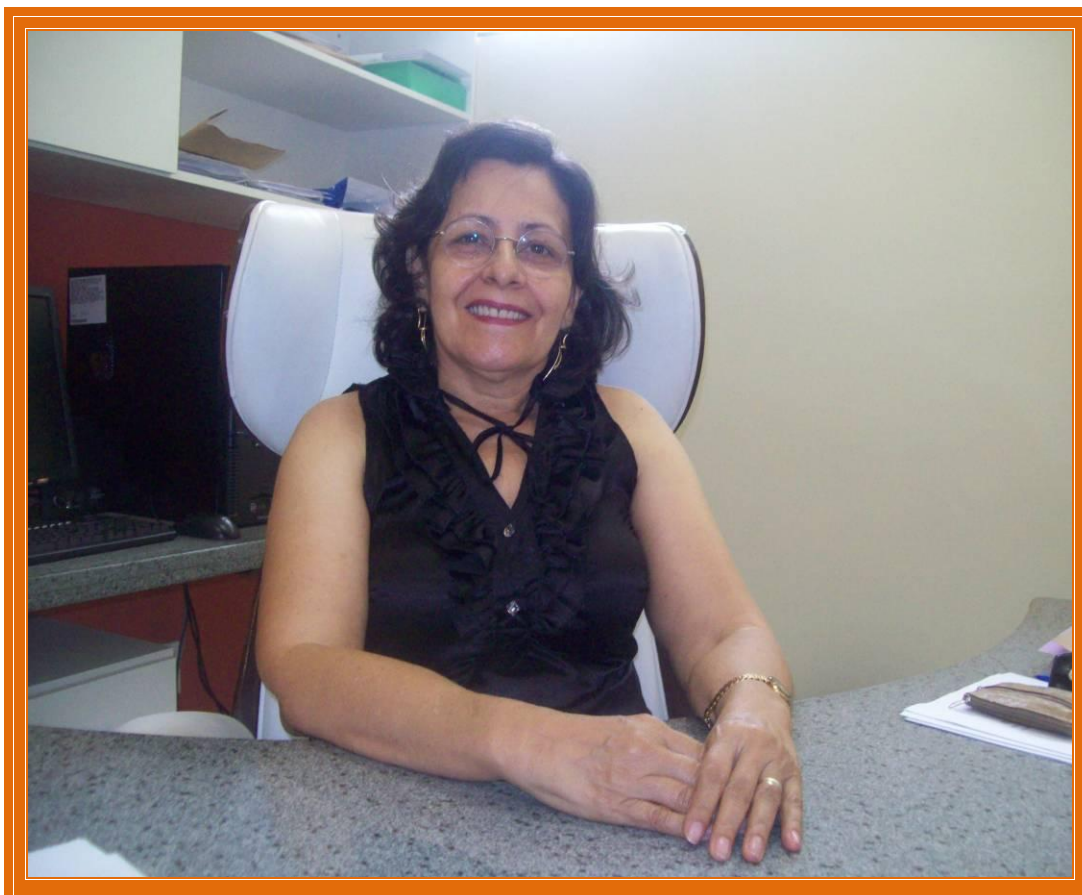
- Evento comemorativo aos 15 (quinze) anos do PPGEd, cuja abertura foi proferida pela Profa. Dra. Bernadete Angelina Gatti (Fundação Carlos Chagas), com conferências da Profa. Dra. Leda Scheibe (UFSC) sobre Políticas de Formação dos profissionais da Educação no Brasil: uma análise e perspectiva; Prof. Dr. Juarez Dayre (UFMG) sobre Juventude, Cultura e Escola; Prof. Dr. Lucio Bianchetti (UFSC) sobre A Pesquisa, o Ensino da Pesquisa e a relação entre a Graduação e a Pós-Graduação e as mesas 1) A Produção do Conhecimento da Linha de Pesquisa Ensino, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas tendo como participantes os professores doutores: Antonia Edna Brito, Bárbara Maria Macedo Mendes, Carmem Lúcia de Oliveira Cabral, Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina, José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho, Maria da Glória Soares Barbosa Lima e Maria Vilani Cosme de Carvalho; 2) A Produção de Conhecimento da Linha de Pesquisa Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas, com a participação dos professores doutores: Ana Valéria Marques Fortes Lustosa, Antonio de Pádua Carvalho Lopes, Luís Carlos Sales, Maria do Amparo Borges Ferro e Maria do Carmo Alves do Bomfim. Nesse evento foi realizada a oficina Orientação, escrita de dissertações e teses coordenada pelo Prof. Dr. Lucio Bianchetti (UFSC).
- Seminário A Subjetividade no Contexto Educacional, com a participação das Professoras Doutoradas Albertina Mitjás Martinez (Unb), Maria Carmem Villela Rosa Tacca (UNB), Ana Valéria Marques Fortes Lustosa (UFPI), Maria Vilani Cosme de Carvalho (UFPI) e Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina (UFPI).
- Fórum de Deficiência Auditiva Libras – que ocorreu na UFPI e foi coordenado pelo Núcleo de Estudos em Educação Especial e Inclusiva;
- O XVIII Encontro de Pesquisa Educacional do Norte e Nordeste; (CAPES, 2007, p. 8).

Entre os eventos promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, destacamos o evento comemorativo dos seus 15 (quinze) anos que contou com a participação de diversas pessoas entre, docentes e discentes do PPGEd e da UFPI, e de docentes e pesquisadores de outras IES do país, servidores, bolsistas e egressos do Programa nas diversas atividades realizadas, como: conferências, mesas redonda, oficinas, lançamento de livros, reunião com alunos, aula magna e homenagens a todos que fizeram e fazem parte da história do PPGEd. Esta ação nos faz recordar Burke (1992) ao afirmar que a história é construída por várias pessoas que devem ser valorizadas e ouvidas na construção da história, independentemente da experiência vivida.

O ano de 2008 foi um ano de superação para o PPGEd, pois muitos problemas encontrados no triênio 2004/2005/2006 foram superados, possibilitando um momento de equilíbrio em relação aos docentes. Neste ano, estavam inseridos no Programa, 05 (cinco) professores permanentes que possuíam tempo superior a 05 (cinco) anos de titulação, 03 (três) docentes com 05 (cinco) anos e 04 (quatro) com 04 (quatro) anos de titulação, demonstrando



um amadurecimento acadêmico e científico por parte dos docentes como é exigido pela CAPES. Os docentes do Programa dedicavam-se à docência, a orientação e a pesquisa, com o propósito de alcançar os objetivos do PPGEd. Não esquecendo que havia sempre atenção aos critérios avaliativos da CAPES, inclusive para ingresso de novos docentes no Programa. Entre as atividades realizadas pelos docentes da Pós-Graduação podemos destacar como elucida Carvalho (2008) além da ministração de aulas e orientações, a participação em processos seletivos para ingresso nos Programas de Pós-Graduação, participação em bancas de qualificação e defesas de dissertações e teses, orientações da Iniciação Científica e participação em comissões da UFPI e em eventos científicos. Estas atividades são realizadas sem gratificações, além da remuneração salarial recebida mensalmente.



**Foto 22** – Maria da Glória Carvalho Moura  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

Ao conhecermos a carga de trabalho dos professores da Pós-Graduação nos questionamos, o que leva o docente da graduação a ser professor da Pós-Graduação *Stricto*

*Sensu*? Com o propósito de responder a este questionamento indagamos a professora Maria da Glória Carvalho Moura<sup>44</sup> (Foto 22) uma nável docente do PPGEd, visto que entrou no Programa em 2008, com a função de Professora Colaboradora do Curso de Mestrado em Educação.

É uma questão assim de você querer dar sua contribuição, você vai fazer um Doutorado, o objetivo da universidade é que os professores cheguem pra reforçar as linhas de pesquisa ou criar novas linhas entre seus cursos de Pós-Graduação. Então esse é um objetivo da CAPES, era tanto que se eu sou da educação eu não posso tá fazendo o meu Doutorado que não seja dentro daquelas linhas que tenham o meu programa ou então, se a educação ou alguma coisa que melhore o Mestrado aqui, então você já sai com esse compromisso. A CAPES já quer fortalecer todos os programas, agora, então esse é um dos pontos que você já vai pensando nisso e outro que é pessoal mesmo. Você quer está dando sua contribuição [...] mas eu me decepcionei quando eu cheguei, quando eu cheguei eu vinha preparada pra entrar no Programa, você vem com tudo na sua cabeça, então você tá preparado pra entrar no Programa porque você realmente está com tudo pesquisado. Lá dentro, quando eu chego sou barrada, porque eu precisava de 03 anos pra amadurecer [...] eu disse, nesse ano eu resolvi entrar e vou entrar, então eu preparei o projeto, fui lá fiz o que eles queriam porque precisava e entrei [...] (GLÓRIA MOURA, ENTREVISTA, 2011).

A professora Dr<sup>a</sup> Glória Moura expõe que almejava entrar no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI como docente por sentir a necessidade de oferecer a sua contribuição ao Programa após a formação alcançada, o Curso de Doutorado, e com o estudo que vinha desenvolvendo em torno da temática Educação de Jovens e Adultos. Contudo, destaca que foi difícil o processo de entrada no Programa, pelo fato da CAPES com o propósito de fortalecer os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do país e garantir a qualidade dos mesmos barrar a entrada de recém doutores no Curso, ao estipular o tempo mínimo de 03 (três) anos de formação no curso de Doutorado para ingresso na Pós-Graduação *Stricto Sensu* como docente. O edital 01/2010 apresenta a documentação exigida para aqueles que desejassem se inscrever no processo de seleção de credenciamento de professor colaborador do PPGEd.

---

<sup>44</sup> Foi aluna da 6ª turma do Curso de Mestrado em Educação da UFPI, ingressando no curso em 2000 e defendendo sua dissertação em 2002, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro. É professora da Universidade Federal do Piauí desde 2000, atuando como professora da Graduação e da Pós-Graduação no Centro de Ciências da Educação e exerce a função de Pró-Reitora de Extensão.

## 2. DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

2.1 Para integrar o quadro de Professores Colaboradores do PPGEd o docente deverá atender às seguintes exigências:

- a) Preencher o formulário de solicitação de credenciamento;
- b) Apresentar cópia da cédula de identidade e do CPF;
- c) Apresentar Currículo *Vitae* (versão *Lattes*), impresso e atualizado;
- d) Possuir título de Doutor em Educação, ou em áreas afins da Educação, reconhecido pelo MEC/CAPES e obtido há, pelo menos, três anos;
- e) Comprovar vinculação a um Núcleo de Pesquisa do PPGEd, certificado pela UFPI e cadastrado no CNPq;
- f) Comprovar a autoria de, pelo menos, três publicações qualificadas pela CAPES (Qualis)/ Área de Educação, como Internacional ou Nacional A ou B e distribuídas em periódicos científicos, livros, capítulo de livros, podendo ser complementadas com um trabalho completo, publicado em Anais de eventos científicos de igual conceituação, relativas ao triênio anterior à solicitação de credenciamento;
- g) Ter, pelo menos, um Projeto de Pesquisa cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG/UFPI, em consonância com a linha de pesquisa à qual o projeto está sendo submetido ao PPGEd;
- h) Comprovar participação em eventos científicos da área de Educação com Qualis (Internacional ou Nacional) A ou B, com efetiva apresentação e publicação de trabalho completo;
- i) Ter, pelo menos, duas orientações de Iniciação Científica ou de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação ou Especialização, na área de Educação, nos últimos dois anos;
- j) Ter ministrado disciplina (s) na graduação no último ano letivo;
- k) Comprovar autorização para credenciamento, junto ao PPGEd, emitida pelo Departamento de vínculo empregatício do candidato. (UFPI, EDITAL 01/2010).

Observando o Edital 01/2010 do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI verifica-se a exigência do Programa por docentes qualificados, que tenham no mínimo 03 (três) anos de titulação de Doutor em Educação ou área afins da Educação, que possuam publicações em periódicos qualificados pelo Qualis da CAPES, tenham orientações de Iniciação Científica e vinculação a Projetos de Pesquisas do PRPPG da UFPI, dentre outros fatores citados no edital e que são explicitados no Regimento do Programa, selecionando criteriosamente os docentes para atuarem no Curso de Mestrado em Educação da UFPI. Dessa forma, o Regimento do PPGEd (2008) determina que os docentes do Programa devem ser professores Doutores em Educação, docentes efetivos da UFPI e credenciados ou reconhecidos ao Programa, quando for na categoria Permanente.

§ 1º – É Professor Permanente o docente, efetivo da UFPI no Regime de 40 h ou Dedicção Exclusiva, lotado no Campus Ministro Petrônio Portela, que atua de forma mais direta, intensa e contínua no PPGEd e integra o núcleo estável de 10 docentes que desenvolvem atividades de ensino, extensão, orientação, pesquisa e de Coordenação do Programa.

§ 2º – O PPGEd poderá credenciar, conforme delimitação CAPES/CNPq, docentes portadores do título de doutor em áreas afins da Educação, até o limite de um percentual de 20% do total de docentes permanentes com doutorado em Educação credenciados no Programa.

**Art. 17** – O Programa poderá ter também no seu corpo docente:

**I** - Professor Colaborador – o docente efetivo, da UFPI, no Regime de 40 h ou Dedicção Exclusiva, lotado, preferencialmente, no Campus Ministro Petrônio Portela, que atua de forma complementar no PPGEd, ministrando ou co-ministrando, participando de atividades de pesquisa, de extensão, orientando até dois mestrados e sem, obrigatoriamente, ter uma carga intensa e permanente de atividades no Programa;

**II** - Professor Visitante - o docente com intensa e qualificada produção científica e vinculado a outra IES não situada no território piauiense, com vínculo provisório na UFPI durante um período contínuo e determinado à disposição do PPGEd, contribuindo para o desenvolvimento de atividades científicas.

**Art. 18** – Para a composição do Quadro de Professores Permanentes do Programa, o Colegiado do PPGEd, respeitando as normas e índices do CTC/CAPES – área de Educação, manterá um percentual de, pelo menos, 75% de professores como Permanentes e máximo de 25% como Colaboradores. (UFPI, 2008, p. 9 - 10).

O Programa possui em seu quadro, docentes permanentes, colaboradores e visitantes. São professores permanentes aqueles que são efetivos da UFPI, que trabalham em regime de Dedicção Exclusiva ou de 40 horas. Entre as atividades realizadas por estes docentes estão a ministração de disciplinas e seminários, orientação de até 08 (oito) pós-graduandos, participação em comissões e bancas e outras atividades. O professor colaborador é o docente da UFPI efetivado que também atua com Dedicção Exclusiva ou 40 horas, que se dedica no Programa a ministrar ou co-ministrar disciplinas, participar de atividades de pesquisa e orientar até 02 (dois) mestrados, por último, o professor visitante é o docente que tem vínculo com outra Instituição de Ensino Superior que não está localizada no Piauí e que se disponibiliza ao PPGEd para a realização de atividades científicas. A professora Glória Moura destaca algumas de suas atividades realizadas como professora colaboradora e a professora Bomfim como docente permanente do PPGEd:

Nós temos que estar todo ano, todo semestre ministrando disciplina ou participando com alguns colegas em disciplinas [...] o professor atua no curso com a orientação e tem essa parte administrativa [...] e ainda tem os que dão conta da graduação e do núcleo de pesquisa. (GLÓRIA MOURA, ENTREVISTA, 2011).

Bom no programa são três campos de ensino, ministrando disciplinas e a primeira disciplina que eu ministrei foi Filosofia da Educação depois foi Educação e Movimentos Sociais [...] participamos junto com estudantes de Iniciação Científica e do Mestrado do núcleo Educação, Gênero e Cidadania e dentro desse núcleo temos um observatório de



juventudes paz e violência na escola e o intercâmbio entre a Universidade Federal do Piauí e a Universidade de Belém [...] (MARIA DO CARMO ALVES DO BONFIM, ENTREVISTA, 2011).

As professoras do PPGEd independentemente da função de colaboradora ou permanente atuam em atividades similares, como a ministração de disciplinas e seminários na Graduação e Pós-Graduação, orientações de mestrands, participação nos núcleos de pesquisa do Programa e outras atividades como aponta o Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação que foi aprovado pela Resolução nº 047/08 .

Em 2009 ocorreu no PPGEd a realização do V Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI que por possuir caráter bianual, deveria ter ocorrido no ano de 2008. O evento com ISBN 978-85-7463-253-7 ocorreu nos dias de 18 a 20 de março de 2009 e teve como tema: *A escritura da pesquisa em Educação e suas diversas linguagens*. Assim, como os demais encontros de pesquisa da UFPI, este alcançou um grande número de pesquisadores que publicaram e apresentaram trabalhos nos 21 (vinte e um) grupos de trabalhos propostos pelo encontro e nas sessões de pôsteres por alunos da graduação e da Iniciação Científica.

A expansão do Curso realmente se efetivou como podemos perceber no ano de 2010 com o recorde de inscrições na seleção para o Curso de Mestrado, como notícia o sitio eletrônico:

### **Mestrado em Educação da UFPI tem recorde de inscrição**

O Mestrado em Educação da UFPI registrou demanda recorde de 656 candidatos inscritos no Processo de Seleção para a XX<sup>45</sup> Turma do Mestrado em Educação.

A coordenadora do Programa, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Amparo Ferro avalia que esta grande procura se deve a fatores como a grande credibilidade do Curso o reconhecimento da comunidade científica com o conceito 4 obtido na avaliação da CAPES e, principalmente, pelo competente quadro docente do programa. (CABEÇA DE CUIA, 2011).

Uma das razões que caracteriza a fase de expansão do Curso de Mestrado e do PPGEd é a grande demanda de pessoas que buscam o Curso, tanto da capital Teresina quanto de outras cidades do Estado e até mesmo de outros estados do país. A atual coordenadora do Programa credita esta grande demanda do Curso à credibilidade que este possui junto a

---

<sup>45</sup> A notícia apresenta XX turma, mas o correto é XIX turma.

comunidade científica, uma vez que este tem conceito 4 (quatro) na avaliação da CAPES e ainda ao corpo de docentes que compõe o Programa. Ao observarmos a fala da coordenadora do Curso recordamos a fase de implantação do Curso que oferecia apenas 15 (quinze) vagas no edital de abertura, dispondo posteriormente de 17 (dezessete), se inscrevendo para estas apenas 42 (quarenta e duas) pessoas. Uma concorrência de 2,47 pessoas para cada vaga, contra as 32 (trinta e duas) vagas ofertadas em 2011<sup>46</sup> para os 656 (seiscentos e cinquenta e seis) inscritos, totalizando 20,50 inscritos para cada vaga, a maior concorrência da história do Programa até então.

Quanto ao corpo docente, convém recordar que em 1991, ano de criação do curso, era composto por professores, de diversas áreas, mantendo o caráter de interdisciplinaridade do curso e com formação não apenas de Doutorado, mas também de Mestrado. Em 2010, o corpo docente do PPGEd é composto somente por Doutores, como é exigido pela CAPES, com tempo superior a 03 (três) anos de titulação. O Quadro 19 traz o rol de docentes do Curso e suas respectivas titulações e linhas de pesquisas.

<b>Docente/Titulação</b>	<b>Linha de Pesquisa</b>	<b>Categoria</b>
<b>Ana Valéria Marques Fortes Lustosa Doutora Psicologia/UNB-Brasília</b>	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	Professor Permanente
<b>Antonia Edna Brito Doutora em Educação/UFRN</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Permanente
<b>Antonio de Pádua Carvalho Lopes Doutor em Educação/UFC</b>	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	Professor Permanente
<b>Bárbara Maria Macedo Mendes Doutora em Educação/UFC-CE</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Permanente
<b>Carmen Lúcia de Oliveira Cabral Doutora em Educação/UFRN</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Permanente
<b>Francis Musa Boakari Doutor em Sociologia da Educação/University of Iowa/USA</b>	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	Professor Permanente

<sup>46</sup> Os dados de 2011 correspondem à seleção da 19ª turma do Curso que teve processo seletivo realizado em 2010, com ingresso dos alunos em 2011.

<b>Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina</b> <b>Doutora em Educação/UFRN</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Permanente
<b>José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho</b> <b>Doutor em Educação: Ensino de Ciências Naturais/UFSC</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Permanente
<b>Luís Carlos Sales</b> <b>Doutor em Educação/UFRN</b>	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	Professor Permanente
<b>Maria da Glória Soares Barbosa Lima</b> <b>Doutora em Educação/UFRN</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Permanente
<b>Maria do Amparo Borges Ferro</b> <b>Doutora em Educação/USP</b>	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	Professor Permanente
<b>Maria do Carmo Alves do Bomfim</b> <b>Doutora em Educação: História e Filosofia da Educação/PUC-SP</b>	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	Professor Permanente
<b>Maria Vilani Cosme de Carvalho</b> <b>Doutora em Educação: Psicologia da Educação/PUC-SP</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Permanente
<b>Carmesina Ribeiro Gurgel</b> <b>Doutora em Educação/UFC</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Colaborador
<b>Josânia Lima Portela</b> <b>Doutora em Educação/UFC</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Colaborador
<b>Maria da Glória Carvalho Moura</b> <b>Doutora em Educação/UFRN</b>	Ensino, formação de professores e práticas pedagógicas	Professor Colaborador
<b>Shara Jane Holanda Costa Adad</b> <b>Doutora em Educação/UFC</b>	Educação, movimentos sociais e políticas públicas	Professor Colaborador

**Quadro 19** - Docentes do PPGEd 2010 <sup>47</sup>

**Fonte:** PPGEd < <http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/1760?>>. Acesso em 10 mar. 2011.

<sup>47</sup> Tabela construída pela autora com base nas informações do sítio do PPGEd.

É interessante observar que entre os docentes do curso há a presença de professores, como Francis Musa Boakari que participaram do quadro de docentes da primeira turma do Curso, e ainda a presença de professores, como: Maria do Amparo Borges Ferro, Luis Carlos Sales e Maria da Glória Soares Barbosa Lima que foram discentes da primeira turma do Curso, ressaltando ainda a presença de outros docentes que também foram discentes do curso nos anos posteriores, como as professoras: Ana Valéria Marques Fortes Lustosa, da segunda turma do Curso; Antonia Edna Brito, também da segunda turma do Curso; Carmen Lúcia de Oliveira Cabral, discente da terceira turma; Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina, aluna da sexta turma e Maria da Glória Carvalho Moura, também discente da sexta turma. Destarte, dos 17 (dezesete) docentes do PPGEd, 08 (oito) foram discentes do Curso de Mestrado em Educação, do qual fazem parte, nos fazendo refletir no objetivo inicial do Curso que era de qualificar profissionais para atuação na sociedade, objetivo que realmente se efetivou no próprio Programa, com a inserção de profissionais qualificados pelo PPGEd e que hoje qualificam novos profissionais para atuarem não apenas nas IES do estado, mas de todo país.

No que concerne a grade curricular, o Curso apresenta um elenco de disciplinas, seminários e atividades orientadas que intercalam com as duas linhas de pesquisa do Curso, a saber: *Ensino, Formação de Professores e Práticas Pedagógicas e Educação, Movimentos Sociais e Políticas Públicas*. As disciplinas ofertadas pelo Programa no Curso de Mestrado em Educação são:

<b>DISCIPLINAS e ATIVIDADE ORIENTADA OBRIGATÓRIAS</b>		<b>CRÉD.</b>	<b>C/H</b>
<b>DISCIPLINAS</b>	Planejamento de Pesquisa	4.0.0	60
	Filosofia da Educação	4.0.0	60
	História da Educação	4.0.0	60
<b>ATIVIDADE ORIENTADA</b>	Elaboração da Dissertação	0.4.6	390
<b>DISCIPLINAS, SEMINÁRIOS E/OU ATIVIDADES ORIENTADAS OPTATIVOS</b>		<b>CRÉD.</b>	<b>C/H</b>
<b>DISCIPLINAS</b>  <b>ou</b>  <b>outras</b>  <b>especificações</b>	Sociologia da Educação	4.0.0	60
	Psicologia da Educação	4.0.0	60
	Educação e Representações Sociais	4.0.0	60
	Etnografia Aplicada à Pesquisa Educacional	4.0.0	60
	Formação de Professores	4.0.0	60
	Movimentos Sociais e Educação	4.0.0	60
	Educação, Sociedade e História	4.0.0	60
	Política Educacional Brasileira	4.0.0	60
	Prática Pedagógica	4.0.0	60
	Docência da Educação Superior	4.0.0	60
	História e Historiografia da Educação Piauiense	4.0.0	60
	Educação e Relações de Gênero	4.0.0	60
	Didática do Ensino Superior	4.0.0	60
	Formação de Conceitos na Abordagem Sócio-Histórica	4.0.0	60
<b>SEMINÁRIOS</b>	<b>TÍTULOS VARIADOS</b>	3.0.0	45
	<b>MINISTRANTES: Professores do PPGEd/UFPI</b>		

**Quadro 20** – Grade Curricular do Curso de Mestrado em Educação da UFPI – 2010<sup>48</sup>

**Fonte:** PPGEd < <http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/1761> > Acesso em 10 mar. 2011<sup>49</sup>.

<sup>48</sup> Obs. 1 crédito teórico = 15h; 1 crédito teórico-prático = 30h; 1 crédito prático = 45h

Conforme Art. 2º do Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED), aprovado pela Resolução CONSUN n.047/08 em 23/12/2008, a estrutura curricular mínima do Curso de Mestrado em Educação totaliza 30 (trinta) créditos, compondo-se de 12 (doze) em disciplinas básicas obrigatórias, 12 (doze) créditos de disciplinas de domínio conexo, específicas das linhas de pesquisas, e de seminário(s) geral (gerais) e 06 (seis) créditos referentes à elaboração da dissertação

O número mínimo de horas totaliza 765h, sendo 180h referentes às disciplinas obrigatórias, 195h (mínimo) dentre as escolhidas pelo(a) professor(a) orientador(a) e 390h referentes a atividade orientada elaboração da dissertação e defesa oral pública. (PPGED < <http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/1761> > Acesso em 10 mar. 2011).

<sup>49</sup> Tabela construída pelo PPGEd, disponibilizada no sítio da UFPI.

As disciplinas elencadas no Quadro são variadas devido às 02 (duas) linhas do Curso, sendo que as obrigatórias devem ser cursadas por todos os mestrandos matriculados, independente da linha de pesquisa que faziam parte, e as optativas cursadas de acordo com a linha de pesquisa, objeto de estudo e interesse do mestrando.

O Curso de Mestrado além de possuir um corpo docente qualificado, grade curricular com disciplinas e seminários variados, oferece uma infra-estrutura necessária a um curso de Pós-Graduação de acordo com as normas da CAPES. Embora, o Curso esteja localizado no mesmo local, desde sua implantação, já existe um projeto arquitetônico para ampliação do espaço físico da Pós-Graduação no CCE (Foto 23), que deve possuir biblioteca, salas de estudo, salas de aula, gabinetes para professores, banheiros, salas para reuniões, coordenação e secretaria e almoxarifado. CAPES (2009, p. 5) destaca que “[...] Em fevereiro de 2010 ocorreu a licitação das plantas complementares, com previsão de início das obras em 2010”. No entanto, embora com a necessidade do início dessa construção devido à expansão do Curso esta obra ainda não teve início.



**Foto 23** – Espaço Administrativo do PPGEd da UFPI  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora



A foto 24 mostra o espaço físico da sala de aula do Curso de Mestrado em Educação:



**Foto 24-** Espaço físico da sala de aula do CME.  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora



Por ser a memória oral, conforme Bosi (2003) um instrumento útil para quem deseja reconstituir fatos do cotidiano, a discente Rute Sousa,<sup>50</sup> ao comentar sobre a importância do Mestrado em Educação para a sua vida e as contribuições que o CME oferece para a sociedade, traz em suas reminiscências:

O Mestrado além de ampliar meus conhecimentos acerca das teorias educacionais, oferece suporte para compreender os problemas sociais de forma crítica e reflexiva, bem como possibilita um leque de oportunidades no mercado de trabalho, mas atuando como sujeito crítico ciente de sua ação transformadora, buscando construir uma sociedade mais humana e solidária. Para a minha vida, o Curso vai contribuir para uma formação diferenciada, formar uma profissional competente que saiba intervir diante dos problemas sociais, principalmente na área de pesquisa que é o ponto chave numa Pós-Graduação. Com relação à contribuição para a sociedade, acredito que a melhora na qualidade de vida dos cidadãos piauienses, uma vez que a pesquisa científica tem esse propósito, contribuir para a qualidade de vida da sociedade, especificamente atendendo suas necessidades básicas. (RUTE SOUSA, ENTREVISTA, 2010).

A mestranda Rute é ciente da importância de uma Pós-Graduação *Stricto Sensu* e das contribuições que o Curso de Mestrado em Educação da UFPI ofereceu e ainda continua oferecendo a sociedade piauiense, através da formação de docentes e da realização de pesquisas, permitindo a construção e difusão do conhecimento científico. Desse modo, o CME possui 13 (treze) grupos ou núcleos de pesquisas vinculados ao Programa, compostos por docentes do PPGEd, demais professores da UFPI, discentes do Mestrado e alunos da Iniciação Científica.

Os núcleos de pesquisas do Programa são: **Educação e Representação Social**, formado em 2000 e liderado por Luis Carlos Sales; **Núcleo de Pesquisa sobre Formação e Profissionalização em Pedagogia – NUPPED**, criado em 2004 e conduzido pelas professoras, Maria da Glória Soares Barbosa Lima e Antonia Edna Brito; **Educação, Cultura e Sociedade**, formado em 2004 e liderado por Guiomar de Oliveira Passos e Antonio de Pádua Carvalho Lopes; **Educação, Sociedade e História**, criado em 2001 e dirigido por Maria do Amparo Borges Ferro; **Núcleo de Educação, História e Memória (NEHME)**, também liderado por Maria do Amparo Borges Ferro, foi formado em 2002; **FORMAR**, fundado em 2002 e conduzido por Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina e Olivette Rufino Borges Prado Aguiar; **Núcleo de Formação de Professores – FORMAÇÃO**, criado em 2004 e dirigido por José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho e Bárbara Maria Macêdo

---

<sup>50</sup> Nome fictício atribuído a discente da 18ª turma do Curso, resguardando o seu nome, a pedido..

Mendes; **Educação, Gênero e Cidadania**, organizado em 2002 e liderado por Maria do Carmo Alves do Bomfim; **Psicologia da Educação**, formado em 2005 e liderado por Maria Vilani Cosme de Carvalho e Rosa Maria de Almeida Macêdo; **Núcleo de Estudos em Educação Especial e Inclusiva**, fundado em 2004 e dirigido por Ana Valéria Marques Fortes Lustosa; **História da Educação no Piauí**, formado em 2007 e liderado por Antonio de Pádua Carvalho Lopes; **Grupo de Pesquisa em Gestão e Avaliação de Políticas Públicas**, organizado também em 2007 e conduzido por Carmesina Ribeiro Gurgel, e por fim, **Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Práticas Curriculares e Formação de Profissionais da Educação – NIPPC**, formado em 2009 e liderado por Maria da Glória Carvalho Moura e Joselia Saraiva e Silva.<sup>51</sup>

Os resultados dos estudos realizados nos núcleos de pesquisas, nas disciplinas do curso e nas atividades orientadas são divulgados em livros, periódicos e eventos científicos, como no VI Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, realizado no período de 01 a 03 de dezembro de 2010, com o tema: *O pensamento pedagógico na contemporaneidade*. O conferencista da abertura do evento foi o professor Dr. Demerval Saviani que discorreu sobre o tema do evento. Este encontro contou ainda com 20 (vinte) GTs, demonstrando a diversidade de temáticas pesquisadas pelos participantes do evento.

Um dos motivos que permite confirmar a expansão do Curso é a aprovação do Programa de Doutorado em Educação do PPGEd, fruto assim como o Curso de Mestrado em Educação do sonho e da luta dos professores, coordenadores e servidores do PPGEd, dos docentes, servidores e acadêmicos do CCE, da UFPI e por todos aqueles que contribuíram para a criação destes. A foto 25 nos faz recordar a reunião ocorrida na UFPI entre docentes do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI e a consultora da CAPES, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clarilza Prado de Souza para discussão da proposta de implantação do Programa de Doutorado em Educação.

---

<sup>51</sup> Fonte: <http://ufpi.br/ppged2/index/pagina/id/5049> e CAPES, **Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI**, 2009.



**Foto 25** – Reunião entre docentes do PPGEd e consultora da CAPES  
**Fonte:** Acervo Particular da Pesquisadora

A aprovação do Doutorado em Educação da UFPI ocorreu em reunião realizada de 06 a 10 de dezembro de 2010<sup>52</sup> pelo Conselho Técnico Consultivo da CAPES e foi creditada a qualidade do Programa, em decorrência das 03 (três) notas consecutivas 4 (quatro)<sup>53</sup> alcançadas pelo Curso de Mestrado em Educação oferecido pelo PPGEd nas avaliações trienais da CAPES, a produção técnica dos docentes e discentes do Curso, o esforço da Universidade Federal do Piauí em contribuir para o desenvolvimento científico, social e econômico do estado do Piauí. O sítio da UFPI publicou a notícia da aprovação do Doutorado em Educação do PPGEd:

#### **UFPI aprova mais um programa de doutorado**

A Universidade Federal do Piauí comemora mais uma grande conquista em 2010 com a aprovação de mais um Doutorado. Foi aprovado na tarde desta sexta-feira (10) o Doutorado em Educação. A UFPI agora oferta quatro doutorados e 23 Mestrados. Em 2004 a universidade não mantinha nenhum

<sup>52</sup> CAPES, Ficha de recomendação – APCN, 2010.

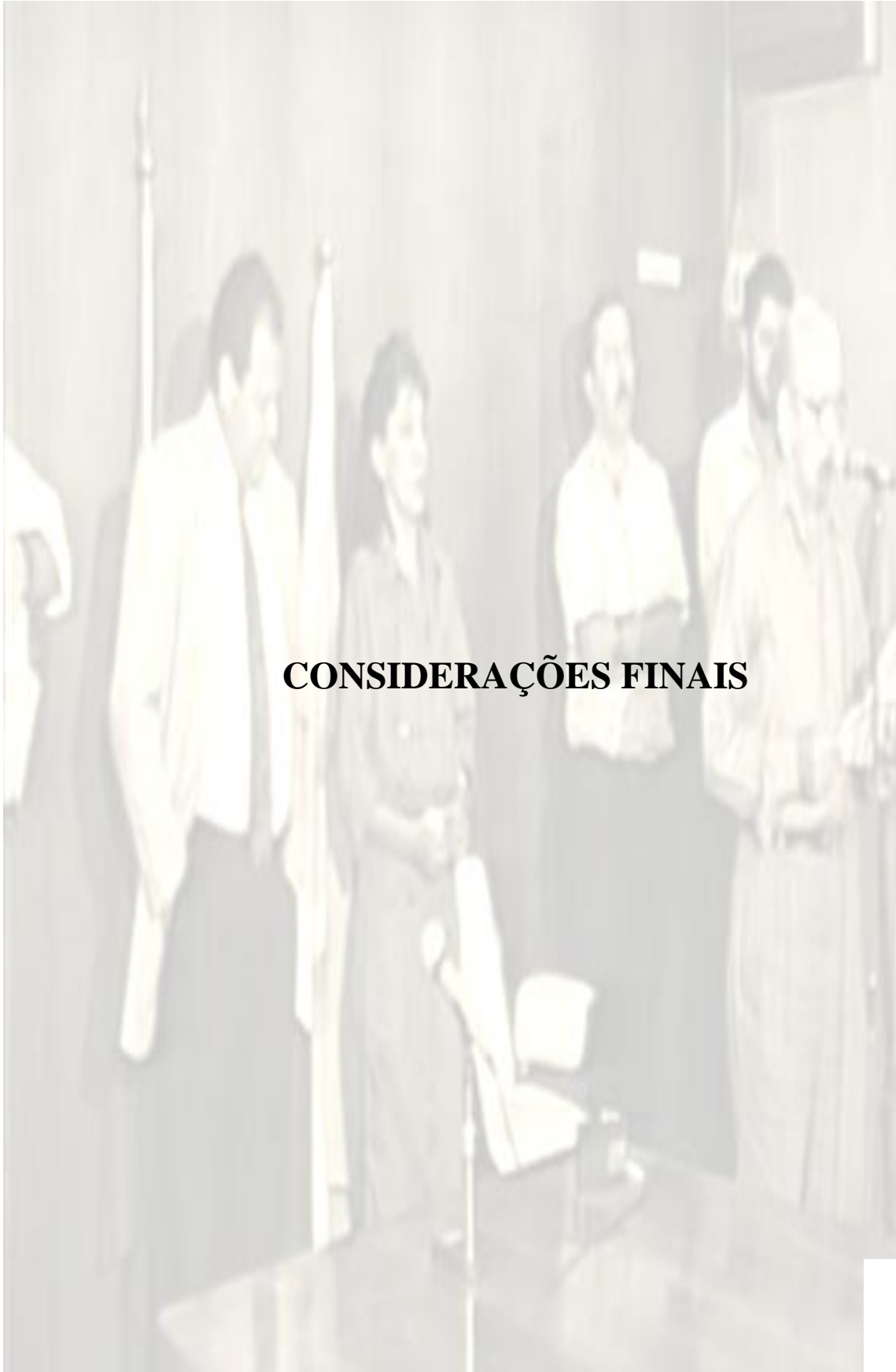
<sup>53</sup> Ver Quadro 04 da Dissertação.

curso de doutorado e ofertava apenas 9 cursos de mestrado. O novo doutorado será ofertado no Centro de Ciências da Educação (CCE) do Campus Ministro Petrônio Portela, em Teresina.

Para o reitor Luiz de Sousa Santos Junior esta é a grande resposta de que a política de ensino vem dando certo e trazendo ótimos resultados. "Essa nova conquista demonstra que tem sido cada vez maior o nosso empenho em contribuir com o desenvolvimento humano, científico e econômico do nosso estado. Eu aproveito para parabenizar os nossos professores pesquisadores e os nossos alunos dos cursos de pós-graduação e dizer que essa é a nossa meta: trabalhar cada vez mais para conquistar outros resultados como esse", destacou o reitor. [...]

De acordo com a professora Amparo Ferro, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação, a chegada de mais um Doutorado na UFPI dá a instituição um *status* perante as demais instituições e a torna cada vez mais competitiva. "Nós temos uma demanda muito grande por cursos de pós-graduação e a aprovação de mais um programa de doutorado terá uma grande repercussão, já que, por exemplo, o estado vizinho do Maranhão não tem. Essa é uma vitória do CCE e também de toda a comunidade", disse a professora Amparo Ferro. [...] (UFPI, 2010).

A notícia do sítio eletrônico da UFPI apresenta a vitória da Universidade Federal do Piauí e do Programa de Pós-Graduação em Educação no que concerne ao Programa de Doutorado em Educação, Programa tão almejado e necessário no estado, que já formou até dezembro de 2010, ano em que encerra esta pesquisa, através do PPGEd da UFPI, 262 (duzentos e sessenta e dois) Mestres em Educação, que para cursarem Doutorado na mesma área do Mestrado precisavam se deslocar do Estado para estudar em outros locais do país. Dessa forma, a implantação do Curso de Mestrado em Educação em 1991 e do Programa de Doutorado em Educação em 2010 trouxe a UFPI e a sociedade piauiense à consolidação dos sonhos e a certeza de que lutando os sonhos podem se tornar realidade.



**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Pesquisa Histórica nos permitiu reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, uma vez que este foi o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Estado. Dessa forma, reconstituir a gênese desse curso foi um privilégio, principalmente por fazermos parte deste programa, e nele podermos levantar e coletar informações sobre sua história, “olhando para si”, de maneira a trazer à memória a reconstituição das fases de implantação, consolidação e expansão do Curso de Mestrado em Educação.

A fundamentação teórico-metodológica na Nova História Cultural (BURKE, 1992) foi de grande relevância neste estudo, pois proporcionou a análise do nosso objeto de estudo a partir de um leque variado de fontes, incluindo as documentais, hemerográficas e depoimentos orais, nos permitindo conhecer as políticas educacionais que possibilitaram a implantação, consolidação e expansão da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil e, em especial, no Piauí.

Ao analisarmos o processo de implantação da Pós-Graduação brasileira, observamos que o decreto nº 21.321/46 proporcionou a utilização do termo Pós-Graduação pela primeira vez na legislação do país e em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 4.024/61 trouxe em seu artigo 69 que os estabelecimentos de ensino superior deveriam ministrar cursos de Pós-Graduação. Devido a fragilidade desta Lei em relação à Pós-Graduação foi solicitado pelo Ministro da Educação, Flávio Suplicy Lacerda, a definição e regulamentação dos cursos de Pós-Graduação, surgindo assim, o Parecer nº. 977/65 do Conselho Federal de Educação, marco referencial para os estudos Pós-Graduados no Brasil uma vez que define e regulamenta a Pós-Graduação no país e ainda faz uma diferenciação entre os cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e os *Lato Sensu*. Cabe destacar que o primeiro curso de Mestrado em Educação implantado no Brasil foi criado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC – Rio em 1966, ano posterior ao parecer 977/65.

A fase de consolidação dos estudos Pós-Graduados do país é marcada pela criação de programas de Mestrado, e de Doutorado, e ainda pelos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs), documentos de grande relevância para a Pós-Graduação no Brasil e por terem contribuído efetivamente para a implantação, consolidação e expansão destes cursos, pois estes documentos trazem a função, as diretrizes e as metas para a Pós-Graduação na sociedade brasileira.

Os PNPGs contribuíram para a expansão da Pós-Graduação brasileira, incluindo a Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação. Desta feita, a fase de expansão do Mestrado em Educação é iniciada na década de 1980, sendo que os anos 90 do século XX marcaram o grande crescimento da Pós-Graduação brasileira.

Ao reconstituir as fases da Pós-Graduação brasileira verificamos a efetiva participação de duas agências de fomento a pesquisa e a Pós-Graduação, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq que desde sua origem atuam junto aos Programas de Pós-Graduação, contribuindo para a consolidação e expansão dos cursos de Mestrado e Doutorado em Educação. Outra instituição importante para os estudos pós-graduados no país é a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPEd que atua objetivando favorecer o desenvolvimento da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Brasil.

A última década do século XX foi marcada pela criação de diversos programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil. Um destes foi o objeto de estudo deste trabalho, o Programa de Pós-Graduação em Educação, em nível de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí, implantado no ano de 1991.

Desse modo, observamos que a Universidade Federal do Piauí, adequando-se a proposta do I Plano Nacional de Pós-Graduação, criou a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação em 1977, pelo fato de tanto a UFPI quanto o I Plano Nacional de Pós-Graduação (I PNPG) visavam à qualificação de docentes, sendo os cursos de Pós-Graduação destinados a cumprir esta tarefa. Assim, em 1978 foi criado o primeiro curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* na área de Educação no Piauí que proporcionou a qualificação de profissionais da educação do estado e forneceu aos professores do CCE a experiência acadêmica e administrativa necessária a um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*.

O curso de Mestrado em Educação foi fruto dos esforços empreendidos pela Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação, por professores, funcionários e

membros da administração da *Universidade* Federal do Piauí, assessores e consultores da CAPES e professores de outras Instituições de Ensino Superior do país e contou com as contribuições dos cursos de Especialização e das comissões Pró-Mestrado. Através da Resolução CONSUN/UFPI 002/91, de 01 de março de 1991 foi aprovado o projeto de criação do curso de Mestrado em Educação da UFPI, revogando a Resolução CONSUN/UFPI 005/88 de 22 de novembro de 1988. Em 21 de agosto de 1991 foi deliberada a recomendação do Curso de Mestrado em Educação pelo Grupo Técnico Consultivo da CAPES e em 30 de outubro de 1991 ocorreu a instalação oficial do primeiro Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Piauí, no Salão Nobre da Reitoria da UFPI.

A análise dos documentos do PPGEd, da CAPES e os depoimentos orais nos permitiram perceber que o período de implantação do Curso de Mestrado em Educação foi marcado na sua estrutura curricular pelos núcleos temáticos: *Educação e Sociedade* e *Linguagens e Educação*, e a presença de professores mestres e doutores de diversas áreas no corpo docente do Curso, marcando assim o caráter de interdisciplinaridade que este detinha.

Constatamos que durante a fase de consolidação, o CME passou por um período de crise em virtude dos desempenhos insuficientes do Programa de Pós-Graduação em Educação nas avaliações da CAPES dos biênios 1992/1993, 1994/1995 e 1996/1997 que resultou no credenciamento do Programa. As falas dos sujeitos da pesquisa nos permitiram perceber que o PPGEd envidou esforços para superar esta crise e passou a lutar para haver melhorias no Programa, e vencer as deficiências apontadas pela CAPES. O Curso de Mestrado em Educação conseguiu no triênio 1998/1999/2000 nota 03 (três) na avaliação da CAPES, permitindo assim o credenciamento do Curso e o retorno do financiamento da CAPES.

Concluimos com esta pesquisa que em 2004 tem início a fase de expansão do CME, marcada pelas notas 04 (quatro) nas avaliações da CAPES do triênio 2004/2005/2006 e 2007/2008/2009, pela quantidade de vagas que passaram a ser disponibilizadas pelo Programa a partir de 2004 e ainda pela procura pelo Curso de pessoas de vários estados do país. Cabe destacar que de 1991 a 2003, 941 (novecentos e quarenta e um) candidatos se inscreveram para as 151 (cento e cinquenta e uma) vagas disponibilizadas pelo Programa para o Curso de Mestrado em Educação, e de 2004 a 2010, ocorreram 1.920 (um mil, novecentos e vinte) inscrições para as 200 (duzentas) vagas ofertadas pelo PPGEd.

No ano de 2010, o Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEd propôs a CAPES um projeto para implantação do primeiro Curso de Doutorado em Educação no Piauí e na Região Meio-Norte do Brasil (Piauí e Maranhão) que teve a recomendação para sua



implantação com conceito 04 (quatro) em reunião realizada de 06 a 10 de dezembro de 2010 pelo Conselho Técnico Consultivo da CAPES.

Outro fato observado neste estudo é que os ex-alunos do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí atuam como docentes ou em funções administrativas na Universidade Federal do Piauí; no próprio PPGEd, como docentes ou coordenadores do Curso; em outras Instituições de Ensino Superior do país e ainda em outros setores da sociedade, nos possibilitando refletir que o Programa vem alcançando um dos objetivos dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a qualificação de profissionais para atuação na sociedade.

Nesse sentido, tornou-se necessária esta reconstituição, por ser uma forma de manter viva na memória individual e coletiva das pessoas tais acontecimentos e ajudá-las a refletir sobre a importância tanto da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado em Educação, quanto do próprio Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, com sede do primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí.

Desta forma, convém destacar que o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, através dos Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação, contribui para qualificação profissional da sociedade piauiense, uma vez que pessoas de diversos municípios do Estado se qualificam neste Programa, influenciando o desenvolvimento econômico, social, político e educacional do Estado.

Há ainda neste trabalho o desejo de que outros pesquisadores lancem olhares sobre esta pesquisa, dando continuidade a este estudo, por considerar que este é um primeiro e inédito trabalho acadêmico sobre esta história e como foi escrito com “um olhar sobre si”, de alguém que faz parte deste processo, há traços de subjetividade, mas ressaltamos que houve a tentativa de se distanciar desta inserção para se fazer uma análise de forma objetiva dos fatos.



**REFERÊNCIAS E FONTES**

## REFERÊNCIAS E FONTES

### 1 FONTES

#### 1.1 ARTIGOS PUBLICADOS EM JORNAIS

ABERTURA OFICIAL, **CCE Mural**, Teresina, ano II, nº 3, p. 2, out. 1991.

CCE IMPLANTA O PRIMEIRO CURSO DE MESTRADO DO PIAUÍ, **O Dia**, Teresina, p. 9, 22 jun. 1991.

CRIADA A UNIVERSIDADE. **O Dia**, p. 3, 21 jan. 1964.

EVENTO INTERNACIONAL ATUALIZA EDUCADORES, **Meio Norte**, p. 04/2C, 10 de jun. 1997.

I Congresso Internacional de Educação, **Meio Norte**, p. 04/ 2º C, 8 de jun. 1997.

MESTRADO EM EDUCAÇÃO DA UFPI TEM RECORDE DE INSCRIÇÃO. Disponível em: <http://www.cabecadecuia.com/noticias/82962/mestrado-em-educacao-da-ufpi-tem-recorde-de-inscricao.html>. Acesso em 10 mar. 2011.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO É TEMA DE ENCONTRO, **Diário do Povo**, p. 11, 2 dez. 2000.

PROFESSORA DA UFP FEZ CURSO NA INGLATERRA, **O Dia**, Teresina, nº 3.363, p. 1, 10 jul. 1972.

PROFESSORES DOS EUA RECEBIDOS EM PALÁCIO, **O Dia**, p. 10, 12 de jun. 1997.

UFPI E UNIVERSIDADE DOS EUA FARÃO ACORDOS, **Diário do Povo**, p. 11, 14 de jun. 1997.

UFPI VAI REALIZAR CURSO PARA FORMAR PROFESSORES, **O Dia**, p. 3, 8 jun. 1973.

UFPI, I Encontro de Pesquisa em Educação, **O Dia**, p. 02, 06 dez. 2000.

UFPI aprova mais um programa de doutorado. Disponível em <http://www.ufpi.br/noticia.php?id=18402>. Acesso em 11 mar. 2011.

## 1.2 LEIS E OUTROS DOCUMENTOS

ALBUQUERQUE, Luiz Botelho. **Avaliando a avaliação e propondo mudanças**. 199?.

ANPED, **Estatuto social da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação – ANPPED**, 2006.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. Sobre a ANPED. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/inicio.htm>>. Acesso em: 31 Ago. 2010.

BRASIL, Lei n.º 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_, Resolução n.º 05, de 10 de março de 1983. Fixa normas de funcionamento e credenciamento dos cursos de pós-graduação stricto sensu. Disponível em: <http://www.CAPES.gov.br>. Acesso em 13 maio. 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto n.º 87.814, de 16 de novembro de 1982. Aprova o II Plano Nacional de Pós-Graduação. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero87814>>. Acesso em 18 maio. 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto n.º 74.299, de 18 de julho de 1974. Dispõe sobre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências. Disponível em: <<http://senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=203709>>. Acesso em 25 maio. 2010.

\_\_\_\_\_, Lei n.º 6.129, de 6 de nov. de 1974. Dispõe sobre a transformação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e dá outras providências. Disponível em: <<http://senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=122482>>. Acesso em 29 julho 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto n.º 66.662, de 5 de junho de 1970. Reformula a Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e dá outras providências. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero666628>>. Acesso em 18 maio. 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto n.º 64.969 de 11 de agosto de 1969. Aprova o Estatuto da Fundação Universidade Federal do Piauí. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 20 de agosto de 1969.

\_\_\_\_\_, Conselho Federal de Educação, Parecer 77, **Documenta**, 1969.

\_\_\_\_\_, Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em

<http://www6.senado.gov.br/legislaca/ListaTextoIntegral.action?id=75564>.> Acesso em 22 maio. 2010.

\_\_\_\_\_, Lei nº 5.528. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, 14 de novembro de 1968.

\_\_\_\_\_, Conselho Federal de Educação, Parecer 977, **Documenta**, 1965.

\_\_\_\_\_, Lei n.º 4.533 de 8 de dez. de 1964. Altera a Lei nº 1.310, de 15 de janeiro de 1951, que criou o Conselho Nacional de Pesquisa e dá outras providências. Disponível em: <http://senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=115324>>. Acesso em 30 julho 2010.

\_\_\_\_\_, Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529>>. Acesso em 13 maio. 2010.

\_\_\_\_\_, Lei n.º 1.310 de 15 de janeiro de 1951. Cria o Conselho Nacional de Pesquisas , e dá outras providências. Disponível em: <http://senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=161211>>. Acesso em 29 julho 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto n.º 29.741, de 11 de julho de 1951. Institui uma comissão para promover a Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=161737>>. Acesso em 25 maio. 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto n.º 21.321, de 18 de junho de 1946. Aprova o estatuto da Universidade do Brasil. Disponível em: <<http://senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=154123>>. Acesso em 23 julho 2010.

\_\_\_\_\_, Decreto nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre o ensino superior no Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Secretaria de Educação Superior/ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, (1975). **I Plano Nacional de Pós-Graduação: 1975-1979**. Brasília: MEC/SESU/CAPES.

\_\_\_\_\_, (1982). **II Plano Nacional de Pós-Graduação: 1982-1985**. Brasília: MEC/SESU/CAPES.

\_\_\_\_\_, (1986). **III Plano Nacional de Pós-Graduação: 1986-1989**. Brasília: MEC/SESU/CAPES.

\_\_\_\_\_, (2004). **V Plano Nacional de Pós-Graduação: 2005-2010**. Brasília: MEC/CAPES.

CAPES. História e missão. Disponível em: <<http://www.CAPES.gov.br/sobre-a-CAPES/historia-e-missao>>. Acesso em: 13 maio 2010.

CAPES. Avaliação da pós-graduação. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 13 maio 2010.

**CAPES, Parecer de Consultoria Científica, 1988.**

CAPES [Carta] 1991 Agost. 21, Brasília [para] Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação, Teresina.

**CAPES, Divisão de Organização e Tratamento de Informação – DTI – Formulário F, 1995.**

**CAPES, Ofício/DAV/012/97.**

**CAPES, Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação, 1998.**

**CAPES, Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação, 1999.**

**CAPES, Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação, 2000.**

**CAPES, Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação, 2001.**

**CAPES, Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação, 2002.**

**CAPES, Ficha de Avaliação do Programa de Pós-Graduação, 2003.**

**CAPES, Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2004.**

**CAPES, Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2005.**

**CAPES, Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2006.**

**CAPES, Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2007.**

**CAPES, Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2008.**

**CAPES, Proposta do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI, 2009.**

CAPES, Ficha de recomendação – APCN, 2010.

FUFMG, Edital de Abertura de Inscrições para o Curso de Mestrado em Educação, 1988.

FUFPI, Planilha de Solicitação de Compras, 1988.

**FUFPI. Ata de Instalação do Curso. Teresina, 1991.**

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo. IV Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI 2006. Disponível em: <http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/1855>. Acesso em 10 mar. 2011.

PPGEEd < <http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/1760?>>. Acesso em 10 mar. 2011.

PPGEEd< <http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/1761>> Acesso em 10 mar. 2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Resolução nº 005/88, de 22 de novembro de 1988. Aprova o Projeto de Criação do Curso de Mestrado em Educação, com área de Concentração em Educação Brasileira, na UFPI e autoriza o seu funcionamento.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, Resolução nº 002/91, de 01 de março de 1991. Modifica a Resolução nº 005/ 88, de 22 de novembro de 1988.

UFPI. Centro de Ciências da Educação. **Relatório de Atividades – Coordenação de Pós-Graduação em Educação**. Teresina, 1990.

UFPI, Portaria n.º 09/90/CCE/UFPI, de 03 de Set. de 1990.

UFPI, Convocação n.º 01/90/CCE.

UFPI, Memo n.º. 102/90/CCPG/CCE/UFPI.

UFPI, Ata da primeira reunião da Comissão de Mestrado em Educação, 1990.

UFPI, Ata da segunda reunião da Comissão de Mestrado em Educação, 1990.

UFPI, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. **Projeto de Pós-Graduação a nível de Especialização em Educação**. Teresina, 1991.

UFPI. Centro de Ciências da Educação. **Relatório de Atividades – Coordenação de Pós-Graduação em Educação**. Teresina, 1991.

UFPI, **Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação**, 1992.

UFPI/CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO. **Organização administrativa e acadêmica do Curso de Mestrado em Educação**. Teresina: Editora da UFPI, 1993.

UFPI, **Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação**, 1994.

UFPI, **Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação**, 1996.

UFPI, Ofício n.º. 030/96 – CCME.

UFPI, **Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação**, 1997.

UFPI, **Relatório de Atividades da Coordenação do Curso de Mestrado em Educação**, 1998.

UFPI, Centro de Ciências da Educação. **Dissertações Defendidas em 1995**. Teresina, 1997.

UFPI, **Relação de Professores do Curso de Mestrado em Educação**, 1991.

UFPI, **Diários de Classe – Mestrado em Educação**, 1991/2

UFPI, **Diários de Classe – Mestrado em Educação**, 1992/1.

UFPI, **Diários de Classe – Mestrado em Educação**, 1992/2.

UFPI, **Diários de Classe – Mestrado em Educação**, 1993/1.

UFPI, **Diários de Classe – Mestrado em Educação**, 1993/2.

UFPI, **Mestrado em Educação**. 1997.

UFPI, Resolução nº 047/08. Aprova Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)/CCE, da UFPI.

UFPI, **Regimento do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED)**, 2008.

UFPI, **Credenciamento de Professor Colaborador**, Edital 01/2010.

UFPI, **Credenciamento de Professor Colaborador** – Edital 01/2010.

UFPI, **Avaliando a avaliação e propondo mudanças**. 1997.

### 1.3 ENTREVISTAS

BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. **Entrevista** [jan. 2011] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, Maria da Conceição Sousa de. **Entrevista** [dez. 2010] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, Marlene Araújo de. **Entrevista** [jan. 2011] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

FREITAS, Francisco Newton. **Entrevista** [jan. 2011] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

FREITAS, Luiz Pires de. **Entrevista** [dez. 2010] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.



LUSTOSA, Ana Valéria Marques Forte. **Entrevista** [jan. 2011] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

LUSTOSA, Fernanda Lourdes de Carvalho Gomes. **Entrevista** [jan. 2011] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

MACÊDO, Rosa Maria de Almeida. **Depoimento** [mar. 2011] concedido à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

MOURA, Maria da Glória Carvalho. **Entrevista** [jan. 2011] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

SILVA, Raquel. **Entrevista** [agost. 2010] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

SILVA, Maria do Rosário de Fátima Melo. **Entrevista** [jan. 2011] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Rute. **Entrevista** [dez. 2010] concedida à pesquisadora Samara Maria Viana da Silva para realização de Dissertação de Mestrado.

## 2 REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Luiz Botelho. Pesquisa, pós-graduação e a constituição do campo dos estudos sobre educação e ambiente. **Linguagem, educação e sociedade**: Revista do Mestrado em Educação/ Universidade Federal do Piauí. n. 3. Teresina: EDUFPI, 1998.

ALMEIDA, Nival Nunes de; BORGES, Mario Neto. A pós-graduação em engenharia no Brasil: uma perspectiva histórica no âmbito das políticas públicas. **Ensaio**: Avaliação das políticas públicas da educação. Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 323-340, jul./dez. 2007.

ARAÚJO, Antonia Dilamar; BOAKARI, Maria Salete Linhares. **Linguagem, Escola e Comunidade**. Teresina: EDUFPI, 1998.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: BROCK, C.; SCHWARTZMAN, S. **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**: ensaios da Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRITO, Itamar Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BURNHAM, Teresinha Fóes. **Breve análise documental das experiências da Universidade Federal do Piauí na Pós-Graduação em Educação**. Relatório de Consultoria. Salvador, 1990.

BURKE, Peter. **A escrita da História**. São Paulo: ED. da UNESP, 1992.

CARDOSO, Elizângela B. **Múltiplas e singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930 – 1970)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

CARVALHO, Diana Carvalho de. Trabalho docente na Pós-Graduação: impasses que se colocam para os programas e o professor universitário no contexto atual das políticas de avaliação. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

CARVALHO, José Carmelo Braz de. Origens da ANPED: de instituída a instituinte. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, n. 17, p. 134-139, 2001.

CARVALHO, José Raimundo de A. **Avaliação interna do curso de Mestrado em Educação da UFPI, através da identificação, dimensionamento e hierarquização dos “hiatos de qualidade” de seu desempenho institucional**. Teresina: Dissertação de Mestrado em Gestão Universitária da Universidade Federal do Piauí, 2001.

CARVALHO, Maria da Conceição Sousa de. Rediscutindo a interdisciplinaridade. **Linguagem, educação e sociedade: Revista do Mestrado em Educação/ Universidade Federal do Piauí**. vol. 1, n. 1. Teresina: EDUFPI, 1996.

CARVALHO, Diana Carvalho de. Trabalho na Pós-Graduação: impasses que se colocam para os programas e o professor universitário no contexto atual das políticas da avaliação. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

COLUCCI, Vera Lúcia. **Impulsão para a escrita: o que Freud nos ensina sobre fazer uma tese**. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Neto (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

COSTA, Catarina de Sena. A perspectiva interdisciplinar do curso de Mestrado em Educação. **Linguagem, educação e sociedade: Revista do Mestrado em Educação/ Universidade Federal do Piauí**. vol. 1, n. 1. Teresina: EDUFPI, 1996.

CUNHA, Luiz Antonio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Quadragésimo ano do parecer CFE nº 977/65. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n. 30, p.117-12, set./dez. 2005. Número especial sobre os 40 anos da Pós-graduação em Educação.

DOMINGOS, Manuel. A trajetória do CNPq. **Acervo**, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v. 17, n. 2, jul./dez. 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes Albuquerque. **A universidade brasileira em busca de sua identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

\_\_\_\_\_, Maria de Lourdes Albuquerque. Dumerval Trigueiro Mendes e sua contribuição à pós-graduação em educação. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.30, p. 36-46, set./dez. 2005. Número especial sobre os 40 anos da Pós-graduação em Educação.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Cazuza e o sonho da escola ideal**. São Luis: EDUFMA, 2010.

FÉLIX, Loiva Otero. **História e memória: a problemática da pesquisa**. Passo Fundo: Ediufp, 1998.

FERRARO, Alceu Ravanello. A ANPEd, a Pós-Graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área da educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 47-69, 2005.

FRANK, Robert. Questões para as fontes do presente. In. CHAUVEAU, A. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

FREITAS, Sônia Maruá de. **História oral: possibilidades e procedimentos**. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

GÓES, Paulo de. Aspectos administrativos da educação pós-graduada no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 224-231, 1972.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HAMBURGER, Ernst W. Para que pós-graduação? **Encontros com a civilização brasileira**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

HOSTINS, Regina Célia Linhares. Os Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-Graduação Brasileira. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 24, n. 1, jan./jun. 2006.

JULIA, Dominique; SOUZA, Gizele de. A cultura escolar como objeto histórico. In. **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Autores Associados, n. 1, jan./jun., 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida; MORAES, Maria Cecília Marcondes de. Temas e tramas da pós-graduação em educação. **Educação e Sociedade**, v. 26, n. 93, p. 1341- 1362, Campinas: CEDES, set./dez. 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Celso Barroso. A pós-graduação e o papel da Capes. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 352-358, 1972.

LEITE, Nilza Maria. S. Resende. O Mestrado em Educação - Um breve histórico. **Educação e Compromisso**. Teresina: Universidade Federal do Piauí. v. 1. n. 1/ 2. Jan./dez. 1989.

LEITE, Denise. Sistemas de avaliação das instituições de ensino Superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arroza (Org.). **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

LOPES, Eiane Marta T.; GALVÃO, Ana Maria O. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, Antonio de Pádua C. **As transformações do ensino secundário e as modificações do trabalho docente no Piauí: 1950 – 1980**. São Luis: Congresso Luso – Brasileiro de História da Educação, 2010.

LÜDKE, Menga. Influências cruzadas na constituição e na expansão do sistema de pós-graduação *stricto sensu* em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.30, p.117-12, set./dez. 2005. Número especial sobre os 40 anos da Pós-graduação em Educação.

MACIEL, Rubens Mario G. Cursos de Pós-Graduação. In: **Seminário de Assuntos Universitários – Dez anos de Reflexão e Debate**, Brasília, CFE, 1979.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História Oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto: 2007.

MIRANDA, Valmir. O Desenvolvimento da Pós-Graduação na FUFPI. **Catálogo de Dissertações e Teses da Universidade Federal do Piauí**. UFPI/Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação. Coordenação Geral de Pesquisa. Teresina, nov., 1979.

MOTOYAMA, Shozo. **Cinquenta anos do CNPq: contados pelos seus presidentes**. São Paulo: FAPESP, 2002.

OLIVEIRA, Fátima. B. **Pós-graduação: educação e mercado de trabalho**. São Paulo: Papirus, 1995.

PASSOS, Guiomar de O. **A Universidade Federal do Piauí e suas marcas de nascença: conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense**. Brasília: Tese de Doutorado.2003.

RAMALHO, Betania Leite.; MADEIRA, Vicente de Paulo de C. A pós-graduação em educação no Norte e Nordeste: desafios, avanços e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.30, p. 70-81, set./dez. 2005. Número especial sobre os 40 anos da Pós-graduação em Educação.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RIOUX, Pierre Jean. Entre história e jornalismo. In. CHAUVEAU, A. **Questões para a história do presente**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SAVIANI, Demerval. A pós-graduação em educação no Brasil: pensando o problema da orientação. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Neto (Org.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. 2. ed. São Paulo: Cortez: Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

SANTOS, Cássio Miranda. Tradições e Contradições na Pós-Graduação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 83, agost. 2003.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SILVA, Eduardo Pinto e. Carreira docente diante da atual configuração da Pós-Graduação: pragmatismo, intensificação e precarização do trabalho do professor. In: MANCEBO, Deise; SILVA JÚNIOR, João dos Reis Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de (Org.). **Reformas e políticas: educação superior e pós-graduação no Brasil**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.

SILVA NETO, Mariano da; MENDES, Maria Cecília. O Centro de Ciências da Educação: 10 anos In: **Revista Universidade Federal do Piauí** (Edição Comemorativa do 10º aniversário da FUFPI). Teresina, v. 1, nº 3 – Especial, fev. 1982.

SILVA, Maria das Graças. M.; BITTAR, Marluce; VELOSO, Teresa Christina M. Aguiar. Infocapes: a pós-graduação como eixo de análise. In: MANCEBO, Deise; FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA, Maria Cecília Cortez C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: IFANCDAPH. Editora da Universidade São Francisco - EDUSF, 2000.

SUCUPIRA, Newton. Ensino superior: expansão, reforma e pós-graduação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 58, n. 128, p. 216-223, 1972.

TORESSAN, Carmen. **Categorização da produção discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da EM (PPE/UEM) no período de Consolidação (1990-1999)**. Maringá: Dissertação de Mestrado, 2009.

VELLOSO, Jacques; VELHO, Léa. **Mestrandos e doutorandos no país: trajetórias de formação**. Brasília: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2001.

VIEIRA, Sofia Lerche; FREITAS, Isabel Maria S. de. **Política educacional no Brasil: introdução histórica**. Brasília: Plano Editora, 2003.



**APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### Entrevista direcionada aos Alunos e Ex-alunos do Curso de Mestrado em Educação da UFPI

#### Dados do Entrevistado

Nome \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Local de nascimento \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Nível escolaridade: \_\_\_\_\_ Ocupação Atual: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Lugar: \_\_\_\_\_

Sou aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí e estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a História e Memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação: o Mestrado em Educação da UFPI e gostaria de contar com sua colaboração, através de informações sobre suas experiências pessoais e profissionais.

#### 1. Relate sobre sua formação acadêmica:

- Graduação.(nome do curso, ano de início e término, instituição)
- Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) .(nome do curso, ano de início e término, instituição)
- Qual o ano do seu ingresso e egresso no Mestrado em Educação? (Número da turma)
- Que motivos o levou a almejar uma formação em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*?
- Qual a importância do Mestrado em Educação na sua vida?

- Quais contribuições o curso de Mestrado em Educação pôde oferecer a sua vida e a sociedade piauiense.
2. Sobre sua ocupação atual.
    - Existe alguma relação desta com o Mestrado em Educação?
  3. Em relação ao corpo discente do Mestrado em Educação. Fale sobre:
    - Quantos alunos compuseram a sua turma?
    - Como se caracterizavam estes alunos, em termos de idade, formação acadêmica, emprego? (falar a média de idade, o nome do curso de graduação, o tipo de emprego das pessoas da turma)
    - O que mais lhe marcou como discente do Mestrado em Educação.
  4. Sobre o corpo docente do Curso de Mestrado em Educação. Comente sobre:
    - Quais professores ministraram aulas na sua turma?
    - Como era o perfil dos professores que constituíram este quadro docente?
    - Como eram as orientações para a escrita da dissertação?
  5. Sobre a estrutura física do curso de Mestrado em Educação. Fale sobre
    - Sala de Aula
    - Biblioteca (Acervo bibliográfico)
    - Laboratório de Informática.
    - Sala de Estudos.
    - Espaço Físico, no caso do Centro de Ciências da Educação.
  6. Rememore outras informações que você considera relevantes para reconstituição da História e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Piauí e relate.



## APÊNDICE B

### Entrevista direcionada ao Professor da 1ª Turma do Curso de Mestrado em Educação, Coordenador do CME e Diretor o CCE à época de implantação

#### Dados do Entrevistado

Nome \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Local de nascimento \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Nível escolaridade: \_\_\_\_\_ Ocupação Atual: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Lugar: \_\_\_\_\_

Sou aluna do Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí e estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a História e Memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação: o Mestrado em Educação da UFPI e gostaria de contar com sua colaboração, através de informações sobre suas experiências pessoais e profissionais.

1. Relate sobre sua formação acadêmica:

- Graduação.
- Pós-Graduação(Mestrado e Doutorado)
- Que motivos o levou a almejar uma formação em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*?
- Qual a importância do Mestrado em Educação na sua vida?

2. Compreendendo que o curso de Mestrado em Educação da UFPI foi o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* a ser implantado no Piauí. Relate sobre:
  - Os fatores que contribuíram para implantação do curso que foram os colaboradores.
  - Os colaboradores no processo de criação do curso de Mestrado em Educação.
  - Instituições de Ensino Superior que auxiliaram neste processo.
  - As dificuldades que surgiram durante o processo de criação da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Estado.
  - A importância da Comissão Pró-Mestrado e dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para a implantação do curso pesquisado.
  - As contribuições que o curso de Mestrado em Educação pôde oferecer a sociedade piauiense nos seus primeiros anos.
  
3. Sobre o corpo docente do Curso de Mestrado em Educação nos seus anos iniciais. Comente sobre:
  - Como eram selecionados os professores para compor o quadro docente do Mestrado em Educação?
  - Quais professores ministraram aulas na primeira turma do curso?
  - Como era o perfil dos professores que constituíram este quadro docente?
  - Quais eram as titulações destes professores?
  - Quais professores pertenciam ao CCE, CCHL ou outras IES.
  
4. Sobre a estrutura física da Universidade Federal do Piauí nos anos de 1988 a 1991. Fale sobre alguns dos requisitos necessários para implantação de um curso de Mestrado.
  - Biblioteca (Acervo bibliográfico)
  - Espaço Físico, no caso do Centro de Ciências da Educação.
  - Laboratório de Informática.
  - Sala de Estudos.
  
5. Em relação à estrutura organizacional da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFPI nos anos iniciais do Curso de Mestrado em Educação. Relate sobre:
  - Como se organizou a estrutura inicial deste curso?

- Como era escolhido o Coordenador do Curso?
  - Como funcionava a oferta de disciplinas e seminários do Curso?
6. Rememore outras informações que você considera relevantes para reconstituição da História e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Piauí e relate.

## APÊNDICE C

### Entrevista direcionada a professores e Ex-Professores do Curso de Mestrado em Educação da UFPI

#### Dados do Entrevistado

Nome \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Local de nascimento \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Nível escolaridade: \_\_\_\_\_ Ocupação Atual: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Lugar: \_\_\_\_\_

Sou aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí e estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a História e Memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação: o Mestrado em Educação da UFPI e gostaria de contar com sua colaboração, através de informações sobre suas experiências pessoais e profissionais.

1. Relate sobre sua formação acadêmica:

- Graduação.
- Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)

2. Sobre sua atividade docente no Curso de Mestrado em Educação. Comente sobre:

- O que o levou a ser professor da Pós-Graduação, especificamente de um curso de mestrado?
- Quando e como você se tornou docente do curso de Mestrado em Educação da UFPI?
- Qual a sua linha de pesquisa?
- Como eram as atividades docentes?

- Como você orientava ou orienta a escrita da dissertação?
  - Quantos mestrandos você já orientou no Curso de Mestrado em Educação da UFPI?
  - Que atividades você realizava ou realiza enquanto docente de um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*?
  - Você participa de algum Núcleo de Pesquisa? Qual?
  - O que mais lhe marcou como docente deste curso?
3. Em relação ao corpo discente do Mestrado em Educação. Fale sobre:
- Como se caracterizavam ou caracterizam estes alunos, em termos de idade, formação acadêmica, emprego?
  - Como era a frequência e a disponibilidade dos alunos para com o Curso?
4. Sobre a estrutura física do curso de Mestrado em Educação. Fale sobre
- Sala de Aula
  - Biblioteca (Acervo bibliográfico)
  - Laboratório de Informática.
  - Sala de Estudos.
  - Sala de reuniões.
  - Espaço administrativo.
  - Espaço Físico, no caso do Centro de Ciências da Educação.
5. Em relação à estrutura organizacional da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFPI, atual Programa de Pós-Graduação em Educação. Relate sobre:
- Quem era o Coordenador do Curso neste momento e como era a sua forma de trabalho?
6. Quais contribuições o curso de Mestrado em Educação pôde oferecer a sociedade piauiense.
7. Rememore outras informações que você considera relevantes para reconstituição da História e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Piauí e relate.

## APÊNDICE D

### Entrevista direcionada a Ex-Coordenadores do Curso de Mestrado em Educação da UFPI

#### Dados do Entrevistado

Nome \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Local de nascimento \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Nível escolaridade: \_\_\_\_\_ Ocupação Atual: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Lugar: \_\_\_\_\_

Sou aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí e estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a História e Memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação: o Mestrado em Educação da UFPI e gostaria de contar com sua colaboração, através de informações sobre suas experiências pessoais e profissionais.

1. Relate sobre sua formação acadêmica:

- Graduação.
- Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado).

2. Sobre sua atividade de Coordenador no Curso de Mestrado em Educação. Comente sobre:

- Quando e como você se tornou Coordenador do curso de Mestrado em Educação da UFPI?

- Que atividades você realizava ou realiza enquanto Coordenador de um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*?
  - Você participa de algum Núcleo de Pesquisa? Qual?
  - O que mais lhe marcou como Coordenador deste curso?
3. Sobre a estrutura física do curso de Mestrado em Educação. Fale sobre
- Sala de Aula
  - Biblioteca (Acervo bibliográfico)
  - Laboratório de Informática.
  - Sala de Estudos.
  - Sala de reuniões.
  - Espaço administrativo.
  - Espaço Físico, no caso do Centro de Ciências da Educação.
4. Em relação à estrutura organizacional e corpo administrativo da Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Educação da UFPI, atual Programa de Pós-Graduação em Educação. Relate sobre:
- Como era ou é escolhido o Coordenador do Curso?
  - Como funcionava a oferta de disciplinas e seminários do Curso?
  - Como era o perfil dos funcionários do Curso?
  - Como era o perfil dos docentes do Curso e como é a forma de ingresso destes docentes no Curso de Mestrado em Educação?
  - Fale sobre as reuniões do Colegiado do Curso, quem participa, quem preside as reuniões, tempo da reunião, principais assuntos debatidos.
5. Rememore outras informações que você considera relevantes para reconstituição da História e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Piauí e relate.

## APÊNDICE E

### Entrevista direcionada a Funcionários e Ex-Funcionários do Curso de Mestrado em Educação da UFPI

#### Dados do Entrevistado

Nome \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Local de nascimento \_\_\_\_\_ Data de nascimento: \_\_\_\_\_

Nível escolaridade: \_\_\_\_\_ Ocupação Atual: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_\_ Lugar: \_\_\_\_\_

Sou aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí e estou desenvolvendo uma pesquisa sobre a História e Memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação: o Mestrado em Educação da UFPI e gostaria de contar com sua colaboração, através de informações sobre suas experiências pessoais e profissionais.

1. Relate sobre sua formação acadêmica:
  - Graduação.
  - Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)
  
2. Sobre sua atividade profissional no Curso de Mestrado em Educação. Comente sobre:
  - Quando e como você se tornou funcionário do curso de Mestrado em Educação da UFPI?



- Que atividades você realizava ou realiza enquanto funcionário de um curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*?
- O que mais lhe marcou como funcionário deste curso?
- Para você, qual a importância do trabalho dos servidores técnico-administrativos no Curso de Mestrado em Educação?

3. Sobre a estrutura física do curso de Mestrado em Educação. Fale sobre

- Sala de Aula.
- Biblioteca (Acervo bibliográfico).
- Laboratório de Informática.
- Sala de Estudos.
- Sala de reuniões.
- Espaço administrativo.
- Espaço Físico, no caso do Centro de Ciências da Educação.

4. Rememore outras informações que você considera relevantes para reconstituição da História e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação no Piauí e relate.

## APÊNDICE F

### DEFESAS REALIZADAS NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFPI

Nº	NOME	TÍTULO DA DISSERTAÇÃO/ORIENTADOR	ANO
01	MARIA DO AMPARO BORGES FERRO	Título: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NO PIAUÍ REPUBLICANO Orientador (a): Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz - UFPI	1995
02	ANA MARIA DA SILVA RODRIGUES	Título: OS EFEITOS DA PRÁTICA MENTAL NO DESEMPENHO DE UMA HABILIDADE MOTORA DO BASQUETEBOL. Orientador (a): Antonio Roazzi - UFPE	1995
03	LUÍS CARLOS SALES	Título: ESCOLA, TRABALHO E MOBILIDADE PROFISSIONAL: investigação sobre as relações entre expectativas profissionais e limites escolares. Orientador (a): Antonio Roazzi - UFPE	1995
04	RITA DE CÁSSIA LIMA PEREIRA	Título: RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO E A ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU: uma interpretação. Orientador (a): Francis Musa Boakari – UFPI	1995
05	KLEBER MONTEZUMA FAGUNDES DOS SANTOS	Título: O MOVIMENTO DOS PROFESSORES DA APEP E A CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA CIDADANIA EM TERESINA Orientador (a): Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – UFPI	1995
06	CONCEIÇÃO DE MARIA BOAVISTA DE OLIVEIRA	Título: O PRESTÍGIO DO PROFESSOR E SUA ATUAÇÃO PROFISSIONAL: fatores sociais de influência. Orientador (a): Francis Musa Boakari – UFPI	1995
07	MARIA DA GLÓRIA SOARES BARBOSA LIMA	Título: OS USOS COTIDIANOS DA ESCRITA E AS IMPLICAÇÕES EDUCACIONAIS: uma abordagem etnográfica. Orientador (a): Catarina de Sena S. M. da	1995

		Costa – UFPI	
08	TERESINHA MARIA LOSADA MOREIRA	Título: DISSERTAÇÃO: O ARTÍFICE, O ARTISTA, O CIENTISTA E O CIDADÃO: uma análise sobre a arte e o papel do artista nas vanguardas. Orientador (a): Vilma Chiara – UFPI	1995
09	PAULO RÔMULO DE OLIVEIRA FROTA	Título: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DISTÂNCIA COMO FUNÇÃO DA VELOCIDADE E DO TEMPO: influências culturais e da escolaridade. Orientador (a): Antonio Roazzi – UFPE	1995
10	JOSENILDES MARIA BATISTA DE LIMA	Título: O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO SOCIAL NA FORMAÇÃO LINGUÍSTICA DO PROFESSOR DE 1ª A 4ª SÉRIE DO 1º GRAU: uma abordagem etnográfica. Orientador (a): Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa – UFPI	1995
11	LÊDA MARIA DE BARROS GUIMARÃES	Título: ENTRE A ARTE E A TÉCNICA: o desenho e seu ensino. Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque – UFPI	1995
12	MÁRCIA REGINA BARBOSA	Título: SEMÂNTICA E SINTAXE: relações com leitura e escrita Orientador (a): Antonio Roazzi – UFPE	1996
13	FRANCISCO NEWTON FREITAS	Título: INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE REPRESENTAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES MULTIPLICATIVAS DE PROPORÇÃO SIMPLES. Orientador (a): Antonio Roazzi – UFPE	1996
14	REGINALDO CARVALHO	Título: AJUSTAMENTO DA FALA COM A MÚSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL. Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque – UFPI	1996
15	MARIA AUXILIADORA GADELHA DA CRUZ	Título: O ENSINO DE HISTÓRIA EM FORTALEZA/CE: investigando o uso do livro didático. Orientador (a): Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – UFPI	1997
16	ANA AMÉLIA DE CARVALHO MELO CAVALCANTE	Título: ENSINO DE BIOLOGIA NA UFPI E UESPI: a reprodução fragmentada dos conteúdos. Orientador (a): Francis Musa Boakari – UFPI	1997

17	EDWAR DE ALENCAR CASTELO BRANCO	Título: ENSINO DE HISTÓRIA EM TERESINA: o impacto da "HISTÓRIA NOVA" no cotidiano da sala de aula. Orientador (a): Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – UFPI	1997
18	RITA DE CÁSSIA MENESES OLIVEIRA	Título: UTILIZAÇÃO DE ENZIMA UREASE DE SEMENTES DE LEGUMINOSAS DO CERRADO PIAUIENSE NA PREPARAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA O ENSINO NAS ÁREAS BIOMÉDICA E QUÍMICA. Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque – UFPI	1997
19	MARIA DO ROSÁRIO CONCEIÇÃO MOURA NUNES	Título: DIARRÉIA INFECCIOSA ENDÊMICA INFANTIL EM TERESINA-PI: conhecer para melhor combater. Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque – UFPI	1997
20	RITA DE CÁSSIA SOUSA DOS ANJOS	Título: A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA ESCOLA PÚBLICA: um estudo em classes de 1ª a 4ª do 1º grau em Teresina. Orientador (a): Francis Musa Boakari – UFPI	1997
21	IRENE BEZERRA BATISTA	Título: A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA DE 5ª A 8ª SÉRIE EM ESCOLAS PÚBLICAS DE TERESINA/PI. Orientador (a): Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – UFPI	1997
22	EMÍLIA MARIA DE CARVALHO GONÇALVES REBELO	Título: RELAÇÕES ENTRE URBANIZAÇÃO E EDUCAÇÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE ESPERANTINA / PI, NO PERÍODO DE 1960/1980. Orientador (a): Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz – UFPI	1997
23	TECLA DIAS TORRES	Título: CONTRIBUIÇÃO DA QUÍMICA ANALÍTICA À EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque – UFPI	1997
24	MARIA ANECY CALLAND MARQUES SERRA	Título: A INTERFACE ORALIDADE/ESCRITA NO ENSINO DE LÍNGUA MATERNA:	1997

		confronto de narrativas. Orientador (a): Catarina de Sena S. M. da Costa – UFPI	
25	AIRTON SAMPAIO DE ARAÚJO	Título: TEXTO ESCRITO E CONTEXTOS DE PRODUÇÃO (QUESTÕES TÉCNICAS, PEDAGÓGICAS, POLÍTICAS E IDEOLÓGICAS). Orientador (a): Catarina de Sena S. M. da Costa – UFPI	1997
26	ANTONIA EDNA BRITO	Título: CONDIÇÕES SOCIAIS DE AQUISIÇÃO DA LÍNGUA ESCRITA NAS CAMADAS POPULARES. Orientador (a): Catarina de Sena S. M. da Costa – UFPI	1997
27	FÁBIO JOSÉ LUSTOSA DA COSTA FERREIRA	Título: SABER TRADICIONAL E MUDANÇAS SÓCIO-AMBIENTAIS NA PRAIA DE MACAPÁ/PI. Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque – UFPI	1997
28	GUIOMAR DE OLIVEIRA PASSOS	Título: UNIVERSIDADE BRASILEIRA E ATITUDE DE CLASSE: a prática docente entre 1930/1960. Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque UFPI	1997
29	JOÃO BERCHMANS DE CARVALHO SOBRINHO	Título: O PAGODE NO TERREIRO: um estudo de uma manifestação cultural do Médio Parnaíba Piauiense. Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque – UFPI	1997
30	ANA VALÉRIA MARQUES FORTES LUSTOSA	Título: JULGAMENTO MORAL, EMPATIA E MAQUIAVELISMO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA. Orientador (a): Antonio Roazzi – UFPE	1998
31	MARIA DIVINA FERREIRA LIMA	Título: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE ANÁLISE E PRODUÇÃO DE TEXTOS E CONSCIÊNCIA PRAGMÁTICA: um estudo de intervenção. Orientador (a): Antonio Roazzi – UFPE	1998
32	MARIA DE LOURDES ROCHA LIMA NUNES	Título: A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O ENSINO DE CIÊNCIAS EM ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EM TERESINA/PI E TIMON/MA: uma pesquisa de intervenção". Orientador (a): Maria do Carmo Bezerra Maciel Bédard / UFPI	1998

33	BENEDITO CARLOS DE ARAÚJO JÚNIOR	Título: O FRACASSO DA ESCOLA: um enfoque transdisciplinar. Orientador (a): Maria do Carmo Bezerra Maciel Bédard – UFPI	1998
34	JOSEANE MAIA SANTOS SILVA	Título: A LITERATURA INFANTIL NA PRÉ-ESCOLA: formação de leitores e formação do professor. Orientador (a): Maria do Socorro Rio Magalhães – UFPI	1998
35	JOÃO BATISTA FONTELES SOBRINHO	Título: "PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NA GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL DE TERESINA/PI: eleição de Diretores e Conselhos Escolares". Orientador (a): Luís Soares de Araújo Filho - Pesquisadores Associados	1999
36	JOÃO EVANGELISTA DAS NEVES ARAÚJO	Título: "A LEITURA E O LEITOR ESCOLAR: a busca de uma tipologia". Orientador (a): Francis Musa Boakari - UFPI	1999
37	CARLOS EVANDRO MARTINS EULÁLIO	Título: "A EDUCAÇÃO PELA POESIA: o projeto pedagógico de Mário Faustino para poetas e críticos brasileiros". Orientador (a): Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa – UFPI	1999
38	MARIA DO SOCORRO LEITE GALVÃO	Título: "EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE: as representações sociais dos adolescentes sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), numa Escola Pública de Teresina/PI". Orientador (a): Maria do Carmo Bezerra Maciel Bédard - UFPI	1999
39	DALVA DE OLIVEIRA LIMA BRAGA	Título: "AS CONCEPÇÕES DE SUPERVISÃO ESCOLAR E A PRÁTICA DOS SUPERVISORES ESCOLARES EGRESSOS DA UFPI". Orientador (a): ORIENTADOR(A): Francis Musa Boakari – UFPI	1999
40	FRANCISCA NEUZA DE ALMEIDA FARIAS	Título: "AS 'FORMAS DE FALAR' DA ESCOLA E DO ALUNO NO PROCESSO INTERATIVO: uma perspectiva sociolinguística". Orientador (a): Catarina de Sena Sirqueira da Costa	1999

41	MARIA DO SOCORRO SANTOS LEAL PAIXÃO	Título: "AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM ESCRITA E DISCRIMINAÇÃO ESCOLAR: o encaminhamento e o processo ensino-aprendizagem nas classes especiais". Orientador (a): Antonio Roazzi – UFPE	1999
42	CARMEM LÚCIA DE OLIVEIRA CABRAL	Título: "AS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DO PROFESSOR AO NÍVEL DE SEGUNDO GRAU E SUAS APLICAÇÕES NO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO 'ANTONINO FREIRE' 1986-1996". Orientador (a): Luís Soares de Araújo Filho - Pesq. Associados	1999
43	FRANCISCO IWELTMAN VASCONCELOS MENDES	Título: "PARNAÍBA: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NA PRIMEIRA REPÚBLICA". Orientador (a): Luiz Botelho Albuquerque	1999
44	SILVANA SANTIAGO DA ROCHA	Título: "AVALIAÇÃO DO RENDIMENTO ESCOLAR NA PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DE ENFERMAGEM DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Orientador (a): Maria Salete Linhares Boakari	1999
45	ANA BEATRIZ SOUSA GOMES	Título: "A PRÁTICA PEDAGÓGICA CURRICULAR E OS ALUNOS NEGROS: um estudo de caso numa escola pública de Teresina". Orientador (a): Francis Musa Boakari - UFPI	2000
46	ROSSANA SILVA DUARTE	Título: "A MENINA NEGRA E SUA INTEGRAÇÃO SOCIAL NA ESCOLA PÚBLICA: o caso de uma escola de Teresina-PI". Orientador (a): Francis Musa Boakari - UFPI	2000
47	MARIA ROSÂNGELA DA ROCHA VELOSO	Título: "'PREDITORES DO 'USO DA CAMISINHA' NO ÂMBITO ESCOLAR: uma aplicação da teoria da ação racional". Orientador (a): Antonio Roazzi / UFPE	2000
48	ANTONIA DALVA FRANÇA	Título: "MAL-ESTAR OCUPACIONAL DOCENTE: <i>stress</i> e <i>burnout</i> em professores". Orientador (a): Antonio Roazzi / UFPE	2000
49	ALCEBÍADES COSTA FILHO	Título: "A ESCOLA DO SERTÃO: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889". Orientador (a): Tanya Maria Pires Brandão / UFPE	2000
50	JOÃO BATISTA VALE JÚNIOR	Título: "CURRÍCULO E PRÁTICA DOCENTE: formação teórica dos alunos do curso de	2000

		Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí". Orientador (a): Tanya Maria Pires Brandão / UFPE	
51	ARMSTRONG MIRANDA EVANGELISTA	Título: "A GEOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: uma proposta de prática docente". Orientador (a): José Luís Lopes Araújo / UFPI	2000
52	TERESA CHRISTINA TORRES SILVA HONÓRIO	Título: "A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE TERESINA: um estudo de caso". Orientador (a): Maria Saete Linhares Boakari / UFPI	2000
53	AHÉCIO KLEBER VÉRAS E SILVA	Título: "AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ADOLESCENTES NUTRIDOS E DESNUTRIDOS DE ESCOLAS MUNICIPAIS RURAIS DE TERESINA / PI". Orientador (a):: Acácio Salvador Véras e Silva / UFPI	2000
54	ROSA MARIA DE ALMEIDA MACÊDO	Título: "INDISCIPLINA: representações sociais do professor de 5ª série do Ensino Fundamental, de escolas públicas e privadas de Teresina / PI". Orientador (a): Luís Carlos Sales / UFPI	2000
55	JOANA AIRES DA SILVA	Título: "EDUCAÇÃO AMBIENTAL: representações sociais de alunos de 8ª série do Ensino Fundamental de escolas públicas estaduais de Teresina / PI". Orientador (a): Luís Carlos Sales / UFPI	2000
56	DAMIÃO DE COSME DE CARVALHO ROCHA	Título: "ENSINO DE HISTÓRIA: a contribuição do livro didático para o amadurecimento da consciência cidadã dos alunos". Orientador (a): Marlene Araújo de Carvalho / UFPI	2001
57	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NEIVA NUNES DO REGO	Título: "A LEITURA LITERÁRIA NA ESCOLA: representações de alunos do ensino médio". Orientador (a): Maria do Socorro Rios Magalhães / UFPI	2001



58	FRANCISCA MARIA DO NASCIMENTO SOUSA	Título: Dissertação: "INFLUÊNCIA DA ESCOLA NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA AUTO ESTIMA DE ALUNOS NEGROS" Orientador (a): Francis Musa Boakari / UFPI	2001
59	CATARINA MARIA DOS SANTOS Conceito:	Título: "A CARTOGRAFIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: construindo a percepção do espaço, apartir da vivência do aluno" Orientador (a): José Luís Lopes Araújo / UFPI	2001
60	MARIA DO ROSARIO DE FÁTIMA BISERRA RODRIGUES	Título: "SOCIALIZANDO PARA SER NEGRO? OS EMBATES DA FAMÍLIA, DA ESCOLA E DO ADOLESCENTE" Orientador (a): Francis Musa Boakari / UFPI	2001
61	CLEANIA DE SALES SILVA	Título: "CONTRUTIVISMO: representações e práticas do professor" Orientador (a): Marlene Araújo de Carvalho / UFPI	2001
62	MARIA DA GLÓRIA DUARTE FERRO SILVA	Título: "O LIVRO DIDÁTICO, A POESIA E O LEITOR: um estudo das atividades propostas para alunos de 3ª série do Ensino Fundamental." ORIENTADOR: Luís Carlos Sales / UFPI Orientador (a):	2001
63	IVANA MARIA LOPES DE MELO IBIAPINA	Título: "DOCÊNCIA UNIVERSITÁRIA: conceitos internalizados e competências construídas pelos professores da UFPI - Campus de Parnaíba/PI" Orientador (a): Paulo Rômulo de Oliveira Frota / UFPI	2002
64	THAÍS MARIA DE ARAÚJO PESSOA	Título: "ETNOGRAFIA DA LEITURA DE PROFESSORES EM BOCAINA (PI)" ORIENTADOR: Luiz Botelho Albuquerque Orientador (a):	2002
65	CLÁUDIO FREDERICO DA SILVEIRA CLÊRTON	Título: "A INFLUÊNCIA DAS ESTRATÉGIAS HEURÍSTICAS NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS DE FÍSICA" Orientador (a): Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha / UFPI	2002
66	MARIA DO SOCORRO LEAL LOPES	Título: "FORMAÇÃO CONTÍNUA E A CONSTRUÇÃO DO SABER DOCENTE DE PROFESSORES DE APOIO PEDAGÓGICO ESPECIFICO NO ENSINO FUNDAMENTAL Orientador (a):	2002
		ítulo: "O ENSINO DE FILOSOFIA NA	

67	EDNA MARIA MAGALHÃES DO NASCIMENTO	EDUCAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO EM TERESINA (PI): Relação entre formação inicial e prática pedagógica do (a) professor (a) de filosofia". Orientador (a): Maria do Carmo Alves do Bomfim	2002
68	EVALDO PASSOS SÉRVIO	Título: "MÚSICA, EDUCAÇÃO E SOCIEDADE: O fenômeno bandístico em Teresina/PI" Orientador (a): Luís Carlos Sales / UPFI	2002
69	OLIVETTE RUFINO BORGES PRADO DE AGUIAR Conceito:	Título: "CONCEITOS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DOS PROFESSORES DE PICOS / PI: uma análise de internalização de conceitos à luz do paradigma sócio-histórico". Orientador (a): Paulo Rômulo de Oliveira Frota / FPI	2002
70	NEIDE CAVALCANTE GUEDE	Título: "A CONSTRUÇÃO DOS CONCEITOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E PRÁTICA PEDAGÓGICA PELOS ALUNOS DOS CURSOS DE LICENCIATURAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ" Orientador (a): Maria Salonilde Ferreira/UFRN	2002
71	ELIEIDE DO NASCIMENTO SILVA	Título: CRIATIVIDADE EM PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO MÉDIO DE PARNAÍBA /PI Orientador (a): Paulo Rômulo de Oliveira Frota	2002
72	MIRTES GONÇALVES HONÓRIO DE CARVALHO	Título: A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO MÉDIO REGULAR NOTURNO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM Orientador (a): Marlene Araujo de Carvalho/UFPI	2002
73	MARIA ALVENI BARROS VIEIRA	Título: EDUCAÇÃO E SOCIEDADE PICOENSE: 1850 a 1930 Orientador (a): Maria do Amparo Borges Ferro/UFPI	2002
74	MARIA DAS DORES DE SOUSA	Título: ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PICOS-PI NA DÉCADA DE 90: Crise e Práticas Educativas. Orientador (a): Maria do Carmo Alves do Bomfim/UFPI	2002

75	FRANCISCA DE LOURDES DOS SANTOS LEAL	Título: A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES ALFABETIZADORES DE JOVENS E ADULTOS EM TERESINA: dilemas e desafios Orientador (a): Marlene Araújo de Carvalho./UFPI	2002
76	MARIA PERPÉTUA DO SOCORRO BESERRA	Título: A CONSTRUÇÃO DE SABERES PEDAGÓGICOS NA PRÁTICA DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO - PARNAÍBA-PI. Orientador (a): Marlene Araujo de Carvalho/UFPI	2002
77	MARIA DA GLÓRIA CARVALHO MOURA	Título: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO PIAUÍ: 1970/2000 Orientador (a): Maria do Amparo Borges Ferro/UFPI	2002
78	ANA TERESA SILVA SOUSA	Título: A FORMAÇÃO DO LICENCIANDO EM PEDAGOGIA NO CAMPUS DE PICOS PI. Orientador: Paulo Rômulo de Oliveira Frota/UNESC	2002
79	LÚCIA HELENA BESERRA FERREIRA	Título: CONCEITOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM INTERNALIZADOS PELOS LICENCIANDOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA DA UFPI. Orientador: Paulo Rômulo de Oliveira Frota/UNESC	2003
80	MANOEL MONTE CARVALHO FILHO	Título: EDUCAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA: perspectivas evidenciadas pelos alunos do curso de Educação Física da UFPI - um estudo de caso Orientador: Paulo Rômulo de Oliveira Frota/UNESC	2003
81	CRISTINA MARIA CARVALHO DE OLIVEIRA	Título: CONCEITOS DE DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM CONSTRUÍDAS POR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERESINA - PI Orientador: Paulo Rômulo de Oliveira Frota/UNESC	2003
82	MARCELO DE SOUSA NETO	Título: O IMPACTO DO FUNDEF NO ATENDIMENTO AO ALUNO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL EM TERESINA (1996-2002): conquistas, limites e	2003

		potencialidades Orientador: Antonio José Gomes/UFPI Orientador (a):	
83	FERNANDA LOURDES DE CARVALHO GOMES LUSTOSA	Título: A APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA: um olhar psicossocial Orientador: Luís Carlos Sales/UFPI BANCA: Luís Carlos Sales/UFPI Orientador (a):	2003
84	JOSÉLIA SARAIVA E SILVA	Título: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA NOTURNA: uma construção psicossocial do espaço escolar Orientador: Luís Carlos Sales/UFPI	2003
85	MARIA DO ROSÁRIO DE FÁTIMA MELO SILVA	Título: FORMAÇÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E DIREITOS HUMANOS NA PRÁTICA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - SINTUFPI Orientadora: Maria do Carmo Alves do Bomfim/UFPI	2003
86	CARLA MARIA DE CARVALHO LEITE LEAL NUNES	Título: EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL NAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE TERESINA/PI: a participação dos professores da 1ª série do Ensino Fundamental no Programa Incremental Odontológico(PIO) e sua relação com os dentistas. Orientador: Acácio Salvador Vêras e Silva / UFPI	2003
87	MARIA DAS GRAÇAS MOITA RAPOSO PEREIRA	Título: O CURSO DE FILOSOFIA DA FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA DO PIAUÍ NO PERÍODO DE 1957 a 1970. Orientadora: Maria do Carmo Alves do Bomfim/ UFPI	2003
88	ANA MARIA PÁDUA OLIVEIRA	Título: A GESTÃO DA ESCOLA PÚBLICA EM TERESINA: da pretensão democrática à realidade efetiva. Orientadora: Prof. Drª. Maria do Amparo Borges Ferro/ UFPI	2003
89	ANTONIO LAÉCIO DE MELO FREITAS	Título: O VALOR MONETÁRIO DA EDUCAÇÃO NO PIAUÍ: o custo aluno das escolas municipais do ensino fundamental de Parnaíba/PI.	2003

		Orientador: Paulo Rômulo de Oliveira Frota/ UNESC	
90	POLLYANNA JERICÓ PINTO COELHO	Título: O IMPACTO DO CURSO DE EDUCAÇÃO ARTÍSTICA NO ENSINO E NA PRODUÇÃO DAS ARTES PLÁSTICAS EM TERESINA - PI. Orientador: Luís Carlos Sales/ UFPI	2003
91	MARIA DO SOCORRO LAGES DE CARVALHO	Título: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO FUNDEF EM TERESINA / PI: mais recursos e mais controle social? Orientadora: Maria do Carmo Alves do Bomfim/ UFPI	2003
92	CLEOMAR LOCATELLI	Título: A GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A RELAÇÃO DE PODER EM NÍVEL LOCAL Orientador: Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha/ UFPI	2003
93	CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA FONTINELES	Título: DO CASO APARENTE AO APARENTE INVESTIMENTO: a situação do magistério e do atendimento ao aluno na história recente da rede estadual de ensino do Piauí (1988-2000) Orientador: Antonio José Gomes / UFPI	2003
94	JÂNIO JORGE VIEIRA DE ABREU	Título: EDUCAÇÃO E GÊNERO: homens no magistério primário de Teresina (1960 a 2000) Orientador (a): Antonio de Pádua Carvalho Lopes / UFPI	2003
95	ROSÂNGELA PEREIRA DE SOUSA	Título: PRÁTICAS DE LEITURA LITERÁRIA E FORMAÇÃO DO LEITOR NO CONTEXTO ESCOLAR: o caso de uma escola pública da educação fundamental Orientador: José Ribamar Tôrres Rodrigues / UFPI	2003
96	ROBERTO KENNEDY GOMES FRANCO	Título: RAÍZES E MEMÓRIAS: o florescimento histórico-educativo em Esperantina (1930-1960) Orientador: Antonio de Pádua Carvalho Lopes / UFPI	2004
97	JOARA DELANE SOUSA RIBEIRO	Título: O ELEMENTO HUMANO NA RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO: as relações construídas pelos sujeitos envolvidos nas praticas didático-pedagógicas	2004

		Orientador: José Ribamar Torres Rodrigues / UFPI	
98	VALDINAR DA SILVA OLIVEIRA FILHO	Título: O ENSINO COMERCIAL E A FORMAÇÃO DE GUARDA-LIVROS: de porta-vozes da riqueza do Piauí à guardadores da memória de Parnaíba (1900-1960) Orientador: Antonio de Pádua Carvalho Lopes / UFPI	2004
99	NORMA PATRICYA LOPES SOARES	Título: ESCOLA NORMAL EM TERESINA (1864-2003): reconstruindo uma memória da formação de professores Orientadora: Maria do Amparo Borges Ferro / UFPI	2004
100	MARIA HELENA CORTEZ DE MELO PIRES	Título: FUNDEF NA GESTÃO PARNAIBANA: entre a fragilidade estrutural e os vícios do sistema Orientador: Antonio José Gomes / UFPI	2004
101	ANA CÉLIA FURTADO ORSANO DE SOUSA	Título: O <i>PROFORMAÇÃO</i> : em foco, o tornar-se professor Orientador: José Ribamar Torres Rodrigues / UFPI	2004
102	EDUARDO AGUIAR BEZERRA	Título: O VALOR SIMBÓLICO DA ESCOLA E DO TRABALHO: representações sociais de crianças trabalhadoras das camadas populares de Teresina - Piauí Orientador: Luís Carlos Sales / UFPI	2004
103	SÁDIA GONÇALVES DE CASTRO	Título: OS CAÇADORES DA SERRA DA CAPIVARA E A FACE CRUEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL Orientador: Luís Carlos Sales / UFPI	2004
104	FRANCINETE PAULA SILVA DANTAS AVELINO	Título: O ENSINO DA SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA NA VISÃO CRÍTICA DO EGRESSO DA GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM Orientador: Acácio Salvador Veras e Silva / UFPI	2004
105	LUCINEIDE BARROS MEDEIROS	Título: A FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E CONSELHOS COMUNITÁRIOS DO PIAUÍ – FAMCC E O ‘ORÇAMENTO POPULAR DE TERESINA’ – OPT, REVELANDO A NATUREZA DE CLASSE DO ESTADO E PRÁTICAS SÓCIO-POLÍTICAS EMERGENTES NO PROCESSO DE	2004

		EDUCAÇÃO POLÍTICA Orientador: Reinaldo de Montalvão de M. Cunha / UFPI	
106	OLDÊNIA FONSECA GUERRA	Título: RELAÇÕES DE GÊNERO NAS ESCOLAS AGROTECNICAS FEDERAIS DO PIAUÍ ENTRE DIFERENÇAS E PRECONCEITOS. Orientadora: Maria do Carmo Alves do Bomfim / UFPI	2004
107	NAPOLEÃO MARCOS DE MOURA MENDES	Título: “PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO RELIGIOSO ESCOLAR EM TERESINA-PI” Orientador: José Ribamar Torres Rodrigues	2005
108	ELAINE CRISTINA CARVALHO MOURA	Título: “OEIRAS, EDUCAÇÃO, ARTE E LOUCURA: do significado ao sentido” Orientador: Paulo Rômulo de Oliveira Frota	2005
109	ROBSON CARLOS DA SILVA	Título: “AS REPRESENTAÇÕES POLÍTICO-CULTURAIS DA CAPOEIRA NOS LIVROS DIDÁTICOS: uma abordagem a partir da teoria dos estudos culturais” Orientador: Marlene Araújo de Carvalho	2005
110	JOÃO GERVÁSIO DOS SANTOS NETO	Título: “SINDICALISMO, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E PRÁTICAS SOCIOPOLÍTICAS EMERGENTES” Orientador: Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha	2005
111	MAGNALDO DE SÁ CARDOSO	Título: “O CENTRO DE TECNOLOGIA DA UFPI: trajetória histórica” Orientador: Maria do Amparo Borges Ferro	2005
112	VILMA DIAS DE ARAÚJO	Título: “VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS PÚBLICAS NOTURNAS DO GRANDE DIRCEU/ TERESINA-PI: fatos e representações de professoras e professores” Orientador: Maria do Carmo Alves do Bomfim	2005
113	SALANIA MARIA BARBOSA MELO	Título: “REMINISCÊNCIAS DO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: a formação da professora normalista piauiense e o ensino primário (1930-1945)” Orientador: Antonio de Pádua Carvalho Lopes	2005
114	ELIETE SILVA MEIRELES	Título: “ESCOLA TÉCNICA POPULAR NOSSA SENHORA DA PAZ: oásis de uma comunidade, visão	2005

		de uma construção curricular” Orientador: José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho /UFPI	
115	IÔNIO ALVES DA SILVA	Título: “A PROPAGANDA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE ESCOLAS PARTICULARES DE TERESINA” Orientador: Luís Carlos Sales /UFPI	2005
116	ÂNGELA REGINA DOS REIS SANTOS	Título: “A ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE TERESINA-PI” Orientador: José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho /UFPI	2005
117	MARIA DO SOCORRO BORGES DA SILVA	Título: “EDUCAÇÃO E SINDICALISMO: a realidade e a concepção sindical conciliatória-propositiva da categoria de professores” Orientador: Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha /UFPI	2005
118	MARIA GLÁUCIA FERREIRA DA PONTE	Título: “AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA ESCOLA PÚBLICA NOS JORNAIS DE TERESINA (1960 – 1989)” Orientador: Luís Carlos Sales /UFPI	2005
119	MARLY MACÊDO	Título: “MEMÓRIAS DE PROFESSORAS PRIMÁRIAS NO COTIDIANO DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DA ZONA URBANA E RURAL DE TERESINA (PI): 1960 - 1970” Orientador: Maria do Amparo Borges Ferro /UFPI	2005
120	SANDRA MARA KINDLEIN PENNO	Título: “A TRAJETÓRIA DA INSTITUIÇÃO EDUCATIVA EVANGÉLICA MAIS ANTIGA NO ESTADO DO PIAUÍ: INSTITUTO BATISTA CORRENTINO” Orientadora: Maria do Amparo Borges Ferro /UFPI	2005
121	ANA MARIA BEZERRA DO NASCIMENTO	Título: “TRABALHADORES E TRABALHADORAS NO FIO DA HISTÓRIA DAS PRÁTICAS E PROJETOS EDUCATIVOS NO PIAUÍ (1856-1937)” Orientador: Antonio de Pádua Carvalho Lopes /UFPI	2005
122	DISNAH BARROSO	Título: “Qualidade do Trabalho Docente: O	2005



	RODRIGUES	Desafio da Reflexão no Contexto da Escola Pública Municipal do Ensino Fundamental de 1ª a 2ª série de Teresina - Piauí” Orientador: Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho /UFPI	
123	OSCARINA MARIA DA SILVA	Título: “A ORIENTAÇÃO SEXUAL COMO TEMA TRANSVERSAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES” Orientador (a): Dr. José Ribamar Torres Rodrigues /UFPI	2005
124	LAURA EMÍLIA DE CARVALHO MEIRELES	Título: “O CONTROLE SOCIAL DO FUNDEF EM MUNICÍPIOS RECÉM-EMANCIPADOS DO PIAUÍ” Orientador (a): Dr. Luís Carlos Sales /UFPI	2005
125	MARTA LÚCIA DE MENDONÇA FREITAS	Título: “O PROGRAMA PROFORMAÇÃO: competências teórico-práticas e a qualidade do trabalho docente” Orientador (a): José Ribamar Torres Rodrigues/UFPI	2005
126	MARIA DE JESUS MARQUES SILVA	Título: “GRUPOS COMUNITÁRIOS PRODUTIVOS E O PROJETO DE EDUCAÇÃO DA DIOCESE DE PARNAÍBA – um estudo de caso” Orientador (a): Dr. Reinaldo de Montalvão de Moraes Cunha/UFPI	2005
127	FRANCISCA MARIA DE SOUSA	Título: “A ESCOLA HOSPITALAR: UM ESTUDO SOBRE O ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO ESCOLAR COM CRIANÇAS HOSPITALIZADA POR TEMPO PROLONGADO” Orientador (a): Dr. José Ribamar Torres Rodrigues/UFPI	2005
128	ROZENILDA MARIA DE CASTRO SILVA	Título: “COMPANHIA DE APRENDIZES MARINHEIROS DO PIAUÍ (1874 a 1915): História de uma Instituição Educativa” Orientador (a): Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2005
129	LIVIA FERNANDA NERY DA SILVA VIANA	Título: “A AFETIVIDADE ENTRE DOCENTES E DISCENTES NO ENFRENTAMENTO DAS PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA NA ESCOLA” Orientador (a): Drª . Maria do Carmo Alves do Bomfim/UFPI	2005
130	LEONARDO BORGES	Título: “EDUCAÇÃO E SAÚDE: O ENSINO ODONTOLÓGICO NO PIAUÍ – HISTÓRIA,	2005

	FERRO	MEMÓRIA E REALIDADE” Orientador (a): Dr <sup>a</sup> . Maria do Amparo Borges Ferro /UFPI	
131	MARIA JOSÉ DA COSTA SALES	Título: “GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE TERESINA: Institucionalização e Implementação das eleições para diretores de escolas (1995-2003)” Orientador (a):Dr <sup>a</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim/UFPI	2005
132	JANE BEZERRA DE SOUSA	Título: “PICOS E A CONSOLIDAÇÃO DE SUA REDE ESCOLAR: do Grupo Escolar ao Ginásio Estadual” Orientador (a):Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2005
133	MARIA ELISABETE EVARISTO DE PAIVA	Título: “GESTÃO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE CIDADANIA EM ESCOLAS DE NÍVEL MÉDIO DE TERESINA” Orientador (a):Dr. Antonio José Gomes/UFPI	2006
134	JOSÉ ADERSINO ALVES DE MOURA	Título: “A PRÁTICA DOCENTE NA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ: uma abordagem à luz do agir comunicativo” Orientador (a):Dr. José Augusto de Carvalho Sobrinho/UFPI	2006
135	MARIA DA PENHA FEITOSA	Título: “A EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA ESTADUAL NO PIAUÍ: aspectos da origem e o processo de expansão nos anos 1990” Orientador (a): Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	2006
136	MARTA MARIA AZEVEDO QUEIROZ	Título: “PROJETO ESCOLA ATIVA: os desafios de ensinar ciências naturais em classes multisseriadas da zona rural de TERESINA-PIAUÍ” Orientador (a):Dr. José Augusto de Carvalho Sobrinho/UFPI	2006
137	MARIA BEIKE WALQUIM FIGUEIREDO	Título: “A CONTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES PSICOMOTORAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo experimental com pré-escolares no Ensino Municipal de TERESINA-PIAUI” Orientador (a): Dr. Acácio Salvador Veras e Silva/UFPI	2006
138	EDUARDO SOUZA DE LOBÃO VERAS	Título: “INTERFACES ENTRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA E O CURRÍCULO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM	2006

		ODONTOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL À LUZ DO DISCURSO DE SEUS PROFESSORES” Orientador (a):Dr <sup>a</sup> Marlene Araújo de Carvalho/UFPI	
139	TERESINHA DE JESUS ARAÚJO MAGALHÃES NOGUEIRA	Título: “EDUCAÇÃO SUPERIOR NO EXTREMO SUL PIAUIENSE (1986-2005): História e Memória” Orientador (a):Dr <sup>a</sup> . Maria do Amparo Borges Ferro/URFPI	2006
140	ARIOSTO MOURA DA SILVA	Título: “A TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO EM ALTERNANCIA NO PIAUÍ” Orientador (a):Dr. Antonio José Gomes/UFPI	2006
141	MARIA CÉZAR DE SOUSA FALCÃO	Título: AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ABORDAGEM DOS PROGRAMAS DE OTIMIZAÇÃO DO FLUXO ESCOLAR” Orientador (a): Dr <sup>a</sup> . Carmesina Ribeiro Gurgel/ UFPI	2006
142	LEONTINA PEREIRA ALVES	Título: “A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E CULTURA DE PAZ COM ADOLESCENTES DE 5ª SÉRIE DE ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE TERESINA” Orientador (a):Dr <sup>a</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim	2006
143	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES LOPES	Título: “ANÁLISE DO DESEMPENHO DOCENTE NOS CURSO DE TECNOLOGIA DO CEFET-PI: elementos para referenciar a avaliação interna” Orientador (a):Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Carmesina Ribeiro Gurgel	2006
144	BALTAZAR CAMPOS CORTEZ	Título: “As PRATICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE 1ª A 4ª SERIE DO ENSINO FUNDAMENTAL: um estudo da formação do magistério leigo em OEIRAS (PI)-1970 A 2004.” Orientador (a):Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Bárbara Maria Macedo Mendes	2006
145	MARIA ZÉLIA DE ARAÚJO MADEIRA	Título: “A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS PROFESSORAS DO CURSO DE ENFERMAGEM: revisitando a construção dos saberes docentes” BANCA: Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Maria da Glória Soares Barbosa Lima /UFPI (Orientadora)	2006

		Orientador (a):	
146	DINALVA CLARA MONTEIRO SANTOS	Título: “DESVELANDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA DO CEFET-PI : análise de dilemas emergentes ” Orientador (a):Profª Drª Antonia Edna Brito /UFPI	2006
147	MARIA TERESA DE JESUS ANDRADE PORTELA	Título: “A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE TORNA-SE PROFESSOR: um estudo focalizando o administrador” Orientador (a):Drª Maria da Glória Soares Barbosa Lima / UFPI (Orientadora)	2006
148	GEORGINA QUARESMA LUSTOSA	Título: “TRAJETÓRIAS DE VIDAS PROFISSIONAIS: histórias de professores das séries iniciais do Ensino Fundamental” Orientador (a):Profª Drª Antonia Edna Brito / UFPI	2006
149	ANTONIO MAURENI VAZ VERÇOSA DE MELO	Título: “OS ALICERCES DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO PIAUÍ: uma avaliação das experiências das Faculdades de Direito e Católica de Filosofia (1930-1970)” Orientador (a):Profª Drª Carmesina Ribeiro Gurgel / UFPI	2006
150	UMBELINA SARAIVA ALVES	Título: “AS INTERRELAÇÕES ENTRE O CURRÍCULO ESCOLAR E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE ALFABETIZAÇÃO À 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MOACI MADEIRA CAMPOS, TERESINA-PIAUÍ” Orientador (a): Profª Drª Marlene Araújo Carvalho/UFPI	2006
151	AMADA DE CÁSSIA CAMPOS REIS	Título: “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM OEIRAS-PIAUÍ” Orientador (a): Profª Drª Maria do Amparo Borges Ferro / UFPI	2006
152	LUIZ CARLOS CARVALHO DE OLIVEIRA	Título: “AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PARA ALUNOS DO 1º ANO DO ENSINO MÉDIO” Orientador (a): Profº Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	2006
153	YOLETE ARAÚJO DOURADO	Título: “O COTIDIANO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO: uma	2006

		perspectiva transformadora” Orientador (a):Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	
154	MARTHA GORETTI VASCONCELOS	Título: “A METODOLOGIA DA ESCOLA ATIVA: avaliação de experiências nas escolas municipais de TERESINA-PI” Orientador (a):Prof. Dr <sup>a</sup> Carmen Lúcia de Oliveira Cabral/UFPI	2006
155	JOÃO PEDRO DE SOUSA RIBEIRO FILHO	Título: “RESSIGNIFICANDO O CONCEITO DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA PRÁTICA DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO” Orientador (a):Dr <sup>a</sup> Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina/UFPI	2006
156	FRANCISCA DE FÁTIMA DE LIMA	Título: “PROFESSORES DE INGLÊS DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ALUNO DE ESCOLA PÚBLICA” Orientador (a): Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	2006
157	SAMARA MENDES DE ARAÚJO SILVA	Título: “A LUZ DOS VALORES RELIGIOSOS: escolas confessionais católicas e a escolarização das mulheres piauienses” Orientador (a):Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2007
158	WELBERT FEITOSA PINHEIRO	Título: “DE TAMBORIL A ISAIAS COELHO: a educação dos mestres-escola ao grupo escolar (1935- 1970)” Orientador (a):Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2007
159	ADRIANA LORENA MENDES CRISÓSTOMO	Título: “MATERIALIZAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA (PDE) NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE TERESINA: aspectos e olhares que se entrecruzam” Orientador (a): Prof. Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	2007
160	VILMA LAGES LOPES DA SILVA	Título: “A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO PROFESSOR DE LÍNGUA MATERNA NO CONTEXTO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA” Orientador (a): Dr <sup>a</sup> . Maria da Glória Soares Barbosa Lima/UFPI	2007
161	JOVINA DA SILVA	Título: “INCLUSÃO DO PROGRAMA TV ESCOLA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE	2007

		PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL EM TERESINA-PI' Orientador (a): Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina/UFPI	
162	JOANA D'ARC SOCORRO ALEXANDRINO DE ARAUJO	Título: "GÊNERO E PRÁTICA DOCENTE NO TEMPO E NO ESPAÇO DE CLASSES MULTISSERIADAS: encanto e desencantos de professoras e professores da zona rural de Teresina-Piauí" Orientador (a):Dr <sup>a</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim /UFPI	2007
163	RAIMUNDO NONATO MOURA OLIVEIRA	Título: "A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE EJA: uma etnografia do registro escrito na escola e na sala de aula" Orientador (a):Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Maria da Glória Soares Barbosa Lima / UFPI	2007
164	MARINALVA VERAS MEDEIROS	Título: "TECENDO SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO SUPERVISOR ESCOLAR". Orientador (a):Dr <sup>a</sup> . Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina UFPI	2007
165	SÔNIA MARIA SANTOS DO NASCIMENTO	Título: "CRUZANDO OLHARES: refletindo e dialogando sobre o projeto formativo do curso de Pedagogia da UFPI – PARNAÍBA" Orientador (a):Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina/UFPI	2007
166	SANDRA LIMA DE VASCONCELOS RAMOS	Título: "DESAFIOS DA CONVIVÊNCIA NO ESPAÇO EDUCACIONAL INCLUSIVO: um estudo de caso etnográfico sobre a deficiência visual" Orientador (a):Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Ana Valéria Marques Fortes Lustosa/UFPI	2007
167	FRANCISCA DA COSTA BRITO	Título: "DOCÊNCIA NO ENSINO FUNDAMENTAL: refletindo sobre a prática profissional" Orientador (a): Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> . Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina/UFPI	2007
168	ELIANA DE SOUSA ALENCAR	Título: "AS RELAÇÕES INTERPESSOAIS ENTRE PROFESSORES E ALUNOS MEDIANDO HISTÓRIAS DE FRACASSO ESCOLAR: um estudo do cotidiano de uma sala de aula" Orientador (a):Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> . Maria Vilani Cosme de Carvalho/UFPI	2007
169	TEREZINHA GOMES DA SILVA	Título: "O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE	2007

		DOCENTE: vozes de professoras alfabetizadoras” Orientador (a): Profª Drª. Maria Vilani Cosme de Carvalho/UFPI	
170	HOSTIZA MACHADO VIEIRA	Título: “PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR A REFLEXÃO CRÍTICA COMO MEDIADORA DO SABER, DO SABER-SER E DO SABER-FAZER” Orientador (a): Profª. Drª. Antonia Edna Brito/UFPI	2007
171	MARIA DE LOURDES BANDEIRA RODRIGUES	Título: “A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS NATURAIS DE 5ª A 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL: discutindo os saberes docentes” Orientador (a): Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI (Orientador)	2007
172	ELIAS ALVES BARBOSA	Título: “DISCUTINDO A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE ENSINO MÉDIO: o caso do liceu piauiense.” Orientador (a): Prof. Drª. Maria Divina Ferreira Lima/UFPI	2007
173	JFRANCISCA CARLA SILVA DE MELO PEREIRA	Título: “CONCEPÇÕES DA SEXUALIDADE MANIFESTADAS NAS VOZES DE ATORES E ATRIZES NO COTIDIANO DA ESCOLA PÚBLICA: um desvelar das faces ocultas” Orientador (a): Profª. Drª Maria do Carmo Alves do Bomfim /UFPI	2007
174	MARIA INÊS BANDEIRA DE VASCONCELOS	Título: “LICEU PIAUENSE (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória” Orientador (a): Prof. Drª. Maria do Amparo Borges ferro /UFPI	2007
175	JOANA D’ARC ALVES ROSAL ADAD	Título: “PRÁTICA PEDAGÓGICA ALFABETIZADORA: contexto de aprendizagens docentes” Orientador (a): Profª. Drª Antonia Edna Brito /UFPI	2007
176	FERNANDA ANTÔNIA BARBOSA DA MOTA	Título: “A FORMAÇÃO CONTINUADA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A RESSIGNIFICAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE 1ª A 4ª SÉRIE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE	2007



		TERESINA” Orientador (a): Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>o</sup> José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho /UFPI	
177	HELENILDES MARIA DE ALBUQUERQUE BATISTA	Título: “A PRÁTICA PEDAGÓGICA DOS PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DO CEFET-PI: desvelando concepção de avaliação da aprendizagem” Orientador (a): Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> Carmesina Ribeiro Gurgel /UFPI	2007
178	KATHIA REGINA PINTO	Título: “A AÇÃO EDUCATIVA DO CENTRO DE CULTURA NEGRA DO MARANHÃO: combate ao racismo” BANCA: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> Maria do Carmo Alves Bomfim/UFPI	2007
179	CRISTIANE FEITOSA PINHEIRO	Título: “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA ESCOLA NORMAL OFICIAL DE PICOS (1967-1987)” BANCA: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> Maria do Amparo Borges Ferro /UFPI	2007
180	MALVINA THAIS PACHECO RODRIGUES	Título: “OBSTÁCULOS DIDÁTICOS NO COTIDIANO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENFERMEIRO PROFESSOR: DA IDENTIFICAÇÃO À SUPERAÇÃO” Orientador (a): Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho - UFPI	2008
181	HILDA MARIA MARTINS BANDEIRA	Título: “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NOS ANOS INICIAIS DE ESCOLARIZAÇÃO: diário como instrumento de reflexão” BANCA: Prof <sup>a</sup> . Dr <sup>a</sup> . Bárbara Maria Macedo Mendes - UFPI	2008
182	REIJANE MARIA DE FREITAS SOARES	Título: “A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DO PEDAGOGO ATUANTE NAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE TERESINA-PI: 1980 A 2006” Orientador (a): Prof <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> . Carmen Lúcia de Oliveira Cabral – UFPI	2008
183	ODALÉIA ALVES DA COSTA	Título: “A PRODUÇÃO DE UMA DISCIPLINA ESCOLAR E OS ESCRITOS EM TORNO DELA: os estudos sociais do maranhão” Orientador (a): Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2008
184	MARIA GORETI DA SILVA SOUSA	Título: “A FORMAÇÃO CONTINUADA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PROFISSIONALIZAÇÃO DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS DO	2008



		ENSINO FUNDAMENTAL DE TERESINA” Orientador (a): Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	
185	MAGNA JOVITA GOMES DE SALES E SILVA	Título: “CUSTO DIRETO DE FINANCIAMENTO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE TERESINA – PIAUÍ” BANCA: Prof. Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	2008
186	AÍDA TERESA DOS SANTOS BRITO	Título: “A APLICAÇÃO DE SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CRIANÇAS COM TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO” Orientador (a): Prof. <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> Ana Valéria Marques Fortes Lustosa/UFPI (orientadora)	2008
187	ISABEL CRISTINA DA SILVA FONTINELES	Título: “POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL (1996-2006): o FUNDEF e a valorização do magistério” BANCA: Prof. Dr. Luís Carlos Sales	2008
188	GERALDO DO NASCIMENTO CARVALHO	Título: “EDUCAÇÃO-MERCADORIA: expansão do ensino superior privado no Piauí (1990 a 2005)” Orientador (a): Prof. Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	2008
189	VIRGÍNIA MARIA DE MELO MAGALHÃES	Título: “O PROFESSOR LEITOR: os sentidos da leitura em narrativas de professoras alfabetizadoras” Orientador (a): Prof. <sup>a</sup> Dr <sup>a</sup> . Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina/ UFPI	2008
190	CARMEN LÚCIA DE SOUSA LIMA	Título: “FAZERES DE GÊNERO E FAZERES PEDAGÓGICOS: como se entrecruzam na educação infantil” Orientador (a): Dr <sup>a</sup> Maria do Carmo Alves do Bomfim / UFPI	2008
191	FRANCISCO AFRÂNIO RODRIGUES	Título: “A PRÁTICA PEDAGÓGICA CRÍTICO-REFLEXIVA DO PROFESSOR: um processo colaborativo de (re) elaboração conceitual no ensino médio” Orientador (a): Dr <sup>a</sup> . Maria da Glória Soares Barbosa Lima / UFPI	2008
192	MARIA OZITA DE ARAÚJO ALBUQUERQUE	Título: “REFLEXÃO CRÍTICA E COLABORAÇÃO ARTICULAÇÃO TEORIA E PRÁTICA NO DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE	2008

		DOCENTE” Orientador (a): Profª. Drª. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina / UFPI	
193	JOSÉ AUGUSTO PAZ XIMENES FURTADO	Título: “A CONSTRUÇÃO DE SABERES DOCENTES NO COTIDIANO DAS PRÁTICAS DE ENSINAR: um estudo focalizando o docente do ensino jurídico” Banca: Profª. Drª. Antônia Edna Brito / UFPI	2008
194	DANIELA COUTINHO DE MORAIS ESCÓRCIO	Título: “A INTERAÇÃO ENTRE PROFESSOR E ALUNO COM DEFICIENCIA INTELLECTUAL EM ESCOLA INCLUSIVA: um estudo de caso” Orientador (a): Profª. Drª. Ana Valéria Marques Lustosa / UFPI	2008
195	MARILDE CHAVES DOS SANTOS	Título: “POLÍTICAS DE INCLUSAO DE JOVENS EM INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS “ALTERNATIVAS” DE TERESINA-PI: Escola Municipal “NAU CIDADÃ” e CASA DE METARA” Orientador (a): Profª. Drª. Maria do Carmo Alves do Bomfim / UFPI	2008
196	RONALDO MATOS ALBANO	Título: “A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA IDENTIDADE DE GÊNERO DE ALUNOS DO LICEU PIAUIENSE: sinalizando diferenças e desigualdades” Orientador (a): Profª. Drª. Maria Vilani Cosme de Carvalho / UFPI	2008
197	JOSÉ DE RIBAMAR SANTOS COSTA JUNIOR	Título: “A CRIATIVIDADE NA PRÁTICA DOCENTE DO PROFESSOR DE ARTE: um estudo exploratório nas escolas públicas de Teresina – PI” Orientador (a): Profª. Drª. Carmen Lucia de Oliveira Cabal / UFPI	2008
198	ZÉLIA MARIA CARVALHO E SILVA	Título: “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TERESINA: 1968-1996” Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro / UFPI	2008
199	JULIVAL ALVES DA SILVA	Título: “OS SABERES DA EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: da utopia à realidade formativa de professores da escola pública Orientador (a): Profa. Dra. Carmen Lucia de Oliveira Cabral / UFPI	2008
200	LUCINEIDE MORAIS DE SOUSA	Título: “A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIENCIA NA UNIVERSIDADE	2008

		FEDERAL DO PIAUÍ – CONCEPÇÕES DE PROFESSORES” Orientador (a): Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa / UFPI (orientadora) Orientador (a):	
201	CÉLIA REVILÂNDIA COSTA	Título: “ENTRE RIOS E LETRAS UM ESTUDO SOBRE OS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE TERESINA-PI” Orientador (a): Prof. Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	2008
202	ELMO DE SOUZA LIMA	Título: “FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO SEMI-ÁRIDO: valorizando experiências, reconstruindo valores, tecendo sonhos” Orientador (a): Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	2008
203	ANA CÉLIA DE SOUSA SANTOS	Título: “RELAÇÕES DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DE MULHERES: a experiência da associação de produção ‘mulheres perseverantes’” Orientador (a): Profª. Drª. Maria do Carmo Alves do Bomfim/UFPI	2009
204	MARLI CLEMENTINO GONÇALVES	Título: “JUVENTUDES DO CAMPO E PRÁTICAS EDUCATIVAS: o caso do assentamento marrecas em São João do Piauí” Orientador (a): Profª. Drª. Maria do Carmo Alves do Bomfim/UFPI	2009
205	MARIA DE JESUS RODRIGUES	Título: “O SENTIDO SUBJETIVO DA DOCÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL” Orientador (a): Profª. Drª. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa/UFPI	2009
206	CLEIDE MARIA ARRAES REZENDE	Título: “PRÁTICA PEDAGÓGICA COMO COMPONENTE CURRICULAR FORMATIVO: uma etnografia” Orientador (a): Profa. Dra. Maria da Glória Soares Barbosa Lima/UFPI	2009
207	GEORGYANA ANDRÉA SILVA MORAIS	Título: “ALFABETIZAÇÃO NA PERSPECTIVA DO LETRAMENTO: um estudo etnográfico” Orientador (a): Profa. Dra. Antonia Edna Brito/UFPI	2009
208	MARY GRACY E SILVA LIMA	Título: “A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE:	2009

		desvelando significados do ser professor de Didática” Orientador (a): Profa. Dra. Antonia Edna Brito/UFPI	
209	NEUTON ALVES DE ARAÚJO CALAÇA	Título: “OS SABERES EXPERIENCIAIS NO CONTEXTO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE TERESINA-PI” Orientador (a): Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	2009
210	JOÃO VALTER FERREIRA FILHO	Título: “HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MÚSICAS NO PIAUÍ: das primeiras iniciativas à Universidade” Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro/UFPI	2009
211	CRISTIANE DE SOUSA MOURA TEIXEIRA	Título: “DE SUPERVISOR ESCOLAR À COORDENADOR PEDAGÓGICO: o movimento de constituição da identidade profissional” Orientador (a): Profa. Dra. Maria Vilani Cosme de Carvalho/UFPI	2009
212	SAMYLLA MIRANDA MONTE	Título: “DOCÊNCIA SUPERIOR E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: interface com narrativas autobiográficas de médicos professores” Orientador (a): Profa. Dra. Maria da Glória Soares Barbosa Lima/UFPI	2009
213	ANA MARIA GOMES DE SOUSA MARTINS	Título: “OS DISCURSOS SOBRE A EDUCAÇÃO NO PIAUÍ: reflexos dos ideais da Escola Nova – 1920 a 1947” Orientador (a): Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2009
214	ANNETH CARDOSO BASÍLIO DA SILVA	Título: “O ENSINO DE ENFERMAGEM NO PIAUÍ: História e Memória” Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro/UFPI	2009
215	CARLA ANDRÉIA SILVA	Título: “PSICOLOGIA ESCOLAR EM TERESINA: percursos de inserção e particularidades de uma atuação profissional” Orientador (a): Profa. Dra. Maria Vilani Cosme de Carvalho/UFPI	2009
216	PATRÍCIA MELO DO MONTE	Título: “A APRENDIZAGEM DO ADOLESCENTE COM ALTAS HABILIDADES: uma compreensão a partir da Teoria da Subjetividade” Orientador (a): Profa. Dra. Ana Valéria	2009

		Marques Fortes Lustosa /UFPI	
217	BENEDITA SEVERIANA DE SOUSA	Título: “AS ESCOLAS DO PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO (PREMEN) EM TERESINA – 1982 a 2000” Orientador (a): Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2009
218	MARCELINO DE OLIVEIRA FONTELES	Título: “O REENCANTAMENTO DO MUNDO: educação não-formal e o protagonismo dos novos movimentos sociais” Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim /UFPI	2009
219	ADRIANA BORGES FERRO MOURA Conceito: Aprovada	Título: “DOCÊNCIA SUPERIOR: o desenvolvimento profissional do professor bacharel em Direito” Orientador (a): Profa. Dra. Maria da Glória Soares Barbosa Lima /UFPI	2009
220	MARIA ANDRÉIA BEZERRA MARQUES	Título: “A CONSTITUIÇÃO DA PESSOA NA EXPERIÊNCIA DE SER PROFESSOR: os sentidos do conhecimento de si na construção da formação docente” Orientador (a): Prof. Dra. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina/UFPI	2009
221	RAIMUNDO DUTRA DE ARAÚJO	Título: “O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UESPI: articulação teoria prática na formação docente” Orientador (a): Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	2009
222	MARIA DILMA PONTE DE BRITO	Título: “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL ACERCA DOS ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA” Orientador (a): Prof. Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	2009
223	TEREZA CRISTINA RIBEIRO FRANCO	Título: “IMPLICAÇÕES DO ASSÉDIO MORAL ENTRE DISCENTES E DOCENTES NO AMBIENTE DA ESCOLA” Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim/UFPI	2009
224	MARIA DAS GRAÇAS SILVA CIRÍACO	Título: “PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES DE QUÍMICA: interface entre formação inicial e continuada” Banca: Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	2009
225	MARIA DO SOCORRO MOURA COSTA	Título: “O IMPACTO DAS ESTRATÉGIAS DE CULTURA DE PAZ NAS ESCOLAS	2009

		MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE TERESINA: o caso das escolas Santa Fé e Professor Moacir Madeira Campo” Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Carmo Alves do Bomfim/UFPI	
226	JURANDIR GONÇALVES LIMA	Título: “(RE)PENSANDO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA: concepções de ensino e aprendizagem” Banca: Profa. Dra. Antonia Edna Brito/UFPI	2010
227	ROSÂNGELA MARIA DA SILVA MELO	Título: “A FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE TERESINA: o desafio de ir além da escolarização” Banca: Profa. Dra. Carmen Lúcia de Oliveira Cabral/ UFPI	2010
228	VANESSA HIDD BASÍLIO	Título: “A PRÁTICA PEDGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR: o desafio de tornar-se professor” Orientador (a):Profa. Dra. Bárbara Maria Macedo Mendes /UFPI	2010
229	THAIZI HELENA BARBOSA E SILVA	Título: “SER PEDAGOGO: o conhecimento da identidade profissional pelas histórias da vida” Orientador (a): Profa. Dra. Carmen Lúcia de Oliveira Cabral/UFPI	2010
230	SHIRLEY DOURADO REBÊLO SARAIVA	Título: “NARRATIVAS SOBRE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL: professores do ensino superior como protagonistas” Orientador (a): Profa. Dra. Maria da Glória Soares Barbosa Lima/ UFPI	2010
231	CLEIRE MARIA DO AMARAL RODRIGUES	Título: “A ESCOLA DE QUALIDADE NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROFESSORES DE ESCOLAS DE TERESINA-PI, COM MELHOR PERFORMANCE NO ENEM-2007” Banca: Prof. Dr. Luís Carlos Sales/ UFPI	2010
232	RENATA CRISTINA DA CUNHA	Título: “OS PROFESSORES DE LÍNGUA INGLESA EM INÍCIO DE CARREIRA E A PRODUÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE: um estudo com diários narrativos” Orientador (a): Profa. Dra. Antonia Edna Brito / UFPI	2010
233	FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA	Título: “TRAJETÓRIA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DE GEOGRAFIA: interfaces com o saber ensinar”. Orientador (a): Profa. Dra. Bárbara Maria	2010

		Macedo Mendes /UFPI	
234	JOÃO BATISTA DA SILVA	Título: “A TRAJETÓRIA DAS ESCOLAS DA CNEC NO PIAUÍ: 1952-1997” Orientador (a): Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2010
235	MARLINDA PESSÔA ARAÚJO	Título: “O PROCESSO DIALÓGICO: conceito de planejamento de ensino internalizado pelos professores de ensino superior e a prática pedagógica” Orientador (a): Profa. Dra. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina/UFPI	2010
236	MARILDA DA CONCEIÇÃO MARTINS	Título: “A PRÁTICA PEDAGÓGICA DAS (DOS) PROFESSORAS (ES) DO ASSENTAMENTO DIAMANTE NEGRO JUTAIH NO MARANHÃO: “a pedagogia dos aços””. Orientador (a): Profa. Dra. Carmen Lúcia de Oliveira Cabral/UFPI	2010
237	MARIA ESCOLÁSTICA DE MOURA SANTOS	Título: “OS SENTIDOS PRODUZIDOS EM RELAÇÃO À ESCOLA MEDIANDO O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DO ALUNO DO ENSINO MÉDIO NOTURNO”. Orientador (a): Profa. Dra. Maria Vilani Cosme de Carvalho/UFPI	2010
238	CAMILA SIQUEIRA CRONEMBERGER FREITAS	Título: “INTERAÇÃO SOCIAL ENTRE PARES: a importância do brincar para inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down”. Orientador (a): Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa/UFPI	2010
239	MÔNICA NÚBIA ALBUQUERQUE DIAS	Título: “A COMPREENSÃO DO SER PROFESSOR COMO PROFISSIONAL DO ENSINAR: um estudo com docentes da rede pública estadual de Teresina”. Profa. Dra. Maria Vilani Cosme de Carvalho/UFPI Profa. Dra. Maria Vilani Cosme de Carvalho/UFPI	2010
240	MARIANGELA SANTANA GUIMARÃES SANTOS	Título: “SABERES DA PRÁTICA NA DOCÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR: análise de sua produção nos cursos de licenciatura da UEMA”. Orientador (a): Profa. Dra. Carmen Lúcia de Oliveira Cabral/UFPI	2010
241	MARIA CARMEM BEZERRA LIMA	Título: “A QUALIDADE EM EDUCAÇÃO INFANTIL NAS REPRESENTAÇÕES	2010



		SOCIAIS DE PROFESSORES DA PRIMEIRA INFÂNCIA”. Orientador (a): Prof. Dr. Luís Carlos Sales/UFPI	
242	JOSÉ CARLOS DE SOUSA	Título: “A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA COMO DISCIPLINA ESCOLAR NO PIAUÍ: 1939-1975”. Orientador (a): Prof. Dr. Antonio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2010
243	FABRÍCIA PEREIRA TELES	Título: “PRÁTICA PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: estudo compartilhado com professoras da cidade de Parnaíba-PI”. Orientador (a): Profa. Dra. Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina/UFPI	2010
244	FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS	Título: “CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (UFPI): história e memória”. Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro/UFPI	2010
245	VALDIRENE GOMES DE SOUSA	Título: “DA FORMAÇÃO À PRÁTICA PEDAGÓGICA: uma reflexão sobre a formação matemática do pedagogo”. Orientador (a): Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	2010
246	MARIA DE FÁTIMA CARDOSO SOARES	Título: “A DOCÊNCIA EM QUÍMICA NO 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: contribuições para a construção da cidadania”. Orientador (a): Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	2010
247	MARIA DO SOCORRO SOARES	Título: “A O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: sobre a prática como lócus da produção dos saberes docentes”. Orientador (a): Profa. Dra. Antonia Edna Brito/UFPI	2010
248	ANTONINA MENDES FEITOSA SOARES	Título: “AÇÃO DOCENTE EM CIÊNCIAS NATURAIS: discutindo a mobilização de saberes experienciais”. Orientador (a): Prof. Dr. José Augusto de Carvalho Mendes Sobrinho/UFPI	2010
249	ROBERT MAURÍCIO DE OLIVEIRA ARAÚJO	Título: “AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO MÉDIO: discutindo saberes docentes”. Orientador (a): Profa. Dra. Carmen Lúcia de Oliveira Cabral /UFPI	2010



250	MARIA REGINALDA SOARES DA SILVA	Título: “FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: saberes e reflexividade na prática pedagógica”. Orientador (a): Profa. Dra. Carmen Lúcia de Oliveira Cabral/UFPI	2010
251	LOURIVAL DA SILVA LOPES	Título: “HISTÓRIAS DE PROFESSORES APOSENTADOS DE UNIÃO-PIAUI: (re) visitando trajetórias profissionais”. Orientador (a): Profa. Dra. Maria da Glória Soares Barbosa Lima/UFPI	2010
252	RAFAELLA COELHO SÁ	Título: “A EFETIVAÇÃO DOS SABERES PEDAGÓGICOS DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS”. Orientador (a): Profa. Dra. Antonia Edna Brito/UFPI	2010
252	CLEIDIVAN ALVES DOS SANTOS	Título: “A EFETIVAÇÃO DOS SABERES PEDAGÓGICOS DOS PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS”. Orientador (a): Profa. Dra. Antonia Edna Brito/UFPI	2010
253	PAULA JANAÍNA MENDES LOPES	Título: “PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA: revelando os saberes da experiência”. Orientador (a): Profa. Dra. Antonia Edna Brito/UFPI	2010
254	MÁRCIA RAIKA E SILVA LIMA	Título: “INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE TE-PI”. Orientador (a): Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa /UFPI	2010
255	LOURENILSON LEAL DE SOUSA	Título: “HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO JAICOENSE: dos primeiros aldeamentos ao ginásio Padre Marcos”. Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro /UFPI	2010
256	GILBERTO ESCÓRCIO DUARTE FILHO	Título: “PORTA VOZES DA CONQUISTA DA RIQUEZA: o ensino comercial e a escola União Caixeiral de Parnaíba (1918-1950)”. Orientador (a): Prof. Dr. Antônio de Pádua Carvalho Lopes/UFPI	2010
257	IONEIDE SANTOS DO	Título: “AUTORIA, CONSCIÊNCIA E	2010

	NASCIMENTO	FORMAÇÃO DOCENTE: o fanzine como recurso formativo na escrita e reescrita de trajetórias formativas em formação”. Orientador (a): Profa. Dra. Maria da Glória Soares Barbosa Lima/UFPI	
258	ALDINA DE FIGUEIREDO CUNHA	Título: “DOCÊNCIA SUPERIOR EM FOCO: articulações entre formação continuada, saberes e práticas pedagógicas”. Orientador (a): Profa. Dra. Maria da Glória Soares Barbosa Lima/UFPI	2010
259	LUIZ JESUS SANTOS BONFIM	Título: “O SUPERVISOR ESCOLAR NA INTERFACE COM A PRÁTICA PEDAGÓGICA DE ALFABETIZAÇÃO: entre o dito e o vivido”. Orientador (a): Profa. Dra. Bárbara Maria Macedo Mendes/UFPI	2010
260	SIDCLAY FERREIRA MAIA	Título: “A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA DO ENSINO SUPERIOR E A PRODUÇÃO DOS SABERES DOCENTES” Orientador (a): Profa. Dra. Bárbara Maria Macedo Mendes/UFPI	2010
261	ROSA MARIA BORGES DE QUEIROZ	Título: “EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PIAUÍ – 1968 a 1998: reflexões sobre sua história e memória” Orientador (a): Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro/UFPI	2010
262	DANIELLE DE FREITAS FONSECA	Título: “IDENTIFICAÇÃO DE ALUNOS COM ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO EM ESCOLA DA REDE PARTICULAR DE ENSINO DE TERESINA-PIAUÍ” Orientador (a): Profa. Dra. Ana Valéria Marques Fortes Lustosa/UFPI	2010

Fonte: Documentos do PPGEd

**APÊNDICE G****TOTAL DE DEFESAS/ANO**

<b>ANO</b>	<b>NÚMERO DE DEFESAS REALIZADAS/ ANO</b>
<b>1995</b>	11
<b>1996</b>	03
<b>1997</b>	15
<b>1998</b>	05
<b>1999</b>	10
<b>2000</b>	11
<b>2001</b>	07
<b>2002</b>	16
<b>2003</b>	17
<b>2004</b>	11
<b>2005</b>	26
<b>2006</b>	24
<b>2007</b>	23
<b>2008</b>	23
<b>2009</b>	23
<b>2010</b>	38
<b>TOTAL</b>	262

**Fonte:** Documentos do PPGEd



**ANEXOS**

**ANEXO A**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL**

Declaro ter pleno conhecimento da pesquisa intitulada “**Um olhar sobre si: história e memória da Pós-Graduação Stricto Sensu no Piauí: o Mestrado em Educação da UFPI**”, que será realizada pela mestranda Samara Maria Viana da Silva, sob orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Maria do Amparo Borges Ferro, com o objetivo geral de reconstituir a história e memória do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí.

Ciente do objetivo desta pesquisa, autorizo a sua realização nesta instituição, através da coleta de informações do Mestrado em Educação presente no acervo documental do nosso programa, entendendo que esta pesquisa propõe rememorar a história e memória do Mestrado em Educação da UFPI.

---

Maria do Amparo Borges Ferro

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

**ANEXO B**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**Título do projeto:** Um olhar sobre si: história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí: o Mestrado em Educação da UFPI

**Pesquisador responsável:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria do Amparo Borges Ferro

**Instituição/Departamento:** Universidade Federal do Piauí/Centro de Ciências da Educação/PPGED

**Telefone para contato (inclusive a cobrar):** (86) 3211 2143/8811 2352

**Pesquisadores participantes:** Samara Maria Viana da Silva

**Telefones para contato:** (86) 3211 2143/8811 2352

Prezado (a) colaborador você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. A participação aqui solicitada é de caráter voluntário, e concede a você inteira liberdade de aceitar ou não. Para orientar a sua tomada de decisão apresentamos a seguir elementos da proposta de investigação e se ao final da leitura desse termo você ainda não se sentir esclarecido/a deverá solicitar das pesquisadoras as informações que julgar necessária. Em caso de aceite, ressaltamos a importância de sua assinatura no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. A pesquisa de que trata este convite intitula-se “**Um olhar sobre si: história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí: o Mestrado em Educação da UFPI**”; tem como objetivo reconstituir a história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí, especificamente do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Piauí.. A referida pesquisa realizar-se-á com a participação de 12 sujeitos formados pelas categorias: alunos e ex-alunos; professores e ex-professores; coordenadores e ex-coordenadores, funcionários e ex-funcionários; e parceiros na criação do Mestrado em Educação da UFPI. Você será entrevistado (a) sobre fatos relativos ao passado e ao presente do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPI. A entrevista será gravada e o que você disser será registrado para posterior estudo. A sua participação é fundamental para coleta dos

dados necessários à constituição do estudo. Assim, sua participação na pesquisa incluirá entrevista que será previamente agendada, conforme a sua disponibilidade.

É importante ressaltar que todas as informações prestadas, pelos sujeitos participantes da investigação, terão garantia de sigilo no âmbito dessa investigação. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisado e o Comitê de Ética independente terão acesso a suas informações.

O período para coleta dos dados compreenderá o mês de setembro de 2010. Contudo, caso aceite participar da pesquisa, em qualquer momento desta poderá solicitar esclarecimentos que lhe sejam pertinentes. E, fica assegurado ainda que sua participação não lhe obrigará a custear despesas financeiras, assim como seu consentimento poderá ser retirado em qualquer momento da pesquisa.

### **Consentimento da participação da pessoa como sujeito**

Eu, \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_

Aluno (a) e ex-aluno (a), professor (a) e ex-professor (a); funcionário (a) ex-funcionário (a); e parceiro (a), abaixo assinado, concordo em participar deste estudo – “**Um olhar sobre si: história e memória da Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Piauí: o Mestrado em Educação da UFPI**” como sujeito. Fui suficientemente informado, pela pesquisadora **Samara Maria Viana da Silva** a respeito da minha participação no processo e decidi em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes e, ainda que minha participação é isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Teresina (PI), \_\_\_\_\_ de 2010.

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável:

\_\_\_\_\_


### **Observações complementares**

---

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:  
 Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Bairro Ininga  
 Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina - PI  
 tel.: (86) 3215-5734 - email: [cep.ufpi@ufpi.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.br) web: [www.ufpi.br/cep](http://www.ufpi.br/cep)

## ANEXO C

## Recomendação do Curso de Mestrado em Educação da UFPI pela CAPES


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
 COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES  
 Ministério da Educação – Anexo I – 4º andar –  
 Tel/Fax (061) 2018 2078 - Caixa Postal 073055 - CEP 70007 - Brasília, DF - Brasil

Ilmo. Sr.  
 Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação  
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
 Campus Universitário - Ingá  
 64.000 - Teresina - PI

Brasília, 22 de agosto de 1991.  
 Nº Ref. DAA/GTC/51

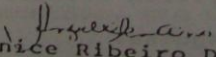
Prezado Professor,

Cumpre informar-lhe que o Grupo Técnico Consultivo (GTC), reunido no último dia 21 de agosto, sob a presidência da Diretora Geral da CAPES, e com a participação dos representantes das demais agências de fomento (CNPq, FINEP, FAPESP, EMBRAPA e SCT), deliberou pela recomendação do curso de Mestrado em Educação dessa instituição, ao apoio de suas respectivas agências.

Tal deliberação se pautou na análise dos pareceres da consultoria científica externa, face do que dispõe a Resolução nº 05/83 do Conselho Federal de Educação e os padrões de qualificação acadêmica vigentes no meio científico.

Outrossim, cabe informar-lhe que o apoio específico da CAPES, sob a forma de bolsas de estudo, apoio à consolidação, a projetos de cooperação técnica nacional ou internacional, fica condicionado à apreciação de solicitações específicas oriundas do programa de pós-graduação em apreço.

Atenciosamente,

  
 p/ Eunice Ribeiro Durham  
 Diretora-Geral




## ANEXO D

## Recomendação do Doutorado em Educação da UFPI pela CAPES

Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Ficha de Recomendação - APCN APCNCAPES



**EDUCAÇÃO / FUFPI**

---

**PARECER DO CTC SOBRE O MÉRITO DA PROPOSTA**

Aprovar	Nível	Nota	Data
Sim	Doutorado	Conceito 4	10-12-2010

**Destacar os principais dados e argumentos que fundamentam a atribuição de tal nota.**

Mestrado aprovado em 1991, recebeu conceito 4 na última avaliação trienal. A proposta foi considerada adequada assim como o perfil de composição e dedicação do corpo docente. Entretanto a área de Educação coloca como condição mínima para a aprovação que todos os docentes permanentes apresentem atividades em projetos de pesquisa e produção bibliográfica correspondente a seis produtos nos últimos três anos sendo dois correspondentes a artigos em periódicos classificados nos estratos B2 ou superior ou livros e capítulos classificados no estrato L2 ou superior.

A presente proposta apresentava apenas 7 docentes permanentes que cumpriam essas exigências o que seria insuficiente para atender a uma oferta de 10 vagas anuais. Através de diligência documental foi solicitado ao programa a recomposição do corpo docente para atender aos requisitos mínimos da área. Após a diligência a comissão de área considerou que as exigências foram preenchidas e recomendou o curso de doutorado com conceito 4.

O CTC acompanha a deliberação da área

**Justificativa**

O CTC recomenda a implantação do doutorado com conceito 4